UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

PATRÍCIA GARCIA ERNANDO DA SILVA

**Últimos desejos e promessas de liberdade:
os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**

Versão Corrigida

São Paulo

2010

PATRÍCIA GARCIA ERNANDO DA SILVA

**Últimos desejos e promessas de liberdade:
os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

(patriciagarcia@usp.br)

Versão Corrigida

São Paulo

2010

SILVA, PATRÍCIA GARCIA ERNANDO DA. **Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em 15/04/2011

Banca Examinadora:

Profª Drª Maria Cristina Cortez Wissenbach

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Profº Drº Robert Wayne Andrew Slenes

Instituição: Unicamp

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

Profª Drª Maria Pereira Toledo Machado

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Para a redação final desta dissertação de Mestrado, resultado de uma pesquisa que exigiu muita dedicação e trabalho árduo, foi muito importante a contribuição de instituições e pessoas que viabilizaram o presente resultado.

Tenho bastante a agradecer. Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica que permitiu o desenvolvimento de meu projeto de Iniciação Científica durante a Graduação e a oportunidade de conhecer as fontes documentais manuscritas e ter apreço por elas e pelas histórias nelas registradas. À CAPES pelo patrocínio durante o Mestrado, sem o qual essa dissertação seria possível, no entanto, não teria a mesma qualidade e nem seria possível a mesma atenção e as tantas horas que foram despendidas na coleta de fontes, leituras de manuscritos e bibliografia.

Agradeço à equipe do CEDHAL que me auxiliou em vários momentos, pelo apoio em conversas, no trabalho com o banco de dados e na discussão de artigos. Minha gratidão é devida, especialmente, ao Igor Lima que acreditou no meu projeto e na minha capacidade e ajudou a debater a minha produção e me deu apoio em situações de incertezas, ao Breno Matrangolo pelas longas conversas, pelos trabalhos em arquivos e por compartilhar as preocupações com os temas que os testamentos e inventários *post-mortem* nos despertam e à Vilma Paes por ser uma pessoa sempre disposta a compreender e ajudar.

Para a viabilização das consultas às fontes documentais foi indispensável a cordialidade e atenção dos funcionários do AESP e do ATJSP, principalmente, de Maria Lúcia e Regina do Depri e também a autorização do Sr. Aldo Neves Godinho para a pesquisa no acervo do 1º Cartório de Notas de São Paulo, cujos documentos são tratados com cuidado e estão em ótimo estado de conservação, graças ao valor que atribui à história de São Paulo e às fontes que reconstituem uma parte de sua memória.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Eni de Mesquita Samara pela oportunidade de participar de seus projetos de pesquisa, que foram essenciais para minha evolução como historiadora, por me orientar nessa longa trajetória acadêmica e por me conceder autonomia de trabalho e pesquisa.

Às docentes Maria Helena P. T. Machado e Maria Cristina Wissenbach expresso minha gratidão pela participação em minha banca de qualificação, pois, seus apontamentos e comentários,

foram fundamentais para definir diretrizes para a organização de informações e redação final da presente dissertação.

Quero enfatizar a enorme contribuição dos colegas do grupo de estudos de escravidão UNICAMP-USP, especialmente, Alessandra Pedro, Lizandra Meyer, Adriano Lima e Prof. Dr. Robert Slenes pelas sugestões feitas para as primeiras versões do meu projeto, pelas discussões sempre muito profícuas, pela troca de idéias, e por todo conhecimento que pudemos dividir através de agradáveis encontros.

Além disso, destaco a importância de todos os meus amigos, que tornaram os momentos de minha vida mais leves e divertidos. E entre esses, sou imensamente grata a minha mãe Odete e ao Leonardo pelo apoio, compreensão, companheirismo e amizade que me deram o consolo e o ânimo para sempre seguir em frente.

RESUMO

SILVA, PATRÍCIA GARCIA ERNANDO DA. **Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforrias em São Paulo (1850-1888)**. 2010. 243 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta dissertação de Mestrado tem por objetivo explicitar a relação entre senhores e escravos, analisando as alforrias no contexto da transmissão de bens e partilha de heranças, entre 1850 e 1888, nas freguesias da Sé, Brás, Santa Efigênia, Penha, Conceição de Guarulhos, Juquery, Nossa Senhora do Ó, São Bernardo e Cotia, que eram os Distritos de Paz da cidade de São Paulo.

Pretende-se, partindo das manumissões registradas nos testamentos, principalmente as condicionadas à morte do proprietário de cativos, verificar a obtenção da liberdade jurídica, entendida como conquista do *status* jurídico de forro pelo ex-cativo e seus possíveis significados.

Para tal enfoque, serão analisados os testamentos, inventários *post-mortem* e as cartas de liberdade registradas na Capital. Desse modo, será possível confrontar a vontade dos testadores à forma como esta pôde ser cumprida, após a morte, levando em consideração o patrimônio amealhado, as atitudes dos herdeiros nas sucessões e a legislação exposta nas Ordenações Filipinas, na Constituição de 1824, nos decretos e leis excepcionais, no Direito Romano e no direito consuetudinário, dispositivos que influenciavam nos assuntos relativos à escravidão.

Palavras-chave: Alforrias, inventários *post-mortem*, testamentos, São Paulo, século XIX.

ABSTRACT

SILVA, PATRÍCIA GARCIA ERNANDO DA. Last wishes and promisses of freedom: the processes of *alforrias* in São Paulo (1850-1888). 2010. 243 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This Master's Degree Dissertation has as subject to demonstrate the relationship between masters and slaves, analysing the *alforrias* in the context of transmutation of goods and sharing of heritages, from 1850 to 1888, in the Freguesias of Sé, Brás, Santa Ifigênia, Penha, Conceição de Guarulhos, Juquery, Nossa Senhora do Ó, São Bernardo and Cotia, which were the Distritos de Paz of São Paulo City.

We aim to verify the obtention of legal freedom, understood as a conquest of legal status as *forro* by the ex-captive and the possibles meanings of it, starting from manumissions registered on wills, mainly the conditional manumissions linked to the death of captive owners.

Through this perspective, the wills, inventories *post-mortem* and freedom letters registered on the city capital will be analysed. By this way, it will be possible to confront the wishes of the slave owners with the mode those ones could be accomplished after the owners' death, taking in account the patrimony amassed, the attitudes of the heirs concerning the succession, and the laws exposed in the Ordenações Filipinas, in the Constitution of 1824, in the decrees and exceptional laws, in Roman and Common Law, in all these legal documents that had influence on the themes related to slavery.

Keywords: Alforrias, Inventories *post-mortem*, Wills, São Paulo, XIXth Century.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Proprietários que alforriam por estado conjugal em São Paulo (1850-1877)	65
Tabela 2 – Proprietários que alforriam por estado conjugal em São Paulo (1850-1877)	66
Tabela 3- Nacionalidade de testadores(as) manumissores(as) de escravos em São Paulo (1850-1875)	68
Tabela 4 - Naturalidade de testadores(as) manumissores(as) de escravos em São Paulo (1850-1875)	69
Tabela 5 - Justificativa dos(as) proprietários(as) para alforriarem escravos em São Paulo (1850-1875)	71
Tabela 6 - Condições impostas pelos(as) testadores(as) para alforriar escravos em São Paulo (1850 – 1875)	76
Tabela 7 – Gênero dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	102
Tabela 8 - Média de libertos por testamentos por década em São Paulo (1850-1875)	109
Tabela 9 - Média de libertos por cartas de liberdade por década em São Paulo (1850-1888)	109
Tabela 10 – Cor dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	114
Tabela 11 – Origem dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	114
Tabela 12 - Ocupação dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	115
Tabela 13 – Idade dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	116
Tabela 14 - Número de herdeiros necessários e alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)	120
Tabela 15 - Beneficiados contemplados para transmissão de bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)	121
Tabela 16 - Forros e candidatos à libertação contemplados para transmissão de bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)	122
Tabela 17 - Herdeiros e legatários que receberiam escravos de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)	124
Tabela 18 - Herdeiros e legatários que receberiam a terça ou remanescente dos bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)	127
Tabela 19 - Herdeiros e legatários que receberiam imóveis de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)	130

Tabela 20 - Gênero dos alforriados em testamento nominalmente ou não que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários dos grandes proprietários manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)	154
Tabela 21 - Gênero dos alforriados em testamento nominalmente ou não que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários de pequenos e médios proprietários em São Paulo (1850-1888)	155
Tabela 22 - Gênero dos alforriados em testamento que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários de manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)	156
Tabela 23 - Índice de alforrias constantes nos inventários dos manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)	162
Tabela 24 - Índice de alforrias constantes nos inventários dos pequenos e médios proprietários manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)	163
Tabela 25 - Idade dos cativos quando receberam promessas de liberdade nos testamentos de São Paulo (1850-1875)	164
Tabela 26 - Idade dos forros com promessas de liberdade no momento da morte de testadores(as) de São Paulo (1850-1888)	168

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escravos alforriados por proprietários(as) em São Paulo (1850-1875)	70
Gráfico 2 - Condições impostas por testadores(as) para alforriar escravos em São Paulo (1850 – 1875)	91
Gráfico 3 - Distribuição dos Alforriados por testadores(as) por Gênero em São Paulo (1850-1875)	103
Gráfico 4 – Tipos de alforrias concedidas pelas testadoras em São Paulo (1850-1875)	106
Gráfico 5 – Tipos de alforrias concedidas pelos testadores em São Paulo (1850-1875)	107
Gráfico 6 - Condições impostas por testadores(as) para alforriar escravos em São Paulo (1850 – 1875)	140
Gráfico 7 - Tipo de alforrias concedidas pelos manumissores de São Paulo (1850-1875)	142
Gráfico 8 - Destino da mão-de-obra mencionada nos inventários <i>post-mortem</i> dos manumissores de São Paulo (1850-1888)	146
Gráfico 9 - Destino dos escravos libertos nominalmente em testamentos de senhores(as) de São Paulo (1850-1888)	152
Gráfico 10 - Destino dos libertos nominalmente ou não em testamentos de senhores(as) de São Paulo (1850-1888)	167
Gráfico 11 - Legatários nomeados por testadores(as) com herdeiros necessários em São Paulo (1850-1875)	196
Gráfico 12 - Herdeiros instituídos por testadores(as) sem ascendentes ou descendentes para sucessão em São Paulo (1850-1875)	200
Gráfico 13 - Legatários nomeados por testadores(as) sem herdeiros necessário em São Paulo (1850-1875)	201
Gráfico 14 - Situação dos libertos com liberdade conquistada/reconhecida nos inventários dos testadores(as) em São Paulo (1850-1888)	202

LISTA DE ABREVIATURAS

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

ATJSP – Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo

CEDHAL - Centro de Demografia Histórica da América Latina

v.g. – *verba gratio* – por exemplo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA HISTORIOGRAFIA E NA LEGISLAÇÃO	
1.1 <i>Concepções de cativo e liberto na legislação</i>	19
1.2 <i>O processo de alforria na historiografia</i>	44
CAPÍTULO II - DISCURSOS SOBRE A LIBERDADE	
2.1 <i>Promessas de liberdade em São Paulo: perfil dos manumissores e dos alforriados</i>	53
2.2 <i>Os alforriados no processo de transmissão de bens</i>	119
CAPÍTULO III - OS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE E O PROCESSO DE ALFORRIA	
3.1 <i>Depois da morte do senhor: efetivação das promessas de liberdade?</i>	139
3.2 <i>Trajetórias de cativos em direção à conquista da liberdade</i>	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
ANEXOS	231

INTRODUÇÃO

Em março de 2003, ingressei na carreira acadêmica no projeto integrado *Mulheres chefes de família e de domicílios no Brasil (séculos XIX e XX)*¹ do qual fui integrante e bolsista do CNPq até julho de 2004. Durante minha participação na equipe de pesquisa lidei com fontes documentais como o *Arrolamento de População de Fortaleza para o ano de 1887* e os *Relatórios de Presidente de Província* de Fortaleza. Essa experiência foi muito positiva e me permitiu ter contato com fontes documentais manuscritas e com temas de pesquisa relacionados à família e população.

O interesse no tema das alforrias surgiria em 2004 quando estava trabalhando na transcrição e digitação do conteúdo expresso nos testamentos de mulheres registrados em São Paulo referentes ao 3º Ofício da Família e das Sucessões do Arquivo do Tribunal de Justiça, relativos ao século XIX. Ao verificar as menções de senhores a cativos conferindo-lhe manumissões e deixando legados por sua morte e ler estudos historiográficos sobre o tema, elaborei o projeto *Transmissão do patrimônio e circulação de riquezas: os cativos nos testamentos do século XIX*, cuja pesquisa foi desenvolvida, com o patrocínio do CNPq, de agosto de 2005 a julho de 2007.

Ao longo da pesquisa foi constatada a necessidade de se aprofundar a análise, promovendo discussões mais estruturadas sobre a concessão de libertações e seu significado tanto para senhores quanto para escravos. Neste sentido, seria importante a incorporação de fontes documentais que subsidiassem a compreensão das políticas de manumissões por parte dos proprietários e a relação senhor-escravo desenvolvida na instância do regime escravista.

Desta forma, a partir de leituras, das pesquisas realizadas em arquivos e das apresentações em congressos acadêmicos dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica foi se consolidando um conhecimento que tornou possível a elaboração do projeto de Mestrado *Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de alforria em São Paulo (1850-1888)*² e o ingresso no programa de Pós-Graduação em História Econômica.

A alforria era uma cessão do direito de propriedade de um senhor sobre seu escravo e podia ser conferida pelo proprietário ao cativo sem ônus na pia batismal ou sem condições durante a vida do proprietário, ou poderia ser concedida mediante condições como a morte do senhor, a prestação de serviços e/ou companhia de novos ‘senhores’, o pagamento (à vista ou em prestações -

¹ O projeto desenvolvido com objetivo de compreender o papel desempenhado pelas mulheres, não apenas na liderança das famílias, mas também no processo de migração interna, na estruturação do poder local e na constituição dos patrimônios e circulação de riquezas, teve coordenação da Profª Drª Eni de Mesquita Samara.

² Pesquisa para a qual foi de vital importância o auxílio de uma bolsa de estudos concedida pela CAPES.

coartação) ou, ainda, mediante o cumprimento de outras cláusulas (abandonar vícios, celebrar missas em intenção do ex-senhor, por exemplo, entre outras).

Entre os documentos em que se encontram registradas manumissões pode-se destacar: os assentos de batismo, os testamentos, os inventários *post-mortem*, as cartas e as ações de liberdade.

Quando o senhor concedia liberdade ao filho de uma escrava por ocasião da celebração do batismo deste infante, o assento da criança era feito no livro referente às pessoas livres, nos quais também constavam as certidões dos libertos.

O testamento era um instrumento em que as pessoas expressavam seus últimos desejos que deveriam ser concretizados depois de sua morte. Como a maioria desses documentos era cerrada (mantidos em segredo até o falecimento do testador) e muitas alforrias apresentavam condição para serem efetivadas, elas constituíam-se promessas de liberdade que só se tornariam realidade quando as cláusulas impostas aos escravos fossem cumpridas.

O inventário *post-mortem* era um processo iniciado após a morte do indivíduo no qual constava a avaliação de seu patrimônio e sua partilha entre herdeiros e legatários. No caso da pessoa ter feito testamento, o cumprimento das solicitações era acompanhado pelos interessados na sucessão de bens e pelo juiz. Nos autos eram registradas as liberdades concedidas por testamentos e conquistadas após a morte do senhor e as obtidas durante o processo de transmissão da riqueza.

A carta ou escritura de liberdade, na qual constava o nome do escravo e de seu proprietário e as motivações e as cláusulas para a libertação, era redigida de forma particular pelo senhor e posteriormente lançada nos Livros de Notas dos cartórios.

A ação de liberdade constituía um processo jurídico em que o cativo através de um libelo movido contra seu senhor por um representante legal, pois o escravo não era pessoa jurídica, requeria seu direito à liberdade ilegalmente obstruído. Pode-se citar como exemplo o caso de um senhor que reescravizava um liberto mesmo quando este pagara o montante exigido para sua manumissão.

Assim, embora haja muitas possibilidades de fontes documentais para o estudo das alforrias, o objetivo de nossa pesquisa de Mestrado é analisar a relação senhor-escravo e a concessão de manumissões, partindo dos registros das liberdades condicionadas à morte do proprietário nos testamentos e verificar sua efetivação jurídica ou não por meio dos inventários *post-mortem* e das cartas ou escrituras de liberdade.

Pretendemos, portanto, verificar como foi expressa no testamento a relação senhor-escravo pelo proprietário, quais foram as justificativas e condições impostas para a libertação e se essas diferiam das expressas nas cartas de liberdade. Visamos também perceber se em um mesmo documento o senhor adotou estratégias diferentes em relação a cada um de seus cativos, impondo-lhes cláusulas diferenciadas para a efetivação da alforria.

O que nos fez conceder atenção especial às promessas de liberdade sujeitas à morte do senhor constantes nos testamentos foi a sua expressividade, isto é, representavam 53% das 290 alforrias registradas por 133 mulheres, entre 1850 e 1875, em São Paulo, segundo nosso estudo de Iniciação Científica que abordou 247 testamentos (SILVA, 2007). A particularidade desta modalidade de alforria é que se tornava incondicional depois do falecimento do proprietário e não podia ser revogada pelos herdeiros caso o patrimônio do senhor fosse suficiente para custeá-las.

Nossa proposta de estudar a efetivação das alforrias constantes em testamentos (cerrados) se justifica pelo fato de que se tratavam de promessas de liberdade e expressão do desejo do indivíduo, mas, não necessariamente seriam alcançadas, pois, o escravo poderia morrer antes de seu senhor, fugir, ser vendido ou os bens do falecido poderiam ser insuficientes para pagar o valor do escravo que deveria ser alforriado.

Neste sentido, os inventários *post-mortem* registram o cumprimento dos desígnios expostos nos testamentos, o que pode nos fornecer subsídios para verificar se a manumissão foi alcançada ou não, por ocasião da morte do proprietário, e diante destas possibilidades, cabe pensar quais seriam seus significados e seus desdobramentos.

Além de alforriarem durante sua vida por meio de testamentos abertos³, os proprietários de cativos também poderiam fazê-lo registrando esse ato nos Cartórios de Notas, nas chamadas cartas de liberdade, visto que, funcionavam como uma garantia do novo *status* social para o forro. Esses documentos também poderiam comprovar uma manumissão conquistada após a morte do senhor e registrada pelos testamenteiros (responsáveis pelo cumprimento dos desejos declarados nos testamentos). Por isso, julgamos necessário incorporar esse tipo de fonte ao corpo documental selecionado.

Assim, nas cartas de liberdade apreenderemos dados como as condições impostas para a alforria, os tipos de alforria (gratuita condicional, gratuita incondicional, onerosa e onerosa

³ Eram instrumentos públicos registrados em cartório de notas que podiam conter determinações que passavam a ter vigor já durante a vida do testador.

condicionada), as justificativas para a libertação, a data em que a carta foi redigida, o momento em que a mesma foi registrada, se durante a vida do senhor ou após o seu falecimento. Também será necessário apurar se as cartas se referiam a uma manumissão que passava a ter sua validade imediatamente, ou, se à semelhança das promessas constantes nos testamentos, adiavam a liberdade jurídica plena a um momento posterior. Neste segundo caso, a efetivação da alforria ficava sujeita ao cumprimento das cláusulas estipuladas, fossem a morte do senhor, a prestação de serviços a terceiros, o pagamento ou outras.

Dessa forma, tendo clareza das fontes documentais pertinentes para a consecução de nossa pesquisa de Mestrado foram coletadas 433 Cartas de liberdade no 1º Cartório de Notas da Capital e 42 no 2º Cartório de Notas da Capital (AESP), registradas entre 1850 e 1888. Os 466 testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões do ATJSP, dos quais foram selecionados 172 com promessas de liberdade, foram fotocopiados e reproduzidos em rolos de microfilme e estão armazenados no arquivo CEDHAL. Os 20 inventários *post-mortem* do 1º, 2º e 3º Ofícios da Família e das Sucessões, cuja partilha foi iniciada e concluída entre 1850 e 1888, foram fotografados no ATJSP.

As informações constantes nos inventários foram passadas para fichas de coleta e depois inseridas em um Banco de Dados em formato Access, inicialmente criado para armazenar os dados dos testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, mas que foi otimizado, com novas tabelas e campos, para contemplar também as informações dos autos e permitir o cruzamento de dados das duas fontes.

Desta forma, na presente dissertação de Mestrado buscou-se fazer uma análise das características das relações desenvolvidas entre senhores e escravos, considerando as estratégias de manumissão dos proprietários e sua conexão com o contexto da transmissão de bens e partilha de heranças, entre 1850 e 1888, sendo contemplados moradores das freguesias da Sé, Brás, Santa Efigênia, Penha, Conceição de Guarulhos, Juquery, Nossa Senhora do Ó, São Bernardo e Cotia.

Neste sentido, o cenário dos distritos de paz da cidade de São Paulo foi escolhido pelas particularidades que o regime escravista implantado no contexto de regiões mais urbanizadas e ligadas às áreas periféricas mais ruralizadas apresentava, requerendo dos cativos mais mobilidade espacial e certa autonomia em função de muitos dos ofícios citadinos e de sua conexão com as áreas mais afastadas do centro da cidade.

Como para compreender o processo de libertação é essencial refletir sobre os dispositivos normativos que viabilizavam a propriedade de pessoas escravizadas e dirimiam sobre esta questão, no Capítulo I ‘Escravidão e Liberdade na Historiografia e na Legislação’, no primeiro item, ‘Concepções de cativo e liberto na legislação’, serão analisados os códigos legislativos que forneciam diretrizes para a resolução de impasses relativos aos escravos, tais como, a Constituição de 1824, as Ordenações Filipinas, o Direito Romano, decretos e leis excepcionais e, ainda, o direito consuetudinário que também influenciava nos assuntos relativos à escravidão.

Assim, se refletirá sobre o alcance do domínio do senhor sobre o cativo, a visão do escravo como mercadoria e que implicações isso trazia, as situações em que era considerado pessoa e que direitos e deveres lhes eram atribuídos, além disso, se averiguará se a aplicação das leis era mais rígida com relação às suas infrações. Enfocaremos também as possíveis implicações da ‘Lei do Ventre Livre’ e da ‘Lei dos Sexagenários’.

No segundo item intitulado ‘O processo de alforria na historiografia’, abordaremos os resultados das pesquisas de autores que se destacaram no estudo do processo de alforrias, abordando diferentes regiões do país. Introduzimos a discussão sobre as estratégias adotadas pelos senhores ao manumitir, considerando o perfil de manumissores e alforriados, apresentando algumas das justificativas levantadas pelos estudiosos para a opção dos senhores de libertar.

No Capítulo II ‘Discursos sobre a liberdade’ em ‘Promessas de liberdade em São Paulo: perfil dos manumissores e dos alforriados’, partindo de 466 testamentos, registrados no cartório do 3º Ofício da Família e das Sucessões, referentes aos residentes dos distritos de Paz da cidade de São Paulo, foram selecionados 172 documentos que continham promessas de liberdade.

A proposta foi, depois de contextualizaremos os distritos no tocante às características de seu espaço social e das atividades econômicas desenvolvidas na região e em seu entorno, traçar o perfil dos manumissores e dos alforriados, compreendendo o teor das promessas de liberdade concedidas nas últimas vontades dos senhores, bem como, as diversas cláusulas impostas para a efetivação da alforria e sua garantia jurídica. Neste sentido, buscou-se refletir sobre o que significaram as diferentes modalidades de manumissão.

No segundo tópico ‘Os alforriados no processo de transmissão de bens’, analisou-se os libertos e escravos enquanto beneficiários na partilha de bens de seus ex-senhores como legatários e herdeiros instituídos diante da existência ou não de herdeiros necessários no processo de transmissão de patrimônio.

No Capítulo III ‘Os significados da liberdade e o processo de alforria’, partindo da análise de 20 inventários *post-mortem* selecionados da lista de manumissores que concederam pelo menos uma alforria sujeita à sua morte, atentaremos para as solicitações feitas pelos testadores e como foram cumpridas depois de sua morte. No item denominado ‘Depois da morte do senhor: efetivação das promessas de liberdade?’, será abordada, principalmente, a efetivação ou não das alforrias prometidas e as estratégias de transmissão do patrimônio do senhor, especialmente, da mão-de-obra cativa. No tocante à conquista da liberdade jurídica, investigou-se como a alforria deveria ser registrada e que documentos bastavam para garanti-la.

Na segunda parte ‘Trajetórias de cativos em direção à conquista da liberdade’ deslindaram-se histórias de vida de cativos que receberam promessas de liberdade, dando atenção especial para sua relação com o senhor, tipo de atividade desenvolvida e adversidades enfrentadas até a conquista da manumissão ou a frustração dessa expectativa.

Como se pode perceber com essa análise desvendamos aspectos das relações desenvolvidas entre proprietários e cativos e destacamos os fatores que influenciaram na disposição de manumitir dos senhores.

CAPÍTULO I - HISTORIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE

CAPÍTULO I - HISTORIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE

1.1 Legislação e concepções de cativo e do liberto

Para a compreensão da prática das alforrias em São Paulo é importante entender, primeiramente, quais eram os dispositivos que garantiam o direito de propriedade e de domínio sobre o escravo, pois, eram esses que asseguraram aos senhores suas atitudes relativas aos cativos, fossem essas as vendas, doações, punições ou libertações.

Ao longo deste estudo serão analisados artigos da lei positiva para a discussão do *status* dos escravos e libertos na sociedade, embora se tenha consciência que leis aprovadas, muitas vezes não eram estritamente aplicadas, não correspondendo, assim, necessariamente à realidade em termos concretos.

A lei é a representação ideal de uma sociedade que pretende legitimar seus valores do ponto de vista jurídico, estabelecendo institucionalmente condutas sociais concordantes com o preceito protegido por ela e punindo aquelas que infrinjam o mesmo. Assim, as normas positivas visam a impedir ou cercear a ocorrência de comportamentos contrários ao seu preceito. Sua função é impedir atitudes indesejáveis e incentivar um comportamento coerente com seus objetivos (FERRAZ JR., 2003, p.233). No entanto, como não se pode omitir a existência de um direito consuetudinário, também será enfocada a lei costumeira e sua relação, por vezes contraditória, com o direito positivo.

O direito no Brasil foi fundado na tradição jurídica romana por teóricos católicos a partir do *Corpus Iuris Civilis*, de Justiniano (GRINBERG, 2001, p.10). Desde 1603, passou a vigorar em Portugal e também na então América Portuguesa as Ordenações Filipinas, que continuaram em vigor mesmo com a proclamação da independência do Brasil. Durante o período em que este código legislativo esteve vigendo foram criadas normas especiais em forma de alvarás, decretos e cartas régias que a ele se somavam para fornecer resoluções com relação a temas que eram lacunares no mesmo.

Um dos pontos a se ressaltar sobre a insuficiência das normas constantes nas Ordenações é que elas não conseguiam fornecer diretrizes concernentes às questões da realidade dos períodos colonial e imperial brasileiro porque haviam sido concebidas para serem aplicadas em um contexto

totalmente diferente do vivenciado no país. Por isso, foi necessário ao longo do tempo, visto que essa legislação perdurou por séculos a fio mesmo tendo se transformado os quadros nacionais, a publicação de numerosas cartas régias, códigos, decretos e até constituições que a suplementassem. Somente em 1917 com a adoção do novo Código Civil, criado em 1916, as Ordenações foram finalmente revogadas (ANDRÉ, 2007).

Em 1824, foi promulgada a Constituição do Império que passou a vigorar ao lado dos dispositivos anteriormente estabelecidos, bem como, dos que seriam criados depois, por exemplo, o Código Criminal de 1830 e o Código Comercial de 1850. Assim, no século XIX, tinham validade no país as Constituições do Império, as Ordenações Filipinas e seu direito subsidiário.

Mesmo com a miríade de artigos das Ordenações Filipinas, decretos, alvarás, avisos e leis excepcionais existiam ainda omissões nos dispositivos legais que definiam as normas para a vida civil.

Nesse sentido, Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1944, p. 15) afirmava, em sua obra de 1866, que “[...] nossas leis são escassas e como fugitivas a tal respeito [da escravidão], principalmente nas infinitas relações cíveis que ligam os escravos e os senhores entre si e com terceiros, nas questões cardiais de estado de liberdade ou escravidão, e em tantas outras que emergem constantemente”⁴.

Da mesma forma, o historiador Schwartz, em seus estudos sobre os aspectos da escravidão no Brasil, retomava a constatação de Malheiros sobre o teor lacunar do imenso conjunto legislativo vigente no país⁵. Além disso, o autor acrescentava que muitos artigos das Ordenações eram inadequados às especificidades nacionais, por serem originários de códigos anteriores, gerados para serem aplicados a situações como a escravidão dos mouros e não cristãos, e, ainda que fossem suplementados, deixavam de responder a demandas e aspectos do cotidiano do regime escravista.

⁴ Malheiros foi um importante jurista, membro do IAB (Instituto dos Advogados do Brasil), que viveu e advogou na segunda metade do século XIX, estando envolvido em diversas discussões relativas às leis escravistas e aos direitos de senhores e escravos. Neste sentido, seu ensaio jurídico sobre a escravidão é essencial para uma reflexão sobre o caráter do cativo na sociedade paulista e como a prática das manumissões pôde se desdobrar naquele período.

⁵ Como afirmou Schwartz (1974, p. 80) “a lei portuguesa era notadamente omissa a respeito da natureza e dos regulamentos da escravidão brasileira. As poucas referências incorporadas nas Ordenações Filipinas baseavam-se em códigos anteriores, especialmente elaborados para uma época em que a escravidão estava associada aos mouros e a outros não-cristãos [...]. Legislação Real subsequente (leis extravagantes) e um número incontável de decretos municipais confusos apresentam um quadro mais próximo da realidade da escravidão no Brasil, mas eles omitem os aspectos mais comumente ocultos e praticados no regime”.

Devido às questões que não podiam ser dirimidas pelas Ordenações e pelos demais dispositivos em vigor, a utilização da legislação romana era recorrente nas questões relativas à escravidão e alforria. Assim, os princípios do Direito Romano eram evocados para as resoluções de querelas jurídicas ainda que o caráter da escravidão em Roma fosse extremamente diferente do regime existente no Império do Brasil⁶.

Assim, a existência de códigos jurídicos distintos permitia, segundo Adauto Damásio (1995, p. 34) “a existência de várias jurisprudências, conflituosas entre si, criadas a partir de diferentes sentenças do Supremo Tribunal”.

Como o próprio Malheiros afirma, além das Ordenações e do Direito Romano, o direito costumeiro era utilizado na resolução de determinados conflitos e situações, ainda que, fosse contrário ao princípio do direito positivo.

Manuela Carneiro da Cunha também reconhece que os preceitos da lei positiva e os aspectos do direito costumeiro coexistiam sem se fundirem, ou seja, existiam paralelamente, em alguns momentos se complementando, e, em outros se opondo⁷. Essa conjuntura seria um resultado da própria contradição existente no Brasil, um país inserido no contexto do capitalismo mundial e dos princípios liberais, mas que, contraditoriamente, mantinha internamente a produção em termos escravistas e de dominação pessoal (CUNHA, 1986, p.141).

Neste sentido, a Constituição de 1824 ratificou a plenitude do direito de propriedade⁸ e entre os bens cuja posse era garantida legalmente estavam os escravos. Esses podiam ser dispostos como mercadorias pelos senhores, ou seja, podiam ser alugados, vendidos, doados, alforriados, ou mesmo, sujeitados a quaisquer ofícios, com exceção dos que fossem ofensivos à moral e costumes. Portanto, era exclusiva do senhor e de âmbito particular a livre disposição sobre seus cativos⁹,

⁶ Em Roma, as principais causas que permitiam escravizar eram quando se era credor e o devedor era insolúvel e quando se fazia prisioneiros por guerras de conquista de território, também os filhos de escravos seguiam a condição de suas mães. Por outro lado, a escravidão moderna inclui o tráfico transatlântico de negros africanos escravizados e é uma escravidão de homens ‘de cor’, o fardo do homem branco, responsável pela conversão e regeneração dos mesmos.

⁷ Pena (2001, p. 24, 34) afirma que o IAB (Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros), fundado em 1843, da qual faziam parte integrantes da burocracia governamental e defensores da razão de Estado que discutiam questões jurídicas em suas sessões, teve sua criação também em função do elevado número de cativos e libertos que moviam ações nos tribunais contra seus senhores e ex-senhores, muitas dessas engendradas “pela ruptura de acordos ou de ‘direitos costumeiros’ que caracterizavam a experiência escrava frente ao domínio senhorial”.

⁸ Constituição de 1824, art. 179, Parágrafo 22. “E’garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indenmisado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação”.

⁹ No entanto, havia um limite na livre disposição do senhor sobre sua mão-de-obra cativa no que se referia a obrigá-los a atitudes imorais e sujita-los a violência exacerbada, sobre este último ponto Malheiros se pronuncia afirmando:

inclusive no tocante ao direito de alforriar, salvo em casos em que o Estado concedia manumissões a escravos que participassem de guerras contra inimigos, delatassem conspirações e denunciassem contrabando de seus senhores, depondo contra eles (CUNHA, 1986, p. 125)¹⁰. Como aponta Chalhoub (1990, p. 100) era o fato do poder de alforriar ser de âmbito particular que facilitava ao senhor a utilização de estratégias para produzir libertos dependentes que ainda seriam submissos ao antigo proprietário ou aos seus familiares.

Sendo compreendido como uma mercadoria, que serviria como um instrumento de trabalho, a legislação respaldava os que o comercializavam buscando garantir que os compradores não fossem ludibriados em seus direitos. Exemplo disso, é o Título 17 “Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar por doenças ou manqueiras” do Livro IV das Ordenações que garantia ao comprador que adquirisse cativos, cuja doença pré-existente ou maus hábitos (fugir, embriagar-se) não fossem devidamente informados por seu vendedor ou, ainda, fossem anunciadas habilidades que não se comprovassem depois da aquisição, a possibilidade de desistir do negócio, enjeitando o escravo ao senhor original e tendo restituído o valor da operação e a sisa.

Portanto, ainda que Malheiros defendesse a ideia dos escravos como iguais por natureza aos demais homens, a legislação vigente no Império os tratava por mercadorias, assemelhando-os a animais adquiridos por negociação. Assim, produtos de diversas naturezas, inclusive cativos, quando obtidos por título de compra, por troca ou escambo, ou dados em pagamento em situações em que se provava má fé ou busca de lucros mediante anúncio ilusório poderiam ser devolvidos. Somente não poderiam ser enjeitados os bens havidos por título de doação¹¹.

“Nossas leis antigas e modernas têm formalmente negado e negam aos senhores o direito de vida e morte sobre os escravos; e apenas lhes dão a faculdade de os castigar moderadamente, como os pais aos filhos, e os mestres aos discípulos. Se o castigo não é moderado, há excesso que a lei pune, como se o ofendido não fôra escravo; e com justa razão” (MALHEIROS, 1944, p.23). A lei de 1830, Título II, Capítulo II, Art. 6º estabelecia como crime justificável, a punição comedida: “Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contrária às Leis em vigor”. Logo não era legalmente aceita a punição do escravo por seu senhor que resultasse em morte ou invalidez. Segundo Maria Helena P. T. Machado (1987), o castigo excessivo infringido sobre o escravo pelo senhor poderia ser punido em cumprimento à lei, além disso, as mortes prejudicavam a manutenção do ideal paternalista, colocando em risco a instituição escravista, mostrando os perigos do poder exercido de forma pessoal pelo senhor.

¹⁰ Já Malheiros (1944, p. 116) apresenta maior número de ocorrências em que a alforria acontecia contra vontade do senhor: se o escravo casava com seu proprietário; se era enjeitado ou exposto; se manifestava diamante de vinte quilates ou de maior peso era liberto, mediante indenização de \$400 réis ao senhor; se denunciava a sonegação de diamantes pelo senhor, além da liberdade, recebia mais o prêmio de \$200 réis; se denunciava o extravio ou contrabando de tapinhoã e pau-brasil; se o escravo era abandonado por inválido e depois se restabelecia; se o escravo saía do Império e depois retornava, com exceção dos casos de fuga e convenção em contrário.

¹¹ Ordenações Filipinas, Livro IV, Tit. 17, Parágrafo 9.

Da mesma forma, como propriedade, o cativo era arrolado e avaliado entre os bens de seus antigos proprietários quando estes faleciam e era transmitido aos herdeiros e legatários por ocasião da partilha do patrimônio do seu então senhor, salvo se fosse alforriado em testamento ou carta de liberdade. E, a partir de novembro de 1860, com a aprovação da Lei n.º 1140, qualquer operação envolvendo escravos, fosse troca, venda ou doação *in solutum*¹², cujo valor excedesse 200\$000 réis deveria ser essencialmente feita por escritura pública, sob pena de nulidade de contrato¹³.

Como conviria a um ser considerado como coisa e objeto de comercialização e transmissão nas leis, ainda que o escravo nascesse no Império, não era considerado cidadão em relação à vida social, política ou pública. E, por falta de tribunais especiais ou autoridades entendidas nos delitos por ele cometidos, era julgado conforme suas infrações como ocorria com livres e libertos. No entanto, somente estes últimos, ainda que com algumas restrições, podiam desfrutar de privilégios de cidadãos (MALHEIROS, 1944, P.17, 31).

Portanto, como o cativo, segundo a legislação, não tinha capacidade civil, quando pretendia, por exemplo, engendrar uma ação contra seu senhor ou defender seu interesse na sucessão de bens quando se tornava liberto por ocasião da morte de seu proprietário, precisava de um curador que representasse seus interesses.

Os escravos também não podiam ser testemunhas juradas nos tribunais, somente podiam prestar depoimentos como informantes, e apenas como tal seu discurso seria avaliado¹⁴. Diferentemente dos homens livres, quando se apresentavam como réus em ações criminais tinham que ser acompanhados de curadores juramentados que os assistiam ao longo do processo, da mesma forma, que todos os procedimentos judiciais a eles relativos deveriam ser notificados aos seus responsáveis legais (WISSENBACH, 1998, p. 39).

¹² Essa expressão refere-se à liberação de um bem em favor de outrem, mediante contrato, de forma gratuita ou onerosa.

¹³ Agostinho Marques Perdigão. Op. Cit., pp. 72-73. Lei n.º 1140 de 27 de setembro de 1860 art. 12 Parágrafo 7º, Reg. n.º 2699 de 28/11/1860.

¹⁴ Nas Ordenações Filipinas. Livro III, tit. 56, “Que pessoas não podem ser testemunhas” lê-se a seguinte determinação: “O escravo não pôde ser testemunha, nem será lhe perguntado geralmente em feito algum, salvo per Direito specialmente determinado”. Além disso, o cativo também não poderia ser testemunha em testamentos como o proíbe o Livro IV, tit. 85, “Dos que não podem ser testemunhas em testamentos”. Malheiros (1944, p. 67) mostra que muitos artigos da legislação vigente no país guardavam semelhanças com normatizações do Direito Romano. “Os mesmos princípios, abstração feita do que era peculiar aos Romanos, são aplicáveis entre nós. – O escravo não pode estar em Juízo; exceto: 1º nas causas espirituais, v.g. sobre matrimônio; 2º nas concernentes à sua liberdade; 3º nas que forem de evidente interesse público – Igualmente não pode ser testemunha, exceto: 1º se é havido geralmente por homem livre; 2º se a verdade se não pode provar de outro modo; 3º como informante”.

Os cativos não podiam mover ações jurídicas por si só, tendo que ser sempre assistidos por representantes civilmente capazes, que podiam ser seu senhor, um promotor público ou qualquer pessoa do povo para tratar de seus interesses enquanto vítimas, suplicantes em processos contra livres, informantes ou réus. Contudo, quando condenados por infrações e crimes, tinham que cumprir as penalidades previstas e eram responsabilizados por seus atos, o que configura a posição ambígua da lei com relação a eles¹⁵.

Logo, ao cativo, exclusivamente, era atribuída a personalidade jurídica em situações em que tinha que assumir a pena por suas infrações. Neste sentido, Malheiros (1944, p. 39) afirmava que era considerado igual aos homens livres podendo ser condenado por seus crimes:

Em relação à lei penal, o escravo, sujeito do delito ou agente dêle, não é cousa, é pessoa na acepção lata do termo, é um ente humano, um homem enfim, igual pela natureza aos outros homens livres seus semelhantes. Responde, portanto, pessoal e diretamente pelos delitos que cometa; o que sempre foi sem questão.

Na Constituição de 1824, título 8º “Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros”, art. 179, par. 19, lê-se a seguinte determinação “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis”. No entanto, dado que esta disposição era relativa aos direitos dos cidadãos brasileiros¹⁶, excetuava os cativos que ainda poderiam sofrer legalmente penas atrozes.

Por conseguinte, muitas vezes, a aplicação da legislação com mais rigor era permitida quando os réus eram cativos¹⁷. Conforme o artigo 60º do Código Criminal de 1830, na situação em

¹⁵ Entretanto, não era exclusividade do Brasil a ambiguidade da legislação com relação aos escravos. Um dos exemplos, não só da preponderância da vontade do senhor perante seus escravos, mas também da dupla interpretação do escravo conforme a situação em que é julgado é o caso apontado por Hartman: a escrava Célia, abusada por seu senhor por quatro anos seguidos, em uma determinada noite avisou-o que ele não deveria ir à sua casa e, neste dia, quando o proprietário tentou estuprá-la, ela o matou. O caso foi levado à Corte americana e Célia foi condenada por assassinato e executada à força. Estes fatos foram possíveis porque se entende que os escravos não têm vontade própria e nem subjetividade perante seus senhores, somente a tem quando são réus e não como vítimas. Neste sentido, Célia, perante o júri, não tinha subjetividade e nem livre arbítrio para consentir ou não no ato sexual, mas era reconhecida sua subjetividade para cometer crimes. Além disso, o estupro só era definido como tal quando cometido contra pessoas livres e que tinham livre arbítrio e direito ao consentimento ou não. Outro fator que facilitou a condenação de Célia foi a crença no discurso social da disponibilidade sexual permanente da mulher negra. (HARTMAN Apud KAPLAN e MOALLEM, 1999, pp. 111-141).

¹⁶ No título 2º, art. 6, par. 1º, são definidos como “cidadãos brasileiros” “Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Logo, não eram cidadãos os que permaneciam em situação de cativo, somente passavam a usufruir de seus direitos quando eram libertos.

¹⁷ O Título 62 “Da pena, que haverão os que acham escravos, aves ou outras coisas, e as não entregam a seus donos, nem as apregoam”, do Livro V das Ordenações Filipinas poderia ser evocado para legitimar a pena de açoites em escravos fugidos com o objetivo de conseguir informações sobre sua procedência. Conforme sua redação: “E porque muitas vezes os scravos fugidos não querem dizer cujos são, ou dizem, que são de huns senhores, sendo de outros, do

que o infrator era escravo, era autorizada a pena de açoites, punição não prevista nos artigos relativos a pessoas livres¹⁸. Apesar de na Lei de 1830 já estar prevista a pena capital nos casos de homicídio¹⁹, a lei de 10 de junho de 1835, determinava essa pena para os casos de assassinatos perpetrados por escravos em relação a seus proprietários ou familiares, feitores ou seus parentes²⁰.

Consequentemente, fica patente que aos cativos era permitido dispensar um tratamento mais rígido com relação aos delitos do que aos livres e libertos, sendo este um mecanismo utilizado para combater ameaças à ordem escravista. Neste sentido, a supracitada lei de 1835, trazendo artigos que determinavam a pena de morte também no caso de insurreições escravas, buscava coibir tentativas de revoltas. Logo, havia um reforço da legalidade da aplicabilidade de punições como a pena capital e os açoites aos escravos para desestimular atos contra os representantes do poder senhorial e seus familiares.

Além disso, os cativos não eram admitidos como praças no exército e nem na marinha, nem em cargos eclesiásticos. Não podiam fazer testamentos, contratos, serem tutores, herdar²¹, logo não lhes era permitido ter bens e administrá-los (MALHEIROS, 1944, p. 53). Da mesma forma, havia impedimento legal de que os escravos, mesmo que entregassem jornais aos seus senhores ficando com o excedente de seu trabalho, vivessem como livres fora da casa de seus proprietários, o que

que se segue fazerem-se grandes despesas com elles, mandamos que o Juiz do lugar onde fôr trazido scravo fugido, lhe faça dizer cujo he, e donde he, per tormentos de açoites, que lhe serão dados sem mais figura de Juizo, e sem apellação, nem agravo, com tanto que os açoites não passem de quarenta. E depois que no tormento affirmar cujo he, então faça as diligencias sobreditas.”

¹⁸ Na Lei de 16 de dezembro de 1830, Código Criminal do Império do Brasil, no Título II, Capítulo I, art. 60, consta a seguinte determinação: “Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar. O numero de açoites será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta”. Esta norma apenas seria revogada pela Lei 3.310 de 1886.

¹⁹ Lei de 16 de dezembro de 1830, Título II, Capítulo I, Art. 192. “Matar alguém com qualquer das circumstancias aggravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete. Penas - de morte no gráo maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no minimo”. Essa lei de 1830 “estabeleceu a pena de morte, sem recurso, aos escravos, com o objetivo de combater suas revoltas e insurreições que ocorreram no país nas décadas de 1820 e 1830, consequências do 'haitianismo' tão temido pelas autoridades no período. No âmbito da legislação criminal, os escravos foram, sem qualquer vacilo, impiedosamente perseguidos e controlados em nome da salvaguarda dos direitos de propriedade privada senhorial.” (PENA, 2001, p. 30).

²⁰ Lei n.º 4 de 10 de junho de 1835, Art. 1º “Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem. Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes”. Embora os escravos que atentassem contra a integridade fisica do senhor, de feitores ou familiares destes devessem ser punidos com a pena de morte, muitas vezes essa norma não era cumprida, pois, representava a perda de capital investido pelo proprietário no cativo, por isso, era mais vantajoso, e, portanto usual, vender os infratores.

²¹ Ord. Filipinas, Livro 4º, tít. 92.

deveria ser castigado com pena²². Todavia, como ressalta Malheiros, muitos proprietários o consentiam, visto que essa prática constituía uma forma de se desencarregarem do ônus da manutenção de seus cativos.

Assim sendo, segundo o jurista, também não era incomum se deparar com cativos que cultivavam terras para si nas fazendas de seus senhores com o consentimento destes, conseguindo com o produto integral deste trabalho, formar o seu pecúlio.

Portanto, embora até 1871, nenhuma lei garantisse ao cativo o direito a acumular bens ou dinheiro este fazia parte do direito consuetudinário²³. Assim, muitos cativos empregados por seus senhores nos jornais ou no ganho entregavam-lhes a quantia estipulada pela realização de seu ofício e ficavam com o excedente, utilizando, em alguns casos, quando conseguiam capital suficiente, para a compra de sua liberdade. Neste sentido, como afirma Cunha (1986, p. 124):

o costume de se alforriarem escravos que apresentassem seu valor era largamente praticado, mas à revelia do Estado; não, porém, que o Estado se opusesse, mas porque não lhe era permitido sancioná-lo em lei, pela oposição daqueles mesmos que praticavam essa regra costumeira.

Isso significa que os senhores valiam-se da ausência de uma lei que estabelecesse regras para a concessão de liberdade mediante restituição do valor pelos próprios cativos e faziam valer seu direito particular sobre a questão da manumissão. Logo, não havendo interferência do Estado nas questões relativas à libertação, os proprietários poderiam praticar abusos mais facilmente, por exemplo, exigir dos escravos valores muito superiores pelos quais seriam comercializados no mercado ou mesmo não consentir com a cessão dos direitos de domínio sobre o cativo, mesmo que este pudesse indenizá-lo com serviços, pagamento ou cumprimento de outras cláusulas.

²² O Título 70 “Que os scravos não vivam per si, e os Negros não fação bailos em Lisboa” do Livro V das Ordenações Filipinas, proibia os escravos de viverem em casas que não as de seus senhores. Segundo sua determinação: “Nenhum scravo, nem scrava captivo, quer seja branco, quer preto, viva em caza per si, e se seu senhor lho consentir, pague de cada vez dez cruzados, a metade para quem o accusar, e a outra para as obras da Cidade; e o scravo ou scrava seja preso e lhe dem vinte açoutes ao pé do Pelourinho”.

²³ Segundo Malheiro, embora não respaldadas por lei positiva, existiam diversas situações nas quais havia o consentimento do senhor para o acúmulo de pecúlio pelo escravo. Entre as mais comuns arroladas pelo Padre Breneu no *Universo Jurídico* estão: “1º o de ajuste com o próprio senhor, pelo qual fôsse o escravo obrigado a dar-lhe um certo jornal; o excesso seria do escravo; 2º se o senhor expressa ou tácitamente convém em que o escravo adquira para si alguma coisa; 3º se alguma coisa fôr doada ou legada ao escravo com cláusula expressa ou tácita de que seja exclusivamente sua, e não do senhor, à semelhança do que dispõe o direito acêrca dos filhos sujeitos ao pátrio poder mesmo quanto ao usufruto, e em outro casos análogos; não obstante a opinião contrária, que entende nula tal cláusula; 4º se o escravo aumentar o seu pecúlio ou naturalmente ou industrialmente; 5º se ao escravo fôr dada ou legada alguma coisa em atenção ao próprio escravo e não ao senhor; 6º e o escravo, poupando os seus alimentos, os converte em valores ou bens; 7º se ao escravo se manda pagar alguma indenização por ofensa recebida; se pelo senhor, a sua

Ainda que pelo Direito Natural o escravo pudesse constituir família²⁴, até 1869, não havia legislação secular que garantisse que os membros da família cativa permaneceriam unidos, assim, essa instituição poderia ser ameaçada diante de vendas ou partilhas de heranças de seus integrantes²⁵.

Ao obter sua liberdade o cativo passava a ter assegurados os direitos de cidadão brasileiro, tal como as pessoas nascidas livres. Assim, a alforria constituía a única forma de acesso dos cativos à cidadania, por isso, convém entender como se dava o processo de transição e a conquista do *status* jurídico de liberto.

Como vantagens de se tornar forro, Mary C. Karasch (2000, p. 470) lista: “direito de casar-se e constituir família sem medo de ser separado; direito à propriedade, inclusive de escravos; direito de ficar com a totalidade do salário que obtinham no ganho; mais opções de moradia; uma mobilidade física maior do que a dos cativos”.

Segundo Malheiros, a manumissão configurava-se pela cessão de direitos e domínio do senhor sobre seu escravo, logo, por este ato, o ex-cativo recuperava seu gozo à liberdade que lhe era natural, mas que havia sido-lhe restringido pela escravização consentida pela lei positiva²⁶. Conforme afirmou o autor os modos mais comuns de libertar no Brasil, eram:

“1º a carta, ainda que assinada somente pelo senhor ou por outrem a seu rôgo, independente de testemunhas (A carta é geralmente registrada nas Notas de algum tabelião); do que dão fê os registros respectivos); 2º o testamento ou codicilo (Os registros das Provedorias são a prova viva desta asserção); 3º a pia batismal.”²⁷

importância pertence ao escravo, se por estranho, divergem, conquanto se deva decidir que pertence ao escravo”. (MALHEIROS, 1944, p. 60-61).

²⁴ Já no Direito Romano não era reconhecido o parentesco e nem o casamento entre escravos, só a união natural ou de fato (*contubernium*).

²⁵ As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação canônica de autoria do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, promulgada em 1707 e em vigor até o final do Império, estabelecia normas para a conduta dos membros das dioceses na colônia, adaptando as normas eclesiásticas à realidade local. Dentre as diversas resoluções referentes às relações entre proprietários e seus cativos, “exigia-se que os senhores permitissem o casamento do escravo e que pudessem manter sua família unida” (SCHWARTZ, 1974, p.81). Pensando nas dificuldades que a instituição familiar escrava podia enfrentar no contexto da transmissão de patrimônio e negócios comerciais para se manter unida pode-se citar o artigo de Rocha (2006), em que menciona no inventário *post-mortem* feito em 1870 por morte do capitão Francisco José de Camargo, a separação de uma filha dos pais e irmão, pois, como era costume na época, queriam dar a cada herdeiro menor pelo menos uma criança escrava da mesma faixa de idade. Entretanto, como os herdeiros eram vizinhos, apesar do apartamento, devido à proximidade geográfica, a filha e os seus familiares se veriam.

²⁶ “A alforria não é portanto, em sua última, única, e verdadeira expressão mais do que a renúncia dos direitos do senhor sobre o escravo, e a conseqüente reintegração dêste no gozo de sua liberdade, suspenso pelo fato de que êle foi vítima; o escravo não adquire, pois rigorosamente a liberdade, pois sempre a conservou pela natureza, embora latente (permita-se o termo) ante o arbítrio da lei positiva” (MALHEIROS, 1944, p. 146).

²⁷ Diferentemente de Roma, onde a forma solene ou não de alforriar cativos é que definiria quais direitos os libertos conquistariam, no Brasil, todas as formas de registrar a manumissão assegurariam a cidadania ao liberto. Malheiros,

Além disso, o escravo poderia conseguir sua liberdade por meio de uma ação de liberdade, ou seja, um libelo movido contra seu senhor para reivindicar seu direito à alforria representado por uma pessoa civilmente capaz. Pode-se citar como exemplo, os casos em que ex-proprietários reescravizavam um candidato à liberdade que já pagara seu preço ou situações em que os cativos eram obrigados a prestar ofícios ofensivos à moral e aos bons costumes. Neste sentido, pode-se citar o caso de subdelegados na Corte que enviaram ao juiz da 2ª vara uma lista de proprietários e escravas, as quais foram obrigadas pelo seu senhor, contra suas vontades, a se prostituírem. Eles agiram com o objetivo de conseguir a libertação de escravas embasando-se, neste processo que obteve sucesso, em disposições do Direito Romano (CHALHOUB, 1990, p. 152). Os negros trazidos para o Brasil e escravizados ilegalmente depois da proibição da entrada de escravos no país também podiam mover libelos por meio de representantes buscando reaver sua liberdade²⁸.

Com exceção dos casos em que cativos obtinham a libertação mediante processo judiciário em função de infrações cometidas pelos senhores, a manumissão poderia ser concedida ao cativo de forma incondicional ou mediante cumprimento de cláusulas acordadas entre ele e seu proprietário. E, para que fosse válida era imprescindível que o ato fosse uma livre disposição do senhor, sem coação ou ameaça, desde que este gozasse de sanidade mental, além disso, o cativo deveria estar livre de embargo e dívidas e a concessão não podia lesar credores ou herdeiros necessários.

Logo, qualquer situação que remontasse à irregularidade poderia resultar na revogação da libertação, sendo esta conferida pelo senhor durante sua vida ou por disposição de última vontade para vigorar depois de sua morte.

Apesar da alforria somente ser decidida e concedida pelo proprietário do escravo, sua execução poderia ser passada à responsabilidade de um terceiro, situação em que o senhor deixava o cativo para servir ou acompanhar outras pessoas por determinado tempo ou até a morte dos mesmos. Esse modo de alforriar era chamado de fideicomisso ou forma fideicomissária e o designado passava a ser usufrutuário dos serviços do candidato à liberdade e cabia-lhe ser o executor da vontade de quem havia demitido o poder que detinha sobre o cativo. Nestes casos, em

inclusive defende que a falta de escritura pública não inviabilizaria a libertação, pois, “[...] tôda prova é admissível, seja qual fôr o valor pecuniário” (MALHEIROS, 1944, p. 94).

²⁸ Neste sentido, a lei de 1831, que tornava livres os que entrassem no país como escravos, conferiu subsídios para as ações movidas por advogados e outros representantes para reaver a liberdade dos chamados africanos livres que permaneciam em situação de cativo. Da mesma forma, a lei Eusebio Queirós, de 1850, vinha para proibir novamente o tráfico, uma vez que a lei anterior foi frequentemente infringida e negligenciada, inclusive por órgãos e autoridades provinciais.

que o escravo era objeto de uma promessa de liberdade, constante em escritura pública ou em testamento, na maior parte das vezes, era considerado um liberto condicional ou como denominado pelos romanos, *statuliber*²⁹.

Por exemplo, em seu testamento, feito em 1867, Tristão da Cunha Cavalheiro expressava seu desejo de deixar libertas suas escravas Benedicta, Olegaria, Maria e Joana, porém, elas teriam que aguardar até o seu falecimento e depois prestar serviços também até a morte de Francisca Emilia dos Santos, como se constata no discurso do testador:

Declaro que em dous de junho de mil oito centos e cincoenta e nove paSsei em papel de doação das crioulas Benedicta, e Olegaria á Francisca Emilia dos Santos com a condição de lhe servirem somente por sua vida, e por sua morte ficarão forras, sem mais condição alguma, e por este ratifico dita doação. Declaro que a minha escrava Maria crioula, cazada com o mulato Dionizio, e Joanna, filha da mesma de idade de seis annos, deixo á dita Francisca Emilia dos Santos com a condição das duas primeiras, isto é de servirem somente por vida da mesma, e por morte della gozarão de sua liberdade, sem mais condição alguma³⁰.

Portanto, depois de cumpridas essas duas cláusulas teriam efetivada sua manumissão e poderiam desfrutar de sua liberdade sem restrições.

Nesta situação, trata-se de uma alforria fideicomissa, isto é, o proprietário das escravas, que detém o direito de domínio sobre elas, concede-lhes alforria mediante a condição de servir a usufrutuária Francisca, que passaria a ser a executora da sua determinação de libertá-las. Portanto, a senhora não poderia registrar disposições relativas às alforriadas para terem validade depois de sua morte, pois, neste momento a cláusula do ex-senhor para a efetivação da libertação estaria satisfeita e as então forras não poderiam ser transmitidas por herança a herdeiros ou legatários.

Assim, quando Tristão faleceu em 1877, Benedicta, Olegaria, Maria e Joana não foram avaliadas integralmente, somente foram orçados seus serviços, visto que não foram consideradas cativas, pois, era reconhecido o seu direito à liberdade plena, que somente estava adiado ao

²⁹ O *statuliber*, em Roma, era o que sendo de feito livre, dependia do cumprimento de condições pré-estabelecidas para ser livre de direito. Por muito tempo, entendeu-se que devia servir como escravo, podia ser vendido, penhorado ou ser objeto de qualquer operação de comércio, poderia ser punido com ações e penas cruéis e somente adquiria para si mediante autorização e reserva por parte de seu proprietário. No entanto, com o passar do tempo, os romanos “se viram forçados a reconhecer no escravo em tais condições um direito à liberdade; direito inaférível, como se fôsse já definitivamente livre: por forma, que ninguém podia impedir a tal indivíduo o gozo da liberdade, eis que chegasse o termo ou se verificasse a condição, fôsse o próprio herdeiro, ou qualquer outra pessoa que o possuísse, estivesse onerado ou não com hipoteca, ou mesmo reduzido a cativo inimigo, porque a condição o acompanhava sempre, e devia religiosamente cumprir-se a disposição; era até crime aliená-lo ocultando a condição.” Mais tarde, a lei de Antonio ou Caracala determinaria a inaplicabilidade da pena de tortura e açoites aos *statuliber* (MALHEIROS, 1944, p.138).

³⁰ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Tristão da Cunha Cavalheiro. Nº Proc. 1262, 23/09/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 483).

momento do falecimento da legatária³¹. Logo, pode-se dizer que eram libertas condicionais ou para usar o termo romano, *statuliber*, e, ao não serem avaliadas como propriedade, passavam a desfrutar de um novo *status* jurídico, garantido pelo processo judicial do inventário. Como não eram mais objeto de posse, depreende-se que não podiam ser hipotecadas, vendidas, doadas, somente poderiam ser utilizados seus préstimos e não suas pessoas em si.

Por conseguinte, o futuro forro ainda que tivesse cláusulas a cumprir, estava em um nível intermediário entre a escravidão e a liberdade e já passava a ter algumas vantagens em relação aos cativos. Em muitos aspectos a legislação já o favorecia aproximando-o dos indivíduos livres e libertos.

Por exemplo, como dito, a Constituição de 1824, tornou inaplicável a punição de açoites aos libertos, visto que “odiosa, aviltante e infamante ela só deve aplicar-se nos termos estritos da lei ..., isto é ao escravo enquanto escravo”³² e, de acordo com Malheiros, mesmo os libertos condicionais estavam isentos desse tipo de castigo.

Seguindo a reflexão do jurista, infere-se que tanto nas alforrias fideicomissas como nas demais sujeitas a cláusulas para sua efetivação, o direito e o gozo da liberdade plena pelos libertos condicionais só havia sido adiado e eles passavam a ter um *status* jurídico especial.

Desta forma, conforme suas explicações, poderiam desfrutar de benefícios como ser liberto e “não mais rigorosamente escravo”; ter restituída imediatamente sua liberdade, mas não o direito de gozá-la visto que este estava sujeito ao cumprimento das cláusulas impostas; poder fazer aquisições para si; não ser punido com pena de açoites e nem ser processado como escravo; não poder ser objeto de comércio; ter garantia da liberdade dos filhos concebidos; prestar serviços a que é obrigado, porém seus préstimos não serem considerados propriamente servis e não ter o usufruto de seus serviços transferidos a outras pessoas que não as determinadas pelos antigos senhores³³.

³¹ Entre os bens do inventariado constaram as quatro libertas sujeitas à prestação de serviços a Francisca até a morte desta, que constaram em avaliação separada a dos escravos que não tinham expectativa de manumissão e permaneceriam em cativeiro. Olegaria, cor fula, crioula, 19 anos, doméstica, teve seus serviços orçados 300\$000 réis; Benedicta, cor fula, crioula, 20 anos, cujos serviços foram avaliados em 300\$000 réis; Joana, cor preta, crioula, 18 anos, doméstica, avaliados seus serviços por 300\$000 réis e Maria, cor preta, crioula, 60 anos, cozinheira, orçados seus préstimos por 50\$000 réis. Só para efeito de comparação, na avaliação dos cativos do mesmo inventário, estava Vicencia, cor preta, de Nação, 50 anos, lavadeira, avaliada integralmente em 500\$000 réis, quantia muito superior à que foram orçadas as libertas condicionais nas faixas de maior produtividade, por terem sido somente considerados seus serviços. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Tristão da Cunha Cavalheiro, Nº Proc. 748, 1877-1879, fl. 16-16v.

³² Alvará de 15 de julho de 1775, Par. 12 (MALHEIROS, 1944, p. 28).

³³ Segundo Malheiros (1944, p. 132, 137, 149) “os filhos da *statuliber* são livres e ingenuos, visto como livre é o ventre; a condição ou o tórmo não mudam nem alteram a sorte da mãe quanto à sua verdadeira e essencial condição de livre”.

No entanto, ainda que a compilação de artigos legislativos e os comentários do advogado sejam válidos para esclarecer e permitir reflexões sobre a política escravista no período, certamente, muitos dos pontos defendidos por ele não podem ser tomados da forma inconteste. Seguramente há uma série de relativizações que cabe fazer, visto que, mesmo que o *statuliber* fosse visto juridicamente e socialmente de forma diferente de um escravo, sua situação era instável, precária.

O Título 63 do Livro IV das Ordenações Filipinas, como reconhece o próprio Malheiros, previa situações em que as alforrias podiam ser revogadas pelo proprietário durante sua vida, tanto as que fossem condicionais como as que já estivessem em vigor. Caso o forro fosse ingrato ou não assistisse seu ex-senhor passando por privações ou necessidades (alimentos, vestimentas, ser remido de prisão) caso tivesse recursos para tanto, sua libertação poderia ser anulada. Contudo, especialmente o art. 7, deixa uma imensa lacuna do que poderia ser configurado como ingratidão:

Se alguém forrar seu scravo, livrando-o de toda a servidão, e depois forro, cometter contra quem o forrou, alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em ausencia, que seja verbal, quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade, que deu a esse liberto, e reduzil-o à servidão, em que antes stava. E bem assi por cada huma das outras causa de ingratidão (desonrar, injuriar ou causar danos ao senhor, atacá-lo ou feri-lo, agir de má fê, não cumprir condições acertadas), porque o doador pode revogar a doação feita ao donatario, como dissemos acima³⁴.

A redação deste título dá margem para que diversos comportamentos de um cativo pleiteando sua manumissão pudessem ser alegados pelo senhor como uma falta de agradecimento ao benefício que este lhe fazia, o que viabilizaria a expectativa de liberdade como um mecanismo de controle de escravos sob a ameaça de cancelamento da alforria.

Além da possibilidade de invalidar uma manumissão já em vigor, mediante os casos previstos na legislação, fosse esta concedida por carta de liberdade ou por testamento aberto, era possível o proprietário alterar sua disposição em relação ao cativo referido em testamento cerrado, no qual suas solicitações constavam em segredo até a abertura do documento quando o senhor falecia.

Assim, Malheiros afirma que a intenção de alforriar poderia não se tornar concreta e nem constituía para o senhor uma obrigação mesmo se constasse em testamento cerrado ou codicilo ou houvesse carta de liberdade não lançada nas Notas³⁵. Por conseguinte, muitos destes documentos

³⁴ Ord. Filipinas, Livro 4º, tit. 63. “Das doações e alforria, que se podem revogar por causa de ingratidão”.

³⁵ “Assim como o senhor pode retirar arbitrariamente a liberdade na sua intenção de conferir (in mente reposta), embora escrita em testamento cerrado ou codicilo, assim o pode fazer quando por carta não entregue, exibida ou mandada registrar; é apenas um ato intencional, puramente de consciência, do qual nenhum direito vem ao escravo. Por forma que só por morte se verificará, se ainda o escravo se achar no patrimônio e se existir a disposição a seu favor. Os filhos

eram portadores de promessas de liberdade que sujeitavam, muitas vezes, os candidatos à manumissão a uma longa espera e ao enfrentamento de várias adversidades até a efetivação de sua libertação.

Convém ressaltar, diante da omissão que faz Malheiros, que muitas cartas de liberdade eram trasladas para as Notas antes que as condições a serem satisfeitas para a alforria ter validade fossem cumpridas.

Por exemplo, em 30 de abril de 1861, um proprietário redigiu uma carta de liberdade condicionando sua cativa a ter bom comportamento ao servi-lo e aguardar sua morte para se tornar liberta e no mesmo dia registrou o documento em cartório. Desta forma, a escritura, apresentava o seguinte teor:

“João Pereira Bueno, declaro que sou senhor e possuidor de huma escrava de nome Balbina, mulata de trinta e hum annos de idade, pouco mais ou menos, cuja escrava me tocou em meação dos bens de meo extinto casal por fallecimento de minha mulher Manoela Maria de Carvalho, cujo inventario teve lugar no Juizo de Orphaos desta Capital, e sendo minha vontade que esta escrava por minha morte fique liberta, pela prezente confirmo esta liberdade conferida a escrava com a condição de gozal-a, por meo fallecimento, conservando-se em meo captiveiro até essa occasião; e isto mesmo no cazo da dita escrava ter sempre bom comportamento em minha companhia, sem desgostar-me, porque neste cazo ficará esta de sem hum effeito. Outro sim declaro que se por acazo no meo fallecimento realizar-se esta liberdade sahirá o seu valor da terça dos meos bens”³⁶.

Portanto, escrituras ou cartas de liberdade registradas nos cartórios não eram necessariamente sinônimo de alforria obtida.

Outrossim, apesar de muitas manumissões já estarem lançadas em cartório, ou seja terem uma prova documental que as asseverava/asseveraria, houve também casos em que a disposição relativa à alforria não havia sido documentada pelo senhor do cativo, mas foi registrada posteriormente como demanda de sua vontade não escrita.

Como exemplo, pode-se citar o libelo movido por Manoel. O cativo, representado pelo seu curador, Joaquim Ignacio Ramalho, após a morte de seu senhor Manoel Ferreira Bastos, moveu uma ação requerendo sua libertação, pois, segundo ele, seu proprietário tinha começado a redigir sua carta de liberdade, porém, devido à enfermidade, não havia podido concluí-la, portanto, teria existido uma disposição favorável à alforria por parte de seu senhor, mas não havia documento em que estivesse registrada.

havidos até essa época, ou outra em que o ato produza, são escravos. O mesmo não podemos dizer, quando a liberdade fôr conferida em testamento aberto, por ser equiparada à alforria causa mortis, que não é revogável a arbítrio” (MALHEIROS, 1944, p. 108).

Neste caso, o juiz municipal da cidade de São Paulo, Jose Pedro de Azevedo Segurado, atendeu à petição já que, apesar da ausência de declaração manuscrita, o desejo do senhor de conceder a libertação era comprovado por relatos de testemunhas, sendo estes amigos do proprietário que haviam escutado as suas afirmações sobre a manumissão.

Assim, a resolução do juiz privilegiava a intenção do senhor de libertar seu cativo, em detrimento da falta de registro escrito, mas devido à comprovação por depoimentos e demandava o lançamento nas notas de uma carta de liberdade em favor do forro³⁷.

Além desse exemplo, pode-se citar o da parda Helena e seus cinco filhos (declarados como filhos naturais de seu então senhor), que no início de 1870, estavam correndo o risco de serem reclamados como espólio dos herdeiros de seu ex-senhor, que havia falecido e, por isso, moveram uma ação para a manutenção de suas liberdades. O representante dos curatelados, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, alegou que Helena sempre viveu ao lado de seu ex-senhor, Jacob Michels, auxiliando-o em seus negócios e sustentando-o quando este ficou doente.

O curador dos ‘libertos’ conseguiu depoimentos de testemunhas que afirmavam que o ex-proprietário havia declarado livres tanto a parda quanto seus filhos e que a forma com que os tratava indicava serem reconhecidos como tais (PENA, 2001, p. 203-204).

Embora só existissem duas certidões de batismo no livro de livres e o ex-proprietário tivesse afirmado, segundo depoentes, que não havia registrado a carta de liberdade de Helena por medo de que ela não se dedicasse mais a ele, o juiz deu ganho de causa aos libertos. Portanto, a garantia da liberdade aos ex-escravos foi alcançada “indo de encontro à tradição da jurisprudência, que ratificava a escravidão para estes casos”, situação que deixou claro que, mesmo diante da falta de documentos, a liberdade pôde ser assegurada por meio de testemunhos de pessoas que garantiam que ela havia sido concedida (PENA, 2001, p. 204). Portanto, neste caso, o conhecimento público foi a prova mais consistente em favor da manutenção da alforria em face da insuficiência de documentos escritos registrados em Livro de Notas ou assentos de batismos no livro de livres.

Ademais, a carta de liberdade em favor de Joanna foi registrada por Antonia Maria do Carmo de Andrade, posteriormente à morte de sua mãe, senhora da cativa, que por estar doente de cama não havia escrito o documento, mas declarou perante testemunhas a sua vontade de alforriar.

³⁶ 1º Cartório de Notas da Capital de São Paulo. Livro de Notas 57. Carta de Liberdade conferida por João Pereira Bueno a Balbina. 30/04/1861, p. 6-7.

Deste modo, em atendimento à disposição da senhora, sua filha encarregou-se de lançar o documento nas notas e asseverar a manumissão.³⁸

Portanto, esses casos mostram que, caso a vontade do senhor de alforriar fosse comprovada por depoimentos e testemunhas, mesmo em face da ausência de documentos escritos, poderia ser garantida e, muitas vezes, para que não restassem dúvidas futuras, eram lançadas cartas de liberdade nas notas de cartórios em favor dos interessados.

Com relação às cláusulas a serem cumpridas pelos candidatos para que suas libertações concedidas em testamentos ou em cartas tivessem vigor podiam estar, como já visto, a imposição de prestação de serviços/companhia a legatários ou herdeiros por determinado tempo ou até a morte dos mesmos, bom comportamento, obediência e trabalho exemplares ao senhor, a espera até a morte do proprietário, o pagamento à vista ou em prestações ou outros requisitos como abandonar vícios, casar ou ter filhos, além disso, duas ou mais dessas condições poderiam ser combinadas.

Ainda que a alforria fosse comprada pelo escravo poderia ser revogada, visto que as Ordenações não restringiam o cancelamento das libertações em situações de ingratidão quando esta havia sido obtida a título oneroso³⁹. Neste sentido, embora fosse menos comum, existiam manumissões, cuja efetivação dependia, além do pagamento, do bom comportamento do cativo, sob pena da escritura de liberdade ficar sem efeito, como é o caso da carta de liberdade registrada por Theresa Maria de Sousa Santos a favor de sua escrava Faustina.⁴⁰

³⁷ 1º Cartório de Notas da Capital de São Paulo. Livro de Notas 58. Carta de Liberdade resultante da aprovação do requerimento feito por Manoel, representado por seu curador, ao juiz municipal Jose Pedro de Azevedo Segurado. 26/10/1861, fl. 62-63v.

³⁸ 1º Cartório de Notas da Capital de São Paulo. Livro de Notas 89. Carta de Liberdade registrada por Antonia Maria do Carmo de Andrade a favor de Joanna. 19/07/1881, fl. 100v.

³⁹ Em Roma, a anulação da manumissão do liberto que não fazia jus à concessão era chamada ingrati liberti e “só era permitida às próprias partes originárias, e jamais aos herdeiros do patrono, nem contra os herdeiros do liberto. O fiduciário igualmente a não podia intentar. – Também não tinha lugar a revogação por ingratidão, se a liberdade era havida pelo liberto a título oneroso” (MALHEIROS, 1944, p. 165-166).

⁴⁰ “Pela presente carta de liberdade por mim feita e assignada, dou a liberdade a minha escrava Faustina de Nação, por ter me dado a quantia de oito cento mil reis / oito centomil reis (sic) para a dita liberdade e para que possa gozar da dita liberdade como se livre nascesse desde o momento que eu lhe der a presente carta, mas não faltando nunca o respeito que me he devido como senhora que fui della o momento que faltar ficara de nem hum effeito fazendo utilização da dita quantia esta sendo da minha vontade fazer”. Na escritura de liberdade a senhora declarou como condição para a libertação o pagamento de 800\$000 réis e a liberta continuar a manter o respeito pela ex-senhora como sempre havia feito. Apesar da alforria ter validade desde o momento do registro da carta, como percebe-se na redação, a ex-proprietária deixava claro que se a cláusula referente ao comportamento da forra fosse descumprida a carta ficaria sem efeito e a quantia paga seria usada de acordo com seu arbítrio. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 58. Carta de liberdade registrada por Theresa Maria de Sousa Santos a favor de sua escrava Faustina, 03/10/1861, fl. 61-61v.

Desta forma, as manumissões condicionadas ao bom comportamento só se efetivavam mediante o julgamento do senhor da boa procedência do cativo, critério subjetivo que também poderia facilmente dar margem para a anulação do ato. E, caso a concessão fosse anulada, o então escravo poderia ser vendido ou doado. Somente depois de 1871 é que seria proibida a revogação das manumissões.

Logo, somente era irrevogável o direito à manumissão concedida pelo senhor quando este morria, visto que seus herdeiros e legatários não podiam torná-la sem efeito. Portanto, nestas situações, o liberto condicional passava a ter reconhecido o direito à liberdade, sendo que as cláusulas para sua alforria não podiam ser alteradas, logo, não podia ser vendido ou ser objeto de operações comerciais, nem os seus serviços podiam ser transferidos a outra pessoa que não a designada pelo seu ex-senhor, de acordo com as condições estipuladas no documento em que constava a alforria.

Outrossim, o forro que ainda tinha condições a cumprir, mas deveria ter garantida sua alforria poderia ser testemunha em tribunal como um 'liberto pleno'. Além disso, em muitos casos, como não era mais um escravo, e, especialmente, quando havia cláusulas que envolviam pagamento para a alforria conseguia usufruir de mais mobilidade espacial e econômica.

Com relações aos filhos da *statuliber*, se seriam livres ou cativos, isto dependia do que havia sido acordado entre senhor e escravo e constava no testamento ou na carta de alforria quando a alforria/promessa de liberdade era registrada.

Por exemplo, Anna Angelica da Silva Horta, que condiciona sua cativa Rita à prestação de serviços à legatária instituída, estabelecia que a prole gerada pela candidata à liberdade deveria trabalhar enquanto sua genitora servisse e quando ficasse forra também conquistaria sua manumissão⁴¹.

Já Maria Joaquina de Abreu Cruz e Alvares, em seu testamento, declarava seu desejo de que após a sua morte sua escrava Andreza ficasse liberta, no entanto, a mesma deveria ainda servir ao seu senhor, pelo que subtendê-se, o esposo da testadora, por 15 anos e durante este período, em que já era forra, mas ainda tinha restrições, os filhos que concebesse seriam escravos⁴².

⁴¹ “Declaro que a minha escrava Rita logo depois de minha morte deixo-a para servir à Dona Luiza Barbara de Saldanha durante sua vida, e por sua morte ficará forra, e se ao tempo que a dita escrava estiver em poder da dita Dona Luiza, tiver filhos estes servirão à mesma, enquanto viva for e por sua morte serão igualmente forros como sua mãe [...]”. Cf. Testamento de Anna Angelica da Silva Horta. Nº Proc. 850, 20/08/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 322).

⁴² A senhora expressava seu desejo de manumitir seis de seus cativos, sujeitando-os à prestação de serviços por tempos diferentes ao seu cônjuge, com relação a Andreza referia-se da seguinte forma: “Deixo liberta a minha escrava Andreza

Como percebeu Chalhoub, muitos libelos movidos por curadores de libertas condicionais para assegurarem a liberdade de seus filhos nascidos durante a fase do cumprimento das cláusulas impostas pelos senhores tiveram ganho de causa. Todavia, isso dependia de interpretação dos juízes que avaliavam as petições e os argumentos expostos pelas partes e, provavelmente, nos casos analisados não houve resolução, por parte do senhor, de que os filhos das libertas condicionais seriam sua propriedade, o que teria dado margem às ações⁴³.

A questão da escravidão sempre se constituiu um assunto de interesse internacional, e, no início do século XIX, era alvo de preocupação, especialmente, no tocante ao tráfico transatlântico. Este era fortemente combatido pela Inglaterra, que pressionava diversos países a normatizar leis que proibissem o transporte de negros africanos e seu comércio.

Neste sentido, uma das medidas tomadas, além dos tratados assinados pelo Brasil sob influência inglesa, foi a aprovação da Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como 'Lei Feijó', que proibia a entrada de escravos no território brasileiro declarando-os livres, conforme Art. 1º, Parágrafo 1º:

Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: 1º. Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2º. Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil.

Todavia, a entrada de negros africanos continuou ainda por muito tempo em face da convivência e até conveniência para autoridades provinciais, que entendiam que não era possível uma solução imediata para combater a escravidão no país, visto que esta era a base da agricultura latifundiária e exportadora, além de se encontrar disseminada por vários setores econômicos⁴⁴. Assim, dada sua recorrente inaplicabilidade, essa lei ficou conhecida como 'para inglês ver'.

criola filha de Candido, e Rufina, com a condição de servir a seo Senhor quinze annos, e os filhos que tiver neste prazo serão cativos”. Cf. Testamento de Maria Joaquina de Abreu Cruz e Alvares. Nº Proc. 788, 10/10/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 297).

⁴³ A questão suscitava muitas dúvidas, tanto é que, em 1857, os juristas do IAB se reuniram em sessão para definir a liberdade ou não para os filhos nascidos das libertas sob condição (as *statuliber*) (PENA, 2001, p. 32).

⁴⁴ Conforme afirma Conrad (1985, p. 42), mesmo após a abolição do tráfico, “grandes quantidades de escravos continuaram a ser desembarcados ilegalmente no Rio de Janeiro, frequentemente sem grandes esforços no sentido de encobrir o que estava acontecendo. Além disso, muitos milhares mais eram trazidos para terra firme em dezenas de pequenos portos, ancoradouros, enseadas, e mesmos em praias abertas, particularmente nas províncias de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, onde havia a maior demanda por escravos. Estatísticas oficiais britânicas fixam o número o total de escravos importados ilegalmente para o Brasil entre 1831 e 1852 em 486 526, cifra que o historiador britânico Leslie Bethell considera muito baixa devido à óbvia impossibilidade de coletar informações completas sobre o contrabando de escravos e à falta de quaisquer estatísticas de várias regiões do Brasil em determinados anos”. Também Tavares Bastos (1938, p. 175) divulgou números que comprovam como a importação de escravos se manteve mesmo com a proibição. Como ele afirma: “Dados estatísticos, recolhidos cuidadosamente pela comissão inglesa do trafico, verificaram que no

Contudo, com a continuidade do tráfico negreiro a Inglaterra arrefeceu e em 1845 o parlamento inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen que dava poderes para a esquadra britânica apreender navios negreiros em alto mar, qualquer que fosse sua nacionalidade, confiscar sua carga, prender a tripulação e submetê-la a julgamentos pelas leis britânicas.

Desta forma, essa lei interferiu nos negócios do Brasil, na medida em que muitos navios mercantes brasileiros passaram a ser interceptados em água nacionais, prejudicando atividades comerciais. A situação se tornava cada vez mais insustentável com a Inglaterra passando a fazer incursões na costa dos países, interferindo desse modo na soberania nacional.

Como um resultado desse contexto, em 4 de setembro de 1850 passou a ter vigor a Lei nº 581, conhecida como 'Lei Eusébio de Queiroz', depois da qual reduziram-se substancialmente as importações ilegais de escravizados.

Essa disposição legislativa foi uma das mais importantes com relação à escravidão, pois, à medida que era inviabilizada a reposição da mão-de-obra escrava por negros africanos, a extinção da escravidão tornava-se somente uma questão de tempo, uma vez que alternativas como o tráfico interprovincial e a reprodução natural do plantel não seriam suficientes para a renovação da escravaria, especialmente, dos grandes proprietários. Por isso, um dos efeitos dessa lei foi a alta dos preços dos cativos, uma vez que eles se tornavam cada vez mais escassos ao longo do tempo.

Já a Lei nº 2040 de 28/09/1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, representou um marco nas relações senhor-escravo, tornando possível a intervenção do Estado em uma questão que antes, salvo infrações dos senhores e escravos, era de foro particular, isto é, decidida primeiramente pelos proprietários e, por vezes, também pelos cativos mediante possíveis negociações com seus senhores.

Uma das principais consequências desta lei seria a contribuição para o abalo na sujeição e nos laços de dependência dos escravos em relação aos seus senhores, à medida que a alforria antes somente concedida pelo proprietário passaria a ser um direito inegável aos cativos que tivessem recursos para comprá-la e também sem possibilidade de revogação uma vez concedida.

Além disso, esse dispositivo jurídico tornaria práticas reconhecidas pelo direito consuetudinário (por exemplo, a compra da liberdade e o direito do cativo ao acúmulo de pecúlio

tempo em que elle era permitido, a saber, de 1788 a 1829, a menor média annual dos escravos importados no Brazil foi de 18.000 e a maior de 65.000. Dessa época em diante, porém, o horriavel commercio não diminuíra sensivelmente. Em 1840 entraram 30.000 negros; em 1841, 16.000; em 1842, 12.200; em 1843, 30.500; em 1844, 28.000; em 1845, 22.700; em 1846, 52.600! em 1847, 57.800! Total, em oito anos, 239.800!''.

em função do recebimento de legados e herança) uma garantia para todos os cativos e não uma vantagem gozada somente por aqueles cujo senhor autorizava esses hábitos. Desta forma, houve um incremento na atuação de advogados nas causas abolicionistas se valendo não só da lei costumeira, mas também de artigos do direito positivo que haviam entrado em vigor.

Contudo, embora esta lei tenha proporcionado melhoramentos à sorte dos escravos e institucionalizado certos direitos, seu projeto formulado por juristas, que defendiam a razão do Estado, uma abolição lenta e gradual e que respeitasse o direito à propriedade privada dos senhores, não se mostrava, como um todo, contrário aos interesses dos escravistas⁴⁵.

Em seu Art. 1º determinava que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. Por um lado, esta regulamentação retirava do senhor a propriedade do ingênuo nascido a partir da vigência da lei e obrigava seu ex-senhor a criar e tratar do mesmo até este completar 8 anos. Por outro lado, facultava ao proprietário a escolha da indenização de 600\$000 réis pelas despesas feitas com o liberto e a entrega do mesmo à responsabilidade do Estado ou a permissão para utilizar os serviços do forro até que fizesse 21 anos⁴⁶.

Desta forma, caso o senhor preferisse a restituição do Estado, recebia um montante como se estivesse comercializando um cativo, praticamente por preço de mercado, porém com a vantagem de que não havia investido capital com os ingênuos visto que eles eram resultado de concepções entre cativos, e, ao mesmo tempo, os gastos que haviam demandado eram muito reduzidos.

Já se o proprietário escolhesse usufruir dos préstimos do liberto, acabava por ser viabilizada a exploração deste em condições de cativo, em grande medida igualando-o, neste período, aos

⁴⁵ Já na década de 1850, Caetano Soares “elaborou um projeto propondo a 'Extinção progressiva da escravidão no Brasil'. Entre as medidas propostas estavam a libertação do 'ventre escravo' (com a obrigação de que as crianças do sexo feminino servissem aos senhores de suas mães até os 18 anos e as do sexo masculino até os 21) e o direito à liberdade a todo escravo que se dispusesse a pagar o valor de seus serviços, determinado judicialmente”. (PENA, 2001, p.81). Neste sentido, o projeto de lei aprovado com poucas modificações em 1871, foi elaborado entre 1867 e 1868 e sintetizava as ideias conservadoras para a reforma da escravidão, das quais, certamente, muitas foram contribuições do supracitado jurista. (PENA, 2001, p.37). Logo, a lei aprovada era muito diferente do projeto defendido pelo visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, em 1865, que previa em um prazo de 10 anos a abolição dos cativos com mais de 25 anos (os mais produtivos) e em quinze anos a abolição total, o que, sem dúvida, representaria um grande prejuízo econômico aos escravistas (PENA, 2001, p.50).

⁴⁶ Segundo o Art. 1º, § 1º “Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 300 dias, a contar

cativos adultos. Além disso, deve-se lembrar que o proprietário que optasse pela indenização pelo trabalho do filho da escrava estava se aproveitando por vários anos de um ingênuo na faixa de maior produtividade e que tinha alto custo no mercado.

Logo, vê-se que ao mesmo tempo em que a lei restringia certos direitos dos senhores sobre seus escravos também oferecia-lhes algumas contrapartidas que garantiam que o seu prejuízo fosse compensado ou minimizado.

Doravante pelo estipulado no Art. 4º, “§ 9º - Fica derogada a Ord. Liv. 4º tít. 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão”, seria colocado um término nas ameaças dos senhores de cancelarem alforrias concedidas, fossem incondicionais ou apresentassem cláusulas a serem cumpridas para sua efetivação.

Neste sentido, as promessas de liberdade contidas nos documentos lançados nas notas dos cartórios, inclusive em testamentos abertos, passavam a constituir um compromisso por parte do senhor com relação ao seu escravo, anulando, portanto, a possibilidade de conferir a manumissão e depois retirá-la⁴⁷.

Se, por um lado, o Art. 4º em sua redação estabelecia:

É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

Tratava-se de tornar letra de lei uma prática do direito costumeiro, pela qual muitos cativos, principalmente os de ganho e de aluguel, haviam conseguido recursos para obter sua manumissão⁴⁸. Além disso, a regularização desta reserva de patrimônio escravo também tinha motivações

daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor”.

⁴⁷ A alforria tinha a 'natureza' de 'benesse', isto é, era compreendida pelos senhores escravistas como um favor ao cativo feito em função da generosidade do proprietário, não se constituindo uma conquista do escravo, por exemplo, por seus bons serviços, por isso, poderia ser anulada a qualquer momento até a aprovação desta lei.

⁴⁸ Pode-se citar, só para exemplificar, a forma como a escrava Justina e seu senhor acertaram os termos para a manumissão. O proprietário Francisco S. de Paula Salles, havia recebido a cativa por herança materna e, após receber inicialmente a quantia de 161\$000 réis para libertá-la, combinou com a mesma que ela deveria pagar o restante para inteirar seu valor (591\$00 réis) em prestações, na razão de \$240 réis diários de seu jornal. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital de São Paulo. Livro de Notas 48. Carta de Liberdade conferida por Francisco S. de Paula Salles a Justina. 16/03/1852, f. 48v. Malheiros (1944, p. 131) reconhecia, muito antes de 1871, que era costume no Brasil, como o era em Roma, a obtenção da alforria de forma onerosa, ou mesmo, mediante a indenização pela prestação de serviços. Nas palavras do autor, “era freqüente entre os Romanos, e o é também entre nós, libertar-se o escravo com obrigação de dar uma certa soma ao senhor ou a terceiro. O liberto pode satisfazer este ônus com o que tenha de seu pecúlio, com o que possa haver por outra forma, e mesmo com os seus serviços. A impossibilidade em que êle se achasse ou achar de o cumprir, proveniente de fato do senhor, do herdeiro, do legatário, ou de terceiro, e mesmo eventual ou fortuito, não o prejudica.”

utilitaristas. “Animados pelo pecúlio e pela esperança da liberdade, os escravos seriam bons trabalhadores, os senhores lucrariam mais e a relação entre ambos estaria sustentada por uma respeitável e útil harmonia” (PENA, 2001, p. 162).

Ainda assim, esse artigo trazia benefícios aos cativos ao inseri-los juridicamente no contexto da transmissão de bens, permitindo que recebessem legados e heranças, que não poderiam ser apropriadas por seus senhores e também poderiam ser utilizados para a compra da liberdade.

O Art. 4, § 2º, certamente, representou uma forma de intervenção nas relações escravistas, à medida que impunha um limite ao exercício do domínio sobre o escravo. Ao determinar que o “escravo que, por meio do seu pecúlio, obtiver meios para a indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários, o preço da alforria será o da avaliação” impedia o senhor de não ceder em seu direito ao cativo por capricho, negando-lhe a alforria mesmo quando este podia restituir seu valor.

Desta forma, este parágrafo assegurava a manumissão do cativo que tivesse condições de arcar com os custos da mesma e também dificultava ao senhor cobrar do escravo um preço superior ao praticado no mercado, visto que quantia a ser entregue, se não fosse definida por concordância entre as partes, seria por arbitramento.

Ainda que fossem postas restrições ao controle absoluto do proprietário sobre seu cativo em certas situações que envolviam patrimônio e direito à alforria paga, a obtenção da liberdade por compra era uma maneira eficiente de garantir a libertação mediante a indenização ao senhor (pelo próprio escravo) sem que fossem feridos o direito à propriedade privada asseverado na Constituição de 1824.

Da mesma forma, o fundo de emancipação que visava à libertação de cativos no Império, de acordo com a cota arrecada em função de impostos, taxas e loterias, também era um meio de promover as manumissões mediante o ressarcimento ao proprietário, assim, permitindo-lhe recuperar o montante gasto com a criação (reprodução do plantel) ou aquisição do elemento servil (compra)⁴⁹.

⁴⁹ Conforme o Art. 3 “Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação”. Em seu parágrafo § 1º regula os impostos, taxas e arrecadações que devem compor os recursos para a cota de alforrias: “O fundo de emancipação compõe-se de: 1. Da taxa de escravos. 2. Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos. 3. Do produto de seis loterias anuais, isento de impostos e da décima parte das que forem concedidas de ora em diante para correrem na capital do Império. 4. Das multas impostas em virtude desta lei. 5. Das quotas que sejam marcadas no Orçamento Geral e nos provinciais e municipais. 6. De subscrições, doações e legados com esse destino.

Entrementes, é inegável que alguns artigos da lei estipulavam regras para facilitar a obtenção da libertação pelo escravo, mesmo em detrimento da perda do controle absoluto do senhor sobre o cativo, pois, aquele passava a ter que consentir, até a contragosto, em algumas libertações, como se vê, pelo que determina o Art. 4º, § 4:

O escravo que pertencer a condôminos e for libertado por um destes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos, em conformidade do parágrafo antecedente.

A lei facilitava a obtenção da liberdade, caso fosse concedida por um dos proprietários do cativo quando este era um bem comum, situação recorrente por ocasião de partilhas de heranças com poucos bens e grande número de herdeiros, ao permitir que o cativo indenizasse em dinheiro ou em serviços os demais senhores. Além disso, este parágrafo indicava o esforço legislativo para evitar a exploração do liberto condicional por tempo indeterminado, restringindo que trabalhasse aos condôminos por prazo máximo de sete anos.

O parágrafo 3º do mesmo artigo, cuja redação tornava “permitido ao escravo, em favor de sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e a aprovação do Juiz de Órfãos”, sinalizava para uma possibilidade de cativos que não tivessem meios financeiros de conquistarem sua liberdade, mediante autorização do proprietário, também pudessem obtê-la por uma espécie de contratação de serviços.

Não obstante, apesar de não ser garantido por lei o escravo fazer acordo com uma terceira pessoa livre para obter o montante para sua alforria, isso já havia sido uma alternativa concreta para alguns cativos pelo que se pode depreender da locação de serviços feita entre Joanna da Conceição e Guilherme Tuchs:

Perante os quais pela dita Joanna da Conceição me foi dito que por esta Escriptura se confessava devedora à Guilherme Tuchs da quantia de seis centos mil reis que o mesmo lhe emprestou em moeda corrente deste Imperio para completar o preço de sua liberdade obtida de seu ex-senhor Custodio Fernandes da Silva, a dinheiro. Disse mais que não tendo ella locadora outro meio de pagar a dita quantia de seis centos mil reis a seu benfeitor Guilherme Tuchs se não com os seus serviços, tinha justo e contratado com o mesmo de pagar a dita quantia com os seus serviços que por esta Escriptura ficavão locados debaixo das condições seguintes [...]⁵⁰

⁵⁰ Cf. AESP. 2º Cartório de Notas da Capital, Ordem E12115, Livro de Notas 60, Escriptura de locação de serviços, 23/05/1870, fl. 10v-11.

De fato houve um aumento no número de escrituras de locações de serviços entre forros e livres a partir de 1871 com esta opção garantida por lei⁵¹.

De qualquer forma, não se pode deixar de pensar que o tópico do Art. 4º, §3 estivesse em conformidade com a obrigação imediata dos que adquiririam sua liberdade de contratarem seus serviços. Neste caso, prestar serviços para conseguir a manumissão podia ser uma preparação para as futuras relações de trabalho quando o cativo se tornasse um forro.

Segundo o Art. 6º § 5º :

Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante cinco anos sob a inspeção do Governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob a pena de serem constrangidos, se viverem por vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contrato de serviço.

Este parágrafo deixa clara a intenção de coibir que o forro, sem ter um senhor que o fiscalizasse, ficasse sem exercer nenhum ofício, perambulando pela cidade e movido pelo ócio pudesse se tornar um contraventor e ameaçar a tranquilidade social. A noção que se tinha era que o alforriado, em função dos efeitos maléficos do cativo, não estava preparado para desfrutar de sua liberdade e cidadania, então, precisava ser instruído e conduzido, o que significava ser coagido por dispositivo normativo a empregar-se sobre contrato⁵².

Por fim, o destaque de alguns trechos da Lei do Ventre Livre, que integralmente resultaria numa análise extensa que não cabe aqui, pode ser encerrado com o conteúdo de dois artigos, o Art. 1º, § 5º “No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub-rogado nos direitos e obriga” e o Art 4º, § 8º “Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-la sob seu domínio, mediante reposição da quota-parte dos Outros

⁵¹ Provavelmente, já existiam acordos de trabalho entre libertos e pessoas livres, não formalizados nas notas do tabelião, antes da lei do Ventre Livre. Neste sentido, com a obrigatoriedade dos forros contratarem seus serviços a partir de 1871, seguramente, o número de registros dos contratos aumentou nos cartórios.

⁵² “Tanto o discurso de 1845, como o projeto de 1852, continham o objetivo básico de reformismo emancipacionista de 'educar' os escravos para a liberdade, mantendo-os em completa sujeição política e econômica, ao obrigarem os libertos a trabalhar, seja na lavoura (até mesmo para seus antigos senhores), seja nos serviços públicos urbanos do Estado, para não falar dos nascidos após a lei, que permaneceriam sob o controle dos proprietários até a maioridade.” (PENA, 2001, p.81). Também no sentido de normatizar a forma e as condições de trabalho desenvolvido pelos libertos e imigrantes em favor dos proprietários foi aprovada pela Câmara dos Deputados de 1879 uma lei que regulamentava os contratos efetivos na agricultura nos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação de serviços de forma a prever as faltas e negligências dos contratados e definir as penalidades competentes. Contudo, segundo Conrad, essa lei teria contribuído pouco para solucionar o problema da mão-de-obra, tendo se revelado como estratégia adotada em função dos desejos de fazendeiros “de manter o controle de sua força de trabalho mais pela obrigação legal do que pela concessão de incentivos” (LAMOUNIER, 1988, p. 9-10).

interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado” que contribuíram para a conservação da família escrava mesmo nas vendas e partilhas de herança.

Neste sentido, de acordo com determinação do juiz, por ocasião do processo de inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Almeida, os escravos casados Barbara e Joaquim foram vendidos juntamente, porque não podiam ser separados segundo estipulava o decreto nº 1695 de setembro de 1869, e não havia herdeiros que pudessem ficar com os dois e restituir o excesso do legado aos demais herdeiros⁵³.

Segundo o artigo 2º do supracitado decreto "Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos".⁵⁴

Assim, como se pode perceber pelo exemplo acima, os artigos da Lei do Ventre Livre, juntamente com outros dispositivos normativos anteriores, buscavam coibir o esfacelamento da família na distribuição de bens nas partilhas e também a livre disposição dos escravos que constituíam famílias (casais e infantes) pelos senhores em testamentos, ainda que a lei de 1871 tivesse reduzido para 12 anos a idade dos menores que não podiam ser apartados dos pais.

Em 28 de setembro de 1885, foi aprovada a lei nº 3270, que ficou conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários já que, principalmente, declarava libertos os cativos que antes ou depois da dita tivessem 60 anos completos, no entanto, eles teriam que prestar 3 anos de serviços para indenizar seus proprietários⁵⁵.

Os resultados dessa lei foram muito questionados, pela expectativa de vida dos cativos ser pequena e poucos atingirem essa faixa etária. Soma-se a isso o fato de que essa mão-de-obra tinha valor depreciado em função de sua avançada idade e diminuição de rendimento no trabalho.

A despeito desses fatores, essa lei era mais um passo no processo de extinção gradual da escravidão, não deixando de ser uma conquista, ainda que um pouco restrita, diante do contexto de desintegração do regime escravista e das pressões do movimento abolicionista até que estes

⁵³ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Joaquina de Almeida, Nº Proc. 120, 1869-1876, fl. 29v-38.

⁵⁴ Decreto nº 1.695, de 15.09.1869. Cf. Collecção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1869, p.129-130.

⁵⁵ Segundo o Art. 3º, §10 “São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos”.

culminariam na aprovação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 que finalmente proibiu a escravidão no Brasil.

1.2 O processo de alforria na historiografia

Segundo Maria Helena Machado, a maior parte dos autores que escreveram sobre o tema da escravidão no Brasil, fizeram-no sob uma abordagem sociológica e política. Foi a partir do centenário da abolição que houve um grande aumento na produção sobre a escravidão no sentido de entender o seu significado histórico e reconstituir sua dinâmica interna, retirando-a dos modelos explicativos e enfocando o processo histórico que teria conduzido à abolição.

Além de abordar a conformação nacional e o conceito de cidadania, levando em consideração o tema raça e o binômio integração/exclusão, as novas correntes historiográficas voltaram-se para a crítica da postura que defende o processo de reificação/vitimização do escravo e para a reavaliação de conceitos como autonomia, resistência e acomodação, destacando o cativo como agente histórico (MACHADO, 1999).

Sidney Chalhoub (1990), por exemplo, combateu as duas resultantes da visão do escravo coisificado, a passividade e a falta de autonomia e a rebeldia indomável, defendendo a atuação consciente do cativo. Ele reconheceu a escravidão no Brasil como uma realidade extremamente violenta, que podia ser contemplada nos documentos que reconstituíam negros espancados e supliciados, mães que eram separadas de filhos vendidos a outros senhores e cativos ludibriados nos acordos feitos com seus senhores para a obtenção da liberdade, mas, mostrou que, a despeito desse quadro, parte dos escravos conseguiu achar brechas para sua atuação em busca de melhores condições e de sua libertação (CHALHOUB, 1990, p. 35).

Ao analisar processos-crimes do Primeiro Tribunal do Júri do Rio de Janeiro e ações de liberdade do Arquivo Nacional, concluiu que os negros conseguiam, pelo menos em parte, impor certos direitos adquiridos e consagrados pelos costumes e mostrar sua visão de cativo justo ou ao menos tolerável. Muitos souberam fugir para a polícia e se apresentar às autoridades judiciais para sair do jugo de seus proprietários ou pedir a intercessão de homens livres e obter sua libertação (CHALHOUB, 1990, p. 173). Além disso, constatou que os escravos ‘vivendo sobre si, ou seja, morando fora da casa de seus senhores e com maior mobilidade espacial, “contribuíram para a

desconstrução de significados sociais essenciais à continuidade da instituição da escravidão” (CHALHOUB, 1990, p. 235).

Aprofundando-nos no tema da manumissão pode-se destacar, por exemplo, o trabalho de Eduardo França Paiva (1995), que abordou as alforrias e suas motivações na Comarca do Rio das Velhas da Vila de Sabará. A partir da análise de cerca de 400 testamentos referentes ao período de 1730 a 1780 refere à comarca, o autor concluiu que as manumissões faziam parte da dinâmica do regime escravista, funcionando como válvulas de escape que atenuavam as tensões da relação senhor-cativo e tornavam viável a manutenção do sistema.

Para ele a sociedade mineira se destacava pela diversidade de atividades econômicas desenvolvidas, como a mineração, o comércio, a agricultura, a pecuária, o artesanato e a prestação de serviços. O florescimento do mercado interno mineiro e da rede urbana articulada à zona rural teria permitido a composição heterogênea da população, formada por negros, pardos, brancos, imigrantes, ricos, pobres, trabalhadores livres e escravos.

Segundo Paiva havia um grande número de escravos de ganho, que envolvidos no comércio e na mineração, conseguiam pagar seu senhor pelo trabalho diário e acumular dinheiro para quitar as prestações da sua coartação a longo prazo, obtendo assim a liberdade. Também teriam sido consideráveis as alforrias concedidas a mulheres, que prestavam muitos anos de serviços e tinham filhos pequenos, provavelmente resultado de intercuro sexual com seus senhores. Somariam-se a estas as que compraram sua liberdade por intermédio de pecúlios formados no comércio de secos e molhados e na venda de costuras. Das 723 manumissões constantes nos testamentos, 380 haviam sido compradas pelos cativos ou por familiares e 343 haviam sido concedidas de forma gratuita, ainda que parte destas eram condicionais.

Assim, o dinamismo das atividades econômicas da região e a possibilidade de mobilidade espacial, especialmente, dos escravos de ganho e dos que trabalhavam longe da residência de seu senhor teriam permitido a conquista da liberdade pelo acúmulo de capital para uma parcela significativa de cativos.

O trabalho em questão é relevante porque ressalta a participação do escravo como agente ativo no processo histórico, ao interpretar o ideal do bom comportamento, o zelo e a submissão ao senhor como possibilidade estratégica de resistência e tentativa mais eficiente para a obtenção da

liberdade, se comparada a medidas extremas como fugas e rebeliões, que apresentavam grandes chances de insucesso e poderiam resultar em repressão e maus tratos⁵⁶.

Corroboram com essa análise o alto índice de alforrias condicionais que exigiram a prestação de serviços por mais alguns anos, o bom comportamento e a obediência. Neste sentido, de acordo com a interpretação de Paiva, o cativo poderia simular bem-querer e dedicação ao seu proprietário de forma consciente objetivando a conquista da alforria⁵⁷.

Segundo o autor destacaram-se na atuação para a obtenção da liberdade as cativas que aproveitaram todas as oportunidades para consegui-la gratuitamente, entre estas, os intercursos sexuais com os senhores gerando uma prole⁵⁸ e o zelo no tratamento do proprietário doente. Caso não a conseguissem sem ônus recorriam à compra da liberdade com os recursos conseguidos das vendas no comércio local (PAIVA, 1995, p. 109).

A compra da liberdade pelo escravo coartado ou por seus familiares, a alforria sujeita a prestação de serviços ou mesmo a submissão ao senhor⁵⁹ poderiam representar atitudes diferentes, mas que teriam como objetivo a libertação, fornecendo-nos a visão do cativo como agente histórico, que participou no processo de alforria com relativa autonomia. Portanto, segundo o autor, a libertação era conquista do escravo e não mera concessão de um senhor supostamente benevolente.

Com relação ao tema das alforrias em São Paulo, destaca-se o trabalho de Enidelce Bertin (2004), no qual utilizou 1105 Cartas de Liberdade dos Livros de Notas do 1º e 2º Cartórios de Títulos e Notas da Capital, registradas entre 1800 e 1888.

⁵⁶ O autor aponta que já na década de 1940, Eric William reconhecia a resistência passiva e a ociosidade do escravo sempre que possível em prol da libertação. Neste sentido, Paiva cita Eugene Genovese que afirma que o escravo aceitava a relação paternalista em troca de proteção senhorial e Robert W. Fogel e Stanley que defendiam que os escravos utilizavam-se do paternalismo para melhorar suas condições de vida. Destacou também Katia Mattoso que defendeu que para viver no mundo branco era necessário o escravo incorporar a mentalidade branca dominante e utilizá-la como estratégia para a obtenção da manumissão e da ascensão econômica. Da mesma forma, Rebecca J. Scott acredita que, para o escravo, se adaptar significa criar a possibilidade de se libertar e para isso ele teria que se valer de uma estratégia híbrida, que incluísse o patronato e o direito de conservar suas conquistas (PAIVA, 1995, p. 49-56). Acreditamos no que os autores Robert Slenes e Pedro Carvalho de Mello colocam que diante de um contexto de insegurança social, falta de instituições que possam oferecer-lhes apoio e incerteza com relação ao futuro, aceitar uma relação paternalista é uma forma de buscar redes de proteção e possibilidade de melhorias de vida.

⁵⁷ Segundo o autor, ao passo que os proprietários adotavam as manumissões como estratégias dentro do sistema escravista abriam brechas, aproveitadas por muitos escravos, que se valendo de comportamentos aparentemente submissos, conquistavam benefícios e também sua liberdade (PAIVA, 1995, p.13).

⁵⁸ Paiva (1995, p. 92) afirma que a alforria gratuita ocorria com frequência no caso dos filhos dos testadores com escravas e crianças batizadas

⁵⁹ Nas palavras do autor “tornar-se ou fazer-se passar por passivo, amável e fiel resultou em muitas cartas de alforria justificadas pelos ‘bons serviços prestados’, ‘lealdade’ e ‘sujeição’” (PAIVA, 1995, p. 108).

Bertin classificou as manumissões em gratuitas e onerosas. As primeiras não representaram nenhum ônus ao escravo, ou seja, não requereram dos cativos que prestassem mais tempo de serviços ou pagassem quantias determinadas para obtenção de sua liberdade. Já as alforrias onerosas envolveram cláusulas como: tempo fixado para a realização de serviços; trabalhar para os novos senhores instituídos pelo proprietário em testamento, até a morte deles, ou ainda, o pagamento da liberdade pelo escravo em prestações, de acordo com o preço fixado pelo senhor, sendo estipulado um prazo limite para a quitação.

É importante ressaltar que muitas alforrias apresentaram como condições de efetivação o zelo e a obediência do cativo durante a vida do testador, sob pena de serem revogadas. Assim, essas cláusulas teriam representado uma forma de controle, estimulando os escravos a incorporarem valores considerados exemplares para a camada dominante. Neste sentido, apesar de reafirmarem o domínio senhorial, contribuindo para a dependência do liberto ao seu patrono pelas cláusulas e restrições que continham, cartas de liberdade registradas se apresentaram como a principal via de acesso à liberdade jurídica (BERTIN, 2004, p. 14).

Para Bertin, as cartas de liberdade constituíram um reforço ao discurso paternalista, visto que os proprietários omitiram a ação do escravo na conquista da manumissão e exaltaram apenas a boa vontade e benevolência senhorial em relação a ele⁶⁰. Entretanto, ela ressalta que os escravos participaram do processo de obtenção da sua alforria, seja por seu esforço ou de suas famílias na compra da liberdade, no caso das alforrias onerosas, que representaram 31%, isto é, 414 do total de manumissões⁶¹, ou, pelas condições cumpridas anteriormente, no caso das alforrias gratuitas (2004, p.114, 125)⁶². A autora constatou que das 1338 alforrias que foram concedidas, 780, ou seja, 58,2%, foram concedidas a mulheres, o que explica pela “proximidade que o serviço doméstico estabelecia entre a escrava e o senhor ou senhora, tornando-se um fator favorecedor da liberdade” (2004, p. 125).

Segundo Bertin, as alforrias, juntamente com elementos como os presentes dados pelos proprietários aos escravos e a permissão de sua relativa mobilidade na sociedade, funcionavam

⁶⁰ A autora afirma que “embora (a carta de liberdade) em um primeiro momento pudesse significar o encerramento da escravidão ou da relação do escravo com seu senhor, na prática sempre funcionou como instrumento para reafirmação da autoridade do senhor, direta ou indiretamente, sobre seus escravos” (BERTIN, 2004, p. 31).

⁶¹ Com relação ao resultado de nossa pesquisa de Iniciação Científica constatamos que dos 247 testamentos de mulheres estudados, só 3% envolveram pagamento como condição para a liberdade do cativo (SILVA, 2007).

como mecanismos que atenuavam as tensões sociais presentes na relação senhor-escravo, evitando que se acirrassem os descontentamentos resultando em atos de rebeldia contra senhores ou feitores, e fosse assegurado, dessa forma, um sistema de equilíbrio para a manutenção do sistema escravista.

A autora, assim como Paiva, interpretou o bom comportamento do escravo, como uma atitude consciente de que serviços zelosos e obediência podiam ser um modo mais eficiente de obter conquistas perante o senhor, também representando a atuação cativa no processo de libertação.

Da mesma forma, Carlo Guimarães Monti (2001), também compreendeu as alforrias como parte integrante do sistema escravista ao analisar as relações estabelecidas entre senhor e escravo em meio ao processo de alforria em Mariana, Minas Gerais, entre 1750 e 1779.

Por meio de 811 registros notariais e 160 inventários *post-mortem* e testamentos/testamentárias referentes, ele contemplou 1225 manumissões conferidas por 637 proprietários, sendo que deste número de alforriados, 243 haviam sido manumitidos por meio de testamentos, ainda que pequena parte destes, também tinha carta de alforria.

Entre os arraiais contemplados estavam os de produção aurífera, agricultura, produção mista e as áreas urbanas de Mariana. O autor constatou que as áreas de fronteira com atividades econômicas mais diversificadas eram as maiores responsáveis pelo aumento das alforrias ao longo do período estudado e que as áreas auríferas mais antigas foram responsáveis pelo menor número de liberdades (MONTI, 2001, p. 20-23), comprovando que a maior parte das alforrias em Minas Gerais teve “pouco a ver com a crise da mineração, ao menos não foram instigadas por tais fatores econômicos” (2001, p. 77) e sua principal motivação não foram as relações sexuais com as escravas (2001, p. 113).

O autor classificou as manumissões em gratuitas (sem condições), gratuitas condicionais, onerosas (pagamento à vista), onerosas por coartação (pagamento em prestações) e onerosas condicionais (sujeitas ao pagamento e ao cumprimento de cláusulas). Em Mariana, prevaleceram as liberdades pagas, pois 57,4% foram onerosas. Embora as coartações tivessem a vantagem de serem pagas em parcelas, tinham preços mais altos do que as onerosas quitadas à vista, que eram uma forma de alforria mais concreta e eficaz (2001, p. 60).

Segundo ele, as alforrias foram concedidas por um número pequeno de proprietários que utilizaram os registros de liberdade com periodicidade e como um instrumento usual da relação

⁶² À semelhança de Paiva, Bertin aponta o fator proximidade entre senhor-escravo como contribuinte para a disposição de alforriar do proprietário, mas também, ressalta a contribuição financeira dos escravos para a conquista de sua liberdade.

escravista. Neste sentido, 105 senhores alforriaram 982 escravos (MONTI, 2001, p. 80). Senhores que tinham mais cultura ou um melhor posicionamento na sociedade mineira alforriam mais de uma vez, por outro lado, esse ato não foi usual entre os forros (MONTI, 2001, p. 82).

Além disso, as manumissões não haviam sido concebidas, em sua maioria, ao contrário do que se convencionou exprimir, em plantéis pequenos. Assim, “o contato entre senhores e escravos proporcionado por pequenos plantéis não teria todo o destaque dentro da relação escravista como se supunha.” Considerando as manumissões concedidas por cartas e por testamentos, os pequenos proprietários alforriaram em média 2 cativos e os grandes, 3 (MONTI, 2001, p. 115-116).

As cartas de liberdade marcaram o momento de um novo relacionamento entre ex-proprietário e alforriado, mas não representaram o término de obrigações do liberto para com seu ex-senhor, antes se mostraram como um mecanismo que mantinha o vínculo entre eles, reproduzindo o modelo de dominação anterior. Logo, após manumissão muitos forros se tornavam agregados e não libertos independentes.

Neste sentido, o autor concluiu que as alforrias concedidas em Mariana revelaram-se instrumentos do regime escravagista e perpetuaram o domínio do ex-senhor sobre o manumisso, por meio de uma política de tutela e controle sobre o forro, especialmente, nos casos de manumissões gratuitas (MONTI, 2001, p. 162-163).

Adauto Damásio voltou-se ao estudo das alforrias e das ações de liberdade de escravos em Campinas, no período de 1829 a 1838, utilizando 21 inventários *post-mortem* e testamentos do Arquivo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC) e fichamentos de 55 cartas de liberdades do 1º e 2º Cartório de Campinas elaborados por Peter Eisenberg para o mesmo período⁶³.

O autor contabilizou, para o decênio estudado, 93 cativos alforriados nos testamentos e inventários e, realizando o cruzamento dos dados desses libertos com os das anotações de Eisenberg, constatou que das 88 manumissões em testamentos e das 5 obtidas em inventários só 7 constaram nos cartórios⁶⁴. Assim, Damásio verificou no período, somando as concessões destas fontes documentais, um número de manumissões 153,57% maior do que o apontado por Eisenberg que consultou apenas as cartas de liberdade.

⁶³ No período de 1829 a 1838, havia no Arquivo do Tribunal de Justiça de Campinas 166 inventários *post-mortem*, dos quais somente 46 continham testamentos. Destes, em 21 constavam libertações de escravos pelos proprietários. (DAMÁSIO, 1995, p.10).

⁶⁴ Nos inventários, 88 alforrias haviam sido concedidas em testamentos, além destas, existiam as resultantes dos pedidos de arbitramento de valor para o pagamento da liberdade do escravo e a posterior quitação pelo cativo, por um familiar

Nesta obra o autor argumentou que o reconhecimento da alforria no processo de inventário *post-mortem* do senhor já era prova suficiente para garantir o *status* de forro do ex-escravo⁶⁵. Sendo assim, teriam recorrido ao registro em cartório, especialmente, os libertos que pretendiam se locomover para outra cidade, e, por isso, precisariam ter uma cópia da carta de liberdade, o que seria conseguido através do ato do registro.

Além das alforrias concedidas pelos senhores em testamentos e cartas, o autor apontou a existência das conquistadas por via judicial contra a vontade do proprietário, cujas formas mais comuns de obtenção foram: as ações de liberdade com base nas leis de 1831 e 1850, que tornaram ilegal o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil; as intervenções do imperador e a apresentação do pecúlio pela lei costumeira até 1871 e depois pela lei positiva (Lei do Ventre Livre) (DAMÁSIO, 1995, p.132).

As principais constatações do estudo em relação às alforrias foram: perceber que perfil do alforriado em testamentos era diferente do típico apresentado por outras pesquisas, já que a maioria dos libertos estava em idade produtiva e tinha entre 20 e 40 anos; verificar que 63,85% das manumissões foram incondicionais⁶⁶; comprovar que o número de alforrias concedidas em testamentos foi maior do que o das cartas de liberdade.

Muitos desses fatores, segundo Damásio (1995, p.30), podem ser explicados pela natureza do testamento, levando em conta a religiosidade dos senhores, vinculada ao momento específico de da produção do documento, sem excluir que, entre as motivações, podiam estar presentes o paternalismo e os mecanismos de coação e incentivos.

Embora o tema da alforria não seja novo na historiografia verifica-se a ausência de estudos que abordem o assunto dentro da temática da transmissão do patrimônio e que dêem conta das importantes especificidades da cidade de São Paulo.

ou, ainda, por alguém interessado em favorecê-lo, ainda que, mediante exigências. Das 88 concessões nos testamentos, 86 não haviam sido registradas em cartório.

⁶⁵ “É muito provável que, sendo obrigatório que o inventário fosse fechado com uma sentença judicial, tal sentença reconhecesse o caráter legal das alforrias dadas no testamento e substituísse qualquer registro” (DAMÁSIO, 1995, p.10-11).

⁶⁶ O autor classificou as alforrias como: condicionais, que exigiam prestação de serviços ou continham outras cláusulas que postergavam a liberdade; onerosas, pagas em dinheiro, fosse mediante a avaliação no inventário, acordo com o proprietário ou requerimento ao juiz; incondicionais, imediatas. Entre as condições recorrentes para a efetivação da alforria estavam: casar-se para sair da companhia do herdeiro do testador, prestar mais ‘x’ anos de serviço e acompanhar pessoa designada.

O tema das alforrias foi muito bem estudado, por meio das cartas de liberdade por Bertin, mas faltam pesquisas aprofundadas que contemplem as expectativas de liberdade em fontes documentais como os testamentos e os inventários *post-mortem*.

Além disso, a maior parte das obras que trataram sobre a manumissão se concentraram nos números absolutos de libertações registrados nos documentos sem se ater aos índices de efetivação das alforrias e à sua representatividade em relação à riqueza dos inventariados.

Logo, com o presente trabalho busca-se contribuir trazendo novas informações sobre a conquista do *status* jurídico de libertos pelos escravos, por meio uma abordagem diferenciada, ao cruzar dados de diferentes fontes documentais, as cartas de liberdade, os testamentos e os inventários *post-mortem*.

CAPÍTULO II – DISCURSOS SOBRE A LIBERDADE

CAPÍTULO II – DISCURSOS SOBRE A LIBERDADE

2.1 Promessas de liberdade em São Paulo: perfil dos manumissores e dos alforriados

Os distritos de Paz da cidade de São Paulo, compostos pelas freguesias da Sé, Brás, Santa Efigênia, Penha, Conceição de Guarulhos, Juquery, Nossa Senhora do Ó, São Bernardo e Cotia⁶⁷, como outras regiões brasileiras, foram áreas em que houve o emprego da mão-de-obra escrava para o desenvolvimento das atividades econômicas. No entanto, nestas localidades, era menos freqüente os cativos serem utilizados em grande escala como acontecia nas regiões de *plantations* de açúcar e café. Guardadas as particularidades do sistema escravista das freguesias urbanas, Sé, Santa Efigênia, Brás e Consolação e das demais, consideradas suburbanas e rurais⁶⁸, em relação aos latifúndios monocultores, o regime não dispensava o controle senhorial e a adoção de uma política paternalista.

Se nas grandes fazendas com plantel cativo numeroso, o feitor era o representante da vontade senhorial e, por meio de violência física e coerção, garantia um bom desempenho do escravo no trabalho, nas freguesias contempladas neste estudo também a violência e o domínio eram exercidos sobre os cativos, entretanto, na maioria dos casos, pelos próprios proprietários.

A supervisão feita pessoalmente pelo senhor podia ser explicada, em alguns casos, pelo número reduzido de cativos do plantel comparado ao de latifúndios, e, em outros, pela especificidade dos ofícios que exigiam que o subordinado circulasse pelo espaço da cidade, o que não tornava viável a contratação de um feitor para fiscalizá-lo. Neste sentido, os senhores associavam estratégias para administrar melhor o trabalho dos cativos levando em consideração sua maior mobilidade espacial e autonomia nas regiões mais urbanizadas.

Ao buscar seu benefício próprio, por meio do bom rendimento do trabalho, obediência e fidelidade do escravo, o proprietário, para atingir melhor seus objetivos, podia oferecer prêmios e

⁶⁷ Segundo Daniel Pedro Muller (1978), em 1836, os Distritos de Paz da cidade de São Paulo eram o Sul e o Norte da cidade (Freguesia da Sé), as Freguesias do Brás, de Santa Efigênia, da Penha, da Conceição de Guarulhos, de Juquery, de Nossa Senhora do Ó, de São Bernardo e de Cotia (que incluía Mboy).

⁶⁸ Segundo Bertin (2004, p.41): “As freguesias urbanas de Santa Ifigênia, do Bom Jesus do Brás, da Sé e da Consolação estabeleciam o contato com as freguesias suburbanas da Penha, Guarulhos, São Bernardo, Jukei e Nossa Senhora do Ó, que por sua vez, aproximavam do centro as vilas e povoados mais distantes como a Vila de Cotia, a Vila de Santo Amaro, Capela de Nossa Senhora do Rosário de Mboy, Capela de Santana do Parnaíba, Capela do Bom Jesus de Pirapora, Vila de Jundiá, Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapeperica e Freguesia Nossa Senhora de Betlem”.

fazer concessões que podiam significar para os cativos uma sutil melhora em suas condições de vida. Configurava-se assim uma relação assimétrica em que o proprietário exigia submissão e subserviência de seu escravo e lhe oferecia em troca proteção. Isso não quer dizer que as relações senhor-escravo fossem destituídas de afeto, pois, a convivência diária e a proximidade podiam estimular sentimentos como gratidão, bem querer ou afeição, motivos, inclusive citados como razão para a decisão, por parte de muitos senhores, de libertar determinados cativos⁶⁹.

As alforrias funcionavam dentro desta ótica paternalista e eram uma forma de recompensar o escravo que soube prestar bons serviços e ser obediente⁷⁰. Todavia, de acordo com muitos discursos veiculados pelos senhores em diversas fontes documentais, se tratavam de uma benesse e não de uma conquista por parte do escravo. O proprietário, devido ao domínio que exercia sobre a vida e pessoa do escravo, entendia que conferia um prêmio por livre vontade e que por ser um ‘presente’, caso o cativo não fizesse mais jus ao mesmo, este podia lhe ser tirado.

Assim, as manumissões também poderiam se constituir um mecanismo de controle, de modo a estimular que o escravo com a expectativa de se tornar forro apresentasse um comportamento que correspondesse ao que esperado pelo seu senhor. Neste sentido, a proprietária Gertrudes Barboza de Araujo ilustra bem as idéias do domínio que o senhor tem sobre o escravo e da alforria não como resultado da atuação do cativo por procedimento zeloso, mas um ato de generosidade de um bom senhor que contemplava um escravo fiel e trabalhador.

⁶⁹ Em seu testamento, a senhora Brandina Emigdia Leite Penteado concedia o privilégio da libertação sujeito a sua morte a dois de seus escravos, enquanto os outros dois ainda permaneceriam em cativeiro até o falecimento de seus novos senhores. A razão para selecionar um de seus cativos para a manumissão condicional, embora em seu discurso considerasse a libertação como sem ônus ou obrigação, era a afeição pelo mesmo, como fica claro na redação: “Deixo forro o meu escravo mulato de nome Sergio, sem onus nem obrigação alguma, pela afeição que ao mesmo tenho pois é o primeiro crioulo que tive e foi por mim criado. Deixo igualmente forra a minha escrava de nome Luiza sem onus nem condição alguma. Deixo o meu escravo Tião para servir ao meu irmão Bernardo José Penteado, enquanto este vivo for, ficando livre o dito escravo, desde o momento em que este falecer dito meu irmão. A minha escrava, digo, o meu escravo Luiz servirá igualmente ao dito meu irmão Bernardo enquanto este for vivo, ficando igualmente livre por morte do mesmo.” Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Brandina Emigdia Leite Penteado. Nº Proc. 741, 25/07/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 381). Da mesma forma, a proprietária Constança Romana da Silva registrou uma carta de liberdade a favor de sua escrava sujeitando-a ao seu falecimento justificando seu ato pelos ‘sentimentos de beneficência’ e ‘amizade’ que tinha pela escrava. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 47, Carta de liberdade concedida por Constança Romana da Silva a Anna Policena do Carmo, 02/05/1851, fl. 54v-55.

⁷⁰ “O contato perceptível pelos testamentos deixou transparecer um clima aparentemente afetuoso entre ambos, senhor e escravo, desde que esses últimos se mostrassem obedientes e serviçais. [...]. A concessão da alforria dependia de uma série de fatores, mas basicamente, esteve relacionada com o merecimento, pela obediência ou pela retribuição pelos bons serviços prestados” (SAMARA, 1989, p. 84).

A proprietária registrou uma carta de liberdade a favor de sua escrava Modesta pelos bons serviços que ela havia prestado e pela amizade que lhe devotava, mas não se esquecia de deixar claro que qualquer ato considerado ingratidão faria com que revogasse a disposição contida no documento⁷¹. A libertação só vigoraria após a morte da senhora e, até que essa condição fosse satisfeita, a cativa, que já tinha quarenta e cinco anos, teria que ter um comportamento exemplar do ponto de vista de sua proprietária. A carta era ao mesmo tempo uma promessa de liberdade e uma ameaça, pois, como dizia a senhora:

Declaro que vivendo em minha companhia prestando os mesmos serviços que ate hoje me tem prestado não havendo de sua parte ingratidão o que Deos não permita que me obrigue a revogar a presente carta; gozará depois de minha morte de sua plena liberdade como se nacesse de ventre liberto.

Como fica patente na redação do documento a senhora exigia a continuidade dos préstimos da cativa, ainda insinuando que ela devia ser subserviente. Esta proprietária era uma dos muitos senhores que possuíam escravos empregados na realização de tarefas em alguma das diversas ocupações existentes na cidade de São Paulo.

Havia na capital uma grande oferta de trabalhos manuais e ofícios menos bem considerados socialmente e, em um período escravista em que trabalhar com as mãos ao invés de desempenhar tarefas intelectuais era entendido como degradante, mesmo pessoas com poucos recursos tinham o ideal de serem senhores e se utilizarem de cativos nesse tipo de labuta para evitarem serem associados à condição escrava ou de pária social. Como afirma Dias “[...] o ofício de provedor de família era desairoso para homens que não queriam rebaixar-se, quando não tinham escravos, a exercer ofícios aviltantes, como o cuidar das roças, dos animais domésticos ou vender pequenos excedentes”⁷². Desta forma, ter escravos era uma prática disseminada pelas várias camadas sociais, que usufruíam da mão-de-obra servil aplicando-a especialmente no ganho e no aluguel.

⁷¹ “[...] entre os bens que possuo livres, e desembargados he bem assim huã escrava crioula de nome Modesta de idade de querenta e cinco annos mais ou menos; e e pla amizade que lhe consagro bons serviços que tem prestado, quero que por minha morte goze de sua inteira liberdade”. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 59, Carta de liberdade concedida por Gertrudes Barboza de Araujo a Modesta, 19/02/1863, fl. 250-250v.

⁷² Para pensar nesta questão de depreciação das ocupações informais, menos consideradas socialmente, pode-se refletir a partir dos comentários de Dias que, apesar de se referirem ao período colonial, podem ser vislumbrados para a compreensão do período imperial, já que muitos aspectos e ideologias coloniais se perpetuaram ainda por muito tempo na sociedade brasileira. Segundo a autora “esta [a de consumo e distribuição dos gêneros alimentícios] era uma esfera de atividades de pouca importância do ponto de vista do funcionamento colonial, e normalmente, relegadas para escravos, como cargos aviltantes. Roceiros, quitandeiros, vendilhões eram atribuições com conotações pejorativas, de menosprezo social. Socialmente prestigiados na colônia eram os senhores de engenho, lavradores de produtos de exportação, capitalistas, banqueiros, mercadores, burocratas e funcionários administrativos ou eclesiásticos.” (DIAS, 1995, p. 52-53).

Como afirma Wissenbach, na comarca de São Paulo, o regime servil apresentava especificidades devido às adaptações necessárias ao contexto de ofícios desempenhados em uma área mais urbanizada, com uma população mais pauperizada e que recorria aos serviços dos cativos. Logo, neste espaço, a escravidão se tornou 'relativamente desfigurada'⁷³. Deste modo,

a pobreza dos senhores, o caráter incipiente da vida econômica, a população relativamente pequena dos cativos no cômputo da população, evidenciou especialmente a feição desorganizada da instituição, confundindo escravos com os demais setores desclassificados da sociedade (WISSENBACH, 1998, p.15).

Assim, os cativos realizavam atividades pouco rentáveis, geralmente informais, como também o faziam africanos livres, libertos, brancos pobres, inclusive mulheres que chefiavam domicílios e buscavam assegurar sua sobrevivência⁷⁴. Portanto, trabalhadores servis e, muitas vezes, livres pobres estavam inseridos em ocupações como pedreiros, carregadores, vendedores ambulantes, lavadeiras, costureiras, negras de tabuleiro, jornaleiros e tropeiros que conduziam produtos das áreas mais ruralizadas para o comércio nos distritos centrais da cidade.

Diante da grande mobilidade destes cativos que circulavam pelas áreas da cidade em função de seus ofícios, havia uma preocupação das autoridades policiais em fiscalizá-los, evitando ajuntamentos nas pontes e chafarizes, alistando libertos vadios e sem patronos e punindo homens brancos que dessem guarita a escravos fugidos ou permitissem manifestações religiosas ou culturais de negros cativos em suas residências ou cômodos alugados. Contribuíam para a legitimar essa vigilância as posturas municipais e os Termos de Bem Viver que buscavam normatizar o comportamento dos cativos e dos recém egressos do cativo (WISSENBACH, 1998, p. 34-35).

Em face destas características do contexto sócio-econômico de São Paulo, não se pode esquecer, que o regime escravista subsistia, porém, perdendo ao longo do tempo sua força e se

⁷³ Bertin também destaca a condição pobre de grande parte dos proprietários: “Em todo o século XIX, na cidade de São Paulo, a escravidão configurou-se pelo trabalho de ganho ou aluguel, pela mobilidade física dos escravos e pelas relações paternalistas. A composição de um quadro característico da escravidão em sua versão paulistana deve também considerar o cenário de recursos urbanos parcos, no qual, muitas vezes, a classe proprietária de escravos apresentava-se muito pobre. Apenas nas décadas finais do século a economia cafeeira permitiu alterações significativas nesse quadro, especialmente devido à maior urbanização” (BERTIN, 2004, p.37).

⁷⁴ Dias (1995, p. 23), seguindo a linha de pesquisa de história do cotidiano, privilegiou o resgate das estratégias de sobrevivência das mulheres pobres na cidade de São Paulo, descrevendo os espaços de trabalho e sociabilidade em que se faziam presentes e garantiam seu ganha-pão, sob o olhar vigilante e preconceituoso das autoridades. Neste sentido, como a autora explica “brancas pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre e menos considerado que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo, nas ruas delimitadas pela Câmara: nas casinhas da Rua da Quitanda Velha, na Ladeira do Carmo, local chamado “o Buracão”, na Rua do Cotovelo (1800) [...]. Entre a Igreja da Misericórdia e do Rosário, as quitandeiras espalhavam pelo chão seus trastes, vendendo um pequeno comércio de

desagregando com o avanço dos movimentos abolicionistas e das leis que gradualmente contribuíam para sua extinção.

Desde 1850, com a proibição do tráfico transatlântico, que impossibilitou a reposição da mão-de-obra servil com o emprego de negros escravizados trazidos da África, o fim da escravidão se mostrava como um acontecimento que já despontava, mas havia uma preocupação de juristas e de proprietários de buscar alternativas para conduzir o processo de substituição dos trabalhadores de forma a evitar os prejuízos.

Desta forma, o escravo, que era a forma tradicional de riqueza, foi paulatinamente perdendo espaço na participação no patrimônio dos proprietários que passaram a optar por novas formas de investimento como as ações e os imóveis, face à valorização urbana da capital, da expansão cafeeira no Oeste Paulista e da crise da mão-de-obra (MELLO, 1990, p. 16)⁷⁵.

Mesmo face ao cenário de mudanças, segundo Oliveira, os cativos ainda desempenhavam um papel central na sociedade paulistana uma década antes da abolição (OLIVEIRA, 2005, p. 81). Entre 1874 e 1884, 36,5% de 145 inventários *post-mortem* de habitantes de São Paulo apresentaram cativos, e, em geral, a porcentagem de proprietários aumentou a partir de 1880 até 1884⁷⁶.

Contudo, se no início do século XIX pessoas pobres e remediadas freqüentemente possuíam cativos, já “em fins do século XIX a situação era diferente, e a posse do escravo passou a significar distinção social e riqueza” (OLIVEIRA, 2005, p. 104-105). Esse movimento também foi percebido por Mello (1990, p. 109) que destacou o aumento da concentração da riqueza pela posse de cativos a partir da década de 1860 e a explicou pela proeminência dos fazendeiros de café.

A incidência de escravos nas fontes documentais da segunda metade do século XIX descritos como sem ofício indicam sua aplicação em mais de uma atividade e negócios de seus senhores, especialmente, considerando um quadro de diversas formas de obtenção de rendas, entre as quais, a venda de gêneros produzidos nas chácaras, como frutas, legumes, aguardente, farinhas, o

vintém para escravos. O comércio ambulante foi aos poucos tomando becos e travessas entre a Rua do Rosário e a do Comércio: Beco do Inferno, da Cachaça...”.

⁷⁵ Como afirma a autora a mão-de-obra cativa foi decrescendo em porcentagem no monte-mor dos inventariados, ao mesmo tempo em que as ações e os imóveis correspondiam, com o passar dos decênios, uma parcela cada vez mais significativa dos bens. Conforme Cardoso, “relativamente à riqueza do conjunto dos proprietários, o item escravos representava nos dois primeiros subperíodos [1845-1850 e 1850-1860] respectivamente, 33,3% e 27,55% do total da riqueza, ente 61/71 sua participação caiu para 18,95% e nos dois últimos subperíodos [1872-1880 e 1881-1887] representava apenas 7,76% e 8,02%, respectivamente” (MELLO, 1990, p. 105).

⁷⁶ Além dos cativos, as dívidas ativas e passivas eram recorrentes na composição da riqueza, pois, as relações sociais estavam baseadas em redes de crédito e todos os grupos, independente do montante de seu patrimônio, estiveram envolvidos no emprestar e pedir emprestado, contudo, as formas de operação e quantias envolvidas foram diferentes em cada segmento (OLIVEIRA, 2005, p.101).

transporte de mercadorias, a criação de animais, a revenda de produtos comprados em outras praças, o comércio nos armazéns de secos e molhados, o carregamento de água, o trabalho nas obras públicas, o aluguel de imóveis e também de cativos, os empréstimos a juros e a exportação de produtos.

Muitos escravos trabalhavam por jornais, isto é, exerciam atividades para pagar o senhor um valor diário ou mensal estabelecido e se conseguissem exceder a quantia determinada acumulavam pecúlio, que mais tarde, poderia servir para a compra da liberdade. Outros eram alugados pelos proprietários para prestar serviços a terceiros, às vezes, mediante condições que constavam em contratos registrados em cartório de Notas.

Além de serem utilizados nos serviços domésticos na residência do senhor, a aplicação e a quantidade de escravos empregados em tarefas que visavam gerar renda dependeu do tipo de atividade econômica em que estava envolvido o senhor. Entre os proprietários havia acionistas de bancos e de empresas urbanas, setores das classes médias, funcionários públicos, profissionais liberais, negociantes, clérigos, fazendeiros e empresários.

Nas freguesias contempladas neste estudo residiam desde senhores com poucos recursos que alugavam seus cativos até senhores com grandes propriedades nas regiões mais distantes do centro que produziam em grande escala e tinham plantéis com mais de 50 escravos.

Conforme Mello, em São Paulo, havia concentração de riqueza medida pela posse de cativos, em função do grande número de escravos em poder de poucos proprietários, entretanto, “a propriedade escrava encontrava-se disseminada por toda a sociedade, como indicado pelo grande número de proprietários com poucos escravos”(MELLO, 1990, p. 107)⁷⁷.

O tipo de atividade exercida pelos proprietários de poucos escravos é esclarecedor: donos de armazém, lojas, negociantes, ofícios artesanais, lavradores, doutores, patenteados e eclesiásticos, ou seja, representantes de vários segmentos sociais possuem escravos em pequenos números. Tal fato deve estar associado não só à capacidade de pagar o preço do escravo, o qual elevou-se constantemente no decorrer do século XIX, mas às pequenas necessidades de mão-de-obra dadas por estas atividades, possivelmente, no comércio urbano, os escravos deveriam ser utilizados para todo tipo de serviço: ajudar no atendimento das lojas, carregamento e entrega, etc.; no caso de ofícios artesanais, poderiam ser utilizados diretamente na produção. Ainda nas cidades poderiam servir aos afazeres domésticos. Deve-se lembrar também as pessoas que viviam de aluguel de escravos; é possível que fosse este o caso dos proprietários de um ou dois escravos (MELLO, 1990, 110).

⁷⁷ Entretanto, segundo Luna e Costa (1983), em São Paulo, no início do século XIX, a maior parte dos proprietários possuía de 1 a 5 cativos. Entre outros trabalhos que também apresentam esses dados citamos Samara (1989) e Dias (1995).

No regime escravista, em que o número de cativos era pequeno e eles tinham contato com o ambiente doméstico em que habitava o proprietário, havia uma convivência diária mais próxima entre escravos e senhores. Esse fator poderia representar uma oportunidade em que a margem de negociação para a conquista de uma futura alforria seria mais viável.

Nestas situações, as relações entre senhores e escravos, marcadas pelo misto de dominação, submissão e laços de dependência e, mesmo, de afeto ou gratidão, poderiam gerar para o cativo alguma compensação pelos anos de trabalho árduo e dedicação ao senhor⁷⁸.

Para os proprietários, uma estratégia adotada que podia contribuir para condicionar o bom comportamento do escravo era a alforria, recurso que foi recorrentemente utilizado. Ela podia significar a concessão de um benefício para um cativo selecionado de uma escravaria e, às vezes, ao mesmo tempo, para o senhor a recuperação do capital investido no escravizado mediante a obtenção de alguma vantagem. As manumissões concedidas durante a vida do proprietário ou após sua morte podiam ser registradas em testamentos ou em cartas de liberdade. Podiam constar também em certidões de batismo quando os cativos eram libertados por ocasião desta cerimônia.

Alguns senhores redigiram testamentos para deixar registrados seus últimos desejos para serem cumpridos após a sua morte, estes são chamados de testadores(as). A redação deste documento, escrito pela própria pessoa ou por terceiro a seu pedido, constituía-se no ato de passar para o papel um balanço da vida, tratava-se de um momento propício para tomar medidas visando a salvação da alma e a solução de pendências da vida terrena.

Grosso modo, o objetivo de se fazer um testamento era deixar explícito a forma como os assuntos terrenos e espirituais que preocupavam a pessoa deveriam ser encaminhados após o seu falecimento.

Em geral, a redação do documento era iniciada com a Invocação da Santíssima Trindade: “Jesus Maria José Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas num só Deus verdadeiro” ou “três pessoas e um só Deus verdadeiro” ou mais simplesmente “Em

⁷⁸ Os escravos desempenhavam um importante papel na manutenção de 40% das chefes de domicílio em São Paulo, que no total da população representavam 35%. Neste sentido, as maioria das chefias femininas contava com 1 ou 2 escravos, contexto em que a escravidão tomou uma feição diferente do trabalho no eito, que supervisionado por um feitor, teve como marca característica a distância entre cativo e senhor. Segundo Bertin, das 1338 alforrias concedidas entre 1800 e 1888, 780, ou seja, 58,2%, foram concedidas a mulheres, o que atribui à “proximidade que o serviço doméstico estabelecia entre a escrava e o senhor ou senhora, tornando-se um fator favorecedor da liberdade”. (BERTIN, 2004, p.107-149).

nome de Deus, Amém”⁷⁹ este era um intróito padrão, mas que não representava, muitas vezes, só um meio de dar início ao que seria tratado, mas uma afirmação de fé, que costumava ganhar força com as declarações do temor a Deus e de professar o catolicismo e nesta religião querer viver e morrer, e claro, alcançar a graça da salvação.

Neste sentido, de 466 testadores que registraram suas últimas vontades no Cartório do 3º Ofício da Família e das Sucessões da capital de São Paulo, a maioria, 96% (447) declararam ser católicos, 3,5% (16) não fizeram menção à religiosidade, e menos de 1% afirmaram seguir outras crenças, 2 eram protestantes e 1 seguia o Rito Evangélico Alemão⁸⁰.

Muitos documentos expressavam um temor de que a hora da morte estivesse próxima, tanto é que 46% (216) dos testadores declararam-se enfermos no momento em que registravam seus últimos desejos⁸¹. Outros, mesmo afirmando-se saudáveis também reproduziam um discurso sobre o receio e a incerteza de quando desfaleceriam e, por isso, queriam deixar tudo providenciado para quando Deus tivesse que levá-los⁸².

⁷⁹ Era raro observar um testamento somente com a expressão “Jesus, Maria, José” em que não constasse nem “Em nome de Deus amém” como se apresentou o de José Pereira da Silva Leal no qual o intróito antes de ser indicio de religiosidade, pareceu ser mera formalidade, visto que, em suas últimas vontades, ele somente tratou sobre os negócios de sua vida terrena, sem declarar sua religião ou solicitar ritos fúnebres que pudessem indicar que se preocupava com a salvação da alma ou mesmo declarar professar outra religião que não a católica como fizeram alguns testadores. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de José Pereira da Silva Leal. Nº Proc. 591, 10/03/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 203).

⁸⁰ Os testadores que afirmaram serem protestantes eram naturais da Alemanha e o seguidor do Rito Evangélico Alemão era oriundo da Prússia, o que indica a conservação de suas tradições religiosas. Os 11 testadores de origem africana se declararam católicos. Embora a religião católica continuasse sendo a religião oficial do Estado, com a Constituição de 1824, desejando-se a entrada de imigrantes no país, foi normatizado no artigo 5º a liberdade de culto: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

⁸¹ Das 249 mulheres de nossa mostra, 44% (110) se declararam enfermas quando fizeram seu testamento. Já, dos 217 homens considerados, cerca de 49% (106) se diziam doentes. O testador Manoel Ribeiro da Silva Porto era um dos que se achava doente e receioso de seu curto período de vida, como ele mesmo afirmava “[...] achando-me enfermo de cama, mas em meo perfeito juízo e uso de minhas faculdades intellectuais e receiando a morte que parece estar não distante, attento o mao estado de minha saude, e querendo prevenir sobre meos negocios para depois de minha morte, faço meo testamento pela maneira seguinte [...]”. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Manoel Ribeiro da Silva Porto. Nº Proc. 603, 13/06/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 212).

⁸² Embora muitos dos documentos estudados apresentassem elementos de religiosidade, em geral, eram mais sucintos com relação aos aspectos de espiritualidade do que os do século XVIII. Esse fato, segundo trabalho de Guedes, é um dos efeitos de um processo de laicização vivenciado na sociedade na passagem para o século XIX que deu origem à mentalidade e hábitos que paulatinamente deixavam de lado as imensas quantias aplicadas em missas, reduzindo-as e fazendo com que o tema da preocupação com a salvação da alma ocupasse menos espaço nos anseios registrados nos testamentos, enquanto os legados materiais iam se tornando cada vez mais objeto principal de inquietação (GUEDES, 1986).

Assim, testadores buscavam garantir o futuro de filhos pequenos, nomeando-lhes tutores confiáveis para administrar seus bens e cuidar da sua educação; reconhecer filhos naturais e inseri-los no processo de partilha ou doar aos ilegítimos (adulterinos, sacrílegos, incestuosos) um montante considerável quando estes não podiam suceder o genitor; fazer doações para contribuir na melhoria de vida de afilhados; auxiliar nas obras de igrejas e instituições de caridade e saúde; alforriar escravos que serviram fielmente e com zelo e privilegiar filhos, noras ou genros que acompanharam durante a doença ou em momento de dificuldades.

Convém lembrar que quando a pessoa não tinha ascendentes ou descendentes para sucessão obrigatória ou colaterais que pudessem entrar com um processo para herdar seus bens e ela não havia feito testamento nomeando herdeiros, ou seja, morria *ab intestado*, era aberto um auto de arrecadação pela Curadoria e seus bens ficavam pertencendo ao Estado⁸³. Assim, especialmente, para aqueles que não tinham herdeiros obrigatórios e nem familiares o testamento era um instrumento que permitia ao poder público o conhecimento das posses e dos que deveriam ser beneficiados, viabilizando a transmissão no âmbito judicial⁸⁴.

Portanto, além de disposições relativas à espiritualidade do testador, como pedidos de missas, esmolas para igrejas e pobres, eram expostos os desígnios relativos aos bens materiais. Neste sentido, os testamentos, freqüentemente, apresentavam a descrição dos imóveis, móveis, objetos, escravos, utensílios, ferramentas e investimentos que compunham o patrimônio e como deveriam ser transmitidos aos herdeiros e legatários.

Desta forma, muitas pessoas declararam possuir escravos e desejavam dar-lhes diferentes direcionamentos depois de sua morte como a venda para aplicação em determinado fim (missas ou

⁸³ O patrimônio do falecimento era arrecadado e administrado por um curador enquanto se esperava a apresentação de herdeiros obrigatórios ou de colaterais. Caso tivesse decorrido o tempo legal e não houvesse pessoas para a sucessão os bens passavam ao poder público.

⁸⁴ Escholastica do Nascimento de Jesus Antunes, em seu testamento, em primeiro lugar se declarava católica e encomendava sua alma a Deus do qual esperava a graça de morrer na dita religião. Afirmava ter vivido sempre no estado de solteira e que, por isso, não tinha herdeiros ascendentes ou descendentes, assim, declarava poder dispor livremente de seu patrimônio. Depois de reconhecer sua dívida a João Bernardino da Rocha, apontava seu desejo de deixar todos os seus bens a sua afilhada Dona Joana Francisca do Carmo, que morava em sua companhia. A doação era motivada pelos serviços que esta lhe tinha prestado e pelo amor que sentia pela mesma. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Escholastica do Nascimento de Jesus Antunes. Nº Proc. s/n, 15/10/1873. (Rolo de microfilme no CEDHAL, Caixa 12, Doc. 555). Da mesma forma, Antonio Barbosa, também solteiro, declarando não ter 'herdeiros forçados ascendentes, e descendentes' manifestava sua vontade de distribuir legados entre seus afilhados e instituir como herdeira do remanescente dos seus bens a Santa Casa de Misericórdia. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Antonio Barbosa. Nº Proc. s/n, 01/10/1854. (Rolo de microfilme no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 153)

pagamento de dívidas, por exemplo), doação a familiares ou afilhados, doação como usufruto ou alforria condicional ou sem condições.

Assim, em alguns dos documentos constava o anseio de libertar escravos, às vezes, como uma forma de fazer um ato caridoso para receber a indulgência divina. Muitos senhores, ao registrar a vontade de deixar cativos livres, justificaram sua atitude e impuseram condições para que a manumissão se efetivasse, permitindo-nos o resgate de alguns dos aspectos de suas relações com os escravizados. Alguns proprietários, além de manifestar o desejo de alforriar cativos, instituíram-nos como beneficiários de doações.

Como grande parte dos documentos era cerrada⁸⁵ seu conteúdo só seria conhecido após o falecimento do testador, muitas das alforrias registradas eram promessas de liberdade, esperando a satisfação das cláusulas impostas, que podiam incluir a espera da morte do proprietário, a prestação de serviços e/ou a companhia de pessoas designadas, o abandono de vícios ou outras determinações.

No tocante às libertações que vigorariam após a morte do proprietário, não seria somente a vontade do senhor que seria decisiva para a conquista. A manumissão, bem como as demais doações/disposições registradas em testamento estavam compreendidas no processo de sucessão da herança, o que quer dizer que os cativos enquanto propriedade seriam arrolados junto aos outros bens e transmitidos ou alforriados de acordo com o patrimônio do testador e a legislação vigente. Neste sentido, com relação ao processo de partilha de heranças, o Título 96 do Livro IV das

⁸⁵ Com relação às normas, conforme o Título 80, “Dos testamentos, e em que fôrma se farão”, do Livro IV das Ordenações Filipinas, que regeram o processo de transmissão e a partilha de bens de 1603 até 1917 no Brasil, o testamento poderia ser de diferentes formas.

O *aberto* era lavrado pelo tabelião em livro de notas e assinado por cinco homens maiores de quatorze anos, livres ou considerados como tais, e que serviam como testemunhas, além de ser assinado pelo tabelião e pelo testador ou por terceiro a seu rogo, se ele não soubesse ou não pudesse assinar. Este tipo de documento podia registrar desígnios do indivíduo que, partir do momento da elaboração, já passavam a ter vigor, como, por exemplo, doações.

O testamento *Cerrado* ou *Místico*, redigido e assinado pelo testador, ou, caso tivesse sido escrito por terceiro a seu pedido, deveria ser assinado pelo testador, salvo se este não soubesse assinar, isso seria feito a seu rogo. Depois de cosido e cerrado, o documento era entregue pessoalmente pelo testador ao tabelião diante de cinco homens maiores de 14 anos, livres ou tidos por tais. Neste caso, representantes ou procuradores não eram aceitos para a entrega do documento ao tabelião.

O testamento *Olografo*, denominado por Candido Mota *particular*, era escrito pelo testador ou a seu pedido, seu conteúdo deveria ser conhecido por cinco homens livres ou tidos por tal e maiores de 14 anos que o assinariam como testemunhas e no caso deste tipo de testamento era dispensado o instrumento de aprovação do tabelião.

O testamento *Por Palavra*, ou, como denominava Mota, *nuncupativo*, consistia na declaração das últimas vontades do indivíduo perante seis testemunhas, entre as quais poderiam ser incluídas também mulheres. Essas pessoas deveriam atestar a sanidade e a clareza das determinações do testador sem que os desejos fossem escritos, esta modalidade de documento era justificada pela eminência da morte e pela inviabilidade e escassez de tempo para a redação.

(ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1985, p. 900-906).

Ordenações Filipinas, estabelecia que após a morte do indivíduo casado no regime de meação seus bens seriam avaliados e constituiriam o monte-mor (patrimônio bruto) do qual seriam retiradas as quantias referentes às dívidas, resultando no monte-menor (patrimônio líquido)⁸⁶.

Após essa operação, o montante seria dividido em 6 partes iguais, sendo: 3 delas destinadas ao cônjuge; 2, chamadas de legítima, aos herdeiros, que independentemente de seu número, idade e sexo deveriam receber partes iguais⁸⁷ e apenas 1, a denominada terça, representava a parte da qual o testador podia dispor como quisesse em testamento, por exemplo, nomeando legatários, que podiam ser irmandades, igrejas, amigos ou familiares, para receber os bens doados, alforriando escravos, distribuindo quantias em dinheiro a pobres ou aplicando em missas e determinações para ‘bem da alma’. Isso significa que para que todos os desejos da pessoa fossem cumpridos era imprescindível que no momento de sua morte a quantia necessária para sua realização não ultrapassasse o valor da terça.

No caso de pessoas solteiras ou viúvas, o patrimônio arrolado, após descontadas as dívidas, seria dividido em três partes iguais, sendo duas destinadas aos herdeiros e uma à terça, que corresponderia à fração que o indivíduo podia destinar livremente em testamento. Este documento não era obrigatório por lei, quem o elaborava redigia ou pedia para alguém escrevê-lo, pois, queria garantir que suas determinações relativas aos âmbitos religioso e secular fossem conhecidas e atendidas, evitando a burla, pois, o cumprimento das solicitações feitas era acompanhado pelas autoridades judiciais no processo em que se constituía o inventário *post-mortem*. Por outro lado se o testador não tivesse herdeiros forçados, com exceção dos casados em regime de meação, poderia dispor integralmente de seu patrimônio.

Portanto, tendo em vista o código normativo para o processo de partilha e, considerando que o testador somente poderia destinar como bem entendesse o valor correspondente à terça, era necessário que o montante que o compunha, no momento de sua morte, fosse suficiente para o

⁸⁶ Após a morte do indivíduo era aberto o processo de inventário e o seu patrimônio, que incluía bens de raiz, móveis, dinheiro em moeda, objetos de metal, utensílios, animais, escravos, títulos e ações, dívidas ativas e dívidas passivas era avaliado.

⁸⁷ Os herdeiros necessários eram os descendentes, em primeiro lugar os filhos, na falta destes os netos, não existindo estes, os bisnetos, caso não os houvesse, deveriam tomar parte na sucessão os ascendentes, pais e mães e na falta destes, os avós do testador. Os filhos, isto é, concebidos entre pessoas para as quais não havia impedimento para o casamento, poderiam tomar parte legitimamente na transmissão da herança desde que fossem reconhecidos pelo(a) genitor(a) por escritura pública registrada no cartório de notas ou em testamento.

pagamento do valor do cativo que aspirava à liberdade, para as doações a legatários e para as quantias destinadas a missas e esmolas, pois, somente neste caso elas seriam concretizadas. Caso não houvesse montante suficiente na terça para os legados e alforrias, a menos que os herdeiros cedessem em parte de seu direito aos bens para inteirar o valor necessário seria inviável cumprir as disposições.

Se o patrimônio em dinheiro não fosse suficiente para o pagamento dos credores e das despesas com funeral e enterro, parte dos bens poderia ir à hasta pública para saldar as dívidas. Em circunstâncias em que o montante resultante das arrematações não bastasse para os pagamentos, escravos que seriam alforriados podiam ser vendidos e legatários ficariam sem receber as doações feitas em testamentos. Todavia, nas situações nas quais o indivíduo falecido não era insolvente e havia recursos, as manumissões não podiam ser revogadas por seus herdeiros, mesmo que eles não as aprovassem.

Desta forma, além de terem que esperar o falecimento de seus senhores, os candidatos à liberdade ainda estariam sujeitos aos trâmites da transmissão de herança e na dependência dos recursos administrados pelos seus senhores durante a vida serem suficientes para arcar com os custos de sua liberdade. Entre as adversidades a que estariam sujeitos estava o intervalo entre a redação do testamento com a promessa de liberdade e o óbito de seus senhores, isso sem falar nos escravos que teriam que acompanhar ou ainda prestar mais anos de serviços.

Em que pesem todos os contratempos que enfrentariam os que esperavam o momento de sua libertação, em muitos casos a promessa de libertação se mostrou viável e a manumissão tornou-se uma realidade. Mas, primeiramente é importante compreender quais eram as características destes proprietários que registravam o desejo de manumitir e o que poderia tê-los motivado a optar por esta alternativa quando poderiam ter doado os cativos aos seus sucessores, afilhados ou parentes, preservando-os como fonte de trabalho e/ou renda.

Neste sentido, os 217 testamentos feitos por homens e os 249 por mulheres e registrados no 3º Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo, entre os anos de 1850 e 1877, hoje estão acondicionados e preservados pelo Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (ATJSP)⁸⁸ serão

⁸⁸ Com os testamentos coletados no ATJSP foram desenvolvidas muitas pesquisas pelos bolsistas do CEDHAL, podemos destacar as monografias de Iniciação Científica: ALMEIDA, Joseph César Ferreira de. *Ritos de mortes nos testamentos da população paulista (séculos XVIII e XIX)*. PIBIC/ CNPq/ USP. São Paulo, 2003; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Os estrangeiros na Província de São Paulo: uma análise a partir do discurso testamental (1827 – 1878)*. PIBIC/ CNPq/ USP, 2002; MATTOS, Regiane Augusto de. *Os alforriados na sociedade paulista: uma análise a partir dos testamentos do século XIX*. PIBIC/ CNPq/ USP. São Paulo, 2000; Sonia Maria Troitino. *Família e estratégias*

analisados como representações dos anseios expressos pelos que o redigiram, como documentos que revelam trajetórias de vida, aspectos das relações sociais desenvolvidas pelos senhores, formação de redes de sociabilidade e auxílio e como estes se articularam com a questão da transmissão de riqueza e da concessão de manumissões.

Para viabilizar as doações aos futuros beneficiados, os proprietários citaram muitos bens, contudo, raramente estes correspondiam à totalidade de seus patrimônios, visto que comumente só eram lembrados aqueles aos quais queriam dar um destino específico. Desta forma, é essencial ressaltar que as tabelas contemplam as informações mencionadas, independentemente do que seria a ‘realidade de fato’. Isso significa que pode ter havido omissões por parte dos senhores, por exemplo, com relação ao número de escravos, filhos, herdeiros, ao estado conjugal, dados que possivelmente não foram expressos com precisão, pois, eram de conhecimento público ou da família ou no momento da redação do documento não foram considerados relevantes ou ainda porque já existiam outros documentos que continham os esclarecimentos sobre os mesmos.

Tabela 1

Testadoras que alforriaram escravos por estado conjugal em São Paulo (1850-1875)					
Estado Conjugal	Nº total de Mulheres	Nº de proprietárias de escravos	Índice de proprietárias de escravos por grupo	Nº de proprietárias que alforriaram	Índice de proprietárias que alforriaram
Viúvas	101	57	56%	40	70%
Solteiras	83	52	63%	45	87%
Casadas	46	14	30%	11	79%
Divorciadas	6	4	67%	4	100%
Separadas	5	1	20%	1	100%
nc	8	5	63%	4	80%
Total	249	133	53%	105	79%

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Entre as 249 testadoras predominavam as viúvas, estas eram 40,6% (101) das mulheres, seguidas pelas solteiras 33,5% (83) e casadas 18,5% (46), as divorciadas, separadas e que não declararam o estado conjugal somavam 7,6% e respectivamente eram 2,4% (6), 2% (5) e 3,2% (8).

Tabela 2

Testadores que alforriaram escravos por estado conjugal em São Paulo (1850-1875)					
Estado Conjugal	Nº total de Homens	Nº de proprietários de escravos	Índice de proprietários de escravos por grupo	Nº de proprietários que alforriaram	Índice de proprietários que alforriaram
Viúvos	32	17	53%	10	59%
Solteiros	81	41	51%	31	76%
Casados	85	33	39%	22	67%
Divorciados	4	2	50%	1	50%
Separados	6	1	17%	0	0%
nc	9	4	44%	3	75%
Total	217	98	53%	67	68%

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Diferentemente das mulheres, entre os 217 testadores eram mais numerosos os casados 39,2% (85), os solteiros representavam 37,3% (81), os viúvos 14,7% (32), e os demais correspondiam a 8,6% dos homens, representando 1,8% (4) os divorciados, 2,7% (6) os separados e 4,1% (9) os que omitiram o estado conjugal.

Das 46 mulheres casadas, 26% (12) haviam contraído matrimônio pela segunda vez. Já das 101 viúvas, 7% (7) recasaram pela segunda vez. Entre as 6 divorciadas e as 5 separadas o índice de segundas núpcias era de 16,6% e 20% respectivamente. Dos 85 homens casados, 24,7% (21) eram casados em segundas núpcias e dos 32 viúvos, 15,5% (5). Dos 4 divorciados, 2 haviam se unido pelo matrimônio pela segunda vez.

Uma das explicações plausíveis para a predominância de viúvas era a grande incidência de segundas núpcias entre homens de idade mais avançada e mulheres mais jovens, que após a morte de seus cônjuges, em sua maioria, não contraíam novo matrimônio. Essas viúvas cabeças de domicílio somavam-se às mulheres que haviam sido deixadas por seus cônjuges que seguiam para outras regiões em busca de melhores oportunidades ⁸⁹.

⁸⁹ Além dos fatores como o casamento em idades diferentes para homens e mulheres, Dias atribui também a incidência de mulheres só a uma divisão de papéis entre os sexos, em função da qual o homem pobre, se envolvendo em diversos enlances familiares, ineficiente para garantir a sobrevivência de sua família levava uma vida errante. Como afirma a autora “não era apenas o deslocamento ou a presença intermitente de homens que explicaram o fenômeno de mulheres só chefes de família: fator crucial seria também a rígida divisão de esferas de atividades de um sexo e outro, que se poderia aliás tomar como fator e causa ao mesmo tempo ... e que se acentuava com o costume de casamentos em idades

Entre os bens recorrentemente citados em testamentos a mão-de-obra cativa ocupava um lugar de destaque. Entre as mulheres, 56% (57) das viúvas, 63% (52) das solteiras e 30% (14) das casadas citaram escravos em seus testamentos⁹⁰. Por sua vez, 53% (17) dos viúvos, 51% (41) dos solteiros e 39% (33) dos casados, também mencionaram a posse de cativos. Além disso, entre os proprietários que declararam escravos era significativo o número dos que concediam alforrias.

Com exceção do único testador separado que não manumitiu e dos homens divorciados, dos quais apenas um registrou uma manumissão, mais da metade dos proprietários e proprietárias, qualquer que fosse seu estado conjugal, pretendia libertar. Tanto em relação às mulheres como aos homens, o maior índice de proprietários que conferiam manumissões estava entre os solteiros, sendo de 87% e 76%, respectivamente.

Das 133 proprietárias de escravos, 79% (105) declararam o desejo de libertar pelos menos um cativo. Dentre os 98 testadores, a porcentagem foi um pouco menor se comparada às senhoras, 68% (67) pretendiam deixar pelo menos um de seus cativos liberto.

Considerando o total de 172 senhores e senhoras que alforriaram, as testadoras representaram 61% (105) e os testadores 39% (67). As proprietárias foram responsáveis pela concessão a 60,8% (292) dos alforriados e os proprietários por 39,1% (188). Assim, a proporção de cativos alforriados pelo grupo de mulheres e de homens seguiu a porcentagem de manumissores por gênero nos testamentos⁹¹ (ver gráfico 1).

muito desiguais: homens em geral vinte anos mais velhos do que suas mulheres, ou concubinas, fomentavam a multiplicação de viúvas ou mulheres sós. Fundamentalmente a reforçar a instabilidade de uniões sucessivas, a pobreza de homens acostumados a viver errantes, que não tinham com que manter suas famílias e se afastavam em busca de ganha-pão nas áreas pioneiras da província, acabando por ali compor novas ligações...” (DIAS, 1995, p. 34).

⁹⁰ Nas observações sobre as informações das tabelas não se atentarão aos(as) testadores(as) divorciados, separados e aos que não citaram seu estado conjugal por estarem em número reduzido, o que não permite uma análise quantitativa consistente.

⁹¹ Já para Mariana, em Minas Gerais, Monti (2001, p.81) detectou uma proporção de manumissores por gênero inversamente proporcional à de São Paulo, 78% dos que alforriaram escravos eram homens e 21% mulheres. Os proprietários foram responsáveis pela libertação de 77% dos cativos e as proprietárias por 22,8%, índices que mostram que o número de forros por cada grupo também seguiu a divisão dos manumissores por gênero.

Tabela 3

Nacionalidade de testadores(as) manumissores(as) de escravos em São Paulo (1850-1875)				
País de origem	Testadoras	Testadores	Total	Percentual
Brasil	87	46	133	77,3%
Não Consta	15	12	27	15,7%
Portugal	0	6	6	3,5%
África	2	1	3	1,7%
Inglaterra	0	1	1	0,6%
França	0	1	1	0,6%
Alemanha	1	0	1	0,6%
Total	105	67	172	100%

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Dos(as) proprietários(as) que optaram por alforriar escravos, a maioria era brasileira, constituindo 77,3% (133) dos(as) senhores(as), 15,7% (27) não informaram sua origem, 3,5% (6) eram oriundos de Portugal, 1,7% (3) do continente africano, 0,6% (1) da Inglaterra, 0,6% (1) da França e 0,6% (1) da Alemanha. Desta forma, considerando o total de testadores que se declararam proprietários de escravos, a proporção de manumissores segue sua representatividade por nacionalidade, com exceção dos senhores oriundos da Prússia e da Espanha⁹².

Entre os 3 manumissores africanos, 2 se declararam libertos. Por conseguinte, os forros representaram somente cerca de 1,2% do total de manumissores. Mesmo considerando o total de 466 testadores(as), a proporção de pessoas que disseram serem forras foi pequena, 3,2% (15)⁹³. Dos testadores libertos, somente 2 mencionaram a posse de escravos, sendo que estes concederam

⁹² 230 testadores(as) declararam a posse de pelo menos um escravo, destes 76,1% (175) eram brasileiros, 15,2% (35) não informaram seu local de nascimento, 3,5% (8) eram portugueses, 1,3% (3) africanos, 1,3% (3) prussianos, 0,9% (2) franceses, 0,4% (1) era inglês, 0,4% (1) alemão e 0,4% (1) italiano e 0,4% (1) espanhol.

⁹³ Além dos africanos libertos, havia outros testadores com a mesma origem, mas que não se declararam forros. Embora fosse muito comum entre os africanos não citarem os nomes dos pais, comportamento seguido por esses libertos, não se pode afirmar, por falta de evidências no documento, que os demais oriundos da África tivessem sido cativos algum dia. Entre eles está Bento Lucas, nascido na Costa da África, casado com Candida Lucas, liberta, nascida no Brasil, a qual instituiu por universal herdeira de seus móveis e bens de raiz e a qual solicitava que cuidasse de seu afilhado Mulitão até que este tivesse idade para trabalhar e se sustentar e pedia dez missas a serem celebradas na Igreja do Rosário. Cf. Testamento de Bento Lucas. Nº Proc. 797. 16/10/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 249). Florinda Anna Bonifacia, também africana, era de Nação Mina, solteira e sem filhos, instituiu como herdeira e testamenteira sua futura liberta, mãe dos 3 crioulos que também ficariam libertos por morte da proprietária. Além disso, a senhora se declarava irmã de Nossa Senhora dos Remédios, onde queria ser sepultada e pedia sete missas em intenção de sua alma. Cf. Testamento de Florinda Anna Bonifacia. Nº Proc. 610. 10/10/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 186).

alforria à totalidade de cativos citados em suas últimas vontades. Dessa forma, os testadores forros libertaram cerca de 0,8% (4) dos cativos alforriados⁹⁴.

Tabela 4

Naturalidade dos(as) testadores(as) brasileiros que alforriaram (1850-1875)				
Província/região de origem	Testadoras	Testadores	Total	Percentual
São Paulo	76	41	117	88,0%
Minas Gerais	4	2	6	4,5%
Não declarada	2	1	3	2,3%
Rio de Janeiro	3	0	3	2,3%
Rio Grande do Sul	1	1	2	1,5%
Bahia	0	1	1	0,8%
Parana	1	0	1	0,8%
Total	87	46	133	100%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.				

Entre os(as) 133 senhores(as) que alforriaram e nasceram no Brasil, a maioria, 88% (117) era natural de São Paulo, 4,5% (6) eram de Minas Gerais, 2,3% (3) do Rio de Janeiro, 2,3% (3) não declararam sua procedência, 1,5% (2) eram do Rio Grande do Sul, 0,8% (1) da Bahia e 0,8% (1) do Paraná.

Nenhuma das manumissoras declarou sua ocupação⁹⁵, 11% (19) dos testadores a mencionaram. 4,7% (8) tinham ofícios religiosos (padre, sacerdote, vigário, cônego); 4,1% (7) tinham patentes ou cargos militares (tenente-coronel, capitão, brigadeiro); e 0,6% (1) tinha título de nobreza (marquês); 0,6% (1) era cafeicultor; 0,6% (1) empresário e 0,6% (1) tabelião.

Quanto à idade que tinham os senhores no momento em que fizeram seus testamentos, pouco pode-se inferir. A maioria dos(as) proprietários(as), 91,3% (157), não a informou. Todos os que a explicitaram já tinham passado da ‘meia-idade’ e grande parte já era idosa. 13,5% (6) tinham de 61 a 70 anos; 1,7% (3) de 40 a 50 anos; 1,7% (3) de 71 a 80 anos; 1,2% (2) de 51 a 60 anos e

⁹⁴ Em Mariana, os testadores forros (metade das testadoras e uma minoria dos testadores) foram responsáveis pela concessão de alforria a 15,7% (155) dos manumitidos (MONTI, 2001, p. 81 e 84).

⁹⁵ É importante ressaltar que, na maior parte dos casos, os títulos e as patentes não se constituem informações precisas do ofício ou da fonte de renda dos testadores.

0,6% (1) mais de 80 anos⁹⁶. De qualquer forma, o testamento era feito em um momento em que se previa ou receava a morte, estivesse próxima ou distante, e se pretendia garantir o cumprimento de seus anseios.

Dos 567 escravos que foram declarados pelas senhoras como parte de seu patrimônio, elas manifestaram o desejo de manumitir 51% (292) deles. Com relação aos proprietários, que mencionaram a posse de um total de 390 cativos, registraram a vontade de alforriar 48% (188) deles. Sendo assim, tanto os testadores quanto as testadoras ansiavam ou, pelo menos expressavam em seu discurso, a disposição de deixar em liberdade cerca de metade da mão-de-obra mencionada no documento⁹⁷.

⁹⁶ Entre os testadores que informaram sua idade encontram-se senhores de 40, 66, 68, 69, 75, 78, 79 e 84 anos 'mais ou menos', tendo sido os homens os que declararam as idades mais avançadas. Entre as senhoras foram declaradas as idades de 45, 50, 56, 60, 68 (2 mulheres), e 70 anos. É importante frisar que as declarações de idade costumavam vir acompanhadas de 'mais ou menos' tanto nas referências às pessoas livres quanto aos cativos e não podem ser consideradas como um dado indubitável, pois, observando diferentes registros, é possível localizar pessoas que não 'envelhecem' o número de anos correspondente ao intervalo de tempo decorrido entre a menção de idade entre uma fonte documental e outra. Neste sentido, pode-se citar o caso de Fermino e José, escravos cuja liberdade foi condicionada pela proprietária à prestação de serviços a terceiros depois de sua morte. Em documento datado de 15/06/1844, feito por Getrudes das Dores Barbosa, o primeiro citado estava com cerca de 3 meses e o segundo com aproximadamente 8 meses. Quando foi feita a avaliação dos bens da senhora, em 1855, os libertos condicionais foram descritos, respectivamente, com 14 e 12 anos. Cf. Codicillo de Getrudes das Dores Barboza. Nº Proc. 974. 15/06/1844. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Codicilo do Doc. 132) e ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Getrudes Maria das Dores Barbosa, Nº Proc. 67, 1855-1860, fl. 23v-24. Esse tipo de recorrência também foi apontado por Bacellar ao analisar as listas nominativas de habitantes de diferentes anos.

⁹⁷ Dos 957 cativos declarados por senhores e senhoras, seriam libertos, de acordo com a vontade declarada em testamento, 50% (480) deles. Todavia esse número (957), com certeza, não representa o número de cativos que realmente possuíam no momento da redação do documento, mas os que foram mencionados como parte do patrimônio dos testadores e para os quais eles tinham um destino pré-determinado e queriam torná-lo público.

Mas por que a escolha de contemplar um número tão significado de cativos para a manumissão?

Tabela 5

Justificativa dos(as) proprietários(as) para alforriarem escravos em São Paulo (1850-1875) ⁹⁸				
Motivos alegados para a libertação	Nº de escravos alforriados			
	Por mulheres		Por homens	
Não informado	255	87,3%	158	84,0%
Bons serviços prestados	27	9,2%	10	5,3%
Afeição	2	0,7%	5	2,7%
Bom comportamento	2	0,7%	0	0,0%
Velhice do escravo	1	0,3%	1	0,5%
Bons serviços e caridade no tratamento do testador	1	0,3%	0	0,0%
Bons serviços e muitos filhos que produziu	1	0,3%	0	0,0%
Ter dado 9 filhos escravos	1	0,3%	0	0,0%
Ter sempre acompanhado o testador	1	0,3%	0	0,0%
Por ser filho do testador	0	0,0%	9	4,8%
Pagamento e por ser vontade do proprietário alforriar	1	0,3%	2	1,1%
Por ser vontade do proprietário	0	0,0%	1	0,5%
Bons serviços prestados e conselhos que dava aos outros escravos	0	0,0%	1	0,5%
Anuência ao pedido de terceiro	0	0,0%	1	0,5%
Total	292	100,0%	188	100,0%

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Ao se proceder a leitura da documentação nota-se que poucos senhores se importaram em justificar o que os motivou. 87,3% dos manumissos por mulheres (255 cativos), e 84% pelos homens (158), não tiveram explicitada a razão para sua alforria.

Entretanto, as motivações apontadas por alguns testadores permitem-nos refletir sobre a relação senhor-escravo e as características dos cativos merecedores da expectativa de liberdade na visão dos proprietários. Neste sentido, as expressões dos senhores reproduziam o conteúdo de um discurso usual, por vezes, padronizado até nas palavras utilizadas, que remetiam à idéia do cativo que serve bem, se dedica ao seu proprietário e demonstra um comportamento exemplar.

Alforriar pelos 'bons serviços prestados' significaria não somente beneficiar um bom trabalhador, isto é, que desempenhava com eficiência as tarefas as quais lhe eram impostas, mas

⁹⁸ Na justificativa 'afeição' está incluso o 'amor de criação' que a testadora tem pela escrava e o 'grande amor pelos cativos' que um testador declarou, entre os 'bons serviços prestados' está a alegação de um senhor de seu cativo tê-lo servido com zelo e em 'bom comportamento' foi alocada uma o 'louvável procedimento' e 'obediência da escrava' mencionado pela sua senhora.

também um cativo com o qual se podia contar, em alguns casos, em momento de enfermidade e de solidão e que cuidava com ‘caridade’ e ‘zelo’ de seu senhor. Assim, tratava-se de contemplar o escravo por se mostrar submisso, grato ou digno da ‘benevolência de seu proprietário’.

Como afirma Paiva (1995, p.43), o bom comportamento poderia representar uma forma de resistência cativa por meio da incorporação de valores dominantes dos senhores. Essa estratégia mostrar-se-ia eficiente para a conquista de alforria e para um ganho material para os forros, visto que eram comuns as manumissões que exigiam obediência e bons serviços.

Logo, fosse concedida pelos bons serviços, pela obediência, em função da gratidão ou afeto que senhor sentia pelo cativo, a manumissão além de concessão do proprietário, era uma conquista do escravo, pois, este por seu trabalho e na convivência com o senhor conseguiu demonstrar ser digno deste favorecimento⁹⁹.

Alguns cativos que tiveram a promessa de liberdade registrada no testamento estavam em poder de seu senhor servindo-o por muito tempo, muitas vezes, constituindo família mediante sua autorização ou incentivo. Não raramente, neste longo período de convivência sentimentos como afeição, gratidão, amor de criação pelo filho que a escrava concebeu foram se desenvolvendo, marcando uma relação mista de interesse, afeto e controle senhorial sobre o escravo.

A noção da política de dominação senhorial pode ser vislumbrada ao se deparar com uma justificativa para a liberdade dada por um senhor por ocasião da morte de sua mulher. Na partilha de bens coube-lhe metade do valor de uma escrava e a outra metade a seus filhos por recebimento da legítima materna, por isso, resolveram passar-lhe carta de liberdade por ser de ‘livre vontade’.

O proprietário (pai) ratificou a disposição de alforriar a cativa por sua morte, ao mesmo tempo, legitimando no testamento seu domínio e livre disposição sobre ela: “e por que nessa inventa a escrava Gertrudes, ou em valor, pertencia metade a mim, e metade a meus filhos foi nossa livre vontade passarmos carta de liberdade a ella com condição de entrar no gozo da sua liberdade depois da minha morte.”¹⁰⁰.

⁹⁹ Como bem aponta Pedro (2009, p. 9) a alforria revelou seu mecanismo de funcionamento em duas dimensões “quando olhada de cima para baixo apresenta-se como uma doação, uma concessão senhorial, um instrumento do domínio e quando olhada no sentido oposto, de baixo para cima, como uma conquista escrava, arrancada no dia-a-dia: uma prática que dentro da política de domínio senhorial operava como moeda de troca com os escravos, a promessa de liberdade poderia servir como meio de manter o bom serviço e a obediência, e no interior do universo escravo como objetivo a ser alcançado das mais diversas maneiras, pelo qual lutavam diariamente seja colocando-se diretamente contra a dominação seja pela sujeição”.

¹⁰⁰ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Francisco Antonio das Chagas. Nº Proc. s/n. 10/12/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 340).

Neste discurso ficou claro que os senhores conferiam a liberdade por ser seu desejo e não por merecimento ou conquista da cativa. Da mesma forma, em vários testamentos a manumissão não foi registrada como resultado de uma atuação do escravo, mas como uma concessão que lhe foi feita, talvez por esse fato tenha sido tão grande a omissão de justificativas por parte dos senhores.

Contudo, em outros trechos do mesmo documento, Francisco Antonio das Chagas reconhecia que a escrava havia ‘passado toda a sua vida a trabalho e serviço de sua família’, por isso, pedia aos filhos que a tratassem bem e evitassem que ficasse em miséria e desamparo, porque seria uma crueldade e um ‘delicto perante Deos’ abandoná-la. Portanto, solicitava-lhes a prestação de socorros que a pobreza, enfermidade e velhice da escrava exigissem. Apesar de admitir que Gertrudes sempre havia sido de serventia aos seus familiares não lhe concedia uma liberdade imediata, antes, sujeitava à espera de sua morte, ainda que, provavelmente, a cativa já estivesse com idade avançada e, caso estivesse em condições de saúde, possivelmente, continuaria a ter seus serviços explorados.

A justificativa mais recorrente para a manumissão tanto entre as proprietárias, como entre os proprietários eram os bons serviços que, em 3 casos, se combinavam a outros diferenciais de atitude do escravo escolhido. Assim, 9,8% (29) dos manumissos por testadoras e 5,3% (10) por testadores o seriam pelos bons serviços prestados¹⁰¹.

A alegação para a libertação de 1 escrava (0,3%) por uma testadora foi o fato de ter produzido muitos filhos escravos¹⁰². Considerando que o seu testamento foi redigido em 1868, certamente, foram muito úteis como mão-de-obra as ‘crias’ geradas pela escrava já que o tráfico atlântico havia sido proibido e para se conseguir cativos era necessário recorrer ao tráfico interprovincial. Neste sentido, a reprodução dentro do plantel escravo evitava que se precisasse investir capital para a compra de novos escravos.

¹⁰¹ 1 dos manumissos pelas testadoras além dos bons serviços prestados, ‘produziu’ muitos filhos para a proprietária e outro além dos préstimos tratou com caridade sua senhora. Já 1 dos manumissos pelos testadores além dos bons serviços prestados, dava bons conselhos aos demais cativos do senhor. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Anna Joaquina de Almeida. Nº Proc. 915. 27/07/1866. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 457); Testamento de Maria Joaquina d’Oliveira. Nº Proc. 908. 15/11/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 368); Testamento de Manoel Ribeiro da Siva Porto. Nº Proc. 603. 13/06/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 02, Doc. 211).

¹⁰² Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Maria Inocencia de Souza Queiroz. Nº Proc. 909. 22/01/1868. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 487). A supracitada testadora Anna Joaquina de Almeida também citou o número de filhos concebido pela sua escrava como uma das razões para libertá-la, juntamente com os bons serviços.

Uma particularidade das alegações masculinas referentes a 4,8% (9) dos alforriados pelos homens foi o fato do proprietário ser genitor do cativo.

7 libertações eram ratificação de alforrias concedidas em pia batismal e em cartas de liberdade e 1 alforria, concedida que Candido Mariano de Brito em seu testamento era sujeita ao seu falecimento, sendo todas estas em benefício de descendentes¹⁰³.

Pode ser que outros senhores também tivessem tido filhos com escravas, mas o reconhecimento destes em escritura pública era mais raro quando eram casados e/ou tinham herdeiros legítimos. É importante ressaltar que o testador em questão era solteiro, não tinha filhos legítimos e nem herdeiros necessários para o sucederem em sua herança o que, certamente, influenciou em sua disposição de reconhecer sua prole concebida com uma cativa¹⁰⁴. Da mesma forma, com relação a essa constatação pode-se apontar a afirmação de Monti (2001, p. 112):

ter ou não um casamento também interferiu no fato de reconhecer um filho ilegítimo tido com mulheres advindas ou ainda em cativeiro. O que realmente contou ao reconhecer um ilegítimo e lhe dar alforria foi a inexistência de outros herdeiros, quando esses existiam o reconhecimento diminuiu e a concessão de alforria foi ainda menor.

Além das alforrias concedidas aos filhos, o testador ainda registrava a promessa de liberdade a duas cativas que ficariam sujeitas à sua morte, Ricarda e Josefa. Talvez, uma delas fosse a mãe dos cativos alforriados, mas mesmo que essa hipótese esteja correta, a alforria poderia não ter sido motivada (apenas) pelo intercuro sexual com seu senhor, mas pelos bons serviços prestados e bom procedimento, razões mais recorrentes entre as justificativas para as manumissões¹⁰⁵. Neste sentido, segundo Monti, as relações sexuais de escravas com seus senhores, ao invés de facilitar a conquista de suas liberdades, teriam resultado no retardamento da obtenção da manumissão, de forma que seus filhos conseguiram libertação antes delas e para muitas a liberdade futura ainda não era uma certeza¹⁰⁶.

¹⁰³ Reconhecendo seus filhos naturais em testamento, o senhor os habilitou a integrar o processo de transmissão de seus bens. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. São Paulo (Capital e Interior). Testamento de Candido Mariano de Brito. Nº Proc. s/n. 17/05/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 287).

¹⁰⁴ Segundo o Livro IV, Título 96 (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1985, p. 954-955), os filhos espúrios não podem suceder seus pais no direito à herança, antes só podem ser instituídos pelo testador como herdeiros ou legatários da terça. Já os filhos naturais tinham direito à legítima como herdeiros, quando eram reconhecidos em escritura pública.

¹⁰⁵ O testador não declarou os motivos que o levaram a alforriar suas escravas, somente registrou sinteticamente sua disposição: “Declaro que sou senhor das escravas Josefa e Ricarda as quais desde o momento de meo falecimento ficarão gozando de sua liberdade sem ônus algum”.

¹⁰⁶ “As relações sexuais havidas entre escravas e senhores acabaram por atrelar as cativas por anos a fio aos senhores, seus filhos foram contemplados com as alforrias e elas não, somente com a morte dos amantes essas mulheres conseguiram a liberdade, isto quando conseguiam” (MONTI, 2001, p. 162).

Mas, não era somente Candido Mariano que apresentava resoluções diferentes com relação aos cativos de seu plantel. Muitos senhores concediam manumissões com condições diferentes a cada um de seus cativos ou mesmo só selecionavam alguns deles para alforriar e, neste caso, houve um reforço da noção da manumissão como um prêmio para o escolhido. Deste modo, a disposição de escolher alguns cativos para a manumissão podia até mesmo contribuir para estimular o bom comportamento de outros escravos na expectativa de conseguirem sua liberdade.

Os dados extraídos dos testamentos indicam que as mulheres estavam mais dispostas do que os homens a alforriar, visto que, enquanto 21% (28) das senhoras que declararam possuir escravos não libertariam nenhum cativo, esse índice entre os senhores alcançava 32% (31).

Neste sentido, a opção de alforriar era uma decisão muito particular dos proprietários. Houve mesmo um caso de um testador que pagara o dobro do valor de um cativo para libertá-lo dos herdeiros de seu proprietário, João Manoel de Castro, e solicitava ao seu testamenteiro que se empenhasse para conservar o novo *status* do ex-cativo, visto que os bens do antigo senhor estavam indo à hasta pública e entre eles, segundo o que alegava o testador em questão, indevidamente o liberto. Todavia, este mesmo senhor que se esforçava para assegurar a liberdade de Roque, ex-escravo de terceiros, manteria na condição cativa sua escrava e os demais escravos que receberia por direito a sua herança materna¹⁰⁷.

Já Maria Izabel da Silva Bueno além de alforriar seus cativos ainda buscava conseguir a libertação da crioula Carolina, filha da escrava Benta pertencente ao seu filho¹⁰⁸.

Embora para a maioria dos cativos que seriam contemplados com manumissões servir bem ao seu senhor era implicitamente um pré-requisito, isso por si só não os livraria de enfrentar muitas adversidades até conquistarem juridicamente sua liberdade. Neste sentido, raramente as alforrias passariam a ter validade quando eram registradas, pelo contrário, muitos senhores faziam com que seus cativos os servissem durante toda a sua vida e, às vezes, até mesmo a outras pessoas.

¹⁰⁷ Testamento de José Manoel d'Oliveira. N° Proc. 856. 13/12/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 254).

¹⁰⁸ Testamento de Maria Izabel da Silva Bueno. N° Proc. 541. 10/07/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 221).

Tabela 6

Condições impostas por testadores(as) para alforriar escravos em São Paulo (1850 – 1875)				
Condições impostas aos escravos	Nº de escravos alforriados			
	Por mulheres		Por homens	
Liberto somente após a morte do testador ¹⁰⁹	158	54,1%	66	35,1%
Sujeito à prestação de serviços	49	16,8%	73	38,8%
Alforria sem condições	9	3,1%	11	5,9%
Acompanhar	28	9,6%	8	4,3%
Sujeito ao pagamento de sua liberdade	10	3,4%	8	4,3%
Contribuir no pagamento de sua liberdade e prestar serviços	4	1,4%	0	0,0%
Acompanhar e prestar serviços	2	0,7%	0	0,0%
Dar 9 crias	1	0,3%	0	0,0%
Liberto somente após a morte da testadora e deve ter bom comportamento	1	0,3%	0	0,0%
Usar a terça para pagar o restante de sua alforria	1	0,3%	0	0,0%
Sujeito à prestação de serviços ou pagamento	0	0,0%	3	1,6%
Condições não declaradas	25	8,6%	19	10,1%
Total	292		188	

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Assim, percebe-se que proprietárias e proprietários diferiam quanto às condições impostas aos escravos. Ao passo que 54,1% (158) dos favorecidos pelas senhoras com promessas de manumissão entrariam no gozo de sua alforria com a morte da proprietária, entres os senhores esse índice eram muito menor 35,1% (66).

Uma parcela muito expressiva 38,8% (73) dos que seriam alforriados por senhores ainda teriam que prestar serviços a terceiros depois do falecimento de seu proprietário, já entre os futuros forros das senhoras, essa porcentagem chegava a 16,8% (49). Isso se justifica porque um número muito grande de proprietários deixaria seus cativos em usufruto a suas esposas, em muitos casos, para servi-las até sua morte. Por outro lado, as libertações sujeitas à companhia de legatários eram concedidas de forma mais expressiva pelas proprietárias, 9,6% (28) do que pelos proprietários, 4,3% (8).

Os senhores haviam beneficiado proporcionalmente mais cativos com alforrias incondicionais, 5,9% (11) do que as senhoras, 4,5% (13).

¹⁰⁹ 9 dos que seriam alforriados, além de esperar o falecimento da proprietária, deveriam mandar dizer 6 missas pela alma dela.

Já com relação às demais cláusulas impostas para a efetivação das manumissões não houve substancial diferença entre os índices de favorecidos por gênero do proprietário. 3,4% (10) dos alforriados pelas mulheres e 4,3% (8) pelos homens deveriam pagar a sua liberdade.

Não tiveram mencionadas as condições para a sua alforria 8,6% (25) dos libertados pelas senhoras e 10,1% (19) dos manumitidos pelos senhores.

Além disso, as proprietárias ainda sujeitavam 1,4% (4) de seus escravos a pagar por sua libertação e prestar serviços; 0,7% (2) à companhia de ‘novos senhores’ e à prestação de serviços; 0,3% (1) a esperar a sua morte e demonstrar bom comportamento; 0,3% (1) a conceber nove filhos e 0,3% (1) a inteirar o valor da terça para a compra de sua manumissão. Por sua vez, entre os proprietários a 1,6% (3) dos candidatos à alforria era facultada a prestação de serviços ou o pagamento.

Desta forma, considerando o grande número de libertandos sujeitos à morte do senhor e à prestação de serviços, as concessões de liberdade, ao invés de quebrarem os laços entre antigos senhores e seus cativos, geravam o efeito contrário, mantinham os futuros forros atrelados aos seus proprietários e até mesmo aos familiares destes depois de sua morte¹¹⁰.

Por conseguinte, apesar da porcentagem de escravos que seriam alforriados ser expressiva, considerando o número dos cativos citados, a manumissão não necessariamente significaria a obtenção de uma liberdade absoluta para o ex-cativo, desprendendo-o imediatamente do domínio que o seu senhor exercia sobre ele. Somente 4,5% (13) das alforrias concedidas pelas testadoras e 5,8% (11) pelos testadores correspondiam a libertações que já haviam passado a vigorar durante a vida do ex-proprietário do cativo. Assim, apenas cerca de 5% (24) do total de 480 alforriados tinham recebido sua libertação, que tinha validade, antes da feitura do testamento do antigo senhor. Os beneficiados com essas alforrias, que não exigiram o cumprimento de nenhuma cláusula, foram beneficiados tanto por senhores com herdeiros necessários quanto sem. Foram responsáveis por esse tipo de alforria sem ônus e nem condição 6 testadores, 4 senhoras e 3 senhores, representando apenas 4% (13) dos 172 proprietários que desejavam libertar cativos.

¹¹⁰ A maior parte dos senhores queria ser servida durante sua vida pelos cativos aos quais conferiam alforrias, logo, a Felizarda Joaquina Pinto, que desprendia imediatamente sua cativa Eliza de seu domínio, era uma exceção entre os senhores. A proprietária concedeu manumissão incondicional a sua escrava Eliza porque não desejava mais sua presença em sua residência, assim, facultava à liberta morar onde desejasse menos em sua companhia. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 65, Carta de liberdade concedida por Felizarda Joaquina Pinto a Eliza, 12/02/1867, fl. 75-75v.

Destas 24 alforrias incondicionais que já estavam em vigor quando os senhores registraram suas últimas vontades, pelo menos 13 haviam sido concedidas em pia batismal, sendo 6 conferidas por Gertrudes Maria das Dores Barbosa, 2 por Antonio Paes Cardoso, 2 por Francisco Antonio de Araujo, 1 por Maria Fausta de Castro Muller, 1 por Escolastica Jacintha Branca e 1 por Maria Izabel Bueno. Das 8 libertações concedidas por Candido Mariano de Brito aos cativos que eram seus filhos, 7 passaram a ter validade por ocasião do batismo dos então escravos ou por carta de liberdade e apenas 1 passaria a vigorar após a morte do proprietário, segundo seu testamento.

Destes 7 proprietários mencionados, 4 favoreceram, além dos cativos alforriados em pia batismal, também as mães dos mesmos. Porém, em sua maior parte, as manumissões às genitoras eram concedidas mediante o cumprimento de exigências como aguardar a morte do proprietário e/ou acompanhar a terceiros.

Maria Izabel da Silva Bueno, testadora supracitada, ratificava a liberdade concedida em pia batismal a Zulmira, mas, a mãe da liberta, Amazilia, tinha sua manumissão condicionada ao falecimento da proprietária¹¹¹. No testamento, também contemplava com a alforria sujeita à sua morte os escravos Paulino, Luiza e Anna.

Maria Fausta de Castro Muller manumitiu Francisca em pia batismal, mas também contemplaria sua família, incluindo mãe, tio e irmãos com a liberdade, além de uma escrava idosa, entretanto, deixando-os ‘encostados’ ao seu herdeiro, o cônego Antonio Augusto de Araujo Munis, para que “trate de ditar escravos que deixo libertos, protegendo-os, fazendo-os trabalhar para sua sustentação e vestuário, e meio melhores de vida, evitando a ociosidade, e dirigindo-se para o bem”¹¹². Ao mesmo tempo em que, em seu testamento, a proprietária colocava a expectativa de liberdade para a vida futura de seus cativos, impunha-lhes, ao terem que ficar ‘encostados’ ao cônego, uma sujeição ao controle de um ‘tutor’ e uma restrição em sua autonomia.

Todavia, provavelmente, ao seu ver, levando em consideração a forma como expôs em seu discurso, suas cláusulas implicavam em uma determinação positiva, visando conferir aos forros proteção e garantia de melhores condições de vida. Ainda assim, não se pode esquecer que a condição de ficarem atrelados a Antonio Augusto não descartava a possibilidade de terem que lhe

¹¹¹Testamento de Maria Izabel da Silva Bueno. Nº Proc. 541. 10/07/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 221).

¹¹²Testamento de Maria Fausta de Castro Muller. Nº Proc. 925. 12/08/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 382).

prestar algum serviço. Além disso, outro ponto a se destacar nesta redação é a ideia, recorrente em explanações sobre os candidatos à manumissão, de que precisavam de alguém que os conduzisse, pois, não estariam preparadas para agir por seu livre arbítrio e usufruir de liberdade plena.

De forma semelhante, Gertrudes das Dores Barboza havia forrado em pia batismal a maioria dos filhos de seus escravos que juntamente com seus pais (dos libertos) seriam herdeiros de seus bens¹¹³. Entretanto, enquanto as alforrias das crianças já vigoravam, a de seus ascendentes só teria validade após a morte da senhora. A condição de espera até seu falecimento, portanto, era um mecanismo que, provavelmente, tornava os escravos submissos ao seu controle e fazia com que eles continuassem a prestar-lhe serviços, ainda que futuramente fossem beneficiados com sua herança.

Ao observar estes três casos, constata-se que, ao passo que as crianças haviam sido manumissas por ocasião de seu batismo, suas genitoras receberam a promessa de liberdade sujeita à morte de suas proprietárias ou mesmo a terceiros, o que, provavelmente acabava deixando os infantes libertos também atrelados à proprietária ou aos legatários que desfrutavam dos serviços de suas mães¹¹⁴.

Embora essas libertações por ocasião do batismo de filhos de escravas não tenham sido justificadas pelas senhoras, com exceção das sujeitas à pagamento, elas representaram uma forma de beneficiar as mães, possivelmente pelos bons préstimos, garantindo imediatamente à sua prole

¹¹³Testamento de Gertrudes das Dores Barboza. Nº Proc. 974. 02/08/1853. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 132).

¹¹⁴ 1 senhora e 3 senhores que alforriaram cativos em pia batismal não se referiram explicitamente à mãe ou outros familiares desses libertos, embora 3 destes tenham contemplado outros escravos com a manumissão. Dos proprietários que alforriaram em pia batismal Severino Silva foi o único que manumitiu apenas uma escrava, a crioula Benedita, filha de Rita, sendo que esta libertação, segundo justificativa do testador, ocorreu por ter recebido a quantia de 32\$000 réis entregue por seu amigo sargento-mor Francisco Paula de Xavier Toledo. Cf. Testamento de Severino Pinto da Silva. Nº Proc. s/n. 11/05/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 286). Já Francisco Araujo não citou a mãe das 2 libertas no batismo, mas alforriaria mais 3 escravos, um de forma não declarada, um porque havia pago seu valor e a uma escrava concedeu liberdade condicionada à prestação de serviços a um legatário até que ela completasse 21 anos. Reforçando a noção da alforria como uma benesse com a qual somente deveriam ser contemplados os ‘bons escravos’, o senhor afirmava “Declaro que não prestei á minha assignatura ao assento de baptismo do meo escravo Ricardo, porque elle se mostrou desde logo indigno dessa graça”. Cf. Testamento de Francisco Antonio de Araujo. Nº Proc. 684. 22/12/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 301). Escolastica Branca confirmou em seu documento a alforria dada em pia batismal a Amelia e a manumissão de Vicente conferida quando este tinha três anos, além disso, por sua morte pretendia deixar livres as cativas Candida e Efigenia pelos bons serviços prestados. Cf. Testamento de Escolastica Jacinta Branca. Nº Proc. 917. 16/05/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 379). O supracitado Candido Mariano além da liberdade a seus filhos em pia e em cartas de liberdade ainda pretendia deixar livres por sua morte 2 escravas. Nos testamentos, inventários e cartas de liberdade de Mariana, os documentos que registravam libertações para mães e crianças simultaneamente somaram 11 casos, representando 23% liberdades em conjunto, tendo sido mais favorecidos os irmãos nas alforrias em grupos (MONTI, 2001, p. 48).

uma conquista que elas próprias poderiam demorar muito tempo para conseguir, dependendo das condições de saúde e longevidade das proprietárias.

4 manumissões que já estavam em vigor antes da morte das senhoras, eram resultado de concessões em diversas situações ao longo da vida das proprietárias Anna Thereza, Fortunata Candida do Amaral, Gertrudes Maria Silva Brito e Escolastica Maria Santos.

Escolastica Maria dos Santos, solteira e sem herdeiros necessários, declarou a posse de apenas uma escrava, Anna, à qual havia concedido alforria incondicional anteriormente e, por seu testamento, ratificava essa disposição¹¹⁵. Além da confirmação da libertação ainda instituía a forra herdeira universal do remanescente de seus bens: “[...] e de tudo que restar instituo minha universal herdeira minha escrava Anna, que já libertei por carta que lhe passei, a qual comfirmo por este meu testamento”¹¹⁶.

A senhora deixava quantias significativas em dinheiro para a Ordem Terceira do Carmo e para a Nossa Senhora da Conceição, se comparadas aos legados deixados por outros testadores que tinham pessoas do núcleo familiar nomeadas para a transmissão do patrimônio¹¹⁷.

Neste caso, além da proprietária não ter ascendentes ou descendentes obrigatórios para sucedê-la em sua herança, não parecia ter contato com parentes próximos, visto não ter citado familiares como legatários de seus bens. Provavelmente, Escolastica havia desenvolvido uma relação muito próxima com sua liberta Anna ao longo dos anos e, também pelo fato de não ter herdeiros necessários, quis e pôde em seus desejos beneficiá-la, dispondo livremente da totalidade de seus recursos.

De forma semelhante, a testadora Anna Thereza, senhora solteira e também sem herdeiros necessários, citou somente uma escrava, Benedicta a qual já havia libertado antes de fazer seu

¹¹⁵ Cf. Testamento de Escolastica Maria dos Santos. Nº Proc. 653. 24/02/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 284).

¹¹⁷ A senhora expressava em seu testamento: “Deixo a Nossa Senhora da Conceição que se venera, e tem Irmandade na Igreja de São Gonçalo d’esta Cidade, um conto e quinhentos mil reis. Para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo d’esta Cidade, de que sou indigna Irmã, deixo quatrocentos mil reis; se acaso porem tiver alguã enfermidade pelo que venha a fazer grandes despesas, e por isso diminuir o que possuo, só deixo á dita Ordem duzentos mil réis”. Comparando aos legados deixados por testadores a instituições religiosas e de caridade as quantias de 400\$000 réis e 1:500\$000 réis se destacam, especialmente, a segunda, valor que mais comumente cabia aos filhos ou herdeiros como parte da terça deixada em testamento. Cf. Testamento de Escolastica Maria dos Santos.

testamento¹¹⁸. Mas além da concessão de liberdade, que já desfrutava durante a vida de sua ex-proprietária, Benedicta foi nomeada para ser herdeira universal da ex-senhora juntamente com sua filha Maria, que pela redação do documento, não parecia estar vivendo na condição de cativa.

A testadora em seu documento somente citava Benedicta e Maria como sucessoras em sua herança, não mencionando nem instituições religiosas/de caridade, nem parentes distantes e nem outras pessoas de suas relações pessoais:

[...] instituo por minhas legitimas e universaes herdeiras em partes iguaes, depois de deduzidas as despesas de meu funeral, a Benedicta, preta liberta que foi minha escrava, e mora em minha companhia, e a sua filha Maria, as quaes meu Testamenteiro, quer dadas as formalidades de Direito entregará tudo quanto por minha morte ficar e existir em minha caza.

Supõe-se, pela ausência de outros legatários em suas disposições e pelo fato das supracitadas morarem em sua companhia e serem as únicas beneficiadas com seu patrimônio, que a proprietária convivesse cotidianamente com as mesmas e tivesse desenvolvido vínculos afetivos em relação a elas, provavelmente as contemplando no testamento por considerá-las dignas de receber essa doação.

Já a testadora a proprietária Fortunata Candida do Amaral apresentava um perfil diferente das duas proprietárias mencionadas, era viúva e tinha dois filhos¹¹⁹. Em seu testamento citou 4 escravos, dos quais já havia alforriado uma, Luiza, durante sua vida e à qual pretendia beneficiar com um legado de 200\$000 réis¹²⁰. Além da liberta, havia muitos outros contemplados em suas doações: nora, neto, cunhada, afilhado, agregada, instituição religiosa e pobres, entre outros, os quais não foi possível determinar o grau de parentesco ou relação com a senhora. Vale ressaltar que o legado que seria recebido pela forra era do mesmo valor que o da cunhada da testadora Manoella e superior ao que seria deixado à Igreja da Boa Morte e à agregada Florinda das Dores, de 100\$000 réis. Entretanto, o legado era inferior ao de 400\$000 réis deixado a Maria Leandra, que morava com o filho da testadora. Por fim, é importante destacar que a liberta participava na transmissão de bens da senhora como um dos legatários instituídos e a doação poderia contribuir para sua sobrevivência.

¹¹⁸ Cf. Testamento de Anna Thereza. N° Proc. 717. 07/05/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 239).

¹¹⁹ Cf. Testamento de Fortunata Candida do Amaral. N° Proc. 722. 25/10/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 365).

¹²⁰ “Deixo a Luiza que foi minha escrava, e hoje he forra a quantia de duzentos mil reis [...]”. Cf. Testamento de Fortunata Candida do Amaral.

Os 3 escravos que permaneceriam em cativeiro seriam distribuídos entre os legatários após a morte da senhora: Fructuozo, crioulo de pouca idade, deveria ficar com o afilhado da senhora, Antonio; Liberato, também de pouca idade, deveria ficar com o neto mais novo e Domitila deveria ficar na posse da nora, Gabriela¹²¹.

Igualmente Gertrudes Maria da Silva Brito¹²² também não tinha cônjuge, era divorciada de seu segundo esposo e tinha dois filhos de seu primeiro matrimônio. Logo, a senhora possuía herdeiros necessários para transmitir seus bens, mas, mesmo assim, deixaria todos os cativos citados em documento libertos, mediante uma cláusula para a efetivação da manumissão. Por outro lado, não nomeou seus futuros libertos nem como legatários de pequenas quantias. Ela registrou seus desejos de que fossem distribuídos 200\$000 réis a pessoas e famílias pobres e de deixar o remanescente de seus bens em usufruto de Joaquim Ribeiro da Silva, primeiro testamenteiro nomeado, em reconhecimento aos seus bons serviços prestados¹²³. Ainda que o legado em usufruto fosse uma forma de recompensar Joaquim, o mesmo não tinha total liberdade de administrá-los, pois, não podia aliená-los, visto que, a proprietária impunha uma cláusula no sentido de se certificar que o patrimônio fosse restituído ao seu filho, Jose Pedro, em sua integralidade quando o beneficiário falecesse.

A senhora declarou a posse de 5 escravos, dos quais somente uma, Lucinda, já tinha a manumissão vigorando. Aos cativos Maria, Josefina e Claudino, filhos de Lucinda, e Antonia, filha de Maria, condicionava a alforria à companhia de seu filho, Jose Pedro Brito Galvão de Moura Lacerda, para prestação de serviços pelo prazo de três anos, contados a partir de seu falecimento¹²⁴.

¹²¹“Deixo a minha nora Gabriella a minha escrava de nome Domitilla com a condição de a beneficiar conforme seu merecimento”. Cf. Testamento de Fortunata Candida do Amaral.

¹²² Cf. Testamento de Gertrudes Maria da Silva Britto. Nº Proc. 802. 28/02/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 346).

¹²³ “Deixo duzentos mil reis para serem distribuidos por peSsoas, e Familias pobres, a juizo do meo Testamenteiro, que para o desempenho deste legado poderá entender-se com o Reverendo Vigario da Freguesia, onde eu fallecer, [...]. Os remanescentes de minha Terça, depois de cumpridos estes legados, deixo-as ao meo 1º Testamenteiro Joaquim Ribeiro da Silva, em recompensa pelos valiosos e bons serviços, que me tem prestado, não podendo elle todavia alienar qualquer parte deste legado; se não por neceSsidade tal, que não poSsa ser de outro modo satisfeita, o que deixo ao seo precedente discernimento”. Cf. Testamento de Gertrudes Maria da Silva Britto.

¹²⁴ “Deixo forras e libertas as minhas escravas pardas Maria, e Josefina, filhas de Lucinda já forra, e Antonia, filha da referida Maria, e bem assim o pardo Claudino, filho da mesma Lucinda, com obrigação de acompanharem o meo Filho e 2º Testamenteiro José Pedro, para lhe prestarem serviços, e a este peço que por caridade os proteja, e cuide de sua educação como eu mesma faria, se foSse viva; e isto por espaço de tres annos, findos os quaes, poderão dispôr de suas peSsoas, servindo-lhes esta verba de Carta de Liberdade”. Cf. Testamento de Gertrudes Maria da Silva Britto.

Assim, percebe-se o controle que os testadores tentavam impor tanto sobre as atitudes dos libertos beneficiados quanto dos demais legatários, sujeitando-lhes a condições que determinavam aspectos de suas vidas futuras.

A despeito do domínio que exerciam sobre os cativos e forros durante sua vida e mesmo após a sua morte, por meio das designações em testamentos, como constatado pelos exemplos houve um número significativo de senhores que registraram em suas últimas vontades mais do que a manumissão, deixariam a seus futuros alforriados pequenos legados e, em alguns casos, até imóveis.

Neste sentido, parece que a escolha de libertos como beneficiários de quantias ou bens de grande valor perante o montante do patrimônio do senhor estava diretamente ligada à proximidade da relação que foi estabelecida entre forro e ex-proprietário, mas também à questão da transmissão de bens, sendo mais comum nas situações em que não havia herdeiros obrigatórios no processo de sucessão¹²⁵.

Analizando a questão das alforrias, constata-se que a maior parcela cuja validade estava assegurada no momento do registro das últimas vontades do ex-proprietário referia-se a manumissões em pia batismal, ou seja, os filhos das escravas tinham sido batizados como libertos e seus assentos de batismo constavam no mesmo livro paroquial destinado aos registros relativos às pessoas livres e libertas, o que asseguraria sua nova condição jurídica. Mas também houve uma senhora e um senhor de escravos que concederam alforria em pia batismal, porém essas não foram incondicionais como as demais, tendo sido exigido pagamento para a libertação¹²⁶.

No entanto, mais comuns que as libertações em pia batismal foram as condicionadas ao falecimento do proprietário, sendo muito significativo o número de proprietários(as) que queriam ser servidos até a sua morte e somente a partir deste momento deixarem libertos seus cativos. As mulheres impuseram esta cláusula a 54,1% dos cativos aos quais concederiam alforria, enquanto os homens sujeitaram 35,6% dos candidatos à manumissão. Essa cláusula, mesmo quando não era explicitado pelo(a) senhor(a), pressupunha que o cativo continuasse apresentando o mesmo ‘bom comportamento’ e os ‘bons serviços’ para ter a ‘graça’ da alforria assegurada, assim como também ocorria em relação às manumissões que tinham outras condições para sua efetivação.

¹²⁵ Questão que será discutida mais profundamente ainda neste capítulo.

¹²⁶ Os proprietários em questão são Antonia Maria Candida e Severino Pinto da Silva.

Em alguns casos, o procedimento exemplar do cativo era posto claramente como pré-requisito para a liberdade como exposto nos testamentos de Ignacia Maria da Conceição que declarava “se minha escrava Joaquinna não me der desgostos, e me servir bem até minha morte meu testamenteiro lhe passará carta de liberdade”¹²⁷ e do proprietário Joaquim Fernando da Fonseca que afirmava

Dou liberdade aos meos escravos, excepto aquelle que me fôr ingrato, ou me der desgosto durante minha existencia por minha morte dando-se a cada um d’elles duzentos mil reis, cujos escravos chamão-se Maria Ignacia, Carolina, Francisco, e a este ultimo quero que se dê quatrocentos mil reis pelos bons serviços que sempre me prestou-me¹²⁸

O testador condicionava a liberdade dos cativos à sua morte, ao que seu discurso indica, exigindo que continuassem a agir da forma como sempre haviam feito enquanto escravos. Ao mesmo tempo, recompensava-os com legados significativos, inclusive diferenciando um deles com uma quantia maior por ter se destacado na prestação de serviços em relação aos demais do plantel.

Muitos dos senhores pretendiam dar liberdade aos seus cativos, mas dificilmente sem que tivessem tirado muito proveito de seus serviços, ou pelo menos, de seus pais. E os senhores usufruíam seus escravos de diversas formas, fosse pelos filhos produzidos que se tornavam mão-de-obra, pelas tarefas árduas realizadas, pelo tratamento mais zeloso exigido e/ou pelos serviços que ainda prestariam a terceiros.

Por exemplo, o proprietário Reginaldo Antonio da Cunha registrava seu desejo de libertar Luiza por ocasião de sua morte, afirmando que ela já era velha e por isso pedia a sua herdeira “que pelo amor de Deus a conserve, tratando dela como nunca”¹²⁹. Embora reconhecesse a idade avançada da escrava, não lhe concedeu a manumissão antes, utilizando sua força de trabalho até que ela se tornasse um motivo de preocupação, segundo o que expressou em seu discurso. Por isso, seria profícuo pensar o que significaria conseguir a libertação na velhice, muitas vezes, quando a aptidão

¹²⁷ Testamento de Ignacia Maria da Conceição. Nº Proc. 751. 28/07/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 321).

¹²⁸ Testamento de Joaquim Fernando da Fonseca. Nº Proc. 693. 12/12/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 299).

¹²⁹ Cf. Testamento de Reginaldo Antonio da Cunha. Nº Proc. 841. 27/11/1865. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 450).

para o trabalho diminuía, quando se podia ficar mais vulnerável a doenças e passava a ser mais difícil assegurar a sobrevivência.

Apesar da pequena representatividade dos manumissores libertos, vale a pena analisar seus últimos desejos, tentar compreender como se inseriram na sociedade em face de sua nova situação jurídica e verificar se seu discurso difere dos demais proprietários de escravos.

Neste sentido, Vicente Joaquim José Fontoura, testador forro, africano, natural de Porto Rico e de Nação ‘Cambinda’, declarou-se casado ‘à face da Igreja’ com Francisca Fortunata Lopes Candida do Amaral, mas sem filhos deste matrimônio¹³⁰. Nomeava sua cônjuge como sua herdeira universal e caso esta falecesse antes dele, deixava seus bens em usufruto ao seu afilhado Simão e às suas escravas Maria e Emília, que ficariam libertas após a sua morte e da esposa. Depois da morte desses beneficiários o patrimônio passaria definitivamente à propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da qual o senhor era irmão.

Por este testamento vê-se que o proprietário mantinha relações com pessoas que tiveram/tinham o mesmo *status* jurídico que ele: as escravas também africanas, mas de ‘Nação Angola’¹³¹ e o ex-escravo de Miguel Muguairéis e ainda desejava, provavelmente, pelo fato de não ter herdeiros necessários além de sua esposa, contemplá-los. No caso das escravas, beneficiava-as, possivelmente, pelo tempo de convivência e pelos bons serviços prestados. Já ao afilhado deixava legados, possivelmente, porque era costume, além de ajudá-los espiritualmente, auxiliá-los com bens. Além desses usufrutuários, só havia mais um legatário nomeado, Marcelino Ferreira Bueno que deveria receber o remanescente da terça do senhor após terem sido cumpridos seus desígnios e ter falecido sua esposa.

O proprietário não se deteve em sua história de vida enquanto era escravo e como obteve sua manumissão¹³², antes se focou em determinar o destino de seus bens, as supracitadas escravas, uma

¹³⁰ Cf. Testamento de Vicente Joaquim José Fontoura. N° Proc. 626. 31/08/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 185).

¹³¹ Mesmo que esta relação, desenvolvida dentro de regime escravista, fosse de controle e coerção, certamente, havia afeto do senhor pelas escravas ou pelo menos o desejo de recompensá-las, visto que poderia instituir a irmandade como herdeira na falta de sua esposa e não assegurar o usufruto dos bens às futuras libertas. Ressalte-se que ainda mais valioso seria esse usufruto quando elas estivessem libertas, pois, garantir-lhes-ia um local de moradia, sem a necessidade de pagar um aluguel, por exemplo, um auxílio para suas vidas em sua nova condição jurídica.

¹³² Como se pode ver, o testador é sucinto quanto à sua vida antes da conquista da liberdade, privilegiando suas disposições de última vontade. “Declaro que sou natural de Porto Rico na Africa e de Nação Cambinda, e que vim para o Brazil como escravo, mas obtive minha liberdade, fui baptizado e professo a Religião Cristã e sou cazado á face da Igreja com Francisca Fortunata Lopes Candida do Amaral”. Cf. Testamento de Vicente Joaquim José Fontoura.

casa e um terreno. Ao mesmo tempo, que mantinha relações com escravos e um ex-escravo e era irmão de uma instituição que reunia libertos como ele, também congregava elementos que seriam esperados e bem vistos pela sociedade branca, como ser ‘baptizado’, professar a ‘Religião Cristã’ e ser ‘cazado à face da Igreja’. Embora se declarasse católico, não pediu missas em intenção de sua alma, nem ao menos uma de corpo presente, solicitação muito comum entre os que não requeriam grande número de celebrações.

Interessante notar que este liberto desfrutou do ideal de tornar-se senhor e ser servido por cativos, invertendo uma ordem de coisas anterior, em que ele era o submisso na escala hierárquica, e, agora dispunha do destino de outros africanos.

Igualmente às determinações de grande parte dos senhores livres, Vicente Fontoura desfrutaria dos préstimos de suas escravas até sua morte e ainda as deixaria para trabalhar para sua esposa, só legando-lhes a liberdade após o falecimento desta.

A outra testadora forra, também africana, Francisca Furtunata Lopes do Amaral Fontoura, registrava seus derradeiros desejos em 1865, sendo que seu cônjuge, o supracitado Vicente Fontoura havia falecido em 1857¹³³. A senhora somente declarou que foi escrava, mas também não mencionou a forma como conquistou sua manumissão¹³⁴.

No documento a senhora sujeitava suas escravas Maria e Emilia à prestação de serviços até a sua morte, quando ficariam plenamente livres e deixava-lhes o usufruto da casa, no entanto, sem agir como se estivesse ratificando essas disposições que já haviam sido expostas por seu falecido marido.

Da mesma forma que seu esposo, não pediu missas em sua intenção, de familiares ou para santos, não fez pedidos para o seu funeral e enterro, não solicitou intercessões por sua salvação, embora também se declarasse católica, tendo sido “baptizada e educada n’esta Religião”, na qual ‘se conservava’ e ‘esperava morrer’¹³⁵.

¹³³Testamento de Francisca Furtunata Lopes do Amaral Fontoura. Nº Proc. 828. 02/02/1865. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 434).

¹³⁴ A testadora apontou suas origens e foi extremamente sucinta com relação à sua vida em cativeiro: “Declaro que sou natural da Costa da África, e que tendo vindo para o Brasil como escrava, obtive minha liberdade”. Cf. Testamento de Francisca Furtunata Lopes do Amaral Fontoura.

¹³⁵ Cf. Testamento de Francisca Furtunata Lopes do Amaral Fontoura. Interessante ressaltar que, até para o matrimônio, esses manumissores libertos africanos escolheram seu parceiro entre seus iguais, possivelmente, em função dos contatos e redes de sociabilidade que desenvolveram durante o período em que estiveram em cativeiro. De forma semelhante,

Semelhantemente ao cônjuge, a senhora, ao nomear legatários revelou a manutenção de relações sociais com escravas e libertas e suas descendentes, algumas que apadrinhou e às quais concederia doações, além de suas escravas que ficariam libertas, receberiam o usufruto do imóvel e também quantias em dinheiro e as roupas brancas da proprietária¹³⁶. Talvez esses relacionamentos com escravos e forros indiquem a dificuldade de criar relacionamentos com pessoas livres em face do estigma de ter sido cativo.

Levando em conta que as condições impostas para a efetivação da manumissão agiam como elementos que adiavam a conquista da liberdade plena, o testamento de Francisca Fontoura e seu cônjuge são muito significativos: desde o tempo da feitura do testamento de Vicente Fontoura já haviam transcorrido quase dez anos e as cativas ainda aguardavam a morte de sua senhora, continuando a servi-la, segundo o que a mesma determinava em suas últimas vontades. Certamente, esses testadores esperaram de seus escravos a mesma atuação que um dia foi esperada deles enquanto estiveram em cativeiro.

Conforme apurado, esses proprietários libertos, se expressaram de forma semelhante aos senhores livres, isto é, exigiram dos seus cativos bons serviços e, seguramente, esperavam também bom comportamento e obediência, requisitos essenciais para considerar o mérito de um cativo para conquistar sua liberdade e, até mesmo, receber legados de seus ex-senhores.

Entretanto, privilegiar o aspecto da transmissão de bens em seus testamentos, não mencionar como obtiveram sua liberdade e não solicitar sufrágios pela salvação da alma não foi um comportamento unânime entre os testadores libertos.

Diferentemente de Vicente Fontoura e Francisca Furtunata Fontoura, Gertrudes Abranges, natural da Mina, Costa da África, solteira, menciona a compra de sua manumissão¹³⁷. Contudo, apesar de ter alcançado sua libertação de forma onerosa, esclarece que, ‘por tributo e amizade’ aos seus ex-senhores, Jose Antonio Abranges e Anna Luisa Abranges, usava o sobrenome deles.

A testadora, que não declarou a posse de mão-de-obra cativa, instituiu um ex-escravo como seu universal herdeiro, mas não somente expôs os seus desígnios com relação aos bens materiais,

pelo discurso os dois demonstraram ser as preocupações relativas ao destino de seus bens materiais preponderantes, não pedindo sufrágios por sua alma.

¹³⁶Declaro que não tendo descendentes nem ascendentes, instituo por minhas universais herdeiras as minhas afilhadas Francisca e Theodora, a primeira filha legítima de José e Catharina, escravos de Dona Gertrudes Miquelina Palhares Mendes, e a segunda filha da liberta Joaquina de Moraes.

¹³⁷ Cf. Testamento de Gertrudes Abranges. Nº Proc. 631. 02/09/1854. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 147).

suas disposições relacionadas ao âmbito religioso e espiritual foram detalhadas: pediu missas para si e para seus familiares, doou esmolas aos pobres, deixou sua terça para ser distribuída entre os pobres pedintes e pediu para ser enterrada na Igreja de São Benedito, da qual declarava-se ‘indigna irmã’. Mesmo para depois de sua morte Gertrudes deixava determinações para a prática da caridade com seus bens, buscando assistir materialmente pessoas que passavam por dificuldades.

Da mesma forma, a liberta crioula Firmina Antonia Baruel, também explicava como havia conquistado sua alforria¹³⁸. Ela havia sido escrava de Anna Baruel, mas pela atuação de seu esposo, sua liberdade havia sido paga em dinheiro. Assim, por gratidão e em ‘recompensa aos esforços’ feitos para conseguir sua alforria, Bento Lucas de Barros foi instituído universal herdeiro dos seus poucos bens, o que foi possível pois ela não possuía filhos ou ascendentes para suceder-lhe obrigatoriamente. Além disso, a senhora deixava-o responsável pelo cumprimento das solicitações registradas no documento e dos sufrágios por sua alma.

A testadora liberta Quiteria Maria de Barros, nascida na Freguesia do Brás em São Paulo, declarou que havia sido cativa de Hilario de Barros, tendo sido alforriada quando tinha 12 anos, contudo não explicitou sob que condições havia obtido a liberdade¹³⁹. Era viúva de João Baptista, não tinha herdeiros necessários, nomeando como seu herdeiro Manoel de Abreu em atenção aos benefícios que do mesmo havia recebido.

Assim, investigando as possíveis razões que teriam motivado os libertos a fazerem seus testamentos, mesmo levando em conta os que não manumitiram, percebe-se que nem todos deixavam explícita sua preocupação com a salvação, pedindo missas, determinando forma de funeral e enterro e fazendo intercessões.

Por outro lado, foi possível notar que nenhum deles tinha herdeiros necessários e, em alguns casos, nem cônjuge, o que leva a concluir que todos tinham o objetivo de garantir a transmissão de bens para os escolhidos de suas relações sociais, mesmo que acreditassem que o que possuíam era de pequeno montante, visto que, se morressem *ab intestados* seus bens passariam a ser propriedade do Estado.

¹³⁸ Além declarar que havia sido escrava e se tornado livre por esforços de seu esposo valorizando-o, ao citar sua filiação também expunha o passado de escravidão de sua genitora. “Sou natural desta cidade filha de Catharina já falecida que foi escrava de Antonio Francisco Baruel, de pai incognito.” Cf. Testamento de Firmina Antonia Baruel. Nº Proc. 972. 13/09/1854. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 149).

¹³⁹Cf. Testamento de Quiteria Maria de Barros. Nº Proc. 840. 07/04/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 171).

A leitura dos testamentos de alforriados indicou que muitos libertos continuavam a ter em suas relações sociais pessoas de condições passadas e presentes semelhantes à deles (escravos e ex-escravos) e nos casos de proprietários manumissores que o seu comportamento também reproduzia o discurso paternalista, assim, mostrando não haver diferenças nas estratégias adotadas por senhores forros e livres.

Além disso, esses documentos revelaram trajetórias bem-sucedidas na conquista da alforria, ainda que o caso de Gertrudes Abranches revelasse a incorporação da ótica senhorial, pois, mesmo tendo comprado sua liberdade preservava a idéia de uma gratidão devida aos ex-senhores entendidos como benfeitores.

Como até 1871 as alforrias poderiam ser revogadas pelo proprietário, durante sua vida, em caso de ingratidão do escravo, havia também a possibilidade dos senhores exigirem-lhe zelo e bom comportamento como única condição para a efetivação da alforria ou mesmo como uma exigência adicional a outras, que caso fosse negligenciada ocasionaria na anulação da manumissão.

Entretanto, no 1º e 2º Cartório de Notas da Capital de São Paulo, entre 1850 e 1888, foi localizada apenas uma carta de revogação de liberdade concedida, o que indica que esse procedimento não foi usual entre os proprietários. Antes, é mais provável que os senhores guardassem as cartas de liberdade redigidas somente entregando-as ou pedindo que um representante o fizesse aos interessados para que as registrassem depois de cumpridas as cláusulas exigidas para a efetivação da manumissão.

Neste sentido, a senhora Rita Candida da Silva concedia liberdade a Justa, no entanto, esta ficava sujeita à prestação de serviços até completar 30 anos¹⁴⁰. Caso a senhora falecesse antes do prazo fixado para a efetivação da manumissão, a candidata à libertação deveria trabalhar para a irmã da proprietária, Manoela Taques, e, na falta desta, a Anna Candida. Por conseguinte, nesta situação, ela solicitava que sua irmã e sobrinha respeitassem sua disposição, entregando no tempo devido a carta de liberdade a escrava.

Logo, Rita Silva guardava a carta de liberdade de sua cativa, já registrada em cartório, aguardando que as condições para a alforria fossem cumpridas para que ela ou suas usufrutuárias a entregassem à interessada.

¹⁴⁰ Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 88, Carta de liberdade concedida por Rita Candida da Silva a Justa, 17/10/1878, fl. 17.

O proprietário Virissimo Antonio de Mattos, compreendendo as alforrias como uma dádiva do senhor e, justamente por isso, podendo ser anuladas a qualquer momento por ingratidão ou mau procedimento dos cativos, guardava a escritura de liberdade caso precisasse torná-la sem efeito.

Assim, conforme a redação do documento, cancelava a manumissão condicionada à sua morte concedida a Benedicta e Adão, mantendo as de Maria e Brizida:

[...] e sendo ahi o ditto Virissimo Antonio de Mattos, que reconheço pelo proprio de que dou fê, por elle me foi dito em presença das testemunha abaixo nomeadas, e assignadas, que tendo feito doação cauza mortis a seos escravos Benedicta, Adão, Maria e Brizida por escriptura particular, cuja escriptura sempre conservou em seo poder para uzar do direito que lhe concedem as leis de revogar essas doações em qualquer tempo a seo arbitrio em razão da natureza d'ellas, pela presente ha de nenhum effeito as refferidas doações de liberdade, quanto a escrava Benedicta e Adão para que depois de sua morte não tenham vigor, por em quanto a escrava Maria e Brizida querendo ainda benefical-ás, e por esta lhes concede inteira, e plena liberdade como de facto lhes concede para que possam uzar d'ella como se de ventre livre houvessem nascidas, demittindo de si todo o dominio, e senhorio que nas mesmas escravas Maria, e Brizida têm, sem sugeição, ou pensão alguma, o que seria de sua livre e espontanea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e somente em attenção dos bons serviços que lhes tem prestado e por que, as possui livre e desembargadamente¹⁴¹.

Mesmo que os senhores não fixassem a cláusula de bom comportamento estava claro que isto era esperado dos candidatos à manumissão, até porque, na maior parte das vezes, a alforria era entendida pelos senhores como uma recompensa espontânea, sem caráter obrigatório em consideração aos bons serviços do cativo, que deveria continuar manifestando-lhe reconhecimento. Assim, as disposições do testador poderiam funcionar como instrumento de controle e privilegiar os escravos mais obedientes e prestativos¹⁴².

Se para invalidar uma carta de liberdade registrada o senhor lançava nas notas uma escritura de anulação, no caso do testamento cerrado o proprietário poderia simplesmente vender ou doar o escravo e assim a sua disposição de libertá-lo ficaria sem vigor.

¹⁴¹ Cf. AESP. 2º Cartório de Notas da Capital, Ordem 12101, Livro de Notas 46, Escritura de revogação de liberdade e ratificação da liberdade concedida por Virissimo Antonio de Mattos, 25/04/1851, fl. 93v-94.

¹⁴² Convém pensar que as promessas de libertação funcionariam como mecanismos de controle, estimulando bom rendimento e comportamento dos escravos somente se os cativos tivessem conhecimento desses registros em seu benefício. Neste sentido, é profícuo citar a carta de alforria de Anna Joaquina de Jesus, na qual afirma que queria beneficiar a escrava sem que ela soubesse. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 58, Carta de liberdade concedida por Anna Joaquina de Jesus a Benedicta, 11/12/1861, fl. 94-94v. Além disso, no mesmo dia em que fez seu testamento cerrado a proprietária passou a carta de liberdade à escrava, sujeitando-a à espera de seu falecimento. Cf. Testamento de Anna Joaquina de Jesus. Nº Proc. 348. 09/09/1961. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 360). Da mesma forma que esta proprietária, a maioria dos testadores contemplados nesse estudo fizeram testamentos cerrados, portanto, como o conteúdo era secreto, os cativos interessados só ficariam sabendo das determinações de seus senhores caso estes os informassem.

Gráfico 2
Condições impostas por testadores(as) para alforriar escravos em São Paulo (1850-1875)

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Nos casos das libertações sujeitas à morte do proprietário, com as quais seriam contemplados 46% (224) cativos, quando este fato ocorria, considerando que o patrimônio do senhor fosse suficiente e o escravo estivesse vivo e constituísse o espólio do proprietário, o novo *status* de liberto seria obtido e as relações com o antigo senhor quebradas. O forro então poderia desfrutar de plena autonomia de locomoção, constituição de família sem receio de ser vendido a outro proprietário e da escolha de local de moradia, de acordo com suas condições materiais.

Por outro lado, na prática, a cláusula da prestação de serviços, imposta a 25% (122)¹⁴³ dos libertandos por proprietários e proprietárias, funcionava como um fator de adiamento da conquista da liberdade e da continuidade da submissão a um ‘novo senhor’, ainda mais, levando em consideração que a prestação de serviços podia ser por um tempo pré-determinado, que variou de 1 a 15 anos ou incerto, por exemplo, até que a pessoa designada morresse. Isso significa que além da primeira etapa, a morte do senhor, o cativo ainda teria que enfrentar adversidades até a satisfação da próxima condição.

¹⁴³ 9 dos que seriam alforriados, além de esperar o falecimento da senhora, após a morte dela, deveriam mandar dizer 6 missas por sua alma.

Entre os selecionados pelos casados para usufruir os serviços dos libertandos estavam freqüentemente listadas pessoas do núcleo familiar, sendo que os homens casados, na maior parte dos casos, instituíram como usufrutuária a esposa, enquanto as mulheres casadas nomearam filhos e outros legatários também. Os(as) testadores(as) viúvos(as) ou solteiros(as) escolhiam mais comumente filhos(as) ou netos(as)¹⁴⁴. Proprietários(as) sem filhos costumavam instituir como beneficiários, especialmente, irmãos, sobrinhos, e, na falta de parentes, herdeiros que não pertenciam ao âmbito familiar, mas faziam parte de suas relações sociais, como, por exemplo, agregados e afilhados.

No total 8% (36) dos alforriados foram sujeitos à cláusula de acompanhar a terceiro, o que de fato, em muitos casos, significava seguir e prestar serviços. À semelhança das alforrias condicionadas à prestação de serviços o cumprimento da cláusula podia se estender por tempo determinado ou até a morte dos ‘novos senhores’.

A testadora Maria Theresa do Monte Carmello embora libertasse 5 cativos, Benta, Vitoria, Candida, Daniel e Bernarda, deixava-os ‘acostados’ à sua irmã e depois da morte da mesma ao seu sobrinho. Neste caso, ainda que conseguissem ficar forros após a morte de sua senhora, sua autonomia ficaria comprometida ao ter que permanecer sob domínio de legatários, mesmo desfrutando do *status* de libertos¹⁴⁵.

De maneira semelhante agia a testadora Gabriela Candida de Carvalho ao declarar “[...] deixo minha escrava de nome Florinda, liberta, como se nascesse livre, com a condição de acompanhar a minha sobrinha Candida Gabriella e seus filhos”¹⁴⁶. Apesar da senhora usar a expressão ‘como se nascesse livre’ em seu discurso para se referir à forma como pretendia que sua escrava conquistasse sua liberdade, sua disposição, na prática, sujeitava a cativa à espera de sua

¹⁴⁴ Entre as alforrias sujeitas à prestação de serviços está a da testadora Maria Joaquina de Abreu e Alvares que exigia que Benedita, Filizarda e Andreza trabalhassem para seu senhor por 6, 8 e 15 anos, respectivamente, sendo que os filhos da últimas seriam considerados cativos. Cf. Testamento de Maria Joaquina de Abreu e Alvares. Nº Proc. 788. 10/10/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 297).

¹⁴⁵ Cf. Testamento de Maria Theresa do Monte Carmello. Nº Proc. 1256. 03/09/1868. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 538).

¹⁴⁶ Testamento de Gabriella Candida de Carvalho. Nº Proc. 686. 18/12/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 342).

morte e depois, ainda, à submissão a seus parentes. Isso significa que a ‘liberdade plena’ da forra, caso se tornasse realidade, poderia ainda demorar até a morte de pelo menos três pessoas¹⁴⁷.

Neste sentido, a supracitada expressão era um jargão recorrentemente usado pelos proprietários de escravos, que muitas vezes não era acompanhado, na prática, da garantia de melhorias incondicionais ou imediatas na vida dos futuros libertos. Frequentemente, essas palavras combinavam-se ao discurso de ratificação do controle exercido pelo próprio senhor sobre o libertando ou, ainda, do domínio repassado a terceiros, ou mesmo, da imposição de restrições à autonomia e mobilidade de parte dos que haviam conquistado seu *status* jurídico de libertos.

Cabe ressaltar a limitação da alforria nas situações em que havia condições a cumprir, já que o ex-cativo não poderia ser entendido como plenamente livre, pois, ainda ocuparia uma posição de subordinado numa escala hierárquica e estaria sujeito ao domínio de outrem. Contudo, o *status* de liberto diferenciaria-o dos demais escravos e poderia representar uma melhora em sua condição de vida, passando de cativo a criado, ainda mais se recebesse legados do seu ex-senhor.

Somente em casos pontuais a condição de fazer companhia pareceu representar um ônus menor para o liberto condicional, especialmente, quando o futuro forro era designado para ser educado até atingir idade para reger-se ao invés de servir até a morte do legatário ou por anos a fio¹⁴⁸. Isso não quer dizer que os seus serviços não fossem utilizados pelo usufrutuário de acordo com suas capacidades, mas as vantagens da qual desfrutavam eram a pouca idade e o fato do término para o período de sujeição estar marcado. Essas situações combinadas poderiam influenciar positivamente para a maior probabilidade da conquista da liberdade.

No entanto, as alforrias sujeitas à prestação de serviços resultavam em um adiamento da conquista da liberdade jurídica. Entretanto, quando se tratava de promessas feitas a cativos jovens a probabilidade da efetivação da libertação era maior, ainda mais, se comparada àquela feita a escravos velhos e/ou doentes.

Com relação a 9% (43) dos que seriam alforriados pelos(as) senhores(as) não foram declaradas as cláusulas para a efetivação da libertação. O fato de determinados senhores estarem

¹⁴⁷ A senhora não mencionou quantos descendentes tinha sua sobrinha, mas como utilizou o plural, eram pelo menos 2.

¹⁴⁸ Cf. Testamento de João Carlos da Fonseca. N° Proc. 690. 28/01/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 305). Da mesma forma, Maria Muller libertava sua escrava Mathilde, porém, deixava-a ‘encostada’ ao seu herdeiro e testamenteiro, o cônego Antonio Augusto de Araujo Munis, para que fosse educada e cuidada até atingir idade de reger-se. Cf. Testamento de Maria Fausta de Castro Muller. N° Proc. 925. 12/08/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 382)

ratificando em testamentos liberdades concedidas em cartas de liberdade, provavelmente, contribuiu para que alguns deles não registrassem as razões e cláusulas para a efetivação da manumissão, uma vez que já constavam no documento feito antes do testamento¹⁴⁹.

Além disso, considerando as exigências do grupo de proprietárias e proprietários de escravos para a efetivação das promessas de alforrias registradas nos testamentos, 3,5% (17) estavam sujeitos ao pagamento de seu valor; 1,5% (7) estavam sujeitos a outras condições; 0,8% (4) deveriam contribuir para a compra de sua liberdade e prestar serviços e 0,6% (3) deveriam acompanhar e prestar serviços e 5% (24) já desfrutavam de sua liberdade, ratificada em testamento.

Mas não eram somente nos testamentos que os proprietários impunham cláusulas e restrições para a conquista da liberdade de seus cativos. Como afirma Bertin nas cartas de liberdade registradas na Capital, em sua maioria, as determinações dos senhores contribuíram para adiar a obtenção da liberdade plena e atrelar o liberto condicional ao seu ex-senhor¹⁵⁰.

Ao procedermos a leitura dos documentos lançados em Livros de Notas conseguimos encontrar registros de algumas cartas de liberdade de proprietários que haviam feito testamentos e nestes beneficiado cativos. Assim, fazendo uma comparação entre o conteúdo dessas duas fontes documentais, comprova-se que nem sempre os proprietários citavam as condições constantes nas cartas de liberdade em seus testamentos, quando confirmavam as manumissões previamente conferidas.

São exemplos dessa constatação a confirmação da alforria dada em carta de liberdade à escrava Benedicta e confirmada em testamento pela proprietária Anna Joaquina de Jesus¹⁵¹. Ao

¹⁴⁹ Um exemplo é a testadora Maria Clara de Souza que afirmou em seu documento “Ratifico neste meu testamento a alforria que dei ao meu escravo Pedro menor, com as condições que se achão na carta, que então lhe passei”. Cf. Testamento de Maria Clara de Souza. Nº Proc. 698. 12/09/1854. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 148). Já, com relação às alforrias que não constavam em outros registros além do testamento cerrado, pode-se subter que estavam condicionadas à morte do senhor, uma vez que as últimas vontades do proprietário somente seriam de conhecimento público quando este falecesse. Contudo, a opção de não adotar esse critério para as manumissões estudadas é a possibilidade de constarem libertações referentes a alguns cativos citados em outras fontes documentais, até mesmo de outras cidades, sem que o testador tenha explicitado essa ocorrência.

¹⁵⁰ Conforme a autora “A maioria das cartas lavradas nos cartórios paulistas eram onerosas porque impunham ao libertando condições diversas de trabalho e companhia aos seus senhores, por exemplo, às vezes por muitos e muitos anos, postergando a verdadeira libertação para um horizonte remoto. Frequentemente, também, a liberdade imediata do escravo(a) vinha acompanhada de uma série de condições de moradia, comportamento, casamento, entre outras, reafirmando a dependência do libertando com relação ao seu patrono(a) (BERTIN, 2004, p.17).

¹⁵¹ Cf. Testamento de Anna Joaquina de Jesus. Nº Proc. 348. 09/09/1961. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 360).

expor seus últimos desejos, a senhora ratificava a disposição da libertação feita em momento anterior, porém, sem mencionar que a efetivação da liberdade estava sujeita à sua morte, como expresso na carta de liberdade, escrita no mesmo dia em que havia feito o seu testamento¹⁵².

Joaquim José de Barros Collaço, em seu testamento, registrando seu desejo de incluir um liberto na transmissão de seus bens, doaria três partes do sítio em um local denominado Taperucia “ao preto João que foi meo escravo, e que já lhe passei sua carta de liberdade”¹⁵³. A afirmação contida no testamento levaria a conceber João como um forro, entretanto, procedendo a leitura da carta de liberdade que foi lhe passada por seu proprietário verifica-se que a efetivação de sua manumissão estava condicionada à morte de seu senhor¹⁵⁴. Na carta de liberdade, além das condições para a efetivação da alforria, também constava sua motivação, os ‘bons serviços prestados com zelo, obediência e fidelidade’ pelo escravo, ambas informações não explicitadas no testamento.

Segundo declarações dos senhores, 45 dos futuros candidatos à libertação já tinham carta de liberdade passada por eles¹⁵⁵, e em 27 dessas manumissões não constavam as cláusulas para a efetivação nos testamentos.

Embora os instrumentos utilizados para registrar as promessas de alforrias fossem diferentes, cartas de liberdade ou testamentos, as condições impostas aos interessados na libertação eram muito semelhantes. E ambas fontes documentais podem revelar estratégias diferentes dos senhores em relação a seus escravos. Era freqüente o senhor selecionar dentro de seu plantel alguns cativos para a promessa de alforria. Além disso, nem todos os senhores impunham a mesma condição a todos os libertandos selecionados. Alguns proprietários, por exemplo, pretendiam deixar parte dos cativos livres por sua morte e outros sujeitos à prestação de serviços ou ao pagamento.

¹⁵² 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 58, Carta de liberdade concedida por Anna Joaquina de Jesus a Benedicta, 11/12/1861, fl. 94-94v.

¹⁵³ Cf. Testamento de Joaquim José de Barros Collaço. Nº Proc. 596. 03/02/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 201).

¹⁵⁴ AESP. 2º Cartório de Notas, Livro de Notas 50 (Ordem E12105). Carta de liberdade concedida por Joaquim José de Barros Collaço a João, fl. 71v-72, 16/02/1855.

¹⁵⁵ Embora um número significativo de testadores tenha afirmado que passou carta de liberdade aos cativos, entre 1850 e 1888, foram localizadas poucas registradas no 1º e 2º Cartório de Notas da Capital. Isso nos leva a pensar que as cartas podem ter sido escritas pelos senhores mas não entregues aos interessados ou que só seriam registradas quando as cláusulas impostas para a efetivação da manumissão fossem satisfeitas. Outra possibilidade é que tenham sido registradas muitos anos antes da elaboração do testamento.

Dos 101 proprietários(as) que manumitiriam mais de um escravo, 52% (53) impuseram cláusulas diferenciadas para seus cativos. Para se ter uma ideia deste comportamento por parte dos proprietários, pode-se citar Antonio Rodrigues Villares, que em seu testamento citou 12 escravos, escolhendo 8 para a promessa de liberdade¹⁵⁶. Sendo assim, três cativos, Margarida, Rafael, Benedicto, haviam sido doados ao seu sobrinho e com relação à Luisa não havia sido feita nenhuma determinação específica, também deveria permanecer em cativo. Todos os alforriados tinham cláusulas a cumprir antes de conquistar sua liberdade: Theresa, Victoria, Barbara e Henrique teriam que esperar a morte de seu senhor, enquanto os demais candidatos à manumissão além dessa condição ainda teriam adicionais. Ignacio e Cypriano deveriam entregar metade do valor pelo qual fossem avaliados no inventário de seu senhor. Gabriela deveria prestar serviços a Lourenço Domingues Martins por 10 anos e Mariana deveria servir a irmã do proprietário até esta morrer.

Já Manoel Teixeira de Almeida contemplaria seus 8 cativos citados em testamentos com a promessa de liberdade¹⁵⁷. Dorothea e Joaquim ficavam sujeitos à morte do senhor para ficarem libertos e os demais, depois desta primeira condição satisfeita, ainda teriam mais uma para conseguir a efetivação de sua manumissão. Benedito e Luis deveriam prestar serviços a Antonia Ferreira de Moraes por seis anos e Maria, Antonio, Fortunata e Candida deveriam prestar serviços à mesma usufrutuária até que esta falecesse. Logo, o senhor, mesmo sujeitando seis de seus cativos a servir à legatária, diferenciava dois deles exigindo-lhes seis anos de trabalhos, ao passo que os outros quatro deveriam servi-la até que esta morresse¹⁵⁸.

A já mencionada testadora, Gabriella Candida de Carvalho, também diferenciou seus cativos no tocante às condições para sua libertação¹⁵⁹. Enquanto à escrava Maria, que deveria ficar forra por

¹⁵⁶ Cf. Testamento de Antonio Rodrigues Villares. N° Proc. 606. 29/09/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 247).

¹⁵⁷ Cf. Testamento de Manoel Teixeira de Almeida. N° Proc. 604. 05/06/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 211).

¹⁵⁸ Caso a usufrutuária morresse antes do prazo de seis anos, a diferenciação do tempo de trabalho designado para conquista da liberdade pelos escravos deixaria de existir, já que o proprietário não havia nomeado outro beneficiado para substituir Antonia Moraes. Todavia, o essencial a ser percebido é como no momento da feitura de seu testamento, o senhor, por meio de suas diversificadas determinações, cindia os candidatos à alforria em três escalas de condições para a conquista deste 'benefício'.

¹⁵⁹ "Declaro que deixo minha escrava mulata, por nome Maria, liberta, como se de ventre livre nascesse, e cazo ella queira ficar encostada com minha sobrinha, esta lhe dará comodo em sua companhia. Declaro mais que deixo minha escrava de nome Florinda, liberta, como se nascesse livre, com a condição de acompanhar a minha sobrinha Candida Gabriella e seus filhos". Cf. Testamento de Gabriella Candida de Carvalho. N° Proc. 686. 18/12/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 342).

sua morte, facultava morar com sua sobrinha herdeira Candida Gabriella, à Florinda impunha a cláusula de acompanhar a beneficiada e seus filhos, mesmo depois de obtida sua alforria. Isto significa que, caso Florinda conseguisse sua liberdade jurídica, ainda poderia continuar, na prática, sob a sujeição de Candida Gabriella e seus filhos, ao menos que esta e seus descendentes renunciassem ao seu direito sobre seus serviços.

A testadora Ursula Maria de Moraes também registrou o desejo de traçar destinos diferentes para grupos de escravos de seu plantel¹⁶⁰. A senhora era viúva, mas tinha duas herdeiras necessárias, suas filhas Maria Clara Pedroza e Anna Joaquina Pedrosa, as quais além de sua legítima, obrigatória por determinação legislativa, ainda foram instituídas pela mãe herdeiras universais de seus bens.

O patrimônio da senhora incluía, além de outros itens, 7 cativos. Destes escolheu somente 2 para a promessa de liberdade. Um deles, Jose, segundo ela já estava velho e deveria esperar sua morte para ficar forro¹⁶¹. A outra candidata à manumissão era Maria Salomé à qual a proprietária deixava prestando serviços a sua filha Maria Clara, mas que se no prazo de três anos contados de sua morte (da testadora) tivesse o importe de seu valor receberia sua carta de liberdade. Interessante frisar que uma das alforrias é de um escravo velho, provavelmente pouco produtivo, que poderia até representar um desengargo para as herdeiras do que propriamente uma perda de patrimônio. Já Maria Salomé conseguiria, caso obtivesse, de maneira onerosa sua liberdade restituindo seu valor à herança, ou seja, se trataria da recuperação de capital investido na cativa.

Três escravos mencionados, de pouca idade, Joaquim, Firmino e Joana, que ainda alcançariam o auge de sua produtividade, permaneceriam como cativos e seriam distribuídos entre os legatários. As netas da testadora Roza Emilia de Moraes e Maria do Carmo ficariam com a escrava Joana de 8 anos, o neto Henrique Pedroso de Camargo com Firmino, o neto Francisco Pedroso de Camargo ficaria com ‘metade’ de Joaquim de 1 ano¹⁶². À cativa Marcelina, mãe de Joaquim, não coube determinação, todavia, continuaria na mesma condição jurídica, fazendo parte do espólio de sua senhora.

¹⁶⁰ Cf. Testamento de Ursula Maria de Moraes. N° Proc. 997. 30/06/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 179).

¹⁶¹ “Segundo que deixo forro por minha morte o escravo velho de nome Jose, livre de qual quer onus, podendo acompanhar a quem muito bem lhe parecer”. Idem.

¹⁶² A testadora deixava ao seu neto a metade do crioulo, pois, a outra metade já lhe pertencia por compra.

O padre João Joaquim de Carvalho Pinto, em seu testamento, citou 5 escravos, os quais teriam para seu futuro a perspectiva da manumissão¹⁶³. Porém, alguns foram beneficiados com cláusulas para a liberdade menos ‘rígidas’ do que outros. Jose e Anna alcançariam sua liberdade plena após esta completar 15 anos de idade em 18/08/1858. Até a satisfação dessa condição deveriam se conservar na casa em que o testador morava junto com os agregados Benedito da Trindade, Adão dos Prazeres e Benedicta servindo de caseiros até que essa casa fosse vendida. Depois do imóvel ser comprado deveriam acompanhar os mesmos agregados habitando na casinha da rua do Quartel e sustentar as crianças. Anna deveria, além das exigências mencionadas, garantir que Adão dos Prazeres aprendesse o ofício de carpinteiro com seu irmão Benedicto da Trindade.

Já o escravo João, de 6 anos de idade, deveria servir o cônego Higino Francisco Teixeira até a morte deste, depois deveria trabalhar para Maria Paula do Carmo até o falecimento da mesma. Da mesma forma, Mariana, de 50 anos de idade, também deveria servir ao cônego até a morte do mesmo. E, Juliana, de mais de 70 anos, deveria prestar serviços a D. Gertrudes Angelina de Toledo até a morte da mesma, momento em que entraria no gozo de sua liberdade!

Certamente Anna e José estariam em situação mais vantajosa para e até conseguir sua alforria. A escrava estaria morando na companhia de seu irmão e com os agregados do testador e tanto sua libertação como a de José tinham prazo determinado para começar a vigorar: quando ela completasse 15 anos.

Por outro lado, as demais manumissões dependiam da morte do senhor e depois ainda da morte de um ou dois legatários. No caso de Juliana, apesar de ter que esperar a morte de um legatário, sua idade avançada, já no tempo da promessa de liberdade, por si só já era um fator intrincador, dificultando que sobrevivesse ao testador e à usufrutuária de seu trabalho por ele designada. Mariana, também já havia passado do auge de sua idade produtiva e ainda teria que esperar a morte do cônego Higino servindo-o. Entre os três escravos que tiveram sua liberdade condicionada à prestação de serviços, João parece ter sido o que teria maior probabilidade de conquistar a almejada libertação, pois apesar de ter que servir dois novos ‘senhores’ ainda tinha pouca idade, e, possivelmente, mais chances de sobreviver aos dois.

¹⁶³ Cf. Testamento de João Joaquim de Carvalho Pinto. Nº Proc. 594. 18/07/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 180).

Portanto, em um mesmo testamento o proprietário impunha aos candidatos à libertação escolhidos diferentes cláusulas e formas de combiná-las: esperar sua morte; esperar sua morte e pagar metade de seu valor e esperar sua morte e prestar serviços a terceiros.

Neste sentido, diferentes modalidades de alforria e imposição de cláusulas para sua efetivação podiam refletir estratégias diferentes utilizadas pelos proprietários e possivelmente a forma que estes se relacionavam com cada um dos cativos. Poderiam ser fatores de influência na escolha da condição imposta a cada um dos cativos a proximidade com o senhor e o tipo de serviço realizado (relação senhor-escravo e os sentimentos desenvolvidos entre eles), a idade do cativo¹⁶⁴ e a atuação cativa na compra de alforrias, não só por parte dos próprios escravos, mas também pelos pais, quando se tratavam de infantes¹⁶⁵. Dessa forma, fica patente a atuação do pai das escravas Romana e Gertrudes, que por meio de um contrato, fez um acordo com a proprietária de suas descendentes comprometendo-se a apresentar o pagamento referente às suas liberdades, tendo como prazo final para a quitação dois anos após a morte da senhora¹⁶⁶. Caso o valor não fosse pago no tempo devido, as liberdades não teriam efeito.

Às vezes, além das cláusulas impostas pelos senhores para a obtenção da liberdade, alguns escravos ainda tinham que enfrentar adversidades adicionais, como seria o caso de Luiz e Vicente. Esses eram cativos de Maria Rodrigues do Prado, mulher solteira, sem herdeiros necessários e, ao que parece, por seu testamento, uma pessoa de poucos bens¹⁶⁷. Entre as disposições de última vontade muito sucintas registradas no documento, está a instituição de sua irmã como sua herdeira universal, o pedido de missas, as solicitações para o enterro e as promessas de liberdades. A

¹⁶⁴ A maior parte das alforrias gratuitas e sem condições foram concedidas aos filhos de escravos que já haviam servido o senhor por um tempo significativo. Assim, foram mais beneficiadas as ‘novas gerações’ enquanto as anteriores comumente tiveram que servir até a morte do(a) proprietário(a).

¹⁶⁵ Antonia Maria Candida deixava todos os cativos citados em seu testamento libertos por ocasião de sua morte, com exceção de Benedicto, pois, sua mãe havia antecipado sua alforria pagando o seu valor. Cf. Testamento de Antonia Maria Candida. Nº Proc. s/n. 20/09/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 540).

¹⁶⁶ “Declaro que contractei com Marciano Pires, marido de minha escrava Jacyntha que deixo liberta, que dando-me elle a quantia de um conto e duzentos mil reis, peço que arbitrei á liberdade de suas filhas, minhas escravas Romana e Gertrudes, sendo seiscentos mil reis de cada uma, ou durante minha vida, ou em dois annos depois de minha morte, eu passaria carta de liberdade ás mesmas [...]” Cf. Testamento de Francisca Leite Penteado. Nº Proc. 630. 21/07/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 229). Neste caso, enquanto a mãe das escravas, Jacintha, era liberta gratuitamente, mas com a cláusula de esperar a morte da senhora, as filhas ficavam sujeitas à libertação com ônus, que poderia se retardar até depois do falecimento da senhora, dependendo das condições do genitor, Marciano Pires, de obter o dinheiro necessário para as alforrias.

¹⁶⁷ Cf. Testamento de Maria Rodrigues do Prado. Nº Proc. 989. 10/12/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 195).

manumissão de Luiz foi sujeita à espera de sua morte. Já Vicente, depois do falecimento da proprietária, teria que ficar sob a tutela de seu padrasto. Não bastasse o tempo de espera até a morte da senhora, o caminho para a libertação ainda tinha uma agravante que poderia dificultar ou mesmo inviabilizar a efetivação da manumissão: os cativos pertenciam, por partilha dos bens que ficaram pelo falecimento da mãe da testadora, também à sua irmã Thereza de Jesus Prado, a quem rogava para ceder sua parte, consentindo em seu desejo de alforriá-los¹⁶⁸.

Dessa forma, nos casos em que cativos pertenciam a vários proprietários e somente alguns deles concediam-lhes alforria era possível se deparar com uma das estranhezas causadas pelo ato de tornar a pessoa uma mercadoria, dividindo-a em partes de valores, como se faria com um lote de terreno: a ambigüidade de termos indivíduos meio cativos e meio livres, até que conseguissem sua ‘liberdade plena’. Assim, caso a manumissão fosse iniciativa de parte dos proprietários que tinham a posse do cativo e passasse a vigorar imediatamente ou as condições exigidas já tivessem sido cumpridas no acordo com os mesmos, ele ainda tinha que angariar sucesso no convencimento dos demais senhores a demitir de si o domínio que exerciam, fosse por combinados envolvendo pagamento, prestação de serviços ou a satisfação de outras cláusulas¹⁶⁹.

Mas, a existência de ‘manumissões de cativos por cota’ não ficou explícita somente por meio dos testamentos, os documentos cartoriais também revelaram que essa realidade era recorrente. Americo Vieira da Silva teve duas cartas de liberdade registradas para assegurar sua alforria, pois, cada grupo de proprietários estabeleceu com ele as condições exigidas para a libertação, isto é, a quantia a ser entregue. Três senhores exigiram 180\$000 réis, ou seja, o

¹⁶⁸ Situações em que escravos ou imóveis tornavam-se bens comuns podiam se dar, por exemplo, por ocasião de partilha de bens, especialmente, quando havia um número grande de herdeiros e os pertences não eram numerosos. Nestes casos, para se conseguir isonomia entre os beneficiados os bens eram divididos em partes iguais à quantidade de herdeiros.

¹⁶⁹ Neste sentido, alguns dos proprietários de Manoel, que o haviam recebido por herança dos pais, concediam-lhe liberdade na parte que os tocava do cativo, segundo informaram, pelos bons serviços prestados pelo mesmo. Ainda que essa concessão passasse a ter vigor no momento de seu registro, o cativo ainda dependia da disposição dos demais proprietários em favor de sua libertação. Como redigiam alguns dos senhores de Manoel: “[...] resolvemos da parte que nos toca dar-lhe liberdade plena e completa [...] da parte que nos toca se pode considerar liberto” (grifo nosso). Contudo, no 1º e 2º Cartório de Notas não foi localizado registro de seus outros senhores, portanto, não se sabe se ele realmente alcançou sua ‘liberdade plena’. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 84, Carta de liberdade concedida por Antonia Eufrosina d’Oliveira, Fermino Soares, Modesto Antonio de Siqueira, Marcolino Pinto, Theodoro José Ordonho, Francisco José Ordonho e Joaquim José Ordonho a Manoel, 23/07/1875, fl. 178-178v.

equivalente a 60\$000 réis para cada um, já os outros dois senhores acordaram o valor de 128\$000 réis, o que resultaria em 64\$000 réis para cada um¹⁷⁰.

Já o escravo Antonio conseguiu ter sua carta registrada por um de seus proprietários, Antonio Jose Rebello, após ter pago 120\$000 réis como forma de indenização, embora só pertencesse a este o equivalente a 23\$500 réis de seu valor¹⁷¹. Neste caso, convém destacarmos que, de acordo com o discurso deste registro, o escravo pertencia a outros proprietários também herdeiros de Maria Esmeria d'Oliveira, entretanto, até 1888, não foram verificados lançamentos de cartas de liberdade por parte dos outros senhores, o que nos levar a pensar que ele pode não ter conseguido os acordos favoráveis necessários para alcançar sua liberdade plena¹⁷².

Essas ocorrências indicam que, quando o cativo era um bem comum, a firmeza de ajustes para a libertação podia exigir-lhe negociações com diversos grupos de senhores que poderiam lhe impor diferentes condições para a manumissão ou mesmo negar-lhe essa possibilidade¹⁷³.

¹⁷⁰ 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 53, Carta de liberdade concedida por Ignacio Joze da Silva, Columba Maria e Manoel Vieira da Silva a Americo Vieira da Silva, 15/03/1858, fl. 74v-75. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 53, Carta de liberdade concedida por Manoel Vieira da Silva e Antonio Vieira da Silva a Americo Vieira da Silva, 14/03/1858, fl. 74-74v.

¹⁷¹ Conforme discurso do proprietário: “Digo eu abaixo assinado Antonio José Rebello que sendo senhor e possuidor de uma parte no escravo Antonio, fula, idade de vinte annos mais ou menos, no valor de vinte e tres mil e quinhentos, que me coube por herança de minha finada mai, D. Maria Esmeria d'Oliveira, de cuja parte de vinte e tres mil e quinhentos reis dou liberdade ao mesmo escravo Antonio daquelle valor, mediante a indennisação da quantia de cento e vinte mil reis que nesta data recebi em moeda corrente por mão de Bento José Padilha”. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 89, Carta de liberdade concedida por Antonio Jose Rebello a Antonio, 05/05/1880, fl. 20v.

¹⁷² Mas receber alforria somente por parte de alguns senhores não foi uma realidade vivida exclusivamente por Manoel, Americo Vieira e Antonio, foi situação vivida por vários cativos, entre eles, Dionisio, de 70 anos, que recebia de sua senhora alforria imediata na parte em que ele pertencia à mesma. Contudo, além da adversidade de ser liberto somente parcialmente, o escravo já estava com idade avançada o que contribuiria para dificultar ainda a efetivação de sua manumissão caso essa demorasse ainda um longo tempo. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 85. Carta de liberdade concedida por Branca Maria de Jesus a Dionisio, 26/06/1876, fl. 148. Da mesma forma, Brandina era liberta por seu proprietário na parte que lhe tocava da mesma, visto que a escrava havia ajudado a criar os filhos do mesmo e o serviu bem. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 89. Carta de liberdade concedida por Francisco Branco Ribeiro d'Andrade a Brandina, 28/11/1880, fl. 55. Além destes, Caetana também receberia 'liberdade parcial' de sua proprietária de acordo com o que coubesse à senhora por legítima materna, devido aos bons serviços prestados. Entretanto, era uma manumissão já concedida mediante condições incertas, visto que a senhora contava com a posse da cativa que ela acreditava que lhe caberia por morte de sua mãe, Clara Maria de Santa Anna. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 91. Carta de liberdade concedida por Miquelina Maria d'Oliveira a Caetana, 05/04/1883, fl. 73.

¹⁷³ A partir da Lei do Ventre Livre (21/09/1871), desde que o escravo conseguisse que um de seus proprietários o libertasse teria o direito de indenizar em dinheiro ou serviços os demais senhores por prazo não superior a 7 anos, garantindo sua manumissão, conforme estabelecia o artigo 4º, parágrafo 4, anteriormente citado.

Tabela 7

Gênero dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)							
Gênero dos cativos	Posse das Proprietárias	Posse dos Proprietários	Nº total de Cativos	Nº de Alforriados pelas Proprietárias	Nº de Alforriados pelos Proprietários	Nº total de Alforriados	% de Alforriados por gênero
Mulheres	336	191	527	191	100	291	55,2%
Homens	209	163	372	97	81	178	47,8%
Indeterminado	22	36	58	4	7	11	19,0%
Total	567	390	957	292	188	480	50,2%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.							

Considerando a posse de escravos declarada pelas testadoras, verifica-se que das 336 cativas citadas, 57% (191) haviam recebido promessa nos testamentos ou já desfrutavam da liberdade e dos 209 cativos, 46% (97) teriam a expectativa de manumissão.

Já entre os testadores, foi declarada a posse de 191 cativas, das quais 52% (100) deveriam ficar libertas, enquanto dos 163 cativos, 50% (81) deveriam conquistar sua alforria.

Dos 22 cativos das proprietárias cujo gênero não foi possível determinar, ficariam libertos 18% (4) e dos 36 cativos dos proprietários cujo gênero não foi identificado, seriam alforriados 19% (7).

Considerando a escravaria mencionada nos documentos, verifica-se, tanto um privilégio por parte dos proprietários e proprietárias de alforriar cativas, sendo que no grupo das senhoras o fato de beneficiar uma grande parcela do plantel escravo feminino se destacou ainda mais, visto que o grupo de homens cativos seria alforriado segundo as disposições expressas não contemplavam nem 50% do total de citados. Isso significa que mais da metade dos homens cativos foram nomeados nos testamentos para serem distribuídos entre os herdeiros e legatários.

Por outro lado, entre os senhores, apesar do grupo de cativas ter sido mais contemplado com manumissões, considerando a proporção de alforriadas em relação às citadas, houve mais equilíbrio entre os índices de libertação nos grupos por gênero.

Portanto, considerando-se a posse total de mão-de-obra servil declarada por proprietárias e proprietários tem-se que, do grupo das cativas 55,2% (291) conquistariam sua alforria, enquanto que 47,8% (178) dos cativos obteriam sua manumissão.

Gráfico 3
Distribuição dos Alforriados por Gênero em São Paulo (1850-1875)

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Considerando o total de cativos declarados pelos testadores em seus últimos desejos, as escravas constituíam 55% (527) do plantel, os cativos, 39% (372) e os escravos cujo gênero não foi possível determinar, 6% (58). No entanto, ao contemplar o montante de libertos pelos(as) proprietários(as) percebe-se que, os(as) senhores(as) não beneficiaram sua mão-de-obra de acordo com a representatividade por sexo nas escravarias, de forma que nota-se um expressivo benefício concedido às mulheres.

Dos 480 alforriados por proprietários(as) nos testamentos, as cativas representavam 61% (291) dos libertos, os cativos 37% (178) e os de gênero indeterminado cerca de 2% (11)¹⁷⁴. Sendo assim, as alforriadas representaram a proporção de 1,63 para cada alforriado.

De forma semelhante, nas cartas de alforria registradas no 1º e 2º Cartório de Notas da Capital de São Paulo haviam sido citados 1629 cativos dos quais 1338 haviam sido manumissos, sendo que 58% (780) correspondiam a libertações concedidas às cativas enquanto 42% (558) a cativos. Neste sentido, as escrituras de notas também permitem constatar o privilégio da concessão ao gênero feminino em São Paulo (BERTIN, 2004, p.109).

¹⁷⁴ Os 11 escravos que constam como de gênero indeterminado correspondem às citações genéricas de testadores(as) que dispunham de ‘todos os escravos que eu tiver ao tempo de minha morte’ e também aos cativos que ainda não haviam nascidos, estando no ventre de suas mães, chamados pelos proprietários de ‘escravos de bucho’.

Da mesma forma, como indicou Monti (2001, p. 33,61), as cativas representaram 58% (570) dos alforriados entre 1750-1779 em Mariana, Minas Gerais, sendo que as adultas constituíam 49% (481) do total de manumissos. Como o autor afirma que a maior parte das manumissões foram pagas, a proeminência nas mulheres deveu-se, provavelmente, ao seu preço de mercado ser menor do que o dos homens e também ao fato de, por desenvolverem atividades de ganho, conseguirem acumular mais facilmente pecúlio.

Geraldo Antonio Soares (2006), que fez um estudo sobre alforrias utilizando 43 cartas de liberdade, registradas entre 1872 e 1887 na Freguesia de São João de Cariacica no Espírito Santo, contemplando um total de 52 libertos, verificou que as escravas representavam 57,7% (30) dos alforriados enquanto os escravos 42,3% (22) (SOARES, 2006, p. 119)¹⁷⁵. Com relação às motivações dos proprietários para o ato de libertar, Soares defende que “não podemos reduzir os senhores às atitudes maniqueístas, [pois], sentimentos como amor, gratidão e interesse se misturam e se complementam, muitas vezes, nas manumissões” (SOARES, 2006, p. 122).

Igualmente Schwartz (1974, p. 84-85) comprovou a primazia das escravas, em detrimento dos escravos, na Bahia. Enquanto elas representavam 66,3% (776) dos escravos alforriados, eles constituíam 34,7% (384) do total de 1160 manumissos, como ele afirmou:

o padrão mais notável proveniente dos registros da emancipação colonial é a proporção constante de duas (2) mulheres para cada homem liberto (escravo livre). Esta proporção está presente tanto na região urbana como rural na amostra, embora a tendência de se favorecer a mulher no processo de emancipação seja um pouco mais acentuada na área rural.

O autor destaca, que além dele, estudiosos como Kátia Mattoso, enfocando o processo de manumissão entre 1779 e 1850 e Arnold Kessler, contemplando o período de 1813 a 1850, também verificaram a mesma proporção de 2 mulheres para cada homem liberto, o que parece indicar que essa distribuição era característica constante nas emancipações na Bahia (SCHWARTZ, 1974, p. 84).

Contudo, diante da constatação do privilégio da manumissão a cativas, Schwartz explica que “o número muito grande de mulheres adultas [no plantel escravo] é o responsável em grande parte pelo índice desproporcional da taxa de mulheres para homens, entre a população total de libertos” (SCHWARTZ, 1974, p. 91).

¹⁷⁵ O pesquisador utilizou 43 registros de cartas de liberdade do Cartório Ronconi da Freguesia de São João de Cariacica, Termo de Victória, Província do Espírito Santo.

Por outro lado, nos testamentos de Campinas, feitos entre 1828 e 1839, a distribuição dos gêneros com relação às alforrias foi mais equilibrada que o constatado para as várias regiões brasileiras, 51,16% (44) dos alforriados eram cativas e 48,83% (42) cativos (DAMÁSIO, 1995, p. 35). Neste sentido, Damásio, contrariamente a Eisenberg, Monti, Bertin, Schwartz, Mattoso, Paiva e, inclusive à constatação da presente pesquisa relativa às alforrias concedidas por testamentos em São Paulo, é o único que aponta uma amostra em que cativas não tiveram prerrogativa em relação aos cativos do plantel dos(as) senhores(as), apresentando dados que refletem uma equiparação entre os gêneros no tocante ao processo de alforria.

Eisenberg, que estudou as alforrias em Campinas, englobando o período estudado por Damásio, porém, estendendo o recorte cronológico até 1870, concluiu que, embora a maioria da população cativa fosse masculina, negra, crioula, nas faixas etárias de grande produtividade e empregada como mão-de-obra não qualificada, “as alforrias registradas foram desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou, em menor grau, muito velhas e empregadas no serviço doméstico”. Além disso, ele afirma que as escravas conquistavam mais facilmente sua manumissão no contexto dos latifúndios que utilizavam mão-de-obra escrava extensamente (EISENBERG, 1987, p. 212)¹⁷⁶.

Mas, segundo o autor, o privilégio conferido às cativas com relação às alforrias era realidade em diferentes localidades do país e face a esta ratificação da primazia das mulheres na obtenção das manumissões no Brasil por vários estudos, ele aponta três argumentos:

Uma das unanimidades entre os historiadores que estudaram as alforrias no Brasil é a constatação de que, proporcionalmente, as mulheres escravas sempre foram mais agraciadas com a alforria do que os homens escravos. Três argumentos se destacam para explicar essa preferência: o fato de as mulheres escravas serem menos valorizadas no mercado escravista do que os homens, associado à sua maior capacidade de acumular pecúlio ou de manter relações afetivas (sexuais) com seus senhores, contribuiria decisivamente para maior obtenção de alforrias. Outra hipótese explicativa é o privilégio dado pelos escravos em libertar as mulheres para salvar a descendência da escravidão (EISENBERG, 1989, p. 264-266).

¹⁷⁶ Segundo Eisenberg (1987, p. 182) “todos os estudos da alforria brasileira concordam, com uma unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, e em números bem superiores à sua proporção dentro da população escrava. Duas hipóteses principais aparecem na historiografia para explicar esta primazia da escrava. Primeiro, o homem escravo, em decorrência da sua força física, foi preferido para o trabalho nos principais centros de produção, com os setores de grande lavoura e da mineração, que empregaram plantéis numerosos de escravos. Conseqüentemente, o escravo foi mais valorizado no mercado, tendo a escrava um preço inferior, mais fácil de ser pago num ato de compra, como numa alforria”.

Classificando as alforrias por tipo, de acordo com as cláusulas que apresentavam para serem efetivadas¹⁷⁷, verifica-se que enquanto as proprietárias concederam alforrias gratuitas condicionais para 82% (156) das cativas e 84% (81) dos cativos, contemplando-os praticamente na mesma proporção com este tipo de libertação, beneficiaram somente escravas com a alforria incondicional, favorecendo 7% (13) do plantel feminino. Para 9% (18) das cativas e 7% (7) dos cativos não foi possível determinar o tipo de manumissão devido à omissão de informações, que já eram conhecidas por algum parente, testamenteiro, ou mesmo já haviam sido expostas em cartas de alforria. Com relação às manumissões onerosas, constata-se que representaram o menor índice entre as cativas, somente tendo ficado sujeitas a ela 2% (4) das escravas. Já a 7% (7) dos cativos foi imposta a alforria onerosa, e, a 2% (2), a alforria onerosa condicional.

Para 3 dos cativos cuja alforria havia sido sujeita ao pagamento, as testadoras mencionaram familiares na atuação para a conquista da liberdade. Duas escravas, Romana e Gertrudes, aguardavam o pai entregar a quantia durante a vida de sua proprietária ou no prazo de dois anos após a morte da mesma e o terceiro, Benedicto já tinha o valor para sua manumissão quitado por

¹⁷⁷ Entre as alforrias gratuitas condicionais estavam aquelas cuja efetivação exigia esperar até a morte do(a) proprietário(a), prestar serviços a terceiros, acompanhar, acompanhar e prestar serviços ou conceber determinado número de filhos. As gratuitas incondicionais eram as que já tinham validade quando o(a) testador(a) fez o testamento, tendo sido concedidas anteriormente em pia batismal ou em carta de liberdade ou mesmo em outras situações declaradas. As manumissões onerosas eram aquelas que exigiam contribuição financeira do escravo na compra de sua liberdade e as onerosas condicionais, além da quantia em dinheiro, também impunham o cumprimento de outras condições como, por exemplo, prestar serviços. Entre as alforrias gratuitas condicionais incluímos 3 cativos alforriados por proprietários que os facultaram a prestar 2 anos de serviços a legatário ou pagar 200\$000 réis para comprar sua liberdade.

sua mãe¹⁷⁸. Assim, pode-se afirmar que 0,6% do total de 480 manumissões concedidas por proprietárias e proprietários tiveram a participação financeira de familiares, já entre as alforrias onerosas estas libertações representaram 17,6%.

Entre os proprietários, os índices de concessão de alforrias gratuitas condicionadas variaram mais entre os gêneros do que o observado entre as senhoras. Os proprietários beneficiaram 77% (77) das cativas com esse tipo de alforria e 83% (67) dos cativos. Levando em conta as alforrias gratuitas incondicionais, constata-se, que as cativas foram mais privilegiadas também pelos senhores, pois, 9% (9) delas receberam esse tipo de manumissão, enquanto somente 2% (2) dos cativos a receberam.

Para 12% (12) das cativas e 2% (2) dos cativos não foi viável determinar as condições para a efetivação da libertação. 2% (2) das cativas e 7 % (6) dos cativos estavam sujeitos à alforria onerosa.

Conclui-se, portanto, que o grupo das cativas foi mais contemplado com as alforrias gratuitas incondicionais tanto pelas proprietárias, que não estenderam esse tipo de alforria a nenhum homem cativo, quanto por proprietários que a concederam em maior proporção às mesmas. Assim, esse dado é essencial, pois, essa modalidade de manumissão era a única que passava a vigorar imediatamente e, portanto, do ponto de vista jurídico, tratava-se de uma alforria garantida. Por outro lado, outros tipos de libertação envolviam o enfrentamento de diferentes adversidades até o momento da conquista jurídica, caso isso acontecesse.

¹⁷⁸ Cf. Testamento de Francisca Leite Penteadó. Nº Proc. 630. 21/07/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 229) e Testamento de Antonia Maria Candida. Nº Proc. s/n. 20/09/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 540).

Desta forma, os testamentos de São Paulo, se mostraram um instrumento marcadamente da concessão de alforrias gratuitas incondicionais e condicionais¹⁷⁹, destacando-se numericamente as com condições¹⁸⁰. Somadas, as alforrias gratuitas concedidas entre 1850 e 1875 representaram 86,6% das manumissões, contemplando o total de 416 cativos dos 480 candidatos à libertação. Já as alforrias onerosas (com e sem condições adicionais ao pagamento) representaram 4,3% (21) do total de manumissões. Isso mostra que, majoritariamente, os testamentos de São Paulo não se mostraram como instrumentos para o registro de libertações com o objetivo de recuperar capital investido em mão-de-obra cativa mediante restituição financeira. Logo, as alforrias registradas nesta fonte documental não parecem ter sido concedidas com motivações econômicas¹⁸¹. No entanto, cabe ressaltar que, nos casos em que os senhores exigiram muitos anos de serviço aos cativos para libertá-los, de fatos os forros acabaram por indenizar seus valores aos proprietários ou aos seus herdeiros/legatários.

¹⁷⁹ Com relação a 11 alforriados por proprietárias e proprietários para os quais não foi possível identificar o gênero, e que constituem cerca de 3% dos manumissos, 18% (2) tiveram a alforria condicionada à morte do proprietário(a), 18% (2) receberam sua alforria de forma incondicional e 64% (7) foram sujeitos à prestação de serviços.

¹⁸⁰ A política de manumissão em Mariana, Minas Gerais, de forma semelhante às manumissões concedidas por proprietários de São Paulo, aponta a tendência de não se conceder uma libertação imediata que desvincule o liberto do domínio do senhor e o pré-requisito do candidato à liberdade era ser um bom escravo e, por isso, poder ser considerado digno da promessa de alforria.

¹⁸¹ Para se pensar se o senhor tinha a intenção de conseguir a restituição do valor do escravo impondo-lhe determinadas cláusulas para a efetivação de sua liberdade que não envolvessem dinheiro, convém trazer uma citação de Adauto Damásio. Segundo o autor: “não acreditamos que seriam poucos os anos de serviços necessários para que o escravo restituísse o seu valor, o que pode descaracterizar as alforrias condicionais com prestação de serviços por 3 e 5 anos como alforrias onerosas.” Neste sentido, poderíamos pensar que grande parte das alforrias gratuitas condicionais concedidas por testadores(as) de São Paulo, por suas exigências de prestação de muitos anos de serviços, teriam caráter oneroso por conseguir recuperar em forma de préstimos o valor do cativo a ser liberto. Entretanto, não é possível fazermos essa constatação, pois, para empreender tal análise precisaríamos de dados como a idade, a aptidão para o trabalho e a produtividade do candidato à libertação, dados que ocasionalmente foram informados pelos senhores(as). Só para ilustrar essa idéia, correríamos o risco de contar como alforria onerosa a concessão a uma criança de pouca idade à qual era exigido, por exemplo, servir até a morte do legatário designado por seu senhor, sendo que o cativo somente chegaria ao início do auge de sua produtividade com cerca de 13 anos, segundo vários estudos historiográficos. Assim, podia ser que o usufrutuário falecesse antes que o liberto condicional, por meio de seu trabalho, conseguisse ‘recuperar’ seu valor. Esse exemplo aponta para a variabilidade e inúmeras possibilidades que cercam o contexto de cada uma das concessões, podendo alterar-lhes seu sentido. Contudo, apesar de não podermos constatar numericamente as concessões em testamentos cujos forros reporiam seu valor por meio dos serviços, devido às limitações documentais supracitadas, acreditamos que majoritariamente os escravos que tinham a expectativa de libertação já tinham favorecido os seus senhores mais do que o correspondente ao seu valor, fosse pela sua própria atuação ou de seus ascendentes. Pesa ainda mais para essa teoria o fato de que parte significativa do plantel dos(as) proprietários(as) era resultado de reprodução entre seus cativos, não tendo sido adquiridos por compra (requerendo portanto menor comprometimento de recursos por parte dos senhores), o que ficou patente pelo arrolamento de escravos nos inventários.

Tabela 8

Média de libertos por testamentos por década em São Paulo (1850-1875)					
Período	Nº de libertos	Nº de testamentos	Nº de libertos por testamento	Nº de alforrias onerosas	% de alforrias onerosas
1850-1859	267	85	3,1	13	15,0
1860-1869	176	71	2,5	7	9,8
1870-1875	37	16	2,3	1	6,0
Total	480	172		21	4,3

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Além disso, poderia se pensar que com o avanço do movimento abolicionista e com a preocupação da substituição da mão-de-obra cativa as alforrias nos testamentos aumentariam ao longo da segunda metade do século XIX. No entanto, isso não foi constatado, pelo contrário, o primeiro decênio (1850-1859) foi o que teve a maior média de libertações por testamento, 3. Já nas décadas posteriores, (1860-1869 e 1870-1875), houve uma diminuição na média de libertos por testamento, respectivamente, 2,5 e 2,3. Entre 1850 e 1859, os testadores concederam o maior número de alforrias onerosas, 13, e entre 1860 a 1869 conferiram 7, já entre 1870 e 1875, 1.

Por conseguinte, as alforrias que exigiam pagamento registradas nos testamentos corresponderam a 15% do total de libertações concedidas entre 1850-1859, a 9,8% no período de 1860 a 1869 e a 6% entre 1870 a 1875, embora neste último intervalo a amostra documental analisada esteja muito reduzida.

Tabela 9

Média de libertos por cartas de liberdade por década em São Paulo (1850-1888)					
Período	Nº de libertos	Nº de cartas	Nº de libertos por cartas	Nº de alforrias onerosas	% de alforrias onerosas
1850-1859	185	146	1,3	59	32
1860-1869	118	106	1,1	45	38
1870-1879	160	150	1,1	54	34
1880-1888	88	73	1,2	19	22
Total	551	475		177	32

Fonte: Cartas de Liberdade do 1º e 2º Cartórios de Notas da Capital de São Paulo, 1850-1888.

Com relação às cartas de liberdade percebe-se que a média de forros por documento foi expressivamente menor do que nos testamentos, embora alguns proprietários tenham registrado escrituras para libertar escravos mais de uma vez. Esses documentos, por sua vez, mostram uma continuidade na média de libertações nos decênios contemplados. Ao longo das décadas a média de manumitidos por registros nas notas variou de 1,1 a 1,3, também não demonstrando a influência direta do momento de desagregação pelo qual passava o regime escravista.

No entanto, as escrituras cartoriais mostraram uma variação no tipo de alforria concedida nos decênios. As manumissões onerosas (com pagamento) tiveram seu auge entre 1860 e 1869 quando corresponderam a 38% (45) das libertações e tiveram seu menor índice na década final (1880-1889), 22% (19). Entre 1850-1859 as manumissões pagas responderam por 32% (59) das libertações e entre 1870-1879 a 34% (54).

Desta forma, enquanto 4,3% do total das alforrias em testamentos exigiam compensação financeira, nas cartas de liberdade elas representavam 32%. Além disso, a média de libertos por testamento, em geral, representou o dobro ou mais da proporção das manumissões concedidas pelos senhores que passaram escrituras aos seus escravos.

Se nos distritos de Paz de São Paulo, dos 469 cativos para os quais foi identificado o gênero, somente foram libertos de forma onerosa, em testamentos, cerca de 4%, os dados referentes à comarca do Rio das Velhas em Sabará, indicam que as alforrias que exigiam pagamento foram mais representativas nos testamentos de Minas Gerais.

Segundo Paiva (1995, p. 89 e 91), dos 723 escravos libertados em registros de últimos desejos, feitos entre 1730 e 1780, 52% (380) foram alforriados mediante restituição financeira, desses 38,45% (278) comprariam sua liberdade em prestações, enquanto 47% (343) dos libertos presentes em 151 documentos haviam recebido manumissões gratuitas incondicionais ou condicionais. Conforme o autor:

foram comuns as alforrias condicionais que previam o bom comportamento, a obediência e a prestação de serviços [por parte dos escravos] por mais alguns anos para serem, então definitivamente libertados, bem como as alforrias vinculadas aos bons serviços prestados aos senhores (PAIVA, 1995, p. 42).

Da mesma forma, foram significativas as alforrias onerosas concedidas entre 1750 e 1779 em Mariana, onde representaram 53% das manumissões concedidas nos testamentos, tendo as

coartações respondido por 38% das libertações pagas. Já as alforrias gratuitas e condicionais corresponderam a 47% do total das manumissões¹⁸².

Segundo Monti, essas fontes documentais “mostram o caráter de favorecimento das coartações no momento final da vida dos senhores que provavelmente utilizaram esse tipo de liberdade para conseguirem liquidez de seu capital no momento final da vida para ser utilizado pelas viúvas e herdeiros”¹⁸³.

Tanto as alforrias apuradas por Paiva em Sabará, quanto as verificadas por Monti em Mariana indicam índices muito altos de alforrias pagas à vista ou em prestações, o que mostra a preocupação dos senhores com a recuperação de capital no processo de concessão de libertações. Ao mesmo tempo, a compra da liberdade revela de modo mais explícito a atuação dos cativos, que conseguiram realizar o acúmulo de pecúlio¹⁸⁴, tendo contribuído para isso, o dinamismo das regiões com a diversidade de ocupações e as atividades subsidiárias à produção aurífera e a mobilidade espacial proporcionada pelas características dessas regiões mineiras¹⁸⁵.

Damásio (1995, p.15) em seu estudo sobre as alforrias em Campinas, no período entre 1829 e 1838, constatou que das 88 manumissões concedidas nos testamentos apenas 3,61% (3) foram obtidas de forma onerosa. Neste sentido, a porcentagem de alforrias gratuitas incondicionais foi altamente significativa, 63,85% (53), índice que o autor apontou como inversamente proporcional ao verificado por Eisenberg para as concessões nas cartas de alforria registradas nos cartórios. Além disso, a porcentagem de alforrias gratuitas condicionais verificada por Damásio também foi muito significativa, 32,53% (27) do total de manumissões, sendo que 40,74% dos sujeitos à liberdade condicional tinham que prestar serviços (DAMÁSIO, 1995, p. 25, 37).

Para este autor, as motivações das alforrias não foram econômicas, pois, além do fato de pequeno número de manumissões ter sido concedido mediante pagamento, grande parte dos forros tinha idade compreendida entre 20 e 40 anos, faixa de grande produtividade cativa. Diante da

¹⁸² Como verificado por Monti (2001, p.78), “para as mulheres em Mariana tivemos 50% de onerosas e 45% de gratuitas, correspondendo as coartação a 39% [...]”. Considerando além dos testamentos, as cartas de liberdade e os inventários, as alforrias onerosas representam 57,4% do total de manumissões concedidas (2001, p.46).

¹⁸³ Apesar dos motivos alegados pelos senhores para a opção de alforriarem terem recorrentemente contido expressões como: ‘por amor a Deus’, ‘por amor ao escravo’, por ser ‘cria de casa’, ‘pelos bons serviços da mãe’, ‘pelos bons serviços do escravo’ e ‘por esmola’, a maior parte das alforrias exigiu pagamento (MONTI, 2001, p. 48).

¹⁸⁴ Como afirma Monti (2001, p. 74), a forma de pagamento pela qual os escravos de origem local alcançaram a liberdade, foi à vista, sendo que essa modalidade aumentou no decorrer dos anos, ao passo que as gratuitas a homens adultos diminuíram com o passar dos anos e os crioulos tiveram o favorecimento de seus familiares.

¹⁸⁵ Entre as atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores de Mariana estavam a agricultura, os ofícios relacionados à mineração, e o comércio, que incluía o aluguel de casas e escravos e as vendas ambulantes e “as manumissões não foram estimuladas por uma única produção” (MONTI, 2001, p. 104-105).

constatação de que 45,65% dos que fizeram testamentos libertaram escravos, ele defende a idéia de que “associadas aos mecanismos de coação e incentivos – que compatibilizavam paternalismo e desejo de lucros – as alforrias foram determinadas também pelo sentimento religioso, como ação filantrópica, quando os senhores estavam próximos da morte.” (DAMÁSIO, 1995, p. 30). Neste sentido, 84% das manumissões se não eram incondicionais, também não tinham a intenção de restituir o valor do cativo aos herdeiros.

Schwartz, para o período de 1684 a 1745, em Salvador, apurou que 47% (553) das alforrias registradas em cartórios da cidade haviam sido obtidas mediante pagamento ao proprietário do escravo ou ao seu representante legal. O autor constatou também que a proporção de manumissões pagas para as gratuitas (não pagas) foi a mesma para cativos e cativas e houve um aumento nas que exigiam pagamento de mais da metade do total de apuradas em 1740 em relação às concedidas entre 1680 e 1720. Segundo ele, esse fato pode ser explicado pelo aumento do valor do escravo de 1690 a 1720, situação que teria desestimulado os senhores a conceder alforrias gratuitas e estimulado a cobrarem quantias cada vez maiores para a libertação acompanhando o alto do valor da mão-de-obra (SCHWARTZ, 1974, p. 99). Assim, grande parte das manumissões na cidade teriam sido motivadas por razões econômicas, no sentido de recuperar capital investido nos cativos, ou mesmo, obter lucro.

Soares apurou que no Espírito Santo, entre 1872 e 1887, 19,3% (10) das alforrias concedidas por cartas de liberdade eram gratuitas incondicionais, 32,7% (17) gratuitas com condições e a parte mais significativa, 48% (25) pagas e sem cláusulas adicionais para sua efetivação.

Embora o número de manumissões onerosas fosse muito significativo, o autor argumenta que os senhores ao concedê-las não visavam a recuperar o preço dos cativos ou fazer um bom negócio, pelo fato do “preço das alforrias nunca chegar à metade do preço dos escravos”. Assim, ele defende que “o preço da alforria envolvia um deságio que representava um prêmio, um benefício ou uma recompensa para o escravo” (SOARES, 2006, p. 121).

Já com relação às cartas de liberdade de São Paulo, registradas entre 1800 e 1888, conforme Bertin, as alforrias onerosas que envolveram pagamentos perfizeram 31% (414) do total de manumissões, sendo que 74% destas haviam sido pagas pelos escravos ou por alguém de seu grupo de convívio (BERTIN, 2004, p. 114). Segundo a historiadora, essas manumissões não refletiram somente um mecanismo da vontade senhorial e do paternalismo, mas também se mostraram como produto da resistência escrava, por meio da atuação de cativos que fizeram acordos com seus

proprietários ou souberam se aproveitar da confiança dos mesmos, incluindo o esforço de “demonstrar muito zelo, lealdade e bons serviços” (BERTIN, 2004, p. 131-132).

Em contrapartida, não se pode desconsiderar o aspecto afetivo da concessão de muitas dessas libertações, em função, especialmente, da proximidade e contato desenvolvidos entre senhor e cativo ao longo do tempo de convivência, que geraram sentimentos como gratidão e bem-querer, ainda que imbuídos do interesse e controle senhorial.

Como se pode auferir dos resultados das pesquisas dos autores que estudaram as manumissões em diversas partes do país, ao longo do que foi exposto, alguns elementos como relação senhor-escravo (afeto, paternalismo, gratidão), contexto econômico e características do espaço social (atividades desenvolvidas na região, viabilidade ou não de acumulação de pecúlio e (i)mobilidade do escravo, ambiente propício para o desenvolvimento de relações de solidariedade entre cativos), situação econômica do senhor (desejo de lucrar em um momento de prosperidade/necessidade de recuperação de capital em momento de crise) e questões religiosas (caridade, anseio de angariar a indulgência divina) podiam se combinar e influenciar na decisão de alforriar e no tipo de manumissão.

No entanto, independentemente se os instrumentos para a concessão da alforria eram cartas de liberdade ou testamentos e os tipos de manumissões condicionais ou onerosas, raramente deixava de ser explícito no discurso do senhor o domínio que exercia sobre seu cativo e seu pleno direito de escolher seu destino e, em grande parte dos casos, a omissão do esforço do escravo para a conquista da liberdade. Constituindo-se como estratégias senhoriais para tornar os cativos prestativos ou se revelando uma forma de se desfazer de uma mão-de-obra sem prejuízo, ao invés de desestruturar o regime escravista, contribuíam para sua manutenção e, especialmente as gratuitas condicionais, para o prolongamento do tempo em cativo.

Levando em conta a constatação de Eisenberg (1989, p. 251) de que os estudos sobre manumissões no Brasil apontam um perfil típico de alforriado como sendo “mormente ou desproporcionalmente mulher, mulata, crioula, muito jovem ou muito velha, de profissão mais qualificada e de preço menor do que o preço médio de uma escrava”, mostra-se profícuo abordar as características dos libertos para constatar ou retificar essas conclusões para São Paulo.

Tabela 10

Cor dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)					
Cor	Escravas	Escravos	Indeterminado	Total	Percentual
Não Consta	264	158	11	433	90,2%
Mulato	12	7	0	19	4,0%
Pardo	7	10	0	17	3,5%
Preto	5	3	0	8	1,7%
Fula	2	0	0	2	0,4%
Cabra	1	0	0	1	0,2%
Total	291	178	11	480	100%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.					

Reunindo dados para análise do perfil dos alforriados, nos testamentos, com relação à cor da pele dos libertos, constata-se que a maioria dos forros, 90,2% (433), não teve essa informação mencionada, 4% (19) foram descritos como mulatos, 3,5% (17) como pardos, 1,7% (8) como pretos, 0,4% (2) como fulas e 0,2% (1) como cabras.

Tabela 11

Origem dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)					
Origem	Escravas	Escravos	Indeterminado	Total	Porcentagem
Não Consta	246	147	11	404	84,2%
Crioulo	27	25	0	52	10,8%
Africano / de Nação	10	4	0	14	2,9%
Congo	2	1	0	3	0,6%
Benguela	3	0	0	3	0,6%
Moçambique	2	0	0	2	0,4%
Monjolo	0	1	0	1	0,2%
Angola	1	0	0	1	0,2%
Subtotal africanos	18	6	0	24	5,0%
Total	291	178	11	480	100%

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Com relação à origem dos alforriados constata-se que, a grande maioria, 84,2% (404), não teve sua terra natal citada, 10,8% (52) foram descritos como crioulos e 5% (24) como africanos. Os senhores se referiram a 2,9% (14) dos africanos de maneira genérica como ‘africano’ ou ‘de Nação’ sem menção da região de nascimento, 0,6% (3) teriam como origem o Congo; 0,4% (2), Moçambique; 0,6% (3), Benguela; 0,2% (1), Monjolo e 0,2% (1), Angola¹⁸⁶.

Interessante observar que a origem dos alforriados seguiu a proporção da origem da posse total de cativos declarada pelos senhores. Assim, do plantel cativo, 85,7% (820) não teve local de origem declarado, 10,9% (104) foram mencionados como crioulos e 3,4% (33) como africanos. Se compararmos a proporção de oriundos da África libertos (5%) com a sua presença no plantel (3,3%), pode-se considerar que foi o grupo mais privilegiado com a alforria¹⁸⁷.

Tabela 12

Ocupação dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)								
Ocupação	Escravas		Escravos		Indeterminado		Total	
Não Consta	287	98,6%	171	96,1%	11	100%	469	98%
Carpinteiro	0	0%	3	1,7%	0	0%	3	1%
Cozinheira	2	0,7%	0	0%	0	0%	2	0,4%
Doméstica	2	0,7%	0	0%	0	0%	2	0,4%
Jornaleiro	0	0%	1	0,6%	0	0%	1	0,2%
Pedreiro	0	0%	1	0,6%	0	0%	1	0,2%
Pagem	0	0%	1	0,6%	0	0%	1	0,2%
Sapateiro	0	0%	1	0,6%	0	0%	1	0,2%
Total	291		178		11		480	100%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.								

Com relação às atividades exercidas pelos cativos, pouco se pode apreender dos testamentos, pois, a maior parte dos alforriados, 98% (469), não teve sua ocupação explicitada¹⁸⁸,

¹⁸⁶ Como apontado por Schwartz (1974, p. 86), as informações relativas às origens étnicas específicas do liberto africano são comumente tão imprecisas que impossibilitam uma análise da habilidade comparativa de certos povos para obter sua liberdade. A maior parte do problema provém da confusão feita pelos portugueses com relação à geografia e etnografia africana. Além disso, algumas vezes, o porto de embarque do cativo foi tomado equivocadamente como sua terra natal pelos importadores de escravos.

¹⁸⁷ Essa afirmação sendo feita, levando em conta, que se mantivesse a proporção de crioulos e africanos no plantel caso soubéssemos a origem daqueles que não a tiveram citada no testamento.

¹⁸⁸ Possivelmente muito desses cativos não tivessem um ofício específico e fossem aplicados em diversas tarefas, conforme a necessidade de seus senhores.

1% (3) eram carpinteiros, 0,4% (2) cozinheiras, 0,4% (2) domésticas, 0,2% (1) jornaleiro, 0,2% (1) pedreiro, 0,2% (1) sapateiro e 0,2% (1) pajem.

Ao passo que nas últimas vontades dos senhores somente 2% dos alforriados tiveram sua profissão citada, nas cartas de liberdade esse índice foi de 6%.

Tabela 13

Idade dos alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)								
Idade	Escravas		Escravos		Indeterminado		Total	
Não Consta	250	86%	149	84%	10	91%	409	85%
0 a 12 anos	15	5%	12	7%	1	9%	28	6%
>12 a 45 anos	13	4%	12	7%	0	0%	25	5%
mais de 45 anos	13	4%	5	3%	0	0%	18	4%
Total	291		178		11		480	100%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.								

Com relação à faixa etária, 85% (409) dos libertos não tiveram sua idade declarada pelos seus proprietários¹⁸⁹, 6% (28) tinham de 0 a 12 anos, 5% (25) tinham mais de 12 a 45 e 4% (18) mais de 45 anos¹⁹⁰.

Nos testamentos de Campinas (1828-1839), Damásio (1995, p.36) verificou que entre os alforriados que tiveram sua idade mencionada 30,95% tinha de 0 a 10 anos e 45,23% tinha de 21 a 40 anos.

¹⁸⁹ Para a análise foi utilizada a idade do cativo citada em testamento. Contudo, o número de menções a esse dado nesta fonte documental foi pequeno (43). Neste sentido, recorremos às informações dos arrolamentos dos escravos nos inventários que apresentavam as idades dos mesmos (28), calculando a idade aproximada que teriam na época em que o senhor registrou suas últimas vontades por meio da diferença entre o ano de óbito do proprietário/ avaliação do cativo e o da feitura do testamento.

¹⁹⁰ Para agrupar os alforriados por faixas etárias levamos em consideração a classificação utilizada por Schwartz, que considerou os escravos com mais de 45 anos como idosos e os de 13 a 45 como grupo que incluía os trabalhadores no período de vida de maior rentabilidade em relação às demais. Como cita o autor: “[...] dadas referências de viajantes sobre a austeridade da vida escrava e ao elevado índice de mortalidade infantil, 45 anos parece ser início razoável se não excessivamente generoso para a velhice” (SCHWARTZ, 1974, p. 89). Entretanto, determinamos 12 anos completos como idade limite para a ‘infância’ tendo em vista o § 7º da Lei nº 2040 de 28.09.1871 – Lei do Ventre Livre, cuja redação determina “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe”. Além disso, fundimos as faixas etárias de 0 a 5 anos e de 6 a 12 anos em uma só, contemplado alforriados de 0 a 12 anos. Essa opção evita os possíveis equívocos que seriam cometidos ao agrupar forros de ‘pouca idade’, ‘mulatinhos’, ‘crioulinhos’ em uma das duas faixas etárias criadas por Schwartz. Os forros referidos pelos senhores com termos como ‘velhice’ e ‘idade avançada’ foram considerados com mais de 45 anos de idade.

Já, Bertin (2004, p.114) apurou que, nas cartas de liberdade de São Paulo, “mais da metade dos escravos alforriados não tiveram suas idades citadas. Para os que tiveram, a maioria era de escravos idosos (com mais de 50 anos) ou de crianças”.

Soares (2006, p. 117) verificou que no Espírito Santo, grande parte dos libertos, 60% das cativas e 36% dos cativos alforriados estavam nas faixas de idades mais produtivas (consideradas por ele entre 12 e 50 anos). Pelo fato de para 23 forros não ter havido informação sobre a idade na carta de liberdade, segundo ele, foram inviabilizadas as possibilidades de análises mais profundas.

Schwartz constatou que entre os alforriados incluídos em grupos por faixa etária, 9,2% (70) tinham de 0-5; 35,6% (272) de 6 a 13; 52,3% (399) de 14 a 45 e 2,9% (22) tinham mais de 45 anos e 397 alforriados não foram classificados nas faixas por falta de informações¹⁹¹. Contudo, embora 52,3% dos alforriados em Salvador estivessem compreendidos na faixa etária de maior produção, como ressaltou bem o autor, grande parte deles havia sido sujeito a condições para a efetivação de sua manumissão, o que adiaria a conquista da liberdade para a velhice ou mesmo a inviabilizaria.¹⁹²

Pelo que se pode apreender do que foi exposto pelos autores, ao passo que em Salvador e em Campinas foi muito significativo o número de alforriados em idade produtiva, em São Paulo, nas cartas de liberdade, foram contemplados mais cativos com valor de mercado depreciado em função de seu menor rendimento por causa da idade.

Por outro lado, por meio dos testamentos de São Paulo não foi possível perceber uma faixa etária privilegiada, visto que, a distribuição dos forros por idade pareceu muito equilibrada. Entretanto, provavelmente isso se deva mais à omissão de informações por parte do proprietário do que propriamente por uma equiparação por idade entre os grupos libertos.

Além de tentar relacionar as características dos alforriados com cada modalidade de alforria, cabe também pensar o porquê da preocupação dos proprietários em descrevê-los, especialmente, nas cartas de liberdade. Neste sentido, pode-se trazer à reflexão a afirmação de Bertin (2004, p.109) de

¹⁹¹ Como critério para classificação em faixas etárias, os forros referidos pelos senhores com os termos *mulatinho*, *rapaz*, *moleque* e *menino* foram enquadrados pelo autor no grupo de 6-13 anos, mesmo levando em consideração que essa escolha podia não corresponder à idade real dos cativos. Já os descritos como mulher e homem, casados e/ou com filhos e os arrolados com valor superior a 50\$000 réis foram inseridos na faixa de 14 a 45 anos (SCHWARTZ, 1974, p. 89).

¹⁹² Segundo o autor, “[...] um grande número de escravos teve sua liberdade concedida condicionalmente, com a obrigação de permanecer ao serviço de seu patrão até que a morte do senhor(a) ocorresse ou de continuar a serviço dos filhos do senhor. Dessa forma, embora muitos escravos pudessem tornar-se legalmente livres quando crianças ou na meia idade, eles o conseguiam apenas na velhice, e, de fato, podiam até mesmo morrer sem nunca ter gozado sua liberdade total” (SCHWARTZ, 1974, p. 93-95).

que “os detalhes na descrição dos escravos denunciavam sua condição de sujeito social sob os quais recaíam suspeitas, que precisavam ser identificados de várias formas, somado ao fato de serem propriedade de outro, objeto de uma escritura”.

Assim, levando em conta o caráter de um documento do Cartório de Notas que registrado passava a ser um ‘instrumento público’, fazia sentido que contivesse detalhes sobre o alforriado facilitando sua identificação e, por conseguinte, viabilizando a garantia do novo *status* de forro perante a sociedade. Provavelmente, por este fato, tanto as cartas de liberdade de Salvador quanto as de São Paulo apresentassem dados menos lacunares em relação aos manumitidos do que os testamentos de São Paulo.

No caso destes documentos que registravam as últimas vontades dos senhores, o cumprimento das determinações expressas ficava ao encargo de parentes ou pessoas designadas e de confiança do proprietário e que, muitas vezes, já sabiam o que constituía o seu patrimônio, o que, em alguns casos, tornava desnecessário o detalhado arrolamento de bens. Desta forma, ilustram essa ideia as palavras do testador José Xavier: “Declaro que possuo nove escravos entre grandes e pequenos, dos quais todos tem conhecimento, a saber o dito meo filho Ildefonso”¹⁹³.

Fossem porque os bens do testador eram de conhecimento público ou de parentes e testamenteiros, foram minimizados os detalhes na descrição da mão-de-obra cativa.

Desta forma, levando em conta as sucintas descrições apresentadas no tocante às características dos escravos, com relação a aspectos como nacionalidade, idade, cor da pele e ocupação, que foram mencionadas somente para cerca de 10 a 15% dos alforriados, enfrenta-se a dificuldade de relacionar o(os) possível(veis) perfil(s) de forros para cada modalidade de alforria. Neste sentido, tentar fazer análises mais profundas poderia induzir à superficialidade ou mesmo ao erro, dada a ausência de dados para consolidar os resultados.

As alforrias registradas nos Livros de Notas dos cartórios e as prometidas em testamentos em São Paulo contemplaram, principalmente, cativos das áreas consideradas mais urbanas da cidade, e, mesmo assim, os índices das que exigiam pagamento foram muito diferentes,

¹⁹³ Se o testador foi extremamente sucinto em relação aos seus cativos, sem nem ao menos denominá-los, com relação aos imóveis e animais também não foi muito mais detalhista: “Declaro que possuo o sitio e terras onde moro neste bairro de São João, e um paiol de terras no districto da Cidade de São Roque. Declaro mais que possuo oito animaes, sendo d’estes sete bestas arreadas, e bem assim mais tres cabeças de gado. Declaro mais que possuo varios trates de casa”. Cf. Testamento de José Xavier. Nº Proc. 902. 17/09/1868. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 498).

representando respectivamente, 31% e 4,3%¹⁹⁴ do total das manumissões em cada fonte documental. Neste sentido, acredita-se que a escolha na modalidade de alforria em São Paulo teve a ver com o momento que estava vivendo o proprietário.

No caso da pessoa que fazia um testamento, por tratar-se de um balanço final de sua vida, seguramente, foram preponderantes: a preocupação em recompensar agregados, parentes e escravos que serviram bem durante sua vida e seriam contemplados com doações, e, no caso dos escravos, mais comumente, somente com as alforrias; o afeto desenvolvido entre o cativo e seu senhor (explícito, especialmente, nos casos dos escravos que eram ‘crias de casa’, educados como ‘se fossem filhos’ do testador) e o anseio de garantir a salvação da alma, por meio do reconhecimento de filhos ilegítimos, doações a instituições de caridade, esmolas a pobres e alforria de cativos. Além disso, soma-se a esses fatores o fato de que a grande maioria dos testadores, mesmo os que tinham herdeiros necessários, não pareciam se preocupar em recuperar capital investido em mão-de-obra, ainda mais levando em consideração que parte significativa dos cativos era resultado da reprodução entre membros do plantel.

2.2 Os alforriados no processo de transmissão de bens

Entre os desejos expostos em testamentos, constavam não somente desígnios espirituais, mas, também disposições sobre questões terrenas. A listagem de herdeiros forçados e o privilégio de alguns deles, a nomeação de herdeiros quando não existia ascendentes ou descendentes que receberiam obrigatoriamente a herança, a distribuição de bens entre legatários e as alforrias, constituíam o momento dos testadores de retribuir o bom tratamento, os favores, a amizade e/ou os serviços prestados por aqueles que com eles conviviam.

O valor e o tipo de legado deixado a cada contemplado podia variar em função das redes de sociabilidade tecidas, o contato e a proximidade com o testador. Neste sentido, as manumissões e a inclusão de forros e libertos condicionais por seus ex-senhores na partilha de seu patrimônio devem ser compreendidas no contexto da transmissão de bens e também no âmbito das relações desenvolvidas entre estes e seus senhores.

¹⁹⁴ Considerando as alforrias que requeriam quantias em dinheiro acompanhadas ou não de outras imposições.

Tabela 14

Número de herdeiros necessários e alforriados por testadores(as) em São Paulo (1850-1875)				
Nº de herdeiros necessários do testador	Nº de testadores manumissores	Total de escravos	Alforriados	Índice de alforriados
0	111	484	338	70%
1	14	45	25	56%
2	9	51	22	43%
3	8	54	16	30%
4	11	55	40	73%
entre 5 e 10	16	46	31	67%
mais de 10	2	9	4	44%
nc	1	12	4	33%
Total	172	756	480	63%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.				

Uma grande parcela dos 172 manumissores, 64,5% (111), não tinha herdeiros necessários e, portanto, podia dispor livremente e integralmente de seu patrimônio, e, por sua vez, foi o grupo mais numeroso de manumissores.

Entretanto, o fato de possuir ascendentes ou descendentes para a sucessão, mesmo quando estes eram em grande número, não foi impedimento para os senhores libertarem um número significativo de escravos em relação aos que declararam possuir.

O índice de alforriados foi expressivo na maioria dos grupos de testadores, independente do número de herdeiros obrigatórios. As maiores porcentagens de manumitidos estavam entre os senhores sem herdeiros necessários e com 4 herdeiros necessários, respectivamente, 70% e 73%. Ainda assim, eram altos os índices de libertação entre os manumissores com 5 a 10 descendentes, 67% e os com 2 herdeiros forçados, 56%. Já, entre senhores com 3 herdeiros necessários, a porcentagem de libertos foi de 30%.

Assim, no que tange aos dados observados, não é possível afirmar que o número de manumitidos é inversamente proporcional ao maior número de herdeiros necessários, já que não há diminuição gradativa do índice de forros quando o número de ascendentes ou descendentes é maior. Não obstante, há variações nas porcentagens de libertos nas diferentes faixas de número de herdeiros necessários.

No entanto, se para os cativos a conquista da alforria tinha grande valor, por outro lado, dependendo dos bens que o proprietário havia conseguido amealhar durante sua vida, especialmente nos casos de integrantes dos segmentos mais abastados da população, conceder manumissões apenas a alguns escravos significava comprometer uma pequena parte de seu patrimônio. Além disso, uma ressalva possível de ser feita é que o número de cativos que os proprietários possuíam, provavelmente, está subestimado, pois, nem todos os membros dos plantéis foram citados. Por conseguinte, a porcentagem de forros em relação à escravaria calculada a partir das declarações em testamentos seria muito menor caso se soubesse com precisão o número total de cativos que os proprietários detinham no momento do registro das últimas vontades¹⁹⁵.

Se a incidência de libertações não se mostrou relacionada diretamente ao número de herdeiros necessários dos testadores, por sua vez, as escolhas de proprietários com ou sem ascendentes ou descendentes ao inserir libertos para receberem legados por sua morte revelarão diferenças de procedimentos entre esses grupos.

Tabela 15

Beneficiados contemplados para transmissão de bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)		
Tipo de beneficiado	Nº de beneficiados	% em relação ao total de contemplados
Herdeiros Instituídos	161	13%
Herdeiros Obrigatórios	242	20%
Legatários	808	67%
Total	1211	100%
Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1877.		

¹⁹⁵ Além dos senhores que citavam apenas alguns de seus cativos para a disposição, havia aqueles que mencionavam genericamente os 'demais escravos'. Só para ilustrar pode-se citar dois documentos, entre os quais, o testamento de José Joaquim Machado de Oliveira no qual o senhor dispunha nominalmente de 5 cativos, sendo que um deles deveria ficar livre após a morte dele e os outros quatro eram distribuídos a cada um de seus filhos e embora houvesse mais elementos servis o proprietário não os enumerava, apenas declarando que “os mais escravos que ficarem por meu falecimento farão parte do meu espólio”. Cf. Testamento de José Joaquim Machado de Oliveira. Nº Proc. 877, 02/01/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 468). Da mesma forma, o testador Vicente Antonio de Camargo citou apenas duas cativas, uma que tinha condições de servir por um tempo até inteirar o prazo estipulado para sua libertação e outra que havia sido vendida para a compra de um imóvel, sobre os demais cativos fazia uma referência breve sem listá-los, da mesma forma que fazia determinações relativas aos bens de raiz: “Declaro que meu Testamenteiro á beneficio das duas minhas filhas, não disponha das propriedades, e nem dos escravos, que possuo fazendo que no Inventário as partes que tocar á ellas, sejam feitas com preferencia nas ditas propriedades, e em segundo logar nos escravos”. Cf. Testamento de Vicente Antonio de Camargo. Nº Proc. 672, 19/10/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 250).

Entre 1211 pessoas mencionadas em testamentos que tomariam parte no processo sucessório dos senhores, grande parte, 80% (969) não eram herdeiros necessários, sendo que destes, 161 eram herdeiros instituídos e 808 legatários.

Por conseguinte somente 242 beneficiários citados eram herdeiros obrigatórios. Portanto, isso revela a redação das últimas vontades como um momento ímpar para lembrar de uma diversidade de contemplados, cuja escolha era motivada por diferentes razões.

Entre as motivações para a escolha dos que seriam inseridos na sucessão, pode-se destacar: oferecer uma recompensa pela ajuda, pelos bons serviços ou pela amizade devotada pelo favorecido; prestar um auxílio e minimizar os efeitos de uma condição de pobreza; fazer indulgências visando a salvação da alma e garantir condições de vida melhores para familiares. Logo, de acordo com quem eram os contemplados e quais eram os objetivos das doações, nos testamentos constavam como legados desde trastes de casa, pequenas quantias em dinheiro, objetos, imagens, imóveis, escravos, frações da terça e remanescente dos bens.

Neste sentido, a escolha dos favorecidos pelo testador era influenciada por elementos como seu estado conjugal e as relações sociais que desenvolvia. Assim, além dos herdeiros obrigatórios, eram inseridos na sucessão dos bens pessoas com relações não consanguíneas, especialmente, afilhados, cuja relação de âmbito religioso por meio do batismo também se fortalecia no aspecto social, sendo raramente esquecidos pelos proprietários.

Tabela 16

Forros e candidatos à libertação contemplados para transmissão de bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)			
Situação do testador	Forma de benefício dos contemplados	Nº de beneficiados	Doações e legados que deveriam receber
Sem herdeiros necessários	Herdeiros Instituídos	21	remanescente dos bens
		1	imóvel e imagem religiosa
Com e Sem herdeiros necessários	Legatários	64	bens de raiz
		18	quantias em dinheiro
		13	trastes e roupas de uso do testador
		3	terça
		1	remanescente da terça
		1	corrente e cordão de ouro
Total		122	

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1877.

Outrossim, muitos candidatos à libertação e forros também seriam lembrados por seus senhores, 122 deles estavam entre os beneficiados nos processos de transmissão de herança, dos quais 22 foram instituídos como herdeiros por proprietários sem ascendentes ou descendentes. Destes 21 receberiam o remanescente dos bens do testador e 1, além de um imóvel, uma imagem religiosa¹⁹⁶.

Já os 100 demais eram selecionados como legatários juntamente com outros contemplados, 64 receberiam, principalmente, bens de raiz, alguns, ainda, teriam em seu legado, quantias em dinheiro, trastes e roupas; 3 ficariam com a terça; 1 com o remanescente da terça; 1 com uma corrente e cordão de ouro; 18 receberiam, especialmente, quantias em dinheiro e 13 somente trastes e roupas de uso do testador.

Mas para entender o que essas doações representavam diante dos legados conferidos a outros legatários e herdeiros é necessário averiguar quem eram os privilegiados pelos senhores com cada tipo de doação. Convém lembrar que os bens mais valiosos que compunham o patrimônio dos senhores eram, em geral, os imóveis e os escravos, além disso, o remanescente dos bens e da terça, nos casos em que não havia doações muito custosas, também representavam montantes de grande valor¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Segundo Mattoso (1979, p.44-45), alguns libertos conseguiram promoção social e isso pode ser explicado em função de alguns fatores, entre eles: as qualidades de austeridade, das modestas necessidades, o hábito do trabalho e os ofícios aprendidos pelos forros; a ajuda de Irmandades religiosas, antigos senhores, outros alforriados ou amigos; o casamento com pessoas de condição remediada e a não concepção de filhos e a capacidade de adaptação à conjuntura econômica de Salvador no século XIX. Como expõe a autora, para conseguir, pelo menos a ascensão social, “era necessário contar com apoios sólidos”. Neste sentido, as doações dos testadores de São Paulo, principalmente, de imóveis e grandes quantias eram imensas contribuições para a vida futura dos alforriados quando seus ex-proprietários não estivessem mais vivos, permitindo-lhes tornarem-se proprietários, nas situações em que receberiam bens de raiz.

¹⁹⁷ Convém ressaltar, que muitas vezes, um mesmo legatário receberia vários tipos de bens, portanto, se tentará privilegiar os bens que tinham mais relevância econômica na doação aos favorecidos ou os casos que chamaram a atenção por sua particularidade.

Tabela 17

Herdeiros e legatários que receberiam escravos de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)				
	Parentesco/Relação com o testador	Nº de beneficiados	Nº de escravos legados ¹⁹⁸	Nº de testadores que os beneficiam ¹⁹⁹
Beneficiados por Testadores com herdeiros necessários	Filhos	38	65	22
	Netos	12	15	6
	Cônjuge	3	10	3
	Bisnetos	3	3	1
	Não definidas	2	3	2
	Agregada	2	3	2
	Irmãos	2	2	1
	Afilhados	2	2	2
	Mãe/pai	2	2	2
	Nora	1	1	1
	Sogro	1	1	1
	Subtotal	68	95	30
Beneficiados por Testadores sem herdeiros necessários	Sobrinhos	25	36	14
	Não definidas	23	30	17
	Afilhados	19	22	10
	Irmãos	14	26	10
	Primo	9	17	4
	Libertos/Libertandos	4	10	2
	Cônjuges	4	7	4
	Testamenteiro	4	5	4
	Filho do sobrinho	4	4	1
	Agregado	2	7	2
	Cunhado	2	4	2
	Comadre/compadre	2	2	1
	Filho de criação	1	2	1
	Amigo	1	1	1
	Filho ilegítimo	1	1	1
	Subtotal	115	163	47
	Total	183	281	77

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

¹⁹⁸ Os subtotais referentes ao número de escravos legados pelos senhores aos beneficiados é inferior à soma dos cativos distribuídos entre os contemplados por parentesco/relação com o testador, visto que, por vezes, um mesmo cativo foi doado a várias pessoas.

¹⁹⁹ Os subtotais referentes ao número de testadores que beneficiam herdeiros e legatários com escravos são inferiores à soma dos senhores por linhas visto que vários proprietários beneficiaram mais de uma pessoa de seu convívio, fossem estas de seu núcleo familiar ou de suas relações sociais.

As doações de usufruto dos serviços e de mão-de-obra de um total de 95 cativos feitas por 30 senhores(as) que tinham herdeiros necessários contemplaram 68 beneficiados, entre os quais estavam 38 filhos, 12 netos (sendo 3 netos-afilhados), 3 cônjuges, 3 bisnetos (sendo 1 bisneto-afilhado), 2 cujas relações com o testador foram omitidas, 2 agregadas, 2 irmãos, 2 afilhados, 2 genitores, 1 nora e 1 sogro.

Como se pode constatar foram selecionados prioritariamente familiares, predominando entre os favorecidos os descendentes dos testadores, para serem donatários desse tipo de bem de alto valor e de esperada rentabilidade, mesmo que esta se desse com o passar do tempo, no caso de escravos infantes.

Já 47 senhores(as) sem entes para suceder-lhes obrigatoriamente na partilha distribuíram 163 cativos a 115 beneficiados, entre os quais foram contemplados 25 sobrinhos (um era testamenteiro e um afilhado), 23 pessoas cujas relações com o proprietário não foram especificadas, 19 afilhados, 14 irmãos, 9 primos (3 também eram testamenteiros), 4 libertos/libertandos, 4 cônjuges, 4 testamenteiros, 4 filhos dos sobrinhos, 2 agregadas, 2 cunhados, 2 compadres/comadres, 1 filho ilegítimo, 1 filho de criação e 1 amigo²⁰⁰.

Entre as doações de escravos a libertandos por testadores sem herdeiros necessários estava a de Domingos Jose Oliveira Guimarains que, por sua morte, deixaria libertas Anna Bernarda e sua filha Florisbela Theresa de Jesus, além dessas deveriam ficar forros, Mathias e Francisco, respectivamente, depois de 4 e 10 anos de prestação de serviços às primeiras alforriadas²⁰¹. Além dos dois cativos, com a expectativa de liberdade, deveriam trabalhar para as forras o escravo Joaquim “que em fim ficará na mesma escravidão servindo, como bem lhes aprouver”.

É interessante observar que por seu testamento este senhor criaria uma nova hierarquia entre seus ex-cativos depois de seu falecimento, instituindo as libertas para obter sua manumissão de forma imediata e os libertos e o escravo para servi-las antes de poder desfrutar de sua liberdade sem restrições.

Isso significa que, além de Domingos Guimarains se utilizar de estratégias diferenciadas com relação a seus cativos e sujeitá-los a condições diferentes para a manumissão, por suas

²⁰⁰ Além de escravos, receberiam o remanescente dos bens do testador 6 irmãos, 2 sobrinhos, 2 libertandos, 1 primo, 1 cunhado, 1 agregada, 1 testamenteiro e 1 pessoa cuja relação com o proprietário não foi mencionada.

²⁰¹ Cf. Testamento de Domingos Joze de Oliveira Guimarains. Nº Proc. 825, 17/07/1848. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 02, Doc. 086).

disposições de última vontade, contribuiria para a reprodução do regime escravista, submetendo futuros forros ao domínio de alforriadas que, por seu desfalecimento, se tornariam senhoras e proprietárias, ainda que em usufruto dos préstimos dos libertandos.

O senhor não somente alçava Anna e Florisbela ao novo *status* jurídico, conferia-lhes ainda uma nova condição social pela doação dos serviços dos candidatos à liberdade e, também pelo legado em usufruto do remanescente dos bens que deveria passar por suas mortes à Santa Casa de Misericórdia.

Desta forma, as forras, certamente, gozariam de um futuro com mais seguridade ao usufruir de um patrimônio que lhe garantiria melhores condições de vida em sua fase de recém-egressas do cativeiro, especialmente, considerando que o senhor possuía nove casas e mais bens que constituiriam um montante expressivo, visto que eram poucos os legados de grande valor distribuídos e que seriam subtraídos de seu espólio.

Neste sentido, além das ex-cativas seriam favorecidos pelo testador os afilhados Saturnino com 100\$000 réis, Thereza com 25\$000 réis, Thereza com 25\$000 réis, a filha de criação Emilia com 20\$000 réis, a Capela de Nossa Senhora da Consolação com 20\$000 réis, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Igreja da Boa Morte, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a Igreja de São Gonçalo, cada uma com 20\$000 réis, o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, no caso de admitir Emilia para a vida religiosa 400\$000 réis²⁰², a sogra de seu compadre Mariano da Purificação com 100\$000 réis e Rodrigo Augusto da Silva com a chácara do Campo toda plantada, das Curvas, com um portão e celeiro em frente e uma casa de telha no fundo.

Portanto, ao que indica o documento e as posses declaradas, as mais beneficiadas com a transmissão de bens do testador seriam as forras, pelo menos durante suas vidas, já que o patrimônio por suas mortes não passaria a seus possíveis herdeiros, mas à instituição de caridade designada pelo proprietário.

Por conseguinte, percebe-se que entre os senhores sem herdeiros forçados, o número de beneficiados que aparentemente não pertenciam ao âmbito familiar ficou equiparado àqueles que

²⁰² Além dos legados feitos às instituições religiosas, o senhor determinava que seu enterro na Igreja da Misericórdia, deveria ser realizado com decência e brevidade sem nada de suntuosidade, sendo seu corpo envolto em habito da Ordem Terceira de São Francisco de que era irmão e solicitava a companhia da confraria franciscana da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Senhora da Boa Morte e da Santa Casa às quais também pertencia. Solicitava a celebração de 20 missas de corpo presente por sua alma no dia de seu falecimento e mais 80 missas, a saber 40 em sufrágio das almas de seus finados pais e irmãos e 40 pelas almas do purgatório.

pertenciam, isto é, suas doações foram mais diversificadas do que as dos proprietários com herdeiros necessários.

Tabela 18

Herdeiros e legatários que receberiam a terça ou remanescente dos bens de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)

		Nº de beneficiados pelo testadores			
Parentesco/Relação com o testador		Remanescente da terça	Terça	Remanescente dos bens	Total de beneficiados
Beneficiados por Testadores com herdeiros necessários	Filhos	20	9	21	50
	Netos	14	1	2	17
	Cônjuge	3	0	1	4
	Não definidas	4	0	0	4
	Testamenteiro	4	0	0	4
	Afilhados	1	1	0	2
	Libertos/Libertandos	1	1	0	2
	Nora	0	1	0	1
Subtotal					84
Beneficiados por Testadores sem herdeiros necessários	Libertos/Libertandos	0	2	21	23
	Não definidas	1	0	21	22
	Irmãos	0	0	13	13
	Sobrinhos	0	0	11	11
	Cônjuges	0	0	5	5
	Filho do sobrinho	0	0	3	3
	Cunhado	0	0	2	2
	Afilhados	0	0	1	1
	Agregado	0	0	1	1
	Comadre/compadre	0	0	1	1
	Instituição de caridade	1	0	0	1
	Instituição religiosa	1	0	0	1
	Primo	0	0	1	1
	Testamenteiro	1	0	0	1
Subtotal					86
Total		51	15	104	170

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Entre os beneficiados com a terça, o remanescente da terça ou dos bens pelos senhores com herdeiros necessários estavam 50 filhos, 17 netos, 4 cônjuges, 4 pessoas com relações com o testador não mencionadas, 4 testamenteiros, 2 afilhados, 2 libertos/libertandos e 1 nora.

Poucas dessas doações são justificadas, no entanto, foi possível perceber que entre as preocupações dos senhores que nomeavam filhos para receber este tipo de legado estava, principalmente, a intenção do proprietário de distribuir igualmente o patrimônio entre os seus descendentes, até mesmo garantindo a equiparação entre os filhos legítimos, naturais e ilegítimos ou de diferentes casamentos²⁰³.

Uma esposa foi instituída herdeira do remanescente dos bens pelo senhor pelo ‘zelo e grande amor do qual ele lhe era devedor’²⁰⁴.

Já os proprietários sem herdeiros forçados contemplaram integralmente ou com parte da terça e do remanescente de suas posses 23 libertos/libertandos, 22 pessoas cujas relações com o testador não foram especificadas, 13 irmãos, 11 sobrinhos, 5 cônjuges, 3 filhos de sobrinhos, 2 cunhados, 1 agregado, 1 afilhado, 1 comadre/compadre, 1 instituição de caridade, 1 instituição religiosa, 1 primo e 1 testamenteiro.

Como fica explícito, os legados de terça e remanescente dos bens para membros fora do âmbito familiar foram mais expressivo entre os proprietários sem herdeiros necessários.

Com relação aos legados em dinheiro e objetos, embora os senhores com herdeiros necessários tivessem contemplado com doações quase 300 beneficiados, destes somente 10 eram escravos ou futuros forros. Aguida e Maricota deveriam receber 250\$000 réis por morte de seu senhor, Rafael Tobias de Aguiar, que também deixava a outros três escravos, cujos nomes foram omitidos, algumas roupas. Dois libertos, Vicente e outro de nome não citado, beneficiados por suas

²⁰³ Neste sentido, a senhora Anna Francisca de Brito determinava em seu testamento que o remanescente de sua terça deveria ser dividido igualmente entre os seus cinco filhos. Cf. Testamento de Anna Francisca de Brito. Nº Proc. 648, 24/02/1850. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 02, Doc. 97). O proprietário Caetano da Costa de Araujo e Mello deixava um quarto de sua terça aos seus quatro netos filhos de Ignacia, os três quartos deixava aos seus 8 filhos, não legando a Ignacia porque, segundo ele já havia recebido duas vezes sua herança, não tendo mais direito a nada na sucessão. Cf. Testamento de Caetano da Costa de Araujo. Nº Proc. 578, 15/08/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 112). O senhor Joaquim Elias da Silva deixava de sua terça, livre de imposto e décima, ao seu filho adulterino a mesma quantia que tocasse aos seus oito filhos, pois, este não poderia sucedê-lo. Esse gesto era justificado pela vontade de igualar seus filhos em relação aos bens e herança. Cf. Testamento de Joaquim Elias da Silva. Nº Proc. 784, 20/09/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 387). Igualmente Francisco Antonio das Chagas ansiando equiparar seus descendentes na sucessão deixava a terça aos filhos de seu segundo casamento, já que os filhos de suas primeiras núpcias além de serem herdeiros dele também eram de seus avós e de vultosos bens. Cf. Testamento de Francisco Antonio das Chagas. Nº Proc. 875, 10/12/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 340).

²⁰⁴ Cf. Testamento de Antonio Dias Vieyra. Nº Proc. 960, 13/07/1854. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 145).

proprietárias, Fortunata Candida do Amaral e Escolastica Jacinta Branca, deveriam receber 200\$000 réis, sendo que a segunda senhora também legaria o restante de suas roupas a três cativas, Constancia, Luiza e Catharina. Desta forma, percebe-se que mesmo em relação aos benefícios deixados por morte, os senhores diferenciavam seus cativos, favorecendo-os de forma distinta.

De quase 400 contemplados pelos senhores sem ascendentes ou descendentes para receberem montantes em dinheiro e objetos figuraram 35 libertos/libertandos. Destes 11 ficariam com os trastes dos testadores, 2 com as roupas de uso, 21 receberiam quantias em dinheiro que variavam de 25\$000 réis a, no máximo, 1:200\$000 réis, destes um também ficaria com a louça da testadora e 1 receberia uma corrente e cordão de ouro.

Entretanto, a maior parte das doações girava em torno de 200\$000 réis, tendo sido favorecidas com as quantias de 1:000\$000 réis e 1:200\$000 réis somente duas libertas. A primeira era Virginia, havia sido criada na casa de seu senhor Guilherme Hopkins e por ele alforriada, sendo que além da dita forra, apenas inseria no processo de transmissão de sua riqueza sua sobrinha Carolina Klein de Selvide, que ficaria com o remanescente de seus bens²⁰⁵. Já a segunda era Benedita do Nascimento, que ficaria manumissa pela morte de sua proprietária Theresa de Jesus do Prado era incluída na sucessão juntamente com Henriqueta Fortunato de Araujo e Eva Maria do Espirito Santo²⁰⁶, que ficariam com os imóveis da senhora²⁰⁷.

Pelas doações de objetos e dinheiro feitas pelos senhores com e sem herdeiros necessários constatou-se que o maior número de beneficiados seria composto por afilhados, sobrinhos, irmãos e netos, apesar de, em alguns casos, libertos, e mesmo escravos, serem lembrados. Outrossim, verificou-se que os legados de maior monta haviam sido concedidos por proprietários sem herdeiros obrigatórios e cujo número de contemplados para a partilha era reduzido.

²⁰⁵ Cf. Testamento de Guilherme Hopkins. N° Proc. 779, 19/09/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 362).

²⁰⁶ A relação das favorecidas com a senhora não foi especificada no testamento.

²⁰⁷ Cf. Testamento de Theresa de Jesus do Prado. N° Proc. 766, 27/05/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 373).

Tabela 19

Herdeiros e legatários que receberiam imóveis de testadores(as) de São Paulo (1850-1875)			
	Parentesco/Relação com o testador	Nº de beneficiados	Nº de testadores que beneficiam
Beneficiados por Testadores com herdeiros necessários	Filhos	22	9
	Não definidas	11	8
	Cônjuge	3	3
	Irmãos	3	3
	Netos	3	3
	Afilhados	2	1
	Camarada	1	1
	Primos	1	1
Beneficiados por Testadores sem herdeiros necessários	Libertos/Libertandos	66	16
	Não definidas	31	16
	Afilhados	22	11
	Sobrinhos	12	9
	Irmãos	10	8
	Agregado	4	3
	Testamenteiro	4	3
	Primo	3	3
	Cônjuges	1	1
	Cunhado	1	1
	Irmãos	1	1
Total		201	

Fonte: ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1875.

Dos 201 que receberiam casas de moradas, sítios, fazendas ou terrenos, 46 haviam sido escolhidos por testadores com sucessores obrigatórios, destes 22 eram filhos do senhor, 11 tinham relação com o testador que não foi possível definir, 3 eram cônjuges, 3 irmãos, 3 netos, 2 afilhados, 1 camarada e 1 primo²⁰⁸.

Já os proprietários sem herdeiros forçados, instituíram como legatários de bens de raiz 155 interessados, dos quais 66 eram libertos ou libertandos do proprietário, 31 com relações com o

²⁰⁸ Dos beneficiados por testadores com herdeiros necessários, 4 filhos, junto com os imóveis, receberiam a terça, 2 cônjuges e 2 filhos além dos bens de raiz ficariam com o remanescente da terça e 7 filhos além dos imóveis também receberiam o remanescente dos bens. Já dos favorecidos pelos senhores sem herdeiros necessários 3 irmãos, 1 cunhado, 1 sobrinha e 1 pessoa cuja relação com o testador não foi declarada receberiam, além dos imóveis, o remanescente dos bens.

testador não declaradas, 22 eram afilhados, 12 sobrinhos (sendo 2 sobrinhos-afilhados), 10 irmãos, 4 agregadas, 4 testamenteiros, 3 primos, 2 comadres, 1 cônjuge, 1 cunhado e 1 irmão.

Os 66 libertos/libertandos que receberiam imóveis haviam sido contemplados por 16 senhores e a principal característica da maior parte dessas doações era o seu caráter coletivo, pois, os senhores visavam que os forros tivessem meios para garantir sua sobrevivência ou, pelo menos, uma moradia e coabitassem “fraternalmente”²⁰⁹.

Logo, diante de um regime escravista moldado pelo paternalismo em que a maioria dos senhores explorou intensamente sua mão-de-obra cativa e exerceu sobre ela controle e coerção para asseverar seus próprios interesses, somente libertando-a por sua morte, alguns proprietários pretendiam ter a certeza de que quando não estivessem mais vivos seus ex-cativos teriam meios que lhes garantissem senão melhores condições de existência, materialmente falando, meios de sobreviver semelhantes aos que tinham em cativeiro, mas desfrutando de um novo estatuto jurídico.

Parte dos manumissores, em seus discursos, mostravam-se preocupados com as mães dos libertos, provavelmente, já com idade avançada e, por isso, impunham cláusulas aos libertos mais jovens de que convivessem com as genitoras nos imóveis recebidos e as tratassem bem. Algumas casas e terrenos eram legados em usufruto, assim, garantiriam o local de residência enquanto os manumitidos vivessem, sendo passados a outros beneficiários por morte dos mesmos.

Levando em conta que os alforriados sempre carregariam o estigma de terem sido cativos, sendo denominados forros ou libertos, o que marcava a diferença entre eles e os que haviam nascido livres, eram valiosas as doações com as quais os senhores os beneficiavam, especialmente imóveis e frações significativas da terça e dos bens porque permitiam que pudessem dar continuidade às suas vidas com novos recursos, visto que, dificilmente teriam acesso a cargos públicos importantes e ao exercício de ofícios muito rentosos.

Martinho Antonio de Barros, deixaria libertos por sua morte os cativos Benedicto, João, Effigenia e os filhos desta, Candida e Emilitão em cumprimento à disposição de sua irmã Gertrudes Felizarda Penteado que havia deixado-os em usufruto para servi-lo durante sua vida e depois de sua

²⁰⁹ Como afirma Machado (2004, p.6), além das terras doadas nas heranças, as ocupadas pelo consentimento informal dos senhores e as povoadas pelos quilombolas, constituíram as *terras de preto*, onde grupos de escravos e libertos estabeleceram modos de vida e acesso à terra comunais. E, segundo ela, “embora pareça um tanto quanto inusual, a doação legal de porções de terras por meio de cláusulas testamentárias, ou ainda a autorização informal por parte dos senhores e ex-senhores, permitindo a ocupação de terras por escravos e libertos foi procedimento relativamente comum, tendo sido documentado por estudiosos”. Neste sentido, o presente estudo constata as doações de terras para libertos como uma prática, especialmente, de testadores de São Paulo que não tinham herdeiros necessários.

morte conquistariam sua liberdade plena²¹⁰. Além dos serviços dos cativos, o testador havia recebido metade das terras do sítio onde residia que deveriam passar em posse definitiva aos supracitados futuros libertos quando falecesse.

Tomando as declarações em testamento, pode-se dizer que se tratava de um senhor de modesta condição, com poucos bens, sendo os escravos que possuía resultantes de herança de familiares e, possivelmente, até os imóveis visto que detinha metade deles e sua irmã também, o que pode indicar que os tivessem recebido como parte de suas legítimas. Segundo afirmava esse testador, ele vivia dos juros do dinheiro emprestado e do aluguel do escravo Benedicto que trabalhava na cidade.

A metade das terras do sítio que lhe pertenciam deveria ser vendida após a sua morte e o seu produto dividido em quatro partes, três deveriam ser entregues a sua prima Anna Francisca Penteado e a parte restante deveria ser distribuída em esmolas entre os pobres em intenção dele como melhor entendesse seu testamenteiro.

De parte do crédito que tinha de um empréstimo feito por meio de seu testamenteiro destinava 50\$000 réis às obras na Freguesia da Conceição de Guarulhos, 50\$000 réis às obras na Freguesia da Penha de França e 100\$000 réis ao seu afilhado Candido.

O senhor que estava ‘adoentado’ e ‘temendo a morte’ redigiu suas últimas disposições, provavelmente, preocupando-se com a salvação de sua alma, por isso, deixando reservados recursos para a prática de caridade pela distribuição de dinheiro aos pobres, além de destinar a outra parte da verba do crédito para a celebração de missas em intenção das almas de seus familiares, sendo 50 para seu pai e sua mãe, 5 para sua irmã e seus irmãos, além de 50 para sua própria alma e, não esquecendo, das almas dos escravos falecidos de seus pais e irmãos, encomendava-lhes 50 missas. Também fazia solicitações com relação ao seu enterro, se morresse na cidade de São Paulo deveria ser sepultado na Igreja da Boa Morte ou na Nossa Senhora dos Remédios, por outro lado, se falecesse na Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos deveria ser sepultado na dita Freguesia.

²¹⁰ Cf. Testamento de Martinho Antonio de Barros. Nº Proc. 569, 22/04/1858. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 263). Tratam-se, neste caso, de manumissões fideicomissárias concedidas por Gertrudes Felizarda Penteado que deixou a prestação de serviços de seus libertos condicionais a Martinho Antonio de Barros que, após a morte dela, passou a ser o responsável pela execução da vontade da senhora, ou seja, garantir a alforria dos interessados, como faz por meio dos desígnios em seu testamento, respeitando, dessa forma, os últimos desejos da antiga proprietária.

Mas o senhor lembraria também dos cativos vivos que entrariam no gozo de sua liberdade após sua morte, visto que lhes destinava metade das casas do sítio que lhe pertenciam pelos bons serviços que lhe estavam prestando. Possivelmente, esta doação tenha sido motivada pela proximidade entre o proprietário e seus escravos, talvez estimulada pela ausência de familiares em sua convivência diária, já que não tinha filhos ou netos e era solteiro. Outrossim, a única pessoa da família mencionada e inserida na partilha era sua prima moradora em Mogi das Cruzes.

Portanto, quando o senhor falecesse os libertos desfrutariam da posse das casas e do terreno, doados por ele e por sua irmã, tendo já garantida sua moradia, portanto, desfrutando de uma melhoria em sua condição social, pelo novo *status*, e em sua condição econômica, já que passariam a ser proprietários e talvez pudessem fazer uso do terreno com cultivos de subsistência.

Da mesma forma, a senhora Maria Ignacia da Conceição estando enferma, redigiu suas últimas vontades, nas quais nomeava como testamenteira e herdeira do remanescente de seus bens a sua prima Margarida Rosa d'Assumpção “a qual a custa d'elle cumprirá as dispozições deste meo testamento”²¹¹. A esta beneficiada deixava a metade da “casa de dous lanços, sita na rua do jogo da bola desta cidade”, “assim como tudo o mais, que possuo”. E, talvez, fosse parco o patrimônio da proprietária que declarava não ter herdeiros forçados e, por isso, ter “livre dispozição dos poucos bens” que possuía.

No entanto, como herdeira do remanescente receberia os bens depois de cumpridas todas as disposições da testadora, entre as quais, a única referente ao âmbito material era a doação da metade do sítio que lhe pertencia aos cativos que ficariam libertos por sua morte e aos que já possuíam carta de liberdade.

Por seus derradeiros desejos manumitia Anna de Nação Africana e todos os seus filhos, Antonio, Jose, Pedro, Catharina, Alexandrina além de Francisca e Eugenia, filhas de Marianna casada com José Ramos que já tinham carta de liberdade, bem como, os demais filhos do casal, Izabel, Amancio, Procedina, Catharina, e Guilhermina.

Assim, o legado tinha um caráter coletivo, pois, os alforriados, oriundos de duas famílias, deveriam coabitar e utilizá-lo como fonte de sua sobrevivência, além de não poderem vendê-lo enquanto dois dos forros ainda estivessem vivos, cláusula estipulada pela senhora, possivelmente, para resguardar a posse da propriedade e evitar dissensões sobre o destino do bem. Assim, a doação

²¹¹ Cf. Testamento de Maria Ignacia da Conceição. Nº Proc. 640, 15/03/1858. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 261).

visava garantir o futuro dos libertos em sua nova condição jurídica, conforme se depreende do discurso da proprietária:

Deixo pois essa metade do sitio que me pertence livre, e desembaraçada aos ditos meos escravos Anna, e aos seos filhos Antonio, Jose, Pedro, Catharina, Alexandrina, e a dita Marianna, e aos seos filhos Francisca, Maria Eugenia, Izabel, Amancio, Procedina, Catharina, e Guilhermina, para que no mesmo sitio viverem, e trabalhem para sua subexistencia, com a condição porem de não poderem vender, e só o ultimo dos legatarios mencionados, que sobre viver aos outros todos, he que poderá dispor d'essa metade do sitio, que lhes deixo, por sua morte.

Além, de fazer as doações aos únicos herdeiros contemplados, sua prima e os libertandos, a senhora não esqueceria de pedir 10 missas de corpo presente e mais 50 missas em intenção de sua alma e 50 pelas almas seu pai, mãe e irmãos. Ela também estipulava que deveria ser sepultada na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Certamente, em função da ausência de ascendentes ou descendentes a testadora pode privilegiar os trabalhadores que a serviam, provavelmente, há muito tempo, especialmente Anna, de origem africana, que havia constituído uma família muito numerosa. Embora esses futuros manumissos estivessem sob domínio da senhora durante todo o tempo do cativo e ainda esperariam a sua morte para desfrutar de sua plena liberdade, fariam isso mediante uma compensação que lhes traria certa segurança para o porvir.

A senhora Anna Gertrudes de Góis, doente de cama, declarando-se 'catholica, appostolica, romana' em cuja fé havia vivido e protestava morrer, temendo a morte, também resolveu fazer seu testamento²¹². Preocupada com a salvação de sua alma e das pessoas falecidas que com ela haviam convivido solicitava ao seu testamenteiro mandar dizer uma capela de missas por seus pais e irmãos, uma capela em intenção própria, uma capela por seus escravos falecidos, doze missas pela finada Maria Lisa e mais doze missas a uma alma segundo a intenção dela (uma forma de caridade pelo sufrágio da pessoa que seria escolhida). Pedia também ao cumpridor de seus desígnios que vendesse parte de seu terreno e distribuísse o produto da operação entre os pobres da freguesia.

Deixava 125\$000 réis à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e um faqueiro de prata a sua afilhada Plaudia Maria d'Anunciação que estava em sua companhia. A senhora beneficiava suas afilhadas com pequenos legados, a Manoela deixaria 50\$000 réis, a Joanna 12\$500 réis e a Anna igualmente 12\$500 réis. À Benedicta, filha de Maria Luisa, deixava 125\$000 réis.

²¹² Cf. Testamento de Anna Gertrudes de Gois. Nº Proc. 576, 25/03/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 206).

Segundo a proprietária seus únicos bens eram uma casa de morada em Cotia e os terrenos circunvizinhos à freguesia e cativos.

Quantos aos seus escravos Clara, Maria, Florencio, Iza, Hosala, Lino, Bibiana, Francisca, Rufino, Joanna, Homerio e Maria, viúva de Salvador Dalomer, estes possuíam carta de liberdade, e, caso algum não tivesse, o seu testamenteiro deveria passar pois deveriam ficar ‘libertos de todo e qualquer captiveiro, e sem onus algum’. Felisarda, Lourenço e Rufino também deveriam conquistar sua liberdade, todavia esta seria obtida mediante o pagamento de 400\$000 réis pelos dois últimos.

Os cativos, pela morte da senhora, além de entrarem no gozo de sua liberdade passariam a ser proprietários da maior parcela de seu patrimônio. O imóvel era uma doação coletiva com o objetivo de que eles residissem juntos e fraternalmente, utilizando os terrenos para assegurar sua sobrevivência através de cultivos. A testadora desejava estimular que coabitassem, por isso, impunha-lhes a cláusula de não alienação dos bens de raiz, conforme se lê em seu discurso:

Declaro que da porção de terras que possuo na circunvizinha desta Freguesia o meo testamenteiro dará o terreno de dez alqueires aos meos escravos que ficão libertos para igualmente irem trabalhando, e subsistirem com suas lavouras, não podendo elles desfazerem nem das casas, e nem do terreno que lhes deixo, pois que quero, que vivão amigos [...]

Antonia Maria Cândida, também ‘doente de cama’, era divorciada, pois, segundo ela não havia sido possível conviver com o seu então cônjuge, o professor público de primeiras letras João Baptista das Chagas Junior, assim, o Juiz do Eclesiástico passou sentença e foi feita a partilha dos bens, pela qual a testadora entregou ao ex-esposo a quantia de 4:500\$000 réis que lhe coube por sua meação²¹³. Como a senhora não havia tido filhos em momento algum de sua vida e não tinha genitores vivos, podia dispor livremente de seus bens. Além disso, também não possuía colaterais para lhe sucederem na transmissão do patrimônio.

Para sufrágio de sua alma pedia 100\$000 réis em missas de corpo presente que se pudessem dizer no dia de seu falecimento e em missas ‘por seu descanso’. Metade das roupas que possuía deveria ser doada aos pobres e mais 100\$000 réis distribuídos em esmolas de 5\$000 réis para os pobres da cidade. Queria ser enterrada no cemitério da Ordem Terceira do Carmo, onde seu testamenteiro deveria comprar uma sepultura perpétua.

²¹³ Cf. Testamento de Antonia Maria Candida. N° Proc. 1184, 20/09/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 540).

A senhora declarava possuir três casas na Rua de Santo Amaro, 5 cativas e dezesseis ações da Companhia Paulista. Por sua morte, o patrimônio constituído pelas escravas seria desfeito, pois, a proprietária concedia liberdade a todos os membros de seu plantel. Catharina e Margarida ficariam libertas após o falecimento da testadora de acordo com disposição em testamento, da mesma forma que Vicência, Benedicta e Joanna que tinham carta de liberdade passada com a mesma cláusula. Já Benedicto havia sido liberto em pia batismal e já desfrutava de sua manumissão, pois, sua mãe pagara o valor da liberdade.

Entre os legados registrados, estavam 500\$000 réis à Igreja de Nossa Senhora da Consolação, 400\$000 réis à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, 200\$000 réis à Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, 400\$000 réis ao Convento de Nossa Senhora da Luz. Ao primeiro testamenteiro a senhora deixava o remanescente dos bens, ao afilhado 500\$000 réis, a Anna Joaquina dos Santos 200\$000 réis e à Joaquina, que vivia em sua companhia, 200\$000 réis também. Além disso, cada um dos libertos deveria receber 200\$000 réis, mas para Benedicto, Joanna, Vicência e Benedicta a doação não se restringiria à quantia em dinheiro, além do material da fábrica de velas, a louça ordinária, o trem de cozinha, a mobília ordinária e a metade da roupa, eles passariam a ser proprietários de uma morada de casas na Rua Santo Amaro, mediante a condição de habitarem com suas genitoras, Margarida e Catharina. Este legado coletivo, visava que seus alforriados tivessem onde morar e coabitassem, não podendo alienar o imóvel, como deixa claro a senhora:

Deixo a morada de casa em que moro (sita, como disse acima, na rua de Santo Amaro, desta Cidade, numero dois) a minhas crioulas libertas Benedicta, Vicencia e Joanna, e ao meo crioulo libertado Benedicto, afim destes ahi morarem em companhia de suas maes, as acima mencionadas Catharina e Margarida, com a condição de que essa casa nunca poderá ser vendida pelas ditas Benedicta, Vicencia, Joanna e Benedicto, nem ser-lhes-há tirada por divida, penhora, ou por qualquer outro titulo, nem tambem poderá ser doada a outro; pois a minha vontade é que sempre Benedicta, Vicencia, Joanna e Benedicto, e suas maes Catharina e Margarida tenham onde morar.

Certamente esse imóvel não constituía a maior parte dos bens da senhora, mas asseguraria um local de moradia aos libertos e uma nova condição jurídica acompanhada de uma nova condição social, já que passariam a ser senhores da propriedade, o que possivelmente, facilitaria sua vida fora de cativeiro, já que não precisariam gastar com aluguéis.

Provavelmente, devido ao contato e à relação de proximidade desenvolvida entre proprietários sem herdeiros necessários e seus cativos e, talvez por um certo ‘isolamento’ daqueles que muitas vezes não tiveram parentes mencionados nos testamentos e nem nos inventários, os

libertos foram contemplados com bens de estimado valor que lhes permitiriam uma inserção na sociedade menos sofrível e recorrentemente, nas situações em que lhes caberiam imóveis, a continuidade no local em que residiam com seus proprietários, contribuindo para a preservação dos laços de solidariedade que haviam desenvolvido durante a vida em cativo.

Logo, os libertos representaram o maior número de beneficiados com imóveis pelos testadores sem herdeiros necessários, por outro lado, foi pequeno o número de forros que receberiam doações de escravos de seus proprietários. Esses elementos apontam que os legados que ser-lhes-iam deixados tinham o caráter de lhes prover um modo de subsistência (no caso de terrenos de cultivo) ou, em muitos casos, desonerá-los do aluguel de cômodos providenciando-lhes uma moradia para residirem juntamente com outros alforriados ao invés de lhes conceder *status*, por exemplo, por meio do recebimento de cativos. Tratavam-se portanto de bens de uso, necessários à existência, mas que também em função das condições econômicas modestas de alguns dos senhores deveriam ser compartilhados pelos forros.

Portanto, embora senhores com muitos herdeiros necessários tivessem registrado a disposição de alforriar cativos em testamentos, em geral, privilegiavam membros da família com bens de maior valor como imóveis, escravos, terça e remanescente dos bens. Além disso, foram raros os casos em que estes senhores inseriram forros na partilha, porém, nestas situações chegaram a deixar registrada sua disposição de doar-lhes escravos, parte da terça ou remanescente dos bens e dinheiro. Assim, a doação que, majoritariamente, os proprietários com herdeiros necessários faziam aos escravos era a concessão de alforria.

CAPÍTULO III - OS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE E O PROCESSO DE ALFORRIA

CAPÍTULO III - OS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE E O PROCESSO DE ALFORRIA

3.1 *Depois da morte do senhor: efetivação das promessas de liberdade?*

Das 480 alforrias constantes nos testamentos feitos por proprietários(as) em São Paulo, entre 1850 e 1875, somente 5% (24) já vigoravam no momento de feitura do documento. As 456 demais eram promessas à espera de concretização, mediante a satisfação das condições impostas para sua efetivação.

Neste sentido, os testamentos foram interpretados como expressão dos desejos de última vontade e não necessariamente como anseios cumpridos. Para investigar em que medida puderam ser atendidas as solicitações concernentes às alforrias e à transmissão de bens registradas propôs-se o confronto dos pedidos constantes nestes documentos à sua execução legal, registrada no processo de inventário *post-mortem*, iniciado após a morte do(a) senhor(a)²¹⁴.

Devido a fatores como o trabalho árduo e demorado que os inventários enquanto fontes documentais exigiram e a não obrigatoriedade de sua feitura, foi viável compor somente uma amostra de 20 documentos²¹⁵. Os critérios utilizados para a seleção foram serem legíveis, conterem arrolamento de bens, orçamento e a partilha e serem relativos a proprietários que concederam pelo menos uma alforria sujeita ao seu falecimento.

²¹⁴ Os candidatos que recebiam promessas de liberdade registradas em testamentos poderiam enfrentar diversas adversidades que até que as manumissões se efetivassem, caso isso acontecesse, e fossem registradas nos Livros de Notas dos cartórios. Neste sentido, afirma Monti (2001, p. 137) “A série de ocorrências que vinham a atingir as alforrias entre a redação e o registro em cartório além de indicarem a demora na real efetivação delas, também aponta para o fato da não concretização de uma parcela de alforrias concedidas em testamentos. O lançamento de liberdade neste documento não era garantia de concretização da alforria ou de permanência dos acordos”.

²¹⁵ Entre as etapas de trabalho com os inventários *post-mortem* estiveram: a coleta integral das imagens destes documentos por meio de fotografias com câmera digital no ATJSP, a leitura destes documentos manuscritos folha a folha, a coleta de informações previamente determinadas e sua transcrição em uma ficha de dados que atendesse as especificidades desta fonte documental, a inserção das informações extraídas em Banco de Dados em formato Access otimizado para contemplá-las e tornar seu acesso facilitado. Ressalte-se que todas as tarefas envolvendo a documentação exigiram muito tempo de dedicação visto que, apesar de nossa experiência na transcrição de fontes manuscritas, tratava-se de documentos extensos, que tinham entre 50 e 300 páginas cada um. Para selecionar os inventários de manumissores partimos de uma lista com os nomes dos(as) testadores(as) de São Paulo e, em alguns casos também com os números de processos obtidos nos Livros de Feitos dos cartórios distribuídos no Fórum João Mendes, e pedimos seu desarquivamento no setor do Depri do ATJSP. Contudo não foi localizada grande parte dos processos solicitados. Neste ponto, a despeito da possibilidade de determinados documentos terem se perdido por condições inadequadas de armazenamento, ou mesmo, no seu deslocamento para diferentes arquivos antes de serem acondicionados no ATJSP no setor do Depri. Cabe também esclarecer que “nem todos faziam inventários porque estes eram obrigatórios somente em três casos: quando havia menores, quando o falecido, sem herdeiros forçados, morria *ab intestado* [sem testamento] e quando, não tendo herdeiros, sua fortuna passava às mãos do Estado” (ARAÚJO, 2003, p.59).

Assim, ao aliar a análise conjunta de testamentos e inventários dos mesmos senhores pretendeu-se, principalmente, abordar questões como:

- a) efetivação da alforria jurídica do candidato à liberdade;
- b) perfil do alforriado perante o plantel (gênero, ocupação, idade, relação com o senhor);
- c) perfil dos proprietários (ocupação, tamanho da escravaria, presença ou não de herdeiros necessários);
- d) montante de patrimônio dos proprietários aplicado em alforrias;
- e) política de manumissão e transmissão de heranças (privilégio de herdeiros, legados para libertos, estratégias de preservação do patrimônio no âmbito familiar);
- f) relação entre as alforrias concedidas em testamentos e as registradas em cartório de notas.

Ao longo dessa análise, serão apresentadas várias tabelas com dados consolidados sobre as informações contidas nos 20 inventários *post-mortem*, partindo dos desejos expressos nos testamentos, não a uma intenção de realizar uma abordagem quantitativa, visto que o número de documentos focados nesse etapa é pequeno, mas com a pretensão de apontar tendências relacionadas às estratégias de manumitir dos senhores.

Entre os proprietários contemplados em nossa seleção estão 13 mulheres e 7 homens que em seus testamentos declararam a posse de 117 cativos. Destes, 46% (54) foram citados para serem objeto de doações a herdeiros e legatários ou, mesmo, porque o(a) senhor(a) pretendia deixar claro que faziam parte de seus bens e permaneceriam em cativeiro e 54% (63) segundo disposições no documento, tinham a expectativa da liberdade, isto significa que, ou já haviam sido alforriados em pia batismal, ou ainda, cumpriam condições para se tornarem libertos.

Considerando o total de 117 cativos no plantel declarado pelos(as) senhores(as), 54,7% (64) seria composto por mulheres e 41,9% (49) por homens e 3,4% (4) por cativos de sexo indeterminado²¹⁶. Levando em conta os grupos por gênero, das cativas citadas, 61% (39) seriam alforriadas, enquanto 47% (23) dos cativos seriam manumitidos.

Esses índices indicaram um privilégio na concessão de alforria às mulheres escravas, sendo que mais da metade delas tinha a expectativa da libertação, tendência que não foi verificada para os homens.

Somente 10% (6) das 63 alforrias registradas em testamentos eram ratificações de liberdades anteriormente concedidas, neste caso tratavam-se de filhos de cativos da proprietária Gertrudes Maria das Dores Barbosa que haviam sido batizados como forros. Assim, para a maior parte dos(as) escravos(as) a alforria só seria conquistada após muitas adversidades resultantes da satisfação das cláusulas que haviam sido impostas pelos proprietários para a efetivação da libertação.

56% (36) dos cativos tiveram sua alforria condicionada à morte do proprietário, ou seja, deveriam continuar servindo o senhor até o seu falecimento²¹⁷; 19% (12) além de esperar a morte do proprietário ainda teriam que prestar serviços por alguns anos a legatários até completar o tempo ou a idade determinada pelo então senhor, sendo que 1 destes ainda tinha que ter bom comportamento. A 8% (5) era exigido acompanhar pessoa designada pelo senhor, porém, 3 destas se tratavam de menores de idade que deviam ficar sujeitos ao domínio até que tivessem idade para reger-se. A 5% (3) dos cativos foi facultada a prestação de serviços ou o pagamento e 2% (1) ficava sujeito ao pagamento.

²¹⁶ O número de cativos está subestimado, pois, os proprietários Joaquim Manoel d'Oliveira, Anna Roza de Araujo e Antonio Freire de Meneses não especificaram quantos escravos possuíam e os dois últimos nem quantos escravos ao total pretendiam libertar.

²¹⁷ 9 dos 36 sujeitos à morte do proprietário ainda teriam que mandar celebrar 6 missas por ocasião da morte do mesmo e 1 deveria acender a lâmpada do Senhor Bom Jesus da Cana Verde da Igreja do Rosário enquanto pudesse trabalhar e tivesse meios.

Sendo assim, a 89% (56) dos libertos foi concedida alforria gratuita condicional, a 10% (6) alforria gratuita sem condições e a 2% (1) alforria onerosa.

Interessante ressaltar que as liberdades condicionais, em muitos casos, geravam ambigüidade como a dificuldade de classificar um candidato à liberdade como um liberto que devia continuar a prestar serviços até ficar plenamente livre ou como um cativo de fato até cumprir as condições requisitadas. Assim, para compreender o momento em que o cativo obtinha sua manumissão e alçava a uma nova condição, ainda que fosse em uma situação em que sua autonomia ficava um pouco restrita, fica visível essa linha tênue, mas que apesar de sutil, muitas vezes, rendeu aos cativos o adiamento da conquista de um novo *status*.

Uma questão-chave para se refletir sobre a viabilidade das promessas de liberdade é que não se sabia quanto tempo transcorreria entre o momento em que foram feitas até a morte do proprietário, e, satisfação das demais condições a que estavam sujeitos os futuros forros, ainda mais quando aguardavam o falecimento dos novos legatários a quem teriam que servir até a morte.

Entre os cativos selecionados para serem manumitidos só foram explicitadas as razões para a escolha de 8 deles, 7 devido aos bons serviços prestados e 1 pelo amor de criação que a senhora tinha pela cativa.

O que mais chama a atenção ao pensar num possível perfil de manumissor é que a maior parte dos que alforriaram, 9 proprietárias e 6 proprietários, não tinham herdeiros necessários. Este fato indica que, com exceção dos proprietários casados, que podiam dispor somente sobre sua meação (metade do patrimônio acumulado pelo casal durante sua vida, desde que unidos pelo regime de meação, chamado de ‘comunhão de bens’), os manumissores de nossa amostra poderiam

legar seus bens na íntegra da forma como desejassem. Assim sendo, especialmente, os viúvos e solteiros sem filhos não tinham uma família nuclear para se preocupar em assegurar o futuro.

Se por um lado, quando optavam por manumitir escravos, os senhores não podiam negligenciar elementos como a suficiência dos bens para saldar dívidas passivas e permitir a alforria (que funcionava como uma subtração de parte do patrimônio e, na prática, como uma doação ao forro de seu próprio valor) e a (in)existência de pessoas dependentes de seus recursos materiais, por outro, essa escolha superava a questão da viabilidade econômica. Essa decisão requeria a vontade de beneficiar cativos prestativos, fiéis, ou até queridos, para recompensá-los por gratidão, podendo ser combinadas a esta motivação as preocupações religiosas e espirituais. Mas, nem todos os cativos de um mesmo senhor foram seletos para a promessa de liberdade, pois, os(as) proprietários(as), muitas vezes, priorizaram a transmissão da mão-de-obra servil.

Assim, face aos diversos interesses levados em conta no momento de testar, foram citados nominalmente 48 escravos e 8 libertos condicionais para serem distribuídos entre os beneficiários instituídos²¹⁸. Interessante observar que dos 34 contemplados para receber a mão-de-obra cativa ou o usufruto de seus serviços somente um era herdeiro necessário do proprietário, 7 eram herdeiros instituídos e a parte mais expressiva, 25, eram legatários. Entre os 34 beneficiados que não eram herdeiros forçados, 6 eram afilhados, 6 primos, 5 irmãos, 5 netos, 5 sobrinhos, 3 bisnetos, 1 cônjuge, 1 cunhada e 2 não tiveram o grau de parentesco ou a relação com o testador explicitada²¹⁹. Ao que parecem indicar os testamentos, parte significativa dos bens, visto o alto valor que possuíam os cativos e sua representatividade perante o patrimônio dos manumissores, seria repassada por herança a membros da família, porém uma parcela não menos relevante seria distribuída aos que não tinham, aparentemente pela ausência de menção na fonte documental, relação consanguínea com os proprietários, mas uma relação social e espiritual representada pelos laços que batismo fortalecia²²⁰. Dos 20 testadores, 7 se lembraram de incluir afilhados entre os legatários nomeados.

²¹⁸ Dos 54 escravos mencionados em testamentos, 48, segundo disposições, deveriam ser legados a herdeiros e beneficiários, os demais não citados para transmissão, provavelmente, foram discriminados para indicar que permaneceriam em cativeiro. Além dos escravos citados nominalmente havia outros, pois, o testador Antonio Freire de Meneses registrou o anseio de que sua esposa libertasse, por morte dela, “todos os escravos que lhe ficarem pertencendo de minha herança”, com exceção de um que deveria ficar liberto pelo falecimento dele. No momento da avaliação dos bens dos(as) inventariado(as), destes 54 escravos nomeados, 10 não constavam no patrimônio dos(as) senhor (as) falecidos(as) e 1 havia falecido.

²¹⁹ 1 neto, 1 bisneto e 3 sobrinhos além de terem parentesco sanguíneo com o testador ainda eram seus afilhados.

²²⁰ Como afirmam Gudeman e Schwartz, “os laços religiosos dão estabilidade e continuidade ao que de outra forma poderia ser um vínculo social frágil e incerto.” (GUDEMAN e SCHWARTZ Apud REIS, 1988, p. 40).

Assim como a escolha de herdeiros e legatários para serem contemplados e os bens que deveriam receber no processo de partilha tratava-se de uma opção muito pessoal, que levava em conta o tipo de relação entre testador e possível beneficiário, a alforria também. Essa constatação fica ainda mais explícita nos casos em que os proprietários não tinham herdeiros forçados e eram possuidores de um patrimônio relevante.

Anna Maria Furquim, por exemplo, senhora solteira e sem filhos, sem herdeiros obrigatórios, instituía como seu herdeiro um de seus primos além de designar legados para outros primos, afilhados e sobrinhos²²¹. Dos 15 cativos mencionados, selecionou apenas um para a promessa de liberdade, condicionando-a ao seu falecimento.

Da mesma forma, Escolastica Joaquina Ortiz, também solteira e sem descendentes ou ascendentes para suceder-lhe de forma obrigatória na partilha, nomeou três de seus irmãos como herdeiros, distribuindo escravos e quantias em dinheiro para sobrinhos, afilhados e demais irmãos. Dos 16 escravos mencionados, somente 3 cativas receberam a alforria com condições. A conquista da manumissão da cativa Gertrudes estava sujeita à morte da senhora, já Ignacia depois do falecimento da proprietária ainda teria que servir o irmão da mesma por 6 anos e Bernarda, apesar de forra depois da morte da senhora teria que sempre acompanhar o irmão da mesma, José Ortiz²²². Dessa maneira, a proprietária priorizou a transmissão de cativos aos seus familiares e afilhados ao invés de libertá-los.

Já Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda, senhora cuja condição do ponto de vista da partilha era a mesma das supracitadas proprietárias, ou seja, solteira, sem filhos e sem herdeiros forçados, registrou uma decisão diferente com relação aos seus cativos no seu testamento: alforriaria os 5 escravos citados em suas últimas vontades, porém, com condições. Enquanto Manoel e Benedito ficavam sujeitos a servir a senhora até que esta morresse, Joantina além desta cláusula deveria prestar serviços à irmã da testadora, Joana Baptista Galvão, até que completasse 25 anos de idade. Mas, Benedicta e Romana parecem ter sido as que tiveram as restrições mais onerosas, visto que, depois da morte de sua proprietária a primeira deveria trabalhar para a irmã da mesma, Escolastica Joaquina Galvão até a morte dela e a segunda tinha sua liberdade condicional a ser ratificada a critério da mesma irmã que caso julgasse-a merecedora confirmaria a manumissão anteriormente ‘prometida’. Assim, ao mesmo tempo em que a testadora contemplava seus cativos

²²¹ Testamento de Anna Maria Furquim. Nº Proc. 680, 10/04/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 313).

²²² Testamento de Escolastica Joaquina Ortiz. Nº Proc. 775, 07/08/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 358).

com liberdades condicionais, não deixava de beneficiar suas irmãs que poderiam desfrutar do trabalho de alguns deles aplicando-os nos afazeres domésticos ou como uma fonte complementar de renda (aluguel, comércio).

No caso de testadores com herdeiros obrigatórios solteiros ou viúvos, 2/3 de seu patrimônio já estariam comprometidos para ser transmitido por herança, mas 1/3 poderia ser distribuído livremente, de forma que os(as) senhores(as) podiam privilegiar filhos mais prestativos que, por lei já tinham direito à legítima, com parte da terça ou, por exemplo, contemplar agregados que lhes faziam companhia em momentos difíceis, cativos mais zelosos ou instituições pias. No caso de proprietários com número grande de herdeiros, distribuir em muitas partes a terça para contemplar todos significava contribuir para a dispersão do patrimônio.

Neste sentido, Anna Joaquina de Almeida, senhora viúva, com 7 filhos vivos, certamente, teve um posicionamento diferente com relação à disposição de seus bens e o ato de manumitir, diante da existência de herdeiros obrigatórios²²³. Ainda que ela pudesse distribuir livremente sua terça, com um número tão numeroso de herdeiros necessários, conceder alforrias a um número grande de escravos, significaria diminuir o montante que dividido poderia incrementar a legítima dos herdeiros. Nesta situação, diante da existência de muitos herdeiros, mesmo que seu monte-mor fosse alto, com a divisão cada beneficiado receberia uma quantia menos significativa. A senhora privilegiou uma de suas filhas, Gertrudes, que vivia com ela, com o remanescente da terça, enquanto os demais filhos só receberiam o que lhes caberia pela legítima e libertaria somente um dos cinco cativos citados.

A partir dos casos mencionados, percebe-se que dentre os proprietários sem ascendentes ou descendentes nem todos optaram por alforriar uma porcentagem significativa dos escravos citados, mas neste grupo estavam os(as) senhores(as) que desejavam libertar 3 ou mais escravos.

Já dois proprietários com herdeiros forçados que declararam ter mais de 2 escravos, um citou 5 e outros 15, somente alforriariam respectivamente, 1 e 2 cativos²²⁴.

Ao verificar inventários *post-mortem* de dois senhores que morreram pouco tempo depois de terem registrado suas últimas vontades constata-se que o número de cativos arrolados no processo é superior ao mencionado no testamento. Manoela da Piedade Soares, em seu testamento, citou 15 escravos e em seu inventário, feito 4 meses após a redação de suas últimas vontades, foram

²²³ Testamento de Anna Joaquina de Almeida. Nº Proc. 915. 27/07/1866. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 457)

²²⁴ Dos 3 proprietários com herdeiros necessários, 2 alforriariam a totalidade dos cativos citados (2, 1) e o outro senhor dos 2 escravos mencionados somente libertaria 1.

arrolados 39 cativos. O proprietário João Carlos da Fonseca mencionou 2 cativos em seu testamento, mas nos bens inventariados por ocasião de sua morte, somente dois meses após o registro de seus derradeiros desejos, constavam 5 cativos.

Isso pode indicar que esses proprietários não citaram todos os escravos que possuíam na época em que fizeram o documento. Juntamente a esses senhores, contribuíram para o número subestimado de cativos nos testamentos, os proprietários que indicaram de forma genérica ‘todos os escravos que eu possuir’. Assim, da mesma forma como agiram esses dois proprietários omitindo parte de seu plantel, também podem ter procedido outros(as) senhores(as).

A despeito da omissão da posse de mão-de-obra servil²²⁵, especialmente quando foi longo o tempo entre a confecção do testamento e o falecimento do proprietário, houve mais probabilidade de alteração no número de escravos do plantel senhorial, tendo contribuído para essa variação os nascimentos, as mortes, as compras, as vendas e possíveis fugas de escravos.

Assim, devido a omissões e a alterações no número de escravos do plantel até a data de morte dos(as) senhores(as), enquanto em seus testamentos citaram 117 cativos, entre os bens constantes nos seus inventários foi arrolado o total de 219²²⁶. Destes 31% (67) estavam

²²⁵ Alguns proprietários não declararam todos seus cativos nos testamentos, nomeando somente aqueles para os quais tinham um destino particularizado e outros estendiam suas determinações genericamente a ‘todos os cativos que eu tiver quando morrer’.

²²⁶ O senhor Antonio Freire de Meneses não mencionou o número de escravos que possuía quando fez seu testamento. Durante o processo de inventário foram arrolados entre seus bens 69 cativos. Mesmo considerando o tempo de 20 meses decorridos entre a redação de suas últimas vontades e sua morte, é provável que já fosse um grande proprietário quando fez o documento, pois, parece pouco plausível que nesse intervalo tivesse conseguido conquistar patrimônio de tal montante.

conquistando/tendo reconhecido seu direito à alforria, 65% (143) permaneceriam como escravos legados a novos senhores²²⁷ e 4% (9) haviam falecido.

Face aos significativos índices dos que conquistavam sua liberdade no momento da morte do senhor, porém sem ignorar que mais da metade ainda continuaria em cativeiro, cabe questionar qual seria o destino da família cativa. Sendo assim, a ratificação da manumissão e a transmissão de herança constituiriam um momento de desintegração desta instituição escrava?

Em contraposição a Octavio Ianni (1962, p. 143 e 171) que interpretava o cativo como 'anômico' e 'despersonalizado', resultado do processo sofrido de opressão, Slenes, por meio da análise das famílias constituídas em regiões de *plantation* no Sudeste paulista, destacou as relações de parentesco como “nexo importante para a (re)criação das *esperanças* e *recordações* das pessoas: isto é, para a formação de memórias, projetos, visões de mundo e identidades” (SLENES, 2000, p. 13)²²⁸.

Igualmente, nos distritos de paz de São Paulo, por meio de 10 inventários post-mortem foi constatada a presença de famílias escravas, inclusive, em muitos casos, tendo sido sacramentadas face à Igreja católica²²⁹.

²²⁷ Entre os cativos que permaneceram nesta condição jurídica está uma cativa cuja senhora facultou à legatária, sua irmã, libertá-la caso a mesma tivesse bom comportamento, mas durante o processo de inventário a candidata à liberdade foi vendida.

²²⁸ O autor combateu as visões do viajante Charles Ribeyrolles e de muitos historiadores, que atribuíam aos cativos a promiscuidade sexual e a incapacidade de constituir famílias.

²²⁹ Certamente, o número de famílias está subestimado porque em muitos casos foram omitidas as relações de parentesco entre os cativos, provavelmente, quando não se tratavam de casamentos formalizados em âmbito religioso. Observa-se, por meio de certidões de batismo e de óbito trasladados para os inventários *post-mortem* que quando o infante era filho de mãe solteira, o nome do genitor não era explicitado, sempre constando no registro 'pai incógnito'. Para exemplificar essa situação recorrente pode-se citar a redação diferenciada de dois registros de batismo. “Aos vinte de Setembro de oito centos, e seis nesta Igreja o Reverendo Joaquim Monteiro, de licença minha baptizou, e poz os Santos Oleos a Claudiana, filha legitima de Antonio do Prado, e Barbara: forão Padrinhos Agostinho Jose, e sua mulher Maximiana do Espirito do Espirito Santo, todos escravos do Carmo de São Paulo na Fazenda de Itahim. O Vigário Joze Rodrigues Coelho”. Cf. ACMSP, Cota 02-02-12. Batismo de Escravos – Freguezia da Penha, Claudiana, 20/09/1806, fl. 9. Neste registro, o termo 'legítima' é destacado para se referir ao casamento oficializado pela Igreja Católica. Já na certidão de Benedicta, como era comum, além de se declarar o nome da mãe (seguramente solteira), constava a filiação paterna como desconhecida: “Ao primeiro de Dezembro de oitocentos, e seis nesta Igreja baptizei, e pus os Santos Oleos à Benedicta filha de Serafina escrava de Anna Pires de Siqueira, e de pai incognito: forão Padrinhos Ignacio Jozé Bueno, casado, e fregues de São Paulo, e Gertrudes Maria, solteira, freguesa desta Freguezia. O Coadjutor Joaquim Monteiro da Silva Buris”. Cf. ACMSP, Cota 02-02-12. Batismo de Escravos – Freguezia da Penha, Benedicta, 01/12/1806, fl. 9. Também pode-se citar um registro de óbito com conteúdo semelhante, mas em que o estado conjugal da genitora é posto de forma mais explícita: “Aos desoito de Março de mil oitocentos e sincoenta sinco, nesta Freguesia faleceo com oito dias de idade, Maria, filha de pai incognito, e de Gertrudes Maria, solteira, aggregada de Jose Branco de Barros desta Parochia. Encomendada foi sepultada no jazigo da irmandade de São Benedito desta Parochia. o Cura – Marcellino Ferreira Bueno”. Cf. ACMSP, Cota 3-1-23. Óbito de Escravos – Parochia da Sé, Maria, 18/03/1855, fl. 12-12v. Da mesma forma, no codicillo de Gertrudes Barbosa esse procedimento de apenas citar o pai e mãe dos infantes quando estes eram casados também fica patente: “Huma destas crias de nome Fermينو, hoje de idade de oito mezes,

Ao que indica a distribuição dos cativos entre os herdeiros e legatários dos inventariados no processo de partilha, de 29 famílias identificadas, pelo menos 4 tiveram alguns de seus membros separados, isso significa que integrantes destas foram transmitidos como patrimônio a pessoas diferentes em 3 dos inventários *post-mortem*. Contudo, cabe fazer uma ressalva, pois, em alguns casos, pode ser que a separação tenha sido somente jurídica para efeitos de regularização no registro da distribuição dos bens na partilha e não física, situação que teve lugar quando os beneficiados habitavam na mesma residência.

Nos autos de inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros encontra-se evidência que comprova a existência de uma família escrava que já tinha chegado à terceira geração antes de 1872²³⁰. No entanto, a mais velha dos familiares, Catharina, que devia ficar liberta por morte da proprietária havia morrido antes desta, em 1874. Em 1879, dois filhos da falecida cativa, Joaquina de 30 anos e Paulo de 38 anos, ainda estavam vivos²³¹, além de quatro netos, filhos de Joaquina: Felicia de 13 anos, Augusto de 10 anos, Francisco de 7 anos e Benedito de 18 anos, tendo sido alguns deles distribuídos entre os vários herdeiros e legatários da proprietária.

Francisco Ribeiro de Godoy, morador na Freguesia de São Bernardo, recebeu em sua herança o escravo Francisco e a prestação de serviços de Joaquina. Delfina Maria Ribeiro, residente na mesma freguesia, provavelmente, deve ter ficado com Augusto, visto que, como indica a descrição do orçamento, possuía a maior parte no valor do escravo²³². Joaquim Ribeiro de Godoy, habitante na mesma freguesia, ficou com o usufruto dos serviços de Benedito e com o escravo Paulo. Estanislao Ribeiro de Godoy, morador na Vila de Santa Isabel, ficou com a posse de Felicia.

Chama a atenção o destino dos cativos mais novos, entre eles, Francisco que ficou em posse do mesmo proprietário de sua mãe, Francisco Godoy e Augusto que se tornou posse de Delfina Ribeiro. Neste sentido, deve-se atentar para a proibição de separar filhos menores de 12 anos de seus genitores segundo a Lei do Ventre Livre. Logo, a menos, que Delfina Ribeiro habitasse com

mais ou menos, filho de minha escrava Florinda pertencerá por minha morte ao padrinho de baptismo do mesmo Fermio [...] minha outra cria de nome José hoje de idade de tres mezes, mais ou menos, filho de meos escravos casados Estevão e Benedicta [pertencerá] ao padrinho da mesma cria José [...]”. Cf. Codicillo de Gertrudes das Dores Barboza. Nº Proc. 974. 15/06/1844. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Codicilo do Doc. 132).

²³⁰ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Matrícula de escravos traslada para o Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879-1894, fl. [26].

²³¹ João, filho de Catharina, havia falecido em 1874.

²³² O escravo Augusto, avaliado por 1:000\$000 réis coube a quatro herdeiros, a Delfina Maria Ribeiro em parte equivalente a 500\$000 réis, a Izabel Pedroso a 41\$536 réis, Francisco Pedroso Pacheco e Francisca Pedroso a 229\$232 réis para cada. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879-1894, fl. [102-105], [108-109], [143].

seu irmão Francisco Godoy, houve uma infração a essa determinação legal, o que parece desnecessário visto que o número de cativos com idade superior a 12 anos no espólio era grande.

Consequentemente, somente é possível afirmar que Felicia, considerando que residiria na Vila Santa Isabel com seu novo proprietário, foi afastada dos demais irmãos e de sua mãe. Contudo, não se pode averiguar se os demais membros da família escrava, cujos herdeiros e legatários, habitavam na freguesia de São Bernardo ficariam apartados ou se os novos senhores tinham uma residência comum ou vizinha.

Da mesma forma, que o orçamento da partilha dos bens da supracitada senhora aponta, por meio do registro da distribuição de cativos entre os legatários e herdeiros, a separação de Felicia de sua mãe e irmãos, embora tivesse mais de 12 anos, o registro da transmissão dos bens deixados por Manoela da Piedade Soares também explicita o apartamento de membros de família escrava.

Em 1855, no espólio da inventariada, puderam ser reconhecidas 5 famílias de cativos, sendo que alguns dos membros de uma delas foram separados²³³. Ao passo que os integrantes de 4 famílias cativas foram legados a apenas um indivíduo, os componentes da família de Benedito e Cecília foram distribuídos a vários legatários e herdeiros. Com exceção do casal que permaneceu unido como propriedade de Matheus Candido Sagalerva, morador na Freguesia da Conceição de Guarulhos, os demais membros foram repartidos entre diferentes beneficiados na partilha. A Jesuino Serqueira Cezar, também residente na freguesia da Conceição de Guarulhos, tocou por herança a cativa Virgília.

A menor Ritta constava entre os bens recebidos por Ernesto Eugenio da Piedade e a infante Mariana pertenceria ao legado de Claudino Pedro Sagalerva, porém, estas crianças separadas dos pais, pelo menos, não ficariam distantes uma da outra já que seus novos senhores moravam na Fábrica de Ferro de São João de Ipanema em Sorocaba.

Já o menor Serafim entraria nos bens que tocaram a Claudina Angelina de Cerqueira Leme, moradora também em Sorocaba, mas, não se pode afirmar que esta morasse junto com seus outros irmãos, mesmo porque ela era casada e não estava sob a tutela de seu pai Francisco Candido Sagalerva.

²³³ As famílias identificadas no arrolamento de bens foram: 1) o casal Victorianno e Pasqua e seus filhos Gertrudes de 12 anos, Petronilha de 4 anos e Silveria de 8 anos; 2) o casal Benedito e Cecília e seus filhos Rosita de 18 anos, Marianna de 10 anos, Virgília de 7 anos, Serafim de 4 anos e Ritta de 2 anos; 3) o casal Sebastião e Maria e seus filhos Marcianno de 8 anos, Pedro de 4 anos, Thome de 3 anos e Gracianno de 1 ano; 4) os irmãos Beraldo de 8 anos e Emilia de 7 anos e 5) os irmãos Candido de 18 anos e Generosa de 7 anos.

Por conseguinte, pelo que indica a distribuição dos bens, não houve preocupação em manter a família reunida, tendo sido separados dos pais que morariam em Guarulhos os menores de 12 anos, Ritta, Marianna e Serafim que, provavelmente, residiriam com seus novos senhores em Sorocaba²³⁴.

Não obstante, nos bens da inventariada haviam sido arrolados 38 cativos, o que, possivelmente, viabilizaria a não desagregação de nenhuma família caso essa instituição tivesse primazia para os beneficiários neste processo. Sob este prisma, caso se conhecesse as relações de parentesco entre os cativos, por meio da leitura do testamento, já se teria a impressão de que não era prioridade para a senhora preservar unidos entes familiares, já que não doava os cativos com relação de parentesco aos mesmos beneficiados²³⁵. Conforme os últimos desejos da proprietária, os irmãos Beraldo e Emilia deveriam ser legados, respectivamente, a Jesuino Serqueira Cesar e Antonia e os irmãos Candido e Generosa a Jose Alves de Cerqueira Cesar e a Matheus Candido Sagalerva.

No caso dos libertos condicionais Firmino e José, a leitura do processo de inventário de sua falecida senhora, Gertrudes Maria das Dores Barboza, permite inferir que houve a separação familiar, de acordo com disposição no codicilo. A proprietária, à medida que os sujeitava a servir seus respectivos padrinhos até completarem 40 anos, idade em que desfrutariam de suas manumissões, separava-os por um longo tempo de seus familiares, que segundo indicam os autos permaneceriam unidos. A mãe de Firmino, Florinda, e seus irmãos, Maria do Rozario e Bernardino, seguramente, iriam habitar no sítio Aricanduva, que constituía parte da herança que coube às beneficiárias, ao passo que tocou ao seu irmão de cinco anos alguns objetos, animais e parte de um terreno. Já para Firmino, que não foi inserido na partilha, restou trabalhar por um dia da semana ao seu padrinho Joaquim Cypriano, esperando o momento de sua libertação, longe de seus parentes.

Já a família de José, constituída por seu pai, Estevão e suas irmãs, Jezuina, Maria das Dores, Joaquina, Felicia, Roza viveria no sítio Maranhão, recebido como herança por todos, com exceção dele, que além de não participar no processo de transmissão dos bens como beneficiário e sim como mão-de-obra legada por sua antiga proprietária, ainda teria que morar em companhia de Miguel Rodrigues, porém, prestando-lhe somente um dia de trabalho até que completasse o tempo para desfrutar de sua manumissão.

²³⁴ Rosita, de 18 anos, também era irmã destes cativos, mas infelizmente por falta de uma folha do inventário *post-mortem* não foi possível identificar a quem ela foi legada na partilha da herança.

Assim, segundo o cumprimento das disposições de últimas vontades da testadora, os membros de duas famílias foram apartados da mesmas, sendo eles, Firmino de 14 anos e Jose de 12 anos.

Apesar de tudo, ainda que Jose e Firmino permanecessem até a idade determinada como libertos condicionais teriam uma vantagem sobre os demais escravos recebidos pelos legatários, poderiam trabalhar para si cinco de cada semana.

Em seu testamento de 1861, Escolastica Joaquina Ortiz, por meio de doação a legatários e herdeiros, separava mãe e filho escravos²³⁶. A Jose Ortiz da Rocha legava Delfina e ao sobrinho do mesmo, Gabriel (filho de Antonio Joaquim Ortiz), o filho da cativa, Simplicio, que na época não deveria ter ainda nem um ano.

À cunhada Maria Innocencia dos Santos deixaria Quitheria e à sobrinha da mesma, Anna (filha de Domingos Manoel Barbosa, casado com Maria Joaquina dos Santos²³⁷) o filho desta escrava, Felicio, que naquele momento devia ter menos de um ano.

Assim, em suas últimas disposições a senhora legava membros de duas famílias cativas a núcleos diferentes de sua família, mesmo declarando em seu patrimônio o número significativo de 13 cativos.

Logo, por ocasião da partilha de bens, seguindo as determinações do testamento ao menos duas famílias cativas teriam seus membros apartados. No entanto, não houve separação de famílias em função da partilha de bens, visto que o legatário João Barbosa Ortiz ficou com quase todos os cativos do espólio da senhora mediante restituição do valor dos mesmos aos herdeiros e legatários que os teriam por direito de transmissão segundo disposição testamentária²³⁸.

Por conseguinte, destacando essas cinco ocorrências constata-se que não era prioridade para os proprietários ter como diretriz para a distribuição de bens a doação de cativos que eram membros de famílias escravas aos mesmos legatários e herdeiros, ainda que o número de cativos que possuíssem fosse grande. De acordo com os desejos expostos em testamento, até escravos de pouca idade seriam apartados de suas mães e destinados a senhores diferentes dos que haviam ficado com

²³⁵ Como já problematizado, podia ser que estes beneficiados morassem juntos, o que não acarretaria inicialmente a separação entre os irmãos. Porém, ainda que essa situação fosse concreta na época em que a senhora fez o testamento, poderia se alterar mais tarde por casamentos ou deslocamento dos contemplados nas doações.

²³⁶ Testamento de Escolastica Joaquina Ortiz. Nº Proc. 775, 07/08/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 358).

²³⁷ Cf. Testamento de Domingos Manoel Barbosa. Nº Proc. 871, 16/01/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 470).

²³⁸ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Joaquina Ortiz, Nº Proc. 524, 1862.

a posse de sua genitora. Se houve preocupação em manter unidos membros de famílias escravas, esta ficou mais patente no tocante aos casais, visto que não foi comprovado nenhum apartamento nestes casos.

Neste sentido, a Lei do Ventre Livre, se não cessou as distribuições na partilhas que poderiam significar a separação de entes de famílias escravas, pelo menos, minimizou estas situações.

O número de 67 forros cuja alforria foi conquistada imediatamente/reconhecida nos inventários *post-mortem* dos 20 testadores inclui uma parcela dos 63 candidatos à liberdade citados nominalmente em testamentos que conseguiram a efetivação de sua manumissão, escravos que conquistaram sua liberdade durante o processo de inventário e cativos mencionados de modo genérico sob a expressão ‘todos os escravos que eu tiver no momento de minha morte’ que também obtiveram sua liberdade.

Em um primeiro momento convém pensar nas alforrias prometidas a 63 cativos²³⁹, destes cerca de 10% (6) haviam sido libertos em pia batismal e o testamento ratificava a manumissão já em vigor antes de sua feitura. 34% (22) dos forros conseguiram sua liberdade com validade imediata e reconhecida juridicamente no processo de inventário por ocasião da morte dos(as)

²³⁹ Lembrando que esse número contabiliza além dos cativos citados nominalmente pelos senhores, um escravo para cada proprietário que declarou o desejo de libertar ‘todos os seus escravos’, ainda que, sujeitando-os a outras condições que não somente seu falecimento.

proprietários(as) e 17% (11) ainda serviriam por alguns anos até terem direito à sua plena liberdade e autonomia e não terem mais que acompanhar ou se sujeitar a novos ‘senhores’.

Com relação a 29% escravos (18) nada se pode afirmar com certeza, pois, não foram arrolados na documentação, o que nos leva a levantar hipóteses para explicar essa omissão, entre elas, a possibilidade de terem sido vendidos, terem fugido, terem morrido antes de seus senhores, ou ainda, terem conseguido sua liberdade durante a vida do proprietário e depois da elaboração do testamento²⁴⁰.

Além disso, pode-se afirmar que, pelo menos 8% (5) dos candidatos à libertação não a obtiveram por ocasião da morte de seus senhores, pois, haviam morrido antes deles ou durante o processo de inventário e 2% (1) foi vendido pela legatária à qual a senhora havia facultado a liberdade, caso a escrava tivesse bom comportamento²⁴¹. Logo, seguramente, pode-se afirmar que, no mínimo, 10% (6) dos que receberam promessas de liberdade em testamento não obtiveram a manumissão.

Sendo assim, embora, seguramente, no mínimo, 61% (39) dos 63 cativos com manumissões registradas nos testamentos tivessem o direito à liberdade reconhecido no inventário²⁴², somente 44% (28) do total das alforrias era realidade concreta, sem que os libertos tivessem que esperar o cumprimento de mais nenhuma condição no momento que seus proprietários faleceram e 17% (11) ainda cumpririam cláusulas antes de desfrutar sem restrições de seu *status* de liberto.

Além dos 39 escravos com alforrias efetivadas ou reconhecidas citados nominalmente nos testamentos, nos inventários foram discriminados mais 21 escravos, e, de acordo com as últimas vontade dos senhores destes, 3 ficaram alforriados imediatamente e 18 ainda teriam que esperar a morte da cônjuge do proprietário²⁴³, ou seja, somente a primeira condição para sua liberdade estava satisfeita e poderia haver um prazo longo para que a segunda também se realizasse.

²⁴⁰ Por exemplo, no processo de inventário de Escolastica Joaquina Ortiz constava que Romana, escrava que deveria ser transmitida por morte da senhora a Maria Innocencia dos Santos, segundo disposição em testamento, havia sido alforriada por carta de liberdade passada pela proprietária em 04/02/1862, conforme declarações do inventariante. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Joaquina Ortiz, Nº Proc. 524, 1862, fl. 25.

²⁴¹ Cf. Testamento de Anna Joaquina Galvao de Moura Lacerda. Nº Proc. [ilegível], 16/05/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 213).

²⁴² Não estão considerados nestes números os escravos de Anna Roza de Araujo e de Antonio Freire de Menezes que não informaram quantos escravos tinham e desejavam alforriar.

²⁴³ 18 cativos eram pertencentes à meação de Antonio Freire de Menezes que tocou à viúva, Maria Felisarda de Jesus e um, Joaquim Alves, havia sido liberto pelo testador durante sua vida, mas não por registro de última vontade. Entretanto, no inventário *post-mortem* do senhor foi arrolado o total de 69 escravos. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Antonio Freire de Menezes, Nº Proc. 43, 1859. Entre os que ficaram forros estavam duas

Tabela 20

Gênero dos alforriados em testamento nominalmente ou não que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários dos grandes proprietários manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)

Gênero dos cativos	Posse das Senhoras segundo inventário	Posse dos Senhores segundo inventário	Nº total de Cativos	% de Cativos por gênero	Nº de Alforriados pelas Senhoras em testamento	Nº de Alforriados pelos Senhores em testamento	Nº total de Alforriados por testamento	% de Alforriados por gênero
Mulheres	20	33	53	49%	1	11	12	22,6%
Homens	19	36	55	51%	0	9	9	16,4%
Total	39	69	108	100%	1	20	21	19,4%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Dos 219 cativos arrolados nos inventários²⁴⁴, 108 pertenciam a dois grandes proprietários, Manoela da Piedade Soares e Antonio Freire de Menezes, que no momento de falecimento possuíam, respectivamente, 39 e 69 escravos. Em ambos plantéis foi possível perceber a existência de um equilíbrio entre os gêneros, visto que, as cativas representavam 49% (53) e os cativos 51% (55) da escravaria.

Entre os dois senhores com elevado de escravos, apesar da distribuição proporcional por sexo nos plantéis, notou-se uma tendência a privilegiar as cativas com libertações, no entanto, essa prerrogativa não se mostrou tão expressiva quanto a constatada entre senhores com pequenas e

cativas que conquistaram sua manumissão por morte da proprietária Anna Roza de Araujo, que em seu testamento, concedia liberdade condicionada ao seu falecimento a todos os seus escravos. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Roza de Araujo, Nº Proc. 88, 1872-1875. Considerando os escravos de Antonio Freire de Menezes, o número de alforrias condicionadas à prestação de serviços, concedidas pelos testadores, supera o de manumissões sujeitas à morte do proprietário. O inventário deste proprietário é atípico por apresentar um número muito grande de escravos em relação à nossa amostra, 69 e relevante de libertos, 20. Mas, justamente por sua especificidade convinha não excluí-lo da seleção e analisá-lo qualitativamente juntamente com os outros processos, no sentido de desvendar as políticas de manumissão desse senhor com um contingente numeroso de cativos.

²⁴⁴ Entre os 219 escravos mencionados nos inventários *post-mortem*, estão contabilizados 9 cativos que faleceram antes ou durante o processo, depois de terem sido avaliados. Eles foram citados na documentação, pois, faziam parte do patrimônio e, particularmente, 5 deles, Felisbino, Joze, Thome, Benedicto e Catharina, deveriam ser alforriados após cumpridas as condições exigidas pelos seus senhores, então, possivelmente, foram registrados para justificar motivo do não cumprimento de parte das solicitações de últimas vontades. Interessante atentar para o fato de que 3 dos cativos não haviam sido citados nominalmente nos testamentos, mas, constavam no inventário: Eva, certamente, porque morreu um tempo depois de ter sido avaliada, João, cativo de Tristão da Cunha Cavalheiro e João, escravo de Escolastica Barros porque constavam na matrícula de escravos e tinha que ser justificada sua ausência no rol dos bens. Benedicto, escravo de Anna Maria Furquim, provavelmente, figurava devido à questão de interesse dos herdeiros e legatários que receberiam os bens da senhora falecida. Todavia, convém lembrar, que o nível de minúcia dos inventários variava muito, sendo que alguns tinham uma série de documentos traslados de notas de cartórios e livros eclesiásticos, enquanto outros deixavam dúvidas quanto ao cumprimento das solicitações dos testamentos.

médias escravarias. Enquanto 22,6% (12) das escravas deveriam entrar no gozo de sua liberdade, o índice referente aos cativos alcançava 16,4% (9). Assim, 19,4% (21) dos escravos arrolados nos autos tiveram seu direito à liberdade reconhecido no processo *post-mortem*.

Tabela 21

Gênero dos alforriados em testamento nominalmente ou não que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários de pequenos e médios proprietários em São Paulo (1850-1888)

Gênero dos cativos	Posse das Senhoras nos inventários	Posse dos Senhores nos inventários	Nº total de Cativos	% de Cativos por gênero	Nº de Alforriados pelas Senhoras em testamento	Nº de Alforriados pelos Senhores em testamento	Nº total de Alforriados por testamento	% de Alforriados por gênero
Mulheres	44	17	61	55%	18	10	28	45,9%
Homens	34	16	50	45%	5	6	11	22,0%
Total	78	33	111	100%	23	16	39	35,1%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Diferentemente do observado no plantel dos grandes proprietários, com relação às escravarias dos 18 pequenos e médios proprietários, constatou-se uma distribuição levemente desproporcional entre os gêneros, dos 111 cativos que os(as) senhores(as) possuíam no momento de sua morte, 55% (61) eram mulheres e 45% (50) homens, isto é, havia uma proporção de 1,22 cativa para cada cativo. Além disso, as escravas receberam alforrias em maior porcentagem do que os escravos. Enquanto 45,9% (28) das mulheres foram libertadas, o índice de homens alforriados alcançou somente 22% (11), o que claramente aponta a prerrogativa das cativas na obtenção da manumissão.

Considerando que do total de 111 escravos citados, os 18 senhores libertaram 39, logo, o índice de alforria concedida atingiu 35% do plantel, porcentagem significativamente superior a de manumissões concedidas pelos dois grandes proprietários da amostra. Neste sentido, essa constatação indica que os senhores com plantéis menores tinham mais disposição para alforriar um número de escravos mais significativo em relação às escravarias que possuíam do que os senhores com grandes plantéis.

Tabela 22

Gênero dos alforriados em testamento nominalmente ou não que tiveram sua liberdade reconhecida nos inventários de manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)

Gênero dos cativos	Posse das Senhoras segundo inventário	Posse dos Senhores segundo inventário	Nº total de Cativos	% de Cativos por gênero	Nº de Alforriados pelas Senhoras em testamento	Nº de Alforriados pelos Senhores em testamento	Nº total de Alforriados por testamento	% de Alforriados por gênero
Mulheres	64	50	114	52%	19	21	40	35,1%
Homens	53	52	105	48%	5	15	20	19,0%
Total	117	102	219	100%	24	36	60	27,4%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Levando em consideração os cativos arrolados nos 20 inventários e conferindo a efetivação/reconhecimento das alforrias prometidas, nominalmente ou não, nos testamentos, tem-se que 35% (40) das escravas foram libertadas, enquanto 19% (20) dos escravos foram manumitidos. Ao confrontar esses dados do processo *post-mortem* com a posse arrolada e as promessas registradas nos testamentos diante das quais esperava-se que 55,2% (291) das cativas e 47,8% (178) dos cativos conquistassem sua alforria, constata-se que, em termos gerais, analisando a amostra dos inventariados selecionados, os índices de manumissão por gênero decresceram substancialmente, no entanto, comprovaram o privilégio de manumissão conferido às mulheres, ainda numa proporção muito mais significativa do que a verificada nos testamentos. Ao se analisar os inventários, constatou-se que, dentro dos grupos por gênero, a porcentagem de mulheres libertas representou quase o dobro do índice dos cativos.

Ao passo que, de acordo com a mão-de-obra cativa declarada e disposições dos(as) senhores(as) em testamento, dos 957 cativos mencionados, caso as alforrias se efetivassem, 50,2% (480) deveriam ficar forros²⁴⁵, considerando as manumissões prometidas e efetivadas segundo o inventário, somente 27,4% (60), esse índice teve uma brusca diminuição.

Todavia, tanto a porcentagem reduzida de alforrias concretizadas, em números gerais e por sexo, deveu-se, principalmente, ao fato de proprietários(as) terem omitido nos testamentos parte

²⁴⁵ O número de forros está subestimado pelo fato de nem todos os proprietários terem mencionado o total de cativos que possuíam e que desejavam libertar. Para a comarca do Rio das Velhas em Minas Gerais, Paiva verificou que dos arrolados em testamentos, segundo disposições dos(as) senhores(as), somente 18,14% seriam manumitidos.

significativa da mão-de-obra que possuíam e permaneceria em cativeiro após sua morte, o que fez com que o índice de alforriados em relação aos escravos citados fosse muito mais significativo do que o observado nos inventários *post-mortem* (em que era discriminados a totalidade de cativos do patrimônio do senhor), especialmente, no caso dos grandes proprietários.

Além destas 60 alforrias efetivadas em função de concessões nominais ou não nos testamentos, constaram nos inventários mais 7 manumissões que não eram previstas segundo as últimas vontades expressas pelos senhores: Lucia, Theresa e Vicencia compraram sua liberdade pagando seu valor, Benedito e Joaquina receberam cartas de liberdade da testadora e estavam sujeitos à prestação de serviços por mais alguns anos, Elesbão foi libertado gratuitamente pelo seu novo senhor, provavelmente por estar velho, doente e não ter valor e Romana recebeu carta de alforria, mas não foram explicitados no processo os termos para a manumissão²⁴⁶. Destes libertos, portanto, dois ainda tinham condições a cumprir.

Conforme informações contidas no inventário *post-mortem* da senhora Anna Roza de Araujo, que faleceu 12 anos depois de elaborar seu testamento, Theresa, cativa muito doentia, de 36 anos, avaliada pela quantia de 360\$000 réis, deveria prestar serviços pelo prazo de 12 anos à sobrinha da testadora, D. Maria Justina de Camargo. A escrava seria a única que permaneceria em cativeiro, já que a proprietária, segundo disposição de última vontade, queria que todos seus cativos ficassem forros por sua morte, entende-se, com exceção de Theresa, que não foi nem citada porque, possivelmente, constava em escritura de cartório de notas como objeto de doação de serviços à legatária supracitada.

Porém, segundo os autos do processo, Theresa comprou sua alforria e a usufrutuária de seus serviços passou-lhe uma carta de liberdade. Investigando o documento citado no processo foi possível confirmar que ela era uma liberta condicional à espera do término do prazo para a

²⁴⁶ As informações sobre a liberdade conquistada pela cativa aparecem nas declarações do invenatariante no processo de inventário *post-mortem* da senhora: “Declarou mais que tendo a Inventariada em seo testamento deixado a Dona Maria Innocencia dos Santos a crioulinha Romana, por carta de quatro de fevereiro do corrente anno a Inventario (sic) deo lhe liberdade, em cuja carta assignou a rogo da mesma Inventariada João Ribeiro dos Santos Camargo, e forão testemunhas Manoel Alves do Amaral e Augusto Joaquim do Amaral e que por isso deixou a mesma de ser avaliada”. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Joaquina Ortiz, Nº Proc. 524, 1862, fl. 25. Provavelmente, Romana já estava no gozo de sua liberdade, pois, se ainda tivesse que servir a legatário ou herdeiro designado pela testadora teria seus serviços avaliados no processo, ou mesmo, se ainda tivesse quantia a pagar para sua antiga senhora, o montante deveria constar como dívida ativa no arrolamento de bens. Sua carta de liberdade não foi localizada nos 1º e 2º Cartórios de Notas da Capital, possivelmente, foi registrada nos Livro de Notas da Freguesia de São Bernardo, onde sua proprietária residia.

efetivação de sua manumissão²⁴⁷. No entanto, ao pagar à beneficiária de seus préstimos, 300\$000 réis, mesmo sendo um valor inferior ao de sua avaliação, conseguiu conquistar sua liberdade jurídica, antecipando o gozo de seu novo *status*. Assim, é importante ressaltar que o prazo para a concretização da 'liberdade plena' era longo e, ainda que estivesse pré-determinado, podia ser que a candidata à alforria enfrentasse percalços, principalmente, levando em conta que foi arrolada como 'muito doentia'.

A cativa Luiza, viúva, de 50 anos, orçada em 250\$000 réis, não contemplada com a alforria por sua senhora Manoela da Piedade, continuaria no cativeiro, porém, comprou sua liberdade pagando o valor de sua avaliação mediante o consentimento dos herdeiros de sua ex-senhora. Todo o processo desde a petição e o desfecho foi acompanhado pelos herdeiros e legatários e pelo juiz, que ao ter o aceite destes interessados para que a cativa restituísse seu valor ao monte registrou os conclusos em 17 de julho de 1856, no qual notificava: “deferindo a petição a fls. 43 [na qual consta a descrição e avaliação da cativa] por terem n`ella concordado todos os interessados, exiba a suppe escrava Luiza em mão de testamenteiro no prazo de oito dias a quantia de sua avaliação, ou faça-o seu Juízo, para se lhe dar o respectivo titulo da liberdade e proceda-se a partilha [...]”²⁴⁸

Assim, cinco dias depois da manifestação do juiz, a cativa compareceu ao Juízo, fazendo a entrega do valor pelo qual foi orçada ao inventariante, portanto, concluindo o procedimento para a compra de sua liberdade, por isso, foi redigido um termo para registrar essa ocorrência:

Aos vinte e dois de mil oito centos e cincoenta e seis nesta Imperial Cidade de São Paulo e Cartório de Orfãos comparecerão ahi a preta Luiza e o Inventariante Jezuino de Cerqueira Cezar que os reconheço pelos próprios de que dou fê, por aquella foi exhibida a quantia de duzentos e cincoenta mil reis, preço por que havia sido avaliada, e que faria para sua liberdade, e pelo Inventariante foi recebida dando della plena e geral quitação. E para constar faço este termo que assignou o Inventariante e a rogo da exhibente por não saber escrever assigna Lindolf de Veresa Soares. Eu Joaquim Florindo de Castro o escrevi.
[assinaturas]²⁴⁹

²⁴⁷ “Digo eu Maria Justina de Camargo, que tendo minhas Tia a falecida Dona Anna Roza de Araujo me doado os serviços da Escrava Thereza pelo espaço de doze annos para me prestar serviços e findo esse tempo ficar a mesma liberta e tendo mesma escrava Thereza me dado a mesma a quantia de tresentos mil reis que da mesma recebi e paguei a competente Decima na Estação Fiscal por este papel dou a mesma Thereza toda a liberdade como se de ventre livre nascesse de hoje para todo sempre”. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital, Livro de Notas 79, Carta de liberdade concedida por Maria Justina de Camargo a Thereza, 18/08/1873, fl. 185v.

²⁴⁸ ATJSP. 1º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Manoela da Piedade Soares, Nº Proc. 309, 1855-1856, f. 173v.

²⁴⁹ ATJSP. 1º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Manoela da Piedade Soares, Nº Proc. 309, 1855-1856, f. [306]

Embora Luiza tenha finalizado o processo para a conquista de sua manumissão e, ao que indicam os autos, ter garantido seu *status* de liberta, o juiz não fez mais referência ao 'respectivo título de liberdade' da forra, ainda que o tivesse mencionado anteriormente em seu ato conclusivo. Além disso, no 1º e 2º cartórios de Notas da Capital de São Paulo também não foi localizado nenhuma carta de liberdade em favor da alforriada, documentando sua trajetória até a obtenção da libertação.

Por sua vez, a escrava Vicencia, de Nação, de cor preta, de 50 anos, avaliada em 500\$000 réis, segundo processo de inventário, em conformidade com a lei de 28/09/1871, havia recebido uma doação do senhor Fortunato Jose Cavalheiro e, portanto, mediante atuação de um advogado, apresentou-a para requerer sua libertação:

Diz Vicencia, escrava do finado Capm Tristão Cavalheiro que estando a proceder-se ao inventario do espolio deixado pelo mmo, sendo a supple. avaliada pela quantia de quinhentos mil reis (500\$000), como mostra pelo documento junto e consta do mmo inventario, e ocorre que Fortunato Jose Cavalheiro fez-lhe doação da dita quantia para peculio em favor de sua liberdade : assim nos termos do art 4º § 2 da lei de 28 de 7bro de 1871, vem a supple. exhibir essa quantia, e requerer seja ella aceita no inventario e se manda passar a respectiva carta de liberdade em favor da supple. [...]²⁵⁰

De acordo com os autos, como a entrega do montante estava em conformidade com a avaliação, o juiz solicitou que fosse passada carta de liberdade, ao que o escrivão do Juízo da Provedoria procedeu com os termos de exibição da quantia e depósito da mesma em poder da inventariante, conforme se pode conferir:

De Publicação

Aos seis de setembro de mil oito centos setenta e sete, nesta Imperial Cidade de São Paulo, em este meo Cartorio faço publico o despacho supra, e fiz este termo. Eu Joaquim Florindo de Castro Vasconcellos, Escrivão o escrevi.

Termo de Exibição

No mesmo dia mez e anno declarados nesta Imperial Cidade de São Paulo, e neste cartorio comparece Fortunato José Cavalheiro, de mim reconhecido, e por elle me foi dito em presença das testemunhas abaixo assignadas que em vista da petição das folhas vinte e cinco - e despacho retro, exhibe a quantia de quinhentos mil reis (500\$000) da avaliação da escrava Vicencia a fim de lhe ser conferida a liberdade requerida. E por ter exhibido a dita quantia que foi por mim Escrivão recebida e verificada, lavrei este termo que assigna a rogo do exhibinte por não saber escrever Francisco Pereira de Andrade, e testemunhas. Eu Joaquim Pereira de Castro Vasconcellos Escrivão o escrevi. Francisco Pereira d'Andrade. Francisco José de Figueiredo Cortes. Antonio Augusto Rodrigues de Moraes.

²⁵⁰ Cf. ATJSP. 3º Offício da Família e das Sucessões. Inventário de Tristão da Cunha Cavalheiro, Nº Proc. 748, 1877-1879, fl. 25.

Tratado de deposito

No mesmo dia mez e anno retro declarados, nesta Imperial Cidade de São Paulo, e em caza da residencia da Viuva Inventariante Dona Francisca Emilia dos Santos Cavalheiro onde vim eu Escrivão adiante nomeado; e sendo ahi presente a dita Dona Francisca de mim reconhecida, depozitei de conformidade com o despacho retro em poder da referida Inventariante a quantia de quinhentos mil reis de que trata o termo supra; cuja quantia foi por ella Inventariante recebida e conferida, perante as testemunhas abaixo, e fis este termo que assignão. Eu Joaquim Pereira de Castro Vasconcellos Escrivão o escrevi. Francisca Emilia dos Santos Cavalheiro. José Vicente d'Azevedo. João Bras da Silva. Passei carta de liberdade nesta data. São Paulo 6 de setembro de 1877. O Escrivão Castro Vasconcellos²⁵¹.

Portanto, foi emitida pelo escrivão do Juízo da Provedoria uma carta de liberdade que foi entregue à alforriada uma vez que foram cumpridos todos os trâmites de direito para o reconhecimento de sua manumissão. Logo, a liberta não teve escritura de liberdade lançada no 1º e 2º Cartório de notas da capital, certamente, por já ter sido expedida uma carta e estar em seu poder como prova judicial de sua libertação, o que deve ter tornado absolutamente desnecessário um registro nas notas.

É possível que, embora não tenha sido discriminado de modo tão evidente quanto neste processo, outros libertos também tenham recebido cartas de liberdades passadas pelo escrivão do Juízo da Provedoria de Capellas e Resíduos. Esse pode ter sido, inclusive, o caso de Luiza que havia quitado o valor para sua liberdade durante o processo, tendo sido lavrado o termo de entrega e depósito da quantia à inventariante.

Por outro lado, a carta de liberdade de Luiza foi lançada nas notas, assegurando igualmente sua nova condição.

Para se pensar na forma como as cativas conseguiram o montante para a manumissão, a escritura de locação de serviços feita entre a liberta Quiteria Maria de Lima e João Pedro Teysen, que lhe assegurou o dinheiro para a compra de sua alforria, pode ser uma pista de uma das alternativas possíveis à qual recorreram, o empréstimo de quantias mediante o contrato de trabalho:

Esriptura de locação de serviços

Saibão quantos este publico Instrumento de locação de serviços virem, que no Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta, dezenove dias do mez de Dezembro, nesta Imperial Cidade de São Paulo, em meo Cartorio perante mim Tabellião comparecerão partes outorgantes entre si justas e contractadas a saber de huma como devedora locadora Quiteria Maria de Lima, e de outra como aceitante Luiz Gonzaga Pinto da Gama, procurador de Joao Pedro Teysen, moradora na Freguesia de Itapecerica, de quem appresentou procuração bastante com poderes especiais para acenstar esta Esriptura, a qual ficava hoje registrada no Livro de Registros de meo cartorio, e neste archivada, ambos reconhecidos pelos proprios de mim, e das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas. Perante as quais pela dita Quiteria Maria de Lima me foi dito e declarado que

²⁵¹ Inventário de Tristão da Cunha Cavalheiro, fl. 27-29.

por esta Escripura se reconhecia devedora a João Pedro Teysen da quantia de setecentos e cinquenta mil reis de dinheiro que o mesmo emprestou-lhe para sua alforria; e que não tendo dinheiro com que pagar ao seu credor e benfeitor João Pedro Teysen e por esta Escripura se obrigava a prestar a este, serviços, compatíveis com as suas forças e sexo por tempo de sete annos e meio, na razão de cem mil reis por anno, salvo o direito da locadora de entrar com a quantia em parte, antes do prazo marcado, ficando este contracto sem effeito huma vez pago o seu credor. Disse mais a locadora que o locatário poderá transferir este contracto a qualquer outra pessoa, sem que a locadora possa oppôr duvida alguma. Que a locadora para exacto cumprimento deste contracto se obrigava a todas as disposições que regem os contractos desta ordem. O que ouvido pelo dito Luiz Gonzaga Pinto da Gama por elle foi dito que em nome de seu constituinte aceitava este contracto pelo modo dito, apprezentou-me a distribuição seguinte. [assinatura] Escripura de locação de serviços que faz Quiteria Maria de Lima, a favor de seu credor João Pedro Teysen pela quantia de sete centos mil reis em mensalidades de dez mil reis. São Paulo quinze de Dezembro de mil oito centos e setenta. Toledo. ...²⁵²

Outra possibilidade é que as forras que obtiveram sua liberdade por compra, principalmente Thereza e Luiza, que pessoalmente entregaram o montante para a remissão, fossem escravas de ganho e tivessem conseguido dessa forma acumular pecúlio para sua manumissão.

Neste sentido, os três casos de cativas que compraram sua alforria parecem apontar para a constatação de que as mulheres tinham mais facilidade em obter sua alforria de forma onerosa do que os homens. Uma possibilidade para explicar a incidência de cativas pagando seu valor de avaliação é o fato de terem no mercado preços menores do que os escravos. Além disso, provavelmente, atividades como o ganho e os préstimos domésticos tenham sido de grande valia para acumular pecúlio ou conseguir contratar seus serviços para obter o valor de sua liberdade.

Assim, levando em conta as promessas feita a cativos em testamentos e as libertações posteriores constantes nos autos *post-mortem*, as alforrias efetivadas/reconhecidas nos inventários somaram 67, das quais 47,7% (32) estavam garantidas juridicamente e significavam ‘liberdade plena’.²⁵³ Logo, mesmo somando às manumissões concedidas por testamento as obtidas no processo de inventário, verifica-se que os índices de libertos em relação ao que se esperava conforme os derradeiros desejos dos proprietários não se altera muito substancialmente.

²⁵² AESP. 2º Cartório de Notas da Capital, Ordem E12115, Livro de Notas 60, Escripura de locação de serviços feita entre Quiteria Maria de Lima e João Pedro Teysen, 15/12/1870, fl. 70.

²⁵³ Entende-se pela expressão ‘liberdade plena’, a alforria assegurada juridicamente, *status* conquistado pelo forro sem que tivesse que prestar mais tempo de serviços ou tivesse demais limitações que restringissem sua autonomia e liberdade, segundo as cláusulas impostas em testamentos ou cartas de alforria. Entre essas alforrias estavam as de

Tabela 23

Índice de alforrias constantes nos inventários dos manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)					
Gênero dos cativos	Nº total de Cativos dos(as) Proprietários(as)	Nº de Alforriados por cartas e no processo de inventário dos Proprietários	Nº total de Alforriados por testamento	Nº total de Alforriados por testamento, carta e processo de inventário	% de Alforriados por gênero
Mulheres	114	5	40	45	39,5%
Homens	105	2	20	22	21,0%
Total	219	7	60	67	30,6%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Do total de cativos arrolados nos inventários (219), 30,6% conquistaram seu direito à liberdade, índice muito menor do que era esperado analisando os testamentos, 50,2%.

Enquanto 39,5% (45) das cativas conquistaram sua liberdade, 21% (22) dos escravos a obtiveram. Ao somar às manumissões concedidas por testamentos às obtidas por cartas e durante o processo de inventário, o índice de alforriadas aumenta 4,4% enquanto o de alforriados 2%, indicando que as cativas tiveram prerrogativa também enquanto se realizava os trâmites para a transmissão de bens. De acordo com estes registros, as alforriadas estavam na proporção de 2 para cada alforriado, embora nas escravarias fosse 1,08 mulher para cada homem.

Todavia, devido ao fato da amostra contemplada ser pequena e englobar dois grandes escravistas, cujo plantel cativo destoa da posse dos demais inventariados, convinha fazer uma análise para verificar os índices considerando apenas os 18 pequenos e médios proprietários²⁵⁴. Assim, excluindo da seleção as escravarias dos senhores Antonio Freire de Menezes e Manoela da Piedade Soares, constata-se que os resultados referentes aos índices de alforria se alteraram significativamente.

Benedicta e Joaquina, que estavam sujeitas à prestação de serviços, mas que ficaram livres após a morte de sua senhora, visto que as legatárias usufrutuárias renunciaram aos seus préstimos.

²⁵⁴ Os demais proprietários da amostra possuíam no máximo 18 escravos cada um.

Tabela 24

Índice de alforrias constantes nos inventários dos pequenos e médios proprietários manumissores(as) em São Paulo (1850-1888)					
Gênero dos cativos	Nº total de Cativos dos(as) Proprietários(as)	Nº de Alforriados por cartas e no processo de inventário dos Proprietários	Nº total de Alforriados por testamento	Nº total de Alforriados por testamento, carta e processo de inventário	% de Alforriados por gênero
Mulheres	61	5	28	33	54,1%
Homens	50	1	11	12	24,0%
Total	111	6	39	45	40,5%
Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.					

Ao compor a amostra com 18 inventariados percebeu-se que o índice de cativos libertos foi mais significativo, se comparado aos dos 20 senhores, alcançando 40,5% (45) do total de 111 cativos. Por conseguinte, também há um aumento na porcentagem de libertos nos grupos por gênero, sendo assim, 54,1% (33) das cativas foram alforriadas, ao passo que dos cativos 24% (12) foram manumitidos. De acordo com essa amostra, a preferência dada à alforria de cativas é muito mais expressiva, a proporção é de 2,75 libertas para cada manumisso, sendo que no plantel cativo, elas representam 1,22 para cada cativo.

Assim, as alforrias conquistadas ao longo do processo de partilha consolidam a conclusão que as cativas conseguiram conquistar em maior proporção sua libertação do que os cativos.

De qualquer forma, essas porcentagens relativas às alforrias, sendo o índice geral 40,5%, o referente às cativas 54,1% e aos cativos 24%, com exceção ao grupo das mulheres, ficam bem abaixo dos índices esperados conforme análise dos desejos registrados nos testamentos, respectivamente, 50,2%, 55,2% e 47,8%.

Consequentemente, considerando apenas os grandes proprietários ou acrescentando o grupo de pequenos e médios senhores de escravos, constata-se uma tendência a privilegiar cativas com a libertação em detrimento de cativos.

Contudo, tanto a expressividade das alforrias concedidas a mulheres quanto as manumissão em números gerais são maiores quando se considera a amostra somente com os pequenos e médios proprietários, o que, indica sua maior disposição em conceder libertações proporcionalmente ao seu plantel cativo.

Tabela 25

Idade dos cativos quando receberam promessas de liberdade nos testamentos de São Paulo (1850-1875)		
Faixa Etária	Nº de forros	% por faixa etária
0 a 7 anos	4	5%
8 a 11 anos	7	8%
12 a 30 anos	10	12%
31 a 40 anos	5	6%
41 a 50 anos	10	12%
mais de 50 anos	10	12%
Não declarada	38	45%
Total	84	100,0%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. 20 Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Quanto à faixa etária dos cativos, visando estabelecer uma relação entre idade e valor, analisou-se também a avaliação da mão-de-obra cativa dos proprietários Antonio Freire de Menezes e Manoela da Piedade Soares, por apresentarem muitos escravos de ambos os gêneros e com idades variadas. Dessa forma, buscou-se investigar mais profundamente a disposição de manumitir, levando em conta se essa cessão seria muito custosa ao senhor ou aos herdeiros ou se a alforria era concedida ao escravo que, ao conquistá-la efetivamente, já estava com preço depreciado.

Percebe-se que não somente a idade influenciava no preço de avaliação dos cativos, mas também elementos como a aptidão para o trabalho, a renda proporcionada por eles e seu estado de saúde. Contudo, grosso modo, pode-se ter uma idéia de quanto representavam do valor máximo de um cativo produtivo nas diferentes faixas etárias em que se encontravam.

Com relação aos cativos com menos de 1 ano, alguns foram avaliados junto com suas mães, provavelmente, por serem considerados com pouco valor, especialmente, quando eram crianças ‘de peito’ ou ‘de colo’²⁵⁵.

²⁵⁵ No inventário de Escolastica Ortiz, a cativa Quiteria foi avaliada junto com sua filha Felicia de 5 meses por 1:700\$000. Contudo, o inventariante pediu a juiz que elas fossem orçadas individualmente, o que foi feito resultando na mãe ter sido avaliada em 1:600\$000 réis enquanto sua filha em 100\$000 réis. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Joaquina Ortiz, Nº Proc. 524, 1862. No inventário de Antonio Freire de Menezes, várias cativas foram avaliadas conjuntamente com seus infantes: Vicencia de 43 anos foi avaliada com seu filho de braço, Izaías por 850\$000 réis, Deolinda de 24 anos foi avaliada com seu filho de braço Henrique por 1:000\$000 réis,

De modo geral, pode-se dizer que, entre os 12 e 30 anos estavam os cativos com preço mais alto, após os 50 havia uma depreciação muito grande do valor dos mesmos, sendo crescente essa redução de preço ao longo das décadas. Assim, nos primeiros anos de idade o escravo valeria cerca de 10 a 20% de seu valor máximo, entre os 7 e 8 anos cerca de 50%, entre os 12 e os 30 anos 100%, entre os 31 e 40 anos cerca de 75% a 90%, entre os 41 e 50 anos de 40% a 60%, acima de 50 anos cerca de 10% a 60%, dependendo dos decênios em que se encontravam e de seu rendimento²⁵⁶.

Considerando os 84 cativos que deveriam ser alforriados, segundo disposição testamentária, e constavam nos inventários (inclusive os que não tiveram sua manumissão efetivada)²⁵⁷, 55% (46) dos libertos tiveram sua idade discriminada no processo e, por isso, foi viável deduzir sua idade aproximada no momento que receberam a promessa de liberdade. Portanto, constatou-se, segundo as faixas de variação de preço sugeridas, que 5% (4) dos candidatos à liberdade ainda não tinham nascido ou possuíam no máximo 7 anos, 8% (7) tinham de 8 a 11 anos, 12% (10) de 12 a 30 anos, 6% (5) de 31 a 40 anos, 12% (10) de 41 a 50 anos e 12% (10) mais de 50 anos e para 45 % (38) não foi possível apurar a idade.

Sendo assim, 15% dos candidatos à liberdade estavam nas faixas etárias de maior valor (12 a 40 anos) quando tiveram sua promessa de liberdade registrada em testamento, índice muito semelhante aos cativos de menor valor por serem muito novos ou muito velhos, que representavam 16,7% do plantel. Assim, foi significativa a concessão aos cativos que estavam na faixa de grande

Fabiana de 40 anos com sua filha de braço Joana por 600\$000 réis, Margarida de 30 anos com sua filha de braço Felisbina por 1:000\$000 réis, Delfina de 20 anos com sua filha Maria por 1:000\$000 réis, Elisiaria de 29 anos com sua filha de braço Policena por 1:000\$000 réis. Não somente apura-se o orçamento conjunto de mães e filhos recém-nascidos, como a presença da família escrava, pois, todas as cativas com prole de pouca idade eram casadas com escravos do plantel do senhor. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Antonio Freire de Menezes, N° Proc. 43, 1859.

²⁵⁶ Médias estimadas a partir do comparativo feito com as avaliações da mão-de-obra cativa dos dois proprietários, que servem para se ter uma idéia da variação de preço dos escravos, não constituindo uma dimensão exata de seus valores de mercado, que inclusive alteravam-se de acordo com sua produtividade e não somente idade. Neste sentido, cativos como João e João mulato, respectivamente, com 79 e 80 anos, orçados em 500\$000 réis valiam mais, proporcionalmente, que outros escravos com menos idade. Eles custavam cerca de 42% dos cativos mais caros (jovens e produtivos), o que indica, certamente, sua grande produtividade e saúde, mesmo estando com idades avançadas. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Antonio Freire de Menezes, N° Proc. 43, 1859.

²⁵⁷ Neste número estão contemplados os 63 nomeados e beneficiados com promessas de liberdade nominais nos testamentos, os 18 cativos de Antonio Freire de Menezes alforriados no documento sem serem discriminados individualmente e 2 cativas que, apesar de não mencionadas por nome, estavam entre os escravos que a senhora Anna Roza de Araujo desejava libertar por seu falecimento.

produtividade, embora a concessão de libertações tenha contemplado de forma equitativa praticamente todos os diferentes grupos etários.²⁵⁸

Dessa forma, os(as) proprietários(as), em geral, também favoreceriam com a manumissão em proporção não desprezível, caso o intervalo entre a feitura do documento e o cumprimento das condições fosse breve, cativos muito rentáveis. Isso pode indicar que os senhores não somente estavam somente concedendo alforrias a escravos que já tinham idade muito avançada e, por isso, teriam menor probabilidade de conquistar a liberdade plena, mas também contemplavam escravos em idade produtiva.

Contudo, mesmo que transcorresse pouco tempo para o falecimento dos senhores, especialmente, devido ao número de escravos de ‘meia idade’ que estavam sujeitos a prestação de serviços por muitos anos ou até a morte de legatários, o índice de forros com valor depreciado, possivelmente, seria maior do que o de libertos nas maiores faixas de produtividade, isto porque o índice de cativos com idade superior a 40 anos na época da promessa de alforria já somava 24%.

Por outro lado, se o prazo para a efetivação das alforrias se prolongasse muito, poderiam desfrutar em melhor situação e por mais tempo da liberdade os libertandos de pouca idade (e de pouco valor), mas, que depois de cumpridas as disposições, como esperar até a morte do senhor e servir a legatário estariam na faixa de maior custo da mão-de-obra cativa. Essa hipótese se torna mais plausível, principalmente, quando se coloca em pauta que muitas das manumissões dos infantes estavam condicionadas a servir até idade especificada (maioridade, 18, 25 anos) ou servir número determinado de anos (4,6).

De qualquer forma, com a postergação da efetivação da manumissão os mais prejudicados já eram os que já passavam da faixa dos 40 anos, especialmente, quando tinham estado de saúde precário ou doenças congênitas. A este fato se somaria, o do momento da morte do(a) senhor(a) constituir para muitos apenas o cumprimento da primeira etapa do caminho em direção à concretização da alforria.

²⁵⁸ Considerando os cativos com promessas de liberdade, excetuando-se os dos grandes proprietários, verifica-se que dos 64 cativos dos demais 18 proprietários, 59% (38) não tiveram sua idade arrolada nos autos, 5% (3) tinham até 7 anos, 9% (6) tinham de 8 a 11 anos, 13% (8) de 12 a 30 anos, 2% (1) de 31 a 40 anos, 11% (7) de 41 a 50 anos e 2% (1) mais de 55 anos. Os candidatos à alforria das faixas etárias cujos cativos tinham o valor mais alto somam cerca de 15% (9) e os das faixas de menores valores cerca de 7% (4). Assim, esta seleção altera pouco as porcentagens apuradas para o total de manumitidos, somente, sendo muito mais representativo o índice de candidatos à libertação com mais de 50 anos quando se inclui os cativos dos grandes proprietários na amostra.

Neste sentido, das 84 promessas de liberdade registradas em testamentos, nominalmente ou não, já tinham validade enquanto os(as) senhores(as) estavam vivos, 7% (6) das manumissões²⁵⁹. Passaram a vigorar, a partir da morte dos proprietários, 30% (25) das libertações²⁶⁰.

Ainda estavam esperando a satisfação das cláusulas impostas para a efetivação da libertação 35% (29) dos cativos; 6% (5) dos que receberam promessa de liberdade não a conquistaram, morreram aguardando que esta se concretizasse, destes 2 tinham mais de 50 anos e uma tinha 58 anos; 1% (1) foi vendido, permanecendo em cativeiro e 21% (18) não foram arrolados nos inventários, não sendo possível afirmar seu destino²⁶¹.

²⁵⁹ Entre os forros com liberdade já em vigor no momento da redação do testamento estavam incluídos, com base nas idades que tinham na ocasião em que haviam sido discriminados nos inventários, 2 manumitidos com 5 anos, 1 com 8 anos, 1 com 12 anos, 1 com 13 anos e 1 cuja idade não foi discriminada.

²⁶⁰ Entre os alforriados que conquistavam sua liberdade por ocasião da morte de seu(ua) proprietário(a) estavam incluídos 1 liberto com 23 anos; 1 com 24; 2 com 30; 1 com 40 anos; 1 com 44; 2 com 45; 1 com 56; 1 com 80 e 15 sem idade declarada nos autos Segundo informações que constam no inventário, Joaquim Alves foi liberto durante a vida de seu proprietário. Contudo ele foi avaliado como escravo nos autos, embora figurasse como forro. Neste sentido, é possível que tenha recebido promessa de liberdade condicionada a servir seu senhor até morte do mesmo, ocasião em que teria alcançado sua 'liberdade plena'. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Antonio Freire de Menezes, N° Proc. 43, 1859.

²⁶¹ Os outros dois não tiveram sua idade explicitada nos autos.

Tabela 26

Idade dos escravos com promessas de liberdade no momento da morte de testadores(as) de São Paulo (1850-1888)		
Faixa Etária	Nº de forros	% por faixa etária
0 a 7 anos	3	4%
8 a 11 anos	1	1%
12 a 30 anos	16	19%
31 a 40 anos	6	7%
41 a 50 anos	7	8%
mais de 50 anos	13	15%
Não declarada	38	45%
Total	84	100,0%

Fonte: ATJSP. 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. 20 Testamentos e Inventários de São Paulo (Capital e Interior), 1850-1888.

Atentando para a faixa etária em que os 84 candidatos à liberdade estavam/estariam quando faleceram seus senhores constata-se que 45% (38) não tiveram sua idade declarada, 4% (3) tinham de 0 a 7 anos, 1% (1) de 8 a 11 anos, 19% (16) de 12 a 30 anos, 7% (6) de 31 a 40 anos, 8% (7) de 41 a 50 anos, 15% (13) mais de 50 anos.²⁶²

Assim, considerando as alforrias concedidas antes da feitura do testamento e ratificadas por meio do mesmo, tem-se que já estavam desfrutando da liberdade antes da morte do(a) proprietária(a) 6 libertos incondicionais dos quais 33% (2) tinham de 0 a 7 anos, 17% (1) de 8 a 11 anos, 33% (2) de 12 a 30 anos e 17% (1) teve a idade omitida.

No momento da morte do(a) senhor(a), por ocasião da partilha da herança, passavam a ter vigor a manumissão de 25 forros, dos quais 16% (4) tinham de 12 a 30 anos, 4% (1) de 31 a 40 anos, 12% (3) de 41 a 50 anos e 8% (2) mais de 50 anos e 60% (15) não tiveram a idade declarada.

²⁶² Na amostra que não contempla os alforriados por Antonio Freire de Menezes e Manoela da Piedade Soares temos que 3% (2) tinham de 0 a 7 anos, 2% (1) de 8 a 11 anos, 22% (14) de 12 a 30 anos, 2% (1) de 31 a 40 anos, 6% (4) de 41 a 50 anos e 6% (4) mais de 50 anos. Para 59% (38) não foi possível determinar a idade. Logo, comprova-se que, ao inserir esses senhores com grandes plantéis na amostra, o número de cativos com idade avançada aumenta significativamente, portanto, indicando que eles conferiram promessas de liberdade a um contingente relevante de escravos idosos.

Por conseguinte, dos que já gozavam de sua manumissão, somente 8% (7) estavam na faixa de maior valor dos cativos, de 12 a 40 anos. 6% (5) tinham idade superior a 40 anos e 3,5% (3) eram infantes. Para a maioria, 19% (16) nada se pode afirmar por falta de informações.

Já dos 29 libertos condicionais, tem-se que 7% (2) não tiveram a idade declarada; 3,5% (1) tinha de 0 a 7 anos; 3,5% (1) de 8 a 11 anos; 31% (9) de 12 a 30 anos; 14% (4) de 31 a 40 anos; 14% (4) de 41 a 50 anos e 27% (8) mais de 50 anos.

Consequentemente, quando chegassem a perfazer as etapas determinadas para sua plena liberdade, caso conseguissem, possivelmente, cerca de 40% dos libertos já estariam na velhice.

O grande número de forros com condições para satisfazer sem idade discriminada indica que, na maioria das ocorrências, isto é, 21,5% (18), não houve preocupação por parte dos avaliadores e/ou dos interessados na herança em especificar idade e preço dos que estavam conquistando/tendo reconhecido seu direito à liberdade.²⁶³

A única escrava que não obteve sua alforria, pois, foi vendida estava com 36 anos²⁶⁴.

Dos 5 cativos que faleceram no cativeiro aguardando a realização de sua promessa de liberdade, 2 não tiveram sua idade citada e 3 já estavam com mais de 50 anos. Estes últimos, inclusive, já tinham idade avançada quando passaram a ter a expectativa de alforria, que somente se tornaria concreta mediante satisfação de condições.

Como a média de tempo entre a feitura dos testamentos, que registravam as prováveis manumissões futuras, e a data de óbito dos 20 inventariados foi de cerca de 4 anos, conforme os dados demonstram, ficaram mais vulneráveis para obter a manumissão os cativos menos sadios e de idade mais avançada.

Em seu testamento feito em 02/06/1850, Joaquim Jose da Silva e Oliveira registrava o desejo de libertar 8 de seus cativos²⁶⁵. A manumissão de três dos futuros forros, Joze, Benedicto e Thomé foi condicionada ao pagamento de 100\$000 réis no prazo de dois anos ou à prestação de serviços pelo mesmo tempo. Durante a leitura do documento tem-se a impressão de que a cláusula

²⁶³ Essa omissão era possível, pois, sobre o valor dos libertos não era cobrado imposto como ocorria nos casos em que a mão-de-obra cativa era deixada em usufruto a legatários que pagavam taxas de acordo com sua idade (do beneficiário). Também eram cobradas taxas dos legatários quando recebiam doações.

²⁶⁴ Romana era cativa de Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda.

²⁶⁵ Cf. Testamento de Joaquim Jose da Silva e Oliveira. Nº Proc. 595, 02/06/1850. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 02, Doc. 103).

não representaria um ônus tão grande aos cativos, visto que a quantia não era tão significativa e que, caso não fosse possível reuni-la, depois de mais dois anos a libertação estaria garantida.

Contudo, o proprietário faleceu 6 anos depois da feitura do documento. Thome faleceu antes de seu senhor, em decorrência de uma moléstia interna, tendo sido sepultado em 27/05/1852 no cemitério e na ocasião já tinha mais de 50 anos²⁶⁶. Da mesma forma, Benedicto não conseguiu desfrutar da liberdade, morreu repentinamente e foi sepultado em 08/04/1852, no mesmo ano e local em que foi enterrado Thome, e também estava com idade superior a 50 anos²⁶⁷.

Joze, que estava vivo quando seu senhor faleceu, também não conquistou sua alforria, segundo o inventariante ele se negou a prestar serviços e a pagar a quantia diária de \$480 réis para sua libertação, depois de ter fugido da fazenda teria ficado doente e falecido em janeiro de 1857²⁶⁸. Felisbino, que teria que prestar 4 anos de serviços ao afilhado de seu senhor depois que este morresse, foi um dos 4 candidatos das promessas de liberdade registradas por esse testador que não a viu se tornar realidade. Seu cadáver foi achado no bairro do Pary, tendo falecido em 12/06/1856 e sido feito exame de delito pela polícia em seu corpo²⁶⁹. Dos outros 4 cativos que tinham expectativa de serem manumitidos só constava a idade de um.

Lourenço, cuja idade foi omitida no processo, havia conseguido sua alforria com a morte de seu senhor. Placedina, então com 25 anos, deveria ainda prestar 4 anos de serviços ao afilhado do testador, Antonio. Luiza e Francisca deveriam ficar na companhia de Gertrudes Maria da Conceição, a quem o testador solicitava que as tratasse com amor e zelasse pelas mesmas, até que tivessem idade para reger-se. Levando em conta a idade dos 3 cativos que ainda cumpriam as cláusulas para a efetivação de sua alforria pode-se pensar que estes tinham mais probabilidade de alcançá-la do que muitos outros que já tinham idade avançada na época em que faleceram seus senhores.

²⁶⁶ Livro de Óbitos da Freg. do Bom Jesus do Braz, f. 149. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Nº Proc. 357, 1856-1866, fl. 153.

²⁶⁷ Livro de Óbitos da Freg. do Bom Jesus do Braz, f. 149. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Nº Proc. 357, 1856-1866, fl. 153.

²⁶⁸ Segundo informações do inventariante que compunha os autos, além de se negar a cumprir as exigências para a conquista de sua libertação, o escravo estava depredando bens da fazenda e brigando com outros escravos, Por isso o testamenteiro conseguiu uma autorização do juiz para que fosse preso em Casa de Correção em 09/1856, o que não aconteceu visto que o liberto condicional fugiu. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Nº Proc. 357, 1856-1866.

²⁶⁹ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Nº Proc. 357, 1856-1866, f.139.

Em seu testamento redigido em 06/03/1871, Escolastica Maria Ribeiro de Barros, sujeitava a liberdade de sua cativa Catharina à espera de seu falecimento. No entanto, a cativa faleceu em 1874, cinco anos antes de sua proprietária e na época já estava com cerca de 58 anos²⁷⁰. Contudo, em suas últimas vontades, a proprietária já atentava para a velhice da cativa, que naquele momento devia ter cerca de 55 anos, mesmo assim, ainda a sujeitava a aguardar sua morte para ficar livre ‘sem condição alguma’.²⁷¹

Portanto, as alforrias prometidas em testamento, ainda que sujeitassem à espera da morte e à prestação de serviços, mas fossem concedidas a escravos sadios e em idade produtiva ou ainda infantes que tivessem sobrevivido aos primeiros anos de vida, nos quais a taxa de mortalidade era muito alta, tinham mais chances de se efetivar, visto que, os cativos com idade declarada que morreram sem obter a manumissão tinham mais de 50 anos²⁷².

Mas, além da adversidade do tempo de espera entre a redação do documento com a promessa de liberdade e a satisfação das cláusulas para a efetivação da manumissão, podia haver outros percalços, por exemplo, quando os futuros forros dependiam do legatário ou testamentário para cumprir a disposição de seu antigo senhor.

Neste sentido, as irmãs do usufrutuário dos serviços do liberto condicional Benedicto, Francisco da Ressurreição Gonçalves Pais, burlaram as disposições da antiga proprietária e o mantiveram em cativeiro²⁷³. Benedicto havia sido deixado pela senhora Lucrecia de Almeida Falcão para servir o legatário designado somente durante a vida do mesmo, sendo que após sua morte, o libertando deveria entrar no gozo de sua liberdade plena. Contudo, quando Francisco Pais faleceu,

²⁷⁰ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Certidão do livro de óbitos de escravos de São Bernardo, 02/07/1874, fl. 97, traslada para o Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879-1894, [fl. 31].

²⁷¹ A senhora se expressava da seguinte forma: “Declaro que por minha morte ficará forra sem condição alguma a minha escrava velha de nome Catharina, e esta verba lhe servirá de título de sua liberdade”. Cf. Testamento de Escolastica Maria Ribeiro. Nº Proc. 1299, 06/03/1871. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 534)

²⁷² Entre os escravos que foram mencionados nos inventários e faleceram antes de seus senhores, mas seriam distribuídos entre os herdeiros e legatários caso estivessem vivos no momento da partilha da herança, estavam João, cativo de Tristão da Cunha Cavalheiro, que na matrícula de escravos feita em 1872, já estava com 55 anos, mas a inventariante não declarou a data da morte do mesmo; Benedicto, cativo de Anna Maria Furquim, cuja idade na época da morte foi omitida e João, cativo que morreu com 23 anos incompletos, cerca de cinco anos antes de sua senhora, Escolastica Maria Ribeiro de Barros. Já Eva, escrava de Anna Joaquina de Almeida, tinha menos de um ano de idade e faleceu durante o processo de inventário. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Tristão da Cunha Cavalheiro, Nº Proc. 748, 1877-1879; Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Maria Furquim, Nº Proc. 67, 1860; Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879-1894; Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Joaquina de Almeida, Nº Proc. 120, 1869-1876.

contrariamente ao seu desejo, Gertrudes e Anna Gonçalves entraram na posse do então liberto, reescravizando-o por meio de artifício ilegal: registro de uma carta em que condicionavam a liberdade do supostamente 'beneficiado' Benedicto, pelos bons serviços prestados ao seu irmão falecido, a acompanhá-las até que falecessem²⁷⁴. Todavia a manumissão do mesmo já deveria estar vigorando há dez anos, visto terem sido satisfeitas as cláusulas para sua libertação com a morte do usufrutuário.

De forma diferente das irmãs supracitadas agiu o legatário dos serviços do liberto condicional Thomé, Policarpo Silveira, seguindo o desejo do ex-senhor do mesmo. Ele afirmava, que terminando o período de usufruto, reconhecia o direito à liberdade do forro:

Tendo sido legado pelo finado Conego Antonio Rodrigues Afflito, digo Rodrigues Affonso o seu escravo Thomé, e finalizando-se o prazo de sua doação passo o prezente documento declarando que de hoje em diante fica em gozo de sua plena liberdade²⁷⁵.

Mas não era só por meio de escrituras públicas que se constata o intento de burlar os direitos à alforria de forros e libertos condicionais. Entre os 29 libertos condicionais que cumpriam cláusulas esperando o dia em que conquistariam sua manumissão, estavam cativos do testador Antonio Freire de Menezes falecido em 1859. Os escravos da meação do inventariado que passassem por herança à sua esposa, de acordo com seu testamento, feito em dezembro de 1857, deveriam somente servi-la e por morte dela ficariam forros, como se depreende do discurso do proprietário:

Declaro que não tendo ascendentes, nem descendentes instituo minha unica e universal herdeira a minha mulher Dona Maria Felisarda de Jezus, pelo muito que a estimo, com a condição que por sua morte deixará livre todos os escravos que lhe ficarem pertencendo de

²⁷³ Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 49, Carta de liberdade concedida por Gertrudes Maria Goncalves a Benedicto, 26/10/1852, fl. 21.

²⁷⁴ Toma-se conhecimento da escravização ilegal do liberto pelo conteúdo da carta de liberdade condicional registrada no cartório, por meio de informações que, ainda que parecessem denunciar seu ato de má fé, as irmãs não omitem: “Digo eu Anna Benedicta Gonçalves, por mim, e na qualidade de Procurador de minha Irmam Gertrudes Gonçalves que attendendo a declaração mais de huma vez feita, por meu finado Irmão Reverendo Padre Francisco da Ressurreição Gonçalves Pais, que o seu escravo Benedicto crioulo de idade de vinte annos mais ou menos, lhe foi dado pela falecida Dona Lucrecia de Almeida Falcão somente durante a vida do mesmo Reverendo, devendo ser por sua morte izempto de todo e qualquer captiveiro, e por isso ficar em plena liberdade, tanto assim que no sequestro determinado em o anno de mil oito centos quarenta dois foi dito escravo Benedicto exceptuado, alegando o dito nosso finado Irmão a mesma razão, e a bem disto, attendendo nós mais aos valiosos servissos que com todo amor, e fidelidade o mesmo escravo Benedicto prestou ao nosso dito finado Irmão, por esta concedemos de nossa livre, e espontanea vontade, plena liberdade ao mesmo escravo Benedicto, izemptando-o por esta de todo captiveiro somente com a condição de acompanhar a mim e minha Irmam. [...]. Freguesia da Cutia trinta de septembro de mil oito centos cincoenta e dois.[...]”

²⁷⁵ Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 85, Carta de liberdade concedida por Policarpo Rodrigues da Silveira a Thomé, 24/11/1875, fl. 31v. Infelizmente, o testamento de Antonio Rodrigues Affonso não está entre os coletados no 3º Ofício da Família e das Sucessões do ATJSP, redigidos entre 1850 e 1877, portanto, não foi possível verificar o tempo decorrido entre a morte do senhor e a conquista da manumissão pelo ex-cativo.

minha herança; pois que é minha vontade que meos escravos não sirvam a pessoa alguã, excepto minha dita mulher e herdeira²⁷⁶.

Portanto, conforme interpretação possível da redação das últimas vontades do inventariado, os ditos escravos permaneceriam em cativoiro como tais, não sendo considerados libertos condicionais, certamente, por isso foram avaliados integralmente no patrimônio do então senhor e tornaram-se propriedade da herdeira instituída, Maria Felisarda.

Transcorridos cerca de dois anos da morte de seu cônjuge, a senhora dispunha em suas últimas vontade de alguns de seus cativos. Manifestava o desejo de libertar 11 escravos, sujeitando 8 deles à espera de sua morte e os outros 3 à prestação de serviços a legatários designados²⁷⁷. Além destes, citava mais 19 cativos, que distribuía entre seus legatários, entre eles, sobrinhos, afilhados e pessoas cuja relação com a testadora não foi possível estabelecer.

No entanto, entre os escravos que distribuía como legados estava Joanna, que deveria ficar em posse do afilhado da testadora, Jozé²⁷⁸, porém, desta cativa a senhora só podia dispor enquanto propriedade durante sua vida, visto que havia recebido-a por parte da meação de seu esposo na transmissão de herança, com a cláusula de deixá-la liberta quando falecesse. Logo, após a morte da testadora, Joanna deveria ficar alforriada, sem mais nenhuma condição. Contudo, de acordo com a vontade expressa pela sua então proprietária podia correr o risco de ser reescravizada mesmo tendo as condições para a efetivação de sua manumissão satisfeitas por ocasião da morte de Maria Felisarda.

Portanto, os candidatos à liberdade não dependiam somente de sobreviver aos seus senhores, e, em muitos casos, aos legatários instituídos, mas também necessitavam que os responsáveis por sua manumissão se utilizassem dos meios seguros para garanti-la.

²⁷⁶ Cf. Testamento de Antonio Freire de Meneses. Nº Proc. 645, 18/12/1857. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 253).

²⁷⁷ “Declaro que no dia do meu falecimento ficarão forros sem mais condição alguma os meus escravos Antonio Lourenço, e Antonio Vicente, Vicencia mulher de Elerbão, Jozé de Nação e sua mulher Eufrazia, Fabricio filho de Fabiana, Margarida cazada com João mulato, e Eliziana crioula. Declaro que deixo o meu escravo Francisco mulato carpinteiro forro com a condição de servir a Jozé Antonio Mariano Fagundes cinco anos, e no fim deste tempo largará do dito Francisco para procurar o seu destino. Da mesma forma, e com a mesma condição deixo forro, o meu escravo Florentino crioulo. Declaro que deixo forro o meu escravo Bento crioulo, com a condição de servir a meu subrinho Joaquim Manoel de Camargo por tempo de tres annos, findo este tempo, gozará de sua liberdade, porem morando sempre na companhia do dito meu subrinho”. Cf. Testamento de Maria Felizarda de Jezus. Nº Proc. 864, 03/04/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 374).

²⁷⁸ “Declaro que deixo o mulatinho Moizés, e a mulatinha Joanna, a meu afilhado Jozé, filho de Jozé Antonio Mariano Fagundes”. Cf. Testamento de Maria Felizarda de Jezus. Nº Proc. 864, 03/04/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 374).

Considerando que, no momento da morte de seus senhores(as), 33 forros já desfrutavam de sua libertação e 34 ainda tinham restrições devido às condições a cumprir, assim, somando o total de 67 contemplados com liberdades reconhecidas, eles representavam de 13% a 17,5% do valor total das escravarias e cerca de 10% do monte-menor de 16 inventariados²⁷⁹.

Assim, embora o plantel cativo constituísse, na maior parte dos casos, mais de 24% do patrimônio dos senhores, chegando a 100% dos bens de um inventariado, por ocasião da morte dos proprietários, os libertos corresponderam de 0% a, no máximo, 32% do monte-menor dos manumissores²⁸⁰. Ao passo que a mão-de-obra liberta imediatamente ou condicionalmente representava 10% do valor do patrimônio dos 16 inventariados somado, os cativos correspondiam a 57% do total dos bens.

Logo, como bem colocou Araújo (2003, p. 125), ainda que o pagamento das dívidas morais pela concessão das alforrias em testamento tendesse a aumentar ao longo das décadas do século XIX, “mesmo assim, seu número seria insuficiente para abalar o sistema escravista ou comprometer a riqueza da família”.

Neste sentido, Anna Joaquina de Almeida, em 1866, quando fez seu testamento citou 5 cativos, dos quais desejava deixar liberto apenas 1. Quando a senhora faleceu, em 1869, seu patrimônio bruto era de 15:436\$700 réis, depois de subtraídos custas com o processo, enterro e taxas, o montante partível alcançou 14:139\$700 réis, sendo composto, por ouro, ferramentas,

²⁷⁹ Pode-se apurar a representatividade da mão-de-obra liberta em relação ao monte-menor nos inventários em que constava o valor dos forros. Nos processos de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Anna Eufrosina Sertorio, Anna Maria Furquim, Anna Joaquina de Moura Lacerda e Tristão da Cunha Cavalheiro foi considerado o valor do monte-mor no cálculo da porcentagem de alforriados, visto que não constava o valor de monte-menor. Por ocasião da morte de Antonio Freire de Menezes ficavam livres imediatamente João e Joaquim Alves, cujos valores correspondiam a 3% do monte-menor do proprietário, isto é 2:100\$000 réis, mas contabilizando conjuntamente os demais escravos, considerados de acordo com os nossos critérios como libertos condicionais, o índice de mão-de-obra liberta chega a 16% (12:500\$000 réis). Interessante observar que, nos autos do processo, os cativos não foram considerados como libertos condicionais, mas sim propriedades cativas, portanto, avaliados integralmente e não somente seus serviços como ocorre com escravos que tem promessas de liberdade.

²⁸⁰ Com relação a Minas Gerais a representatividade dos cativos em relação ao patrimônio dos senhores teve menos variação, como apontou Monti (2001, p. 111-112), ela oscilou de 32% a 47%. Sobre o valor do plantel cativo, os libertos correspondiam de 4% a 5%. Em relação ao monte total o índice das alforrias reduzia-se a 2%, como afirmou o autor “o peso delas era compatível com a terça dos senhores evidenciando por parte deles a preservação do patrimônio familiar ao manumitir no final da vida, [já que] o valor das alforrias poderia ser abatido na terça de seus bens que poderia ser disposta segunda a vontade do senhor”. Araújo (2003, p.124), em sua seleção de 165 inventários *post-mortem* feitos na primeira metade do século XIX em São Paulo, comprovou que as alforrias corresponderam a 6% dos legados e tendiam a subir no período posterior. Segundo ela “entre 1800 e 1824 foram alforriados em média 31 escravos pelos testamentos, e no período seguinte foram 59 alforriados. O total de alforriados nos inventários, em cinquenta anos, foi de 2% em relação ao número total dos escravos relacionados no conjunto dos inventários”. Seguramente a amostra dos 16 inventariados apresentou um índice de manumissões maior, pois, contemplou inventários *post-mortem* selecionados a partir das promessas dos senhores registradas em testamentos.

animais, móveis, imóveis e, principalmente, por 11 escravos. Estes, avaliados em 11:850\$000 réis, respondiam por 84% do líquido, e, dentre eles estava Cattarina que entrava no gozo de sua liberdade por morte de sua proprietária.

Assim, a forra, cujos serviços foram avaliados em 600\$000 réis (metade de seu valor, pois, não era reconhecida como propriedade cativa), representava 5% da mão-de-obra servil e somente 4% do monte-menor. A razão da liberta, nesta situação, representar quantia não tão expressiva do patrimônio de sua então senhora deveu-se aos 6 cativos do plantel terem sido avaliados por preços altos em decorrência de estarem em idade de grande produtividade e pelo fato de ter sido selecionada apenas uma cativa para a promessa de alforria.

Manoela da Piedade Soares, em suas últimas vontades, declarava a posse de 15 cativos, dos quais desejava deixar duas libertas por sua morte, Francisca e Policena. Cerca de 4 meses depois quando a proprietária morreu, foram arrolados 39 cativos entre seus bens. Deduzidas do espólio bruto no valor de 40:296\$400 réis as quantias referentes a empréstimos contraídos e juros do principal, gastos com enterro e funeral e pequenas despesas, o monte-mor orçava em 37:522\$239 réis, dos quais os cativos correspondiam a 67%, isto é, 25:290\$000 réis.

Unicamente Francisca, cujo preço foi definido em 150\$000 réis, constava no processo e teve sua manumissão reconhecida e passando a vigorar. Portanto, 2% dos cativos foi alforriado e representava 1% do monte-menor da inventariada.

A porcentagem quase inexpressiva de libertos, deve-se: ao fato de duas libertas terem sido escolhidas para a promessa de liberdade de uma escravaria tão numerosa e exclusivamente uma conquistar a alforria, essa mesma forra, já de idade avançada estava com o valor depreciado, ainda mais, se comparada ao grande número de cativos mais jovens e de custo elevado.

Quando Escolastica Joaquina Ortiz fez seu testamento em 1861, citou 16 escravos, dos quais pretendia libertar, mediante diferentes condições, 3 cativas, Gertrudes, Ignacia e Bernarda. Seis meses depois, quando a senhora faleceu, entre os bens de seu espólio constavam 13 cativos, que representavam 85% do seu patrimônio líquido.

Das candidatas à liberdade só estava arrolada uma, Ignacia que, para conquistar sua 'plena liberdade' ainda deveria servir ao irmão da testadora por seis anos. Todavia, nos autos do processo foram ratificadas duas outras alforrias que não estavam prevista pelas disposições em testamento, a de Elesbão, cativo doente e sem valor, e a de Romana libertada dias antes da morte da proprietária, cujo preço ou condições não foram explicitadas no inventário. Deste modo, a mão-de-obra liberta

cujo valor foi declarado representava 5% da escravaria e 4% em relação ao monte-menor. Apesar da forra ter sido bem avaliada - foi orçada em 875\$000 réis, quantia referente aos seus serviços, já que não era entendida como propriedade escrava - o índice de libertos em relação ao monte-menor foi pouco expressivo em função da escolha da senhora em contemplar poucos escravos de um plantel numeroso e de preço elevado.

Escolastica Maria Ribeiro de Barros registrou seus derradeiros anseios em 1871, declarando dois cativos, João e Catharina, esta com idade avançada, deveria ficar por sua morte. Embora a proprietária tenha expirado depois de oito anos da elaboração de seu testamento, o número de cativos que possuía no momento de redação do documento já devia ser considerável, pois, na matrícula de escravos da senhora de 1872, constavam 13 cativos. Dentre eles estava a cativa Manoela, cozinheira, já com 70 anos, a mais velha de todos do plantel, seguida por Catharina, com 60 anos, 6 escravos na fase considerada de maior produtividade, 1 em idade de rendimento considerável e 6 escravos com até 11 anos.

Por conseguinte, apesar de ter muitos cativos para favorecer, a senhora se valeu de uma estratégia habitual dos proprietários, selecionar um número restrito para a promessa de liberdade, assim, escolheu uma escrava já na 'velhice'.

Entrementes, em 1879, época da morte da senhora, a candidata à liberdade já havia falecido há 5 anos. Na ocasião o patrimônio da proprietária continha 8 cativos, dos quais 7 estavam presentes na relação de 1872. A dois cativos, Joaquina e Benedicto, a senhora havia registrado carta de liberdade condicionando a manumissão à prestação de serviços a legatários. Por conseguinte, esses alforriados, avaliados em 1:000\$000 réis²⁸¹, correspondiam a 7% do monte-mor da inventariada, enquanto os cativos constituíam 45% de seu patrimônio líquido.

Porém, também houve senhores que alforriaram parte significativa de seus plantéis.

Joze Maria Bithencourt, quando faleceu, em julho de 1868, tinha em seu espólio apenas uma cativa, Eufrasia, que não foi arrolada como escrava e nem teve seu valor auferido, passando a gozar de sua liberdade, conforme suas últimas vontades expressas em agosto de 1867.

Semelhantemente, Francisco Xavier de Moraes, em dezembro de 1861, manumitia em seu testamento os únicos dois cativos, Jose e Pedro, que depois foram discriminados em seu inventário e tiveram sua manumissão validada.

²⁸¹ Joaquina e Benedicto foram orçados em 500\$000 réis cada, metade de seu preço de mercado, pois, foram avaliados somente seus serviços, já que havia sido reconhecido seu direito à liberdade depois de prestado o tempo de trabalho determinado.

Pela morte de Joaquina Alves de Siqueira nenhum dos escravos que possuía permaneceu em cativo, embora em seu processo *post-mortem* não tenham sido explicitados quantos estavam conquistando sua manumissão.

Infelizmente nestes três casos em que ficaram libertos a totalidade do plantel dos proprietários, o valor dos forros foi omitido, não permitindo verificar sua representatividade perante o patrimônio dos senhores.

Já Joaquim Manoel d'Oliveira, segundo suas disposições em testamento de 1862, pretendia deixar libertos por seu falecimento três cativos. Em 1865, constavam em seu patrimônio 8 escravos, dos quais os 3 que tinham promessa de liberdade conquistaram sua manumissão. Os escravos respondiam por 79% do espólio líquido do senhor, orçado em 4:996\$400 réis, enquanto os libertos representavam 32% do monte-menor. Assim, foi significativa a aplicação do patrimônio do proprietário em libertações, que não tinha herdeiros necessários, mas era casado.

E, embora o senhor, em suas últimas vontades, sugerisse à esposa a opção de alforriar outros cativos além dos que ele havia escolhido, caso ela julgasse dignos²⁸², não houve mais contemplados para a libertação além dos nominalmente citados por ele. Fato compreensível uma vez que o patrimônio do inventariado era composto, principalmente, por cativos, além de um único imóvel, bestas, móveis de uso diário, algumas ferramentas e dívidas ativas. Assim, para a viúva, renunciar a cativos seria subtrair um montante relevante da sua meação.

Grosso modo, a análise dos dados indica que houve uma tendência entre os proprietários com mais de 10 escravos de favorecer com a liberdade uma quantidade diminuta de cativos, isso significa que os grandes e médios proprietários, em linhas gerais, foram mais seletivos para conceder manumissões. Apesar de possuírem um numeroso plantel e, por isso, deterem um patrimônio que lhes permitiria transmitir seus bens de forma a garantir segurança econômica a seus herdeiros, mesmo se subtraíssem grande montante relativo às alforrias, contemplaram poucos cativos com a promessa de liberdade. Logo, a porcentagem de candidatos à libertação em relação à sua escravaria não foi muito expressiva²⁸³.

²⁸² “Declaro que no caso minha mulher por meo falecimento julgar dignos de liberdade alguns dos escravos que lhe pertencerem por minha meação, o faça, pois bem sabe o zelo e amor com que os tenho tratado, e maneira por que os adquiri”. Cf. Testamento de Joaquim Manoel d' Oliveira. N° Proc. 831, 25/09/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 388).

²⁸³ O proprietário Antonio Freire de Menezes declarou em seu testamento sua disposição de deixar à esposa os cativos de sua herança, desde que ela os libertasse por sua morte, com exceção de João mulato que deveria ficar livre por ocasião do falecimento dele. No entanto, mesmo os escravos que passaram a pertencer pela meação do inventariado à viúva (já que ela tinha os que lhes pertenciam por sua própria meação) foram considerados cativos e como tal avaliados

Por outro lado, os senhores com escravarias menos numerosas, em geral, alforriaram um número mais expressivo de cativos em relação à mão-de-obra que possuíam. Assim, entre os pequenos e médios proprietários as manumissões representaram uma fração mais significativa do monte-menor se comparada ao comprometimento do patrimônio líquido entre os senhores com grandes plantéis.

Por conseguinte, o procedimento da testadora Gertrudes Maria das Dores Barbosa foi uma exceção à conduta mais recorrente entre os grandes proprietários. Em seus derradeiros desejos de 1852, ela citava 12 escravos, dos quais deixaria 5 libertos por sua morte e 2 depois de prestação de serviços a legatários. Além disso, 6 filhos de seus escravos já gozavam de liberdade concedida na pia batismal, portanto, totalizavam 13 o número de beneficiados pela senhora. Quando faleceu, em 1856, foram arrolados 18 cativos entre seus bens, dos quais conquistaram de forma imediata/tiveram ratificada a alforria os 13 candidatos à manumissão anteriormente citados. Porém não foi possível apurar a representatividade de todos os forros, visto, que só foram avaliados os serviços dos dois libertos condicionais, que orçaram em 1:500\$000 réis, representando 43% do valor total de cativos (3:500\$000 réis) e 14% do monte-menor da liberta. Logo, estes índices estão subestimados por não terem sido incluídos entre os bens, num primeiro momento no processo (arrolamento do patrimônio), os 11 libertos sem mais cláusulas a cumprir.

Todavia, existiram dois casos em que o patrimônio do inventariado não foi suficiente para garantir a libertação prometida.

Neste sentido, o testador João Carlos da Fonseca desejava libertar Balthar, recebido parcialmente por legítima paterna, entretantes, possuía somente 300\$000 réis em fração do mesmo cativo, que valia 1:200\$000 réis, sendo o restante pertencente à sua mãe e herdeira, Francisca das Chagas e Silva da Fonseca²⁸⁴. Porém, nos autos do processo, como resolução da questão, constava a declaração de anuência da senhora, que com o objetivo de realizar a vontade de seu filho, cedia seu direito de propriedade sobre o cativo, viabilizando, dessa forma, a efetivação da libertação prometida no testamento, embora a quantia para inteirar o valor da manumissão tenha saído da terça

no inventário e não auferidos somente seus préstimos como é de praxe acontecer quando se trata de libertos condicionais. Assim, os libertos representarem somente 3% em relação aos cativos do monte-menor. No testamento deste senhor, considerando a sua declaração “é minha vontade que meos escravos não sirvam a pessoa alguma, excepto minha dita mulher e herdeira” fica parecendo que, antes de a alforria ser um prêmio pelos bons serviços prestados pelos escravos, diferentemente do constatado para a disposição de alforriar de outros senhores, foi uma forma de não transmiti-los a nenhum beneficiário que não fosse a cônjuge. Essa ideia é reforçada pelo fato de que não há outros contemplados no testamento do senhor, além de Maria Felisarda de Jezus, para receber parte significativa da herança ou mesmo pequenos legados.

do testador e não da legítima da herdeira, como acredita-se seria o procedimento correto em vista das circunstâncias. Já a alforria de Ignez, também condicionada à morte do senhor, estava garantida sem intercessão da herdeira visto que o valor da futura liberta estava compreendida na terça do espólio do proprietário, que era solvente.

Por sua vez, Anna Joaquina de Moura Galvão Lacerda, em seu testamento, feito em 1856, declarava sua vontade de libertar os 5 cativos citados, 2 por sua morte e 3 depois de tempo de prestação de serviços às suas irmãs. Porém, em 1860, quando a senhora faleceu constavam em seu patrimônio exclusivamente três cativas, Benedicta, Joaquina e Romana, as quais, em função dos derradeiros desejos da proprietária, tinham a expectativa da libertação, já os demais que deveriam entrar imediatamente no gozo de sua alforria não foram mencionados.

O monte-mor de 545\$708 réis, constituía-se somente de uma das cativas, Romana e da renda de meio soldo devida à proprietária pela Fazenda Provincial. Contudo, só os gastos com o funeral e enterro chegavam a 614\$890 réis, além disso, a senhora devia à herança de sua irmã Gertrudes 550\$000 réis²⁸⁵.

Outrossim, o que viria a ser o monte-menor, a menos que incluísse o valor dos serviços das libertas condicionais, certamente, não seria suficiente para arcar com as dívidas passivas e encargos com o processo *post-mortem* da inventariada. Desta forma, para a resolução desta insolvência do patrimônio da senhora, uma alternativa adotada pelas irmãs e 'herdeiras' poderia ser vender as candidatas à liberdade, procedimento em conformidade com a legislação, já que as disposições dos testamentos deviam ser cumpridas 'até onde os bens chegarem'. No entanto, as irmãs arcaram com as despesas, desistiram do usufruto dos serviços das libertas condicionais Joaquina e Benedicta e apenas venderam a escrava Romana²⁸⁶.

Romana, diferentemente das cativas Joaquina e Benedicta que ficariam alforriadas após a morte da senhora, mas com a condição de servir a usufrutuária, deveria ser avaliada pela irmã da testadora no tocante ao seu mérito na conquista de sua manumissão e, portanto, essa concessão ficava ao encargo da 'nova senhora'. Como se pode perceber, o desejo da testadora de que, por bom

²⁸⁴ ATJSP.3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860.

²⁸⁵ Como o monte-menor da inventariada não foi nem calculado e seus bens não eram suficientes para arcar com a efetivação das libertações, obviamente, não foi possível calcular a representatividade dos libertos em relação ao seu espólio líquido. ATJSP.3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Joaquina de Moura Galvão Lacerda, Nº Proc. 71, 1860.

²⁸⁶ É interessante ressaltar que, ao renunciar ao usufruto dos préstimos, as irmãs se livraram do pagamento do imposto de 3% ou 5%, calculado sobre o valor dos serviços das libertas condicionais, cobrado de acordo com a idade das beneficiárias.

procedimento, Romana fosse liberta era claro, mas a redação das últimas vontades abria uma brecha, deixando essa decisão sob responsabilidade de sua irmã:

Declaro que a minha escrava Romana fica para servir a minha irmam Dona Escolastica, e se prestar estes serviços, com obdiencia, amor, e zello, por morte da dita minha irmam ficará forra, e se portar contrario se tornar incorrigivel, e der desgostos, a mesma minha irmam então esta a disporá della como bem lhe parecer, gozando do seu produto²⁸⁷.

Por conseguinte, como se tratava de uma decisão que Anna Joaquina Lacerda havia repassado a Escolastica Galvão, além do fato de que os gastos sobrepujavam o espólio, seguramente, as irmãs preferiram vender a escrava e recuperar pelo menos parte do capital empregado no pagamento das despesas póstumas e dívidas passivas da inventariada.

Conseqüentemente, conceder alforria de forma imediata às libertas condicionais foi uma opção das irmãs, possivelmente, em respeito aos últimos desejos de Anna Joaquina Galvão pois, poderiam contestar as manumissões, visto que não havia patrimônio líquido que bastasse para arcar com a efetivação das libertações.

Então, dos 2 casos envolvendo 4 candidatos à liberdade em que o monte-menor do testador não foi suficiente para custear a alforria ou o escravo não pertencia integralmente ao inventariado, somente 1 cativo não obteve a efetivação de sua manumissão, isto devendo-a à proprietária ter facultado a sua legatária ratificar a promessa de liberdade feita em testamento.

À exceção do patrimônio de Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda, entre os 20 inventariados não houve monte-menores insuficientes e excetuando-se esta ocorrência e a do inventário de João Carlos da Fonseca não houve necessidade de intervenção de herdeiros para a validação das libertações.

Portanto, considerando, inclusive, as três libertações que dependeram da cessão de direitos por parte dos herdeiros, fica evidente que as famílias respeitaram a vontade dos testadores contribuindo com parte de sua legítima ou legado quando foi imprescindível inteirar o montante necessário para a manumissão.

Logo, em nenhum dos processos houve burla por parte dos herdeiros ou legatários com relação ao direito à liberdade dos alforriados em testamento quando a terça assegurava-o, e, até

²⁸⁷ Cf. Testamento de Anna Joaquina Galvao de Moura Lacerda. Nº Proc. [ilegível], 16/05/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 213).

mesmo agiram proativamente para asseverar a manumissão quando esta não pode ser efetivada somente com o espólio líquido do senhor²⁸⁸.

Por outro lado, embora a alforria de parte expressiva dos forros passasse a ter validade no momento da morte de seus senhores e no inventário *post-mortem* estivesse registrado seu novo *status*, caso se seguisse disposição citada em testamento, nem todos desfrutariam imediatamente de uma liberdade de fato.

Neste sentido, Eufrasia, em função de disposição expressa no testamento de seu então senhor, Joze Maria Bithencourt, aguardava o falecimento de seu proprietário para a efetivação de sua alforria²⁸⁹, o que aconteceria cerca de ano depois da redação das últimas vontades do mesmo. Assim, a cláusula para sua manumissão foi satisfeita e a forra teve assegurada sua nova condição jurídica nos autos do processo, nos quais não foi avaliada e nem constou na relação de cativos, tendo sido referida como liberta, além de ter recebido um legado em dinheiro. Todavia, a ex-cativa deveria acompanhar Gertrudes Maria Franco, que vivia na companhia do testador, até a morte da mesma, o que, certamente, representaria além da prestação de serviços, uma restrição à sua liberdade.

Da mesma forma, as supracitadas escravas Joanhina e Benedicta, segundo disposição de sua proprietária, ficariam forras por sua morte, mas ainda teriam que ficar sujeitas à prestação de serviços a irmãs da mesma, além de acompanharem-nas. Sendo que Benedicta deveria trabalhar até que a legatária do usufruto de seus préstimos falecesse²⁹⁰. Assim, se não fosse pela cessão das irmãs da testadora dos direitos que tinham ao trabalho das libertas, essas teriam alcançado o *status* de manumissas, mas ainda com restrições a sua autonomia e locomoção.

²⁸⁸ Embora nesses casos tenha sido verificado o respeito às últimas vontades do senhor e, até mesmo, esforço e cessão de direitos para executá-la, Araújo também estudando inventários de São Paulo, constatou uma situação em que, em detrimento dos interesses no patrimônio do inventariado, os colaterais por meio de processo anularam a execução da disposição testamental. Antonio José Vaz, solteiro e sem herdeiros forçados, em 1829, havia deixado registrada em testamento seu desejo de transmitir todos os bens à Ordem Terceira do Carmo, no entanto, seus irmãos entraram com um recurso no Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, alegando o direito preferencial da família sobre as entidades religiosas e ganharam a causa. Essa resolução judicial deixa clara a interpretação legal que confirma que os legados estavam caindo em desuso (ARAÚJO, 2003, p. 124).

²⁸⁹ “Declaro que a dita minha escrava Eufrasia fica liberta, logo depois do meu falecimento, ficando porem em companhia de Gertrudes Maria Franco, que actualmente vive em minha companhia”. Cf. Testamento de Joze Maria Bithencourt. Nº Proc. 903. 06/08/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 479).

²⁹⁰ Em seu testamento, a senhora tornava explícito seu desejo de libertar, mas restringindo o alcance imediata da alforria que seria conquistada por suas escravas: “Declaro que a minha escrava Benedicta por meu falecimento ficará forra com a condição de servir, e acompanhar a minha irmam Dona Escolastica Joaquina Galvão. Declaro que a minha escrava Joanhina filha da escrava Benedita também ficará forra por meu falecimento, com a condição porem de acompanhar e servir a minha irmam Dona Joana Baptista Galvão thê completar a idade de vinte cinco annos”. Cf. Testamento de Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda. Nº Proc. [ilegível], 16/05/1856. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 213).

Como determinava Gertrudes das Dores Barbosa em seu testamento, José e Joaquim deveriam ficar com seus respectivos padrinhos realizando para os novos senhores “hum dia de serviço em cada semana, e podendo trabalhar para si e em seu proprio proveito os cinco dias restantes de serviço de cada semana”²⁹¹. A senhora utilizou uma expressão muito comum nas ações de liberdade em que indivíduos chamados à escravidão reclamam a condição de libertos, ‘viver para si’, ‘trabalhar para si’, eram características que diferenciavam escravos de livres e emancipados. O ‘viver sobre si’ como verifica Hebe Mattos (1995, p.38) em sua análise dos processos cíveis e criminais aponta para uma marca de autonomia própria dos homens livres e está em oposição à condição dos escravos que ‘servem’ alguém²⁹².

Assim, a proprietária parecia querer conceder um privilégio aos libertos condicionais que, mesmo não sendo plenamente livres até completarem 40 anos²⁹³, poderiam desfrutar de mais autonomia e mobilidade, pois, teriam cinco dias para se organizarem de modo menos dependente e constituir seu pecúlio.

A proximidade com o centro urbano da cidade de São Paulo, provavelmente, representaria uma maior possibilidade para a formação do pecúlio dos libertos que poderiam utilizá-lo para pagar a indenização referente aos serviços devidos aos usufrutuários e adquirir, assim, mais rapidamente a liberdade plena. Como não há restrições por parte da testadora talvez isso indique que os libertos condicionais poderiam até mesmo escolher o tipo de ofício que exerceriam e para quem nos seus cinco dias livres, sem a interferência dos padrinhos.

Neste sentido, como coloca Chalhoub, parece que os libertos condicionais estavam realizando um grande avanço em direção ao que se entende por liberdade, pelo menos no tocante ao trabalho²⁹⁴. Era justamente o modo de vida mais autônomo e a maior mobilidade espacial no meio urbano que dificultava diferenciar os cativos dos homens livres (CHALHOUB, 1990, p. 214).

²⁹¹ ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Codicilo de Gertrudes das Dores Barboza, Nº Proc. 974, 15/06/1844.

²⁹² Da mesma forma, Chalhoub (1990, p. 238-239) também ressalta que ‘viver sobre si’ estava atrelado à condição de pessoa livre e que os escravos valorizavam a autorização de seu senhor para viver longe da casa do mesmo como um passo, pelo menos simbólico, em sentido da liberdade.

²⁹³ A senhora parece reforçar a circunstância da liberdade condicional quando afirma que se José ou Joaquim fosse vendido ficaria ‘logo forro inteiramente e sem algum onus’. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Codicilo de Gertrudes das Dores Barboza, Nº Proc. 974, 15/06/1844.

²⁹⁴ “A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de emprego e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém”. (CHALHOUB, 1990, p. 80).

Ao se tentar estabelecer uma conexão entre a ocupação dos cativos que recebiam a promessa de liberdade em testamento e as relações desenvolvidas com o senhor, por meio da leitura dos inventários *post-mortem*, percebeu-se que os proprietários que manumitiam estavam inseridos em diversos tipos de atividades econômicas que garantiam sua sobrevivência.

Entre as fontes de rendas dos testadores estavam o aluguel de casas e chácaras, empréstimos a juros, empreendimentos (como um estabelecimento de ensino), aluguel de bestas, transporte de gêneros para a cidade, aluguel de cativos, cultivo e fiação de algodão, venda de produtos agrícolas (milho, farinha de mandioca, açúcar), venda de quitutes, prestação de serviços de marcenaria ou carpintaria, criação de porcos, criação de gado (para corte e para produção de leite) entre outros.

A dificuldade de relacionar o ofício do escravo com a proximidade ou não do senhor desponta em função da omissão de informações sobre a tarefa que o elemento servil realizava, pois, na maior parte dos casos, o cativo foi arrolado como ‘sem ofício’.

No entanto, existem alguns casos em que foi possível apurar a ocupação ou o local de trabalho dos escravos que foram alforriados. Por exemplo, Elias, manumitido pela proprietária Anna Policena de Souza, era alugado a terceiros, mesmo com 45 anos, foi muito bem avaliado, tendo sido orçado, em 1860, em 2:000\$000 réis, o que sugere que, apesar de sua idade, tratava-se de um escravo de grande rentabilidade para a senhora

João Carlos da Fonseca tinha 5 escravos, 3 que trabalhavam no estabelecimento de ensino e 2, Ignez e Balthar, os quais foram libertos por sua morte e, ao que indica a avaliação, estavam alocados em sua residência.

Escolastica Maria Ribeiro de Barros escolheu Catharina para a promessa de libertação, cozinheira²⁹⁵ que já era idosa, devido a essa ocupação, pode-se inferir que ela circulava pela casa da senhora, o que poderia ter estimulado um contato mais próximo com sua proprietária, além de tê-la servido por muito tempo, fatores que podem ter contribuído, juntamente com a sua velhice, para a disposição de alforriar de sua senhora. Já os homens cativos eram tropeiros, possivelmente, ficando mais distantes do ambiente doméstico em que a proprietária habitava.

Das 4 libertas por Tristão da Cunha Cavalheiro, consta a ocupação de três, Olegaria e Joanna eram domésticas e Maria, cozinheira, já Benedicta não teve seu ofício mencionado.

²⁹⁵ Segundo a matrícula de escravos da senhora além de Catharina havia mais duas cativas que eram cozinheiras, trabalhando na residência da proprietária.

Assim, segundo essas situações em que existem informações disponíveis, parece ter havido uma tendência dos testadores a privilegiar escravos que tinham ofícios domésticos ou que permitiam que tivessem contato mais direto com o senhor.

Atentando para os 67 cativos que tiveram sua liberdade reconhecida ou ratificada durante o processo de inventário, uma questão que deve ser colocada em pauta é como seria registrado seu direito à manumissão. Havia algum documento que garantisse seu novo *status* jurídico?

Para verificar a hipótese que a alforria se faria boa e válida mediante o necessário registro em Cartório de Notas, foi realizado um cruzamento nominal entre alforriados que conquistavam a liberdade prometida em testamento, tendo-a reconhecida nos inventários *post-mortem* de seus falecidos senhores, e os manumissos constantes nos Livros de Notas dos 1º e 2º Cartórios de Notas da Capital de São Paulo²⁹⁶.

No período de 1850 a 1875, verificou-se 480 alforriados nos testamentos, para o mesmo intervalo, foram contabilizados 412 escravos manumitidos em 356 cartas, papéis ou escrituras de liberdade registradas nos cartórios de notas²⁹⁷. Considerando o período de 1850 a 1888, foram contabilizadas 551 alforrias registradas num total de 475 documentos de liberdade lançados nos cartório de notas²⁹⁸.

Após a comparação entre os dados de ambas fontes documentais referentes às manumissões conclui-se que somente 13 beneficiados tiveram sua promessa de liberdade/alforria constando em testamento e em carta de liberdade, embora, nem sempre as condições para a efetivação da libertação fossem as mesmas nas duas formas de registros.

10 cartas de liberdade haviam sido registradas antes da redação das últimas vontades dos proprietários, sendo que 8 dessas concessões, fossem de validade imediata ou futura, foram ratificadas em testamento. Das 10 manumissões, somente 2 passavam a ter vigor no momento de

²⁹⁶ O cruzamento de informações foi feito com os nomes dos que constavam nos inventários *post-mortem* como libertos, de forma a verificar se apareciam nos livros de notas, além disso, para não restar dúvidas se constavam nas notas, o mesmo processo foi realizado com o nome dos senhores de cativos e de seus herdeiros, visto que haviam muitos manumissos homônimos.

²⁹⁷ Americo Vieira da Silva teve duas cartas de liberdade registradas para garantir sua manumissão, visto que, pertencia a muitos proprietários e eles fizeram acordos diferentes com o interessado (Vide nota de rodapé nº 170). Da mesma forma, Francisco teve duas cartas de liberdade com diferentes condições para sua manumissão registradas a seu favor por sua proprietária. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 50, Carta de liberdade concedida por Joaquina Alves de Siqueira a Francisco, 17/03/1854, fl. 31 e 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 86, Carta de liberdade concedida por Joaquina Alves de Siqueira a Francisco, 23/11/1876, fl. 29v-30.

²⁹⁸ Tendo sido contabilizados uma vez Americo e Francisco que constaram duas vezes nos livros.

seu registro em cartório, a de Anna, ex-escrava de Francisco Antonio de Araujo e a de Maria, ex-cativa de Anna Gertrudes de Gois²⁹⁹. Os 8 demais cativos contemplados nas cartas, segundo cláusulas impostas, só gozariam de sua liberdade depois da morte de seus proprietários e a uma candidata à liberdade adicionalmente também foi exigido pagamento.

1 carta de liberdade havia sido escrita no mesmo dia em que foi feito o testamento e registrada dois dias depois³⁰⁰.

3 lançamentos de documentos de alforria haviam sido feitos depois da elaboração do testamento. Destes, 2 tinham sido registrados quando os(as) senhores(as) dos candidatos à liberdade ainda estavam vivos, tratavam-se de alterações do que os proprietários haviam disposto em seus testamentos, ao passo que, nas últimas vontades, sujeitavam as alforrias dos cativos à sua morte, nas cartas manumitiam-nos imediatamente. Assim, Francisco Alves e Francisca passavam a ter *status* jurídico de forros antes do falecimento de suas senhoras³⁰¹.

Somente um papel de liberdade, o de Rogério, liberto condicionado à morte de sua senhora, Maria Fausta de Azambuja, havia sido passado para as notas depois da morte da proprietária³⁰². A redação do documento era datada de junho de 1859, enquanto seu registro foi realizado em janeiro de 1860, cerca de três meses depois da abertura do testamento da senhora³⁰³. Contudo, por não ter sido possível a leitura do inventário *post-mortem* da senhora não se pode verificar se a carta de liberdade foi registrada por demanda judicial dos autos ou independeu destes.

Levando em consideração as cartas de liberdade, nas quais os senhores modificavam as disposições relativas à manumissão registradas em testamento, concedendo liberdade imediata ao

²⁹⁹ Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 48, Carta de liberdade concedida por Anna Gertrudes de Góis a Maria, 02/02/1852, fl. 41v e 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 51, Carta de liberdade concedida por Francisco Antonio de Araujo a Anna, 21/04/1856, fl. 89.

³⁰⁰ 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 58, Carta de liberdade concedida por Anna Joaquina de Jezus a Benedita, 11/12/1861, fl. 94-94v.

³⁰¹ Francisco Alves teve duas cartas registradas por sua proprietária uma lançada nas notas antes e outra depois da redação do testamento por sua proprietária. A senhora Maria Rosa da Conceição havia registrado a disposição de libertar Francisca por sua morte, mas, pelo lançamento de uma carta de liberdade, antecipava o gozo da alforria da cativa: “Nos abaixo assinados Joaquim Francisco das Chagas e Maria Rosa da Conceição, marido e mulher, sendo Senhores, e possuidores de nossa escrava, parda, de nome Francisca, em remuneração aos bons serviços, que ella nos tem prestado, de nossa livre vontade, e comum acordo damos liberdade a dita escrava Francisca, para que della goze de hoje em diante, como se de ventre livre nascesse”. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 76, Carta de liberdade concedida por Joaquim Francisco das Chagas e sua mulher Maria Rosa da Conceição a Francisca, 19/02/1870, fl. 21v-22.

³⁰² Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 54, Carta de liberdade concedida por Maria Fausta Miquelina de Araujo Azambuja a Rogerio, 23/01/1860, fl. 57v-58.

³⁰³ Cf. Testamento de Maria Fausta Miquelina de Araujo Azambuja. Nº Proc. 667, 21/07/1858 (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 271).

cativo, certamente seria plausível a omissão do forro contemplado no inventário *post-mortem* de seu ex-senhor. Neste sentido, uma vez que a promessa de alforria se concretizou durante a vida do(a) senhor(a), ou seja, antecipadamente em relação ao prazo esperado segundo o testamento e o liberto já desfrutava de sua nova condição jurídica, não haveria necessidade de constar como alforriado nos autos. Desse modo, poderia ser elucidada a ausência de Francisca, ex-escrava de Maria Rosa da Conceição que havia recebido promessa de liberdade sujeita à morte de sua proprietária em testamento de 1855³⁰⁴, mas foi manumitida imediatamente em carta de liberdade registrada em 1870³⁰⁵, sendo que sua ex-senhora só viria a falecer em 1874³⁰⁶.

Joaquina Alves de Siqueira foi uma das senhoras que mudou de idéia ao longo da trajetória de um de seus cativos em direção à conquista da manumissão. Em 1848, a proprietária havia redigido uma carta de liberdade em que concedia liberdade condicional à Francisco Alves, crioulo de menos de um mês, filho de sua cativa Benedicta, sujeitando-o à espera de sua morte³⁰⁷. Preocupada com a transmissão de sua herança, a senhora confirmava que o encargo da liberdade seria retirado de sua terça, assim, não prejudicando seu herdeiro necessário, o pai. No entanto, este documento só foi lançado no livro do 1º Cartório de Notas em 1854, quando o libertando estava com aproximadamente 6 anos.

Em 1874, ainda que Francisco fosse um escravo esperando a morte de sua proprietária para ter sua alforria efetivada, de acordo com a carta de liberdade lançada nas notas, Joaquina Alves, em seu testamento, se referia ao seu 'liberto Francisco Alves' como herdeiro de seus bens e ratificava a manumissão concedida a outros cativos, entre os quais havia familiares do forro³⁰⁸. Nesta época, o

³⁰⁴ Em seu testamento, a senhora Maria Rosa da Conceição declarava seu desejo de libertar duas de suas cativas por sua morte: “Declaro que o nosso casal possui duas escravas pardas uma de nome Francisca e outra de nome Margarida a estas duas escravas as criei, como minhas filhas, e lhes tenho muita amizade, e correspondem prestando-me toda a obediência, e muito bons serviços e zelo em minhas enfermidades, e por isso desde o momento de meu falecimento, ficarão forras e libertas, sem a menor condição, e esta verba lhes servirá de testemunho de liberdade”. Cf. Testamento de Maria Rosa da Conceição. Nº Proc. 1175. 16/11/1855. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 04, Doc. 191).

³⁰⁵ Conforme a redação da supracitada carta de liberdade. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 76, Carta de liberdade concedida por Joaquim Francisco das Chagas e sua mulher Maria Rosa da Conceição a Francisca, 19/02/1870, fl. 21v-22.

³⁰⁶ Cf. ATJSP. 2º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Maria Rosa da Conceição, Nº Proc. 420, 1874.

³⁰⁷ A senhora, no tocante ao seu desejo de manumitir Francisco, se expressa da seguinte forma: “Pela presente, eu Dona Joaquina Alves de Siqueira abaixo assignada declaro ser senhora e possuidora d’hum crioulo de nome Francisco, filho de minha escrava Benedicta de idade de menos de hum mez; o qual crioulo hé minha vontade deixal-o liberto por minha morte, e como ainda tenho Pai vivo, liberto-o de minha terça [...]”. Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 50, Carta de liberdade concedida por Joaquina Alves de Siqueira a Francisco, 17/03/1854, fl. 31.

³⁰⁸ “[...] e por não ter ascendente algum, nem descendente, senhora de dispor livremente de meus bens, os deixo á meu liberto Francisco Alves a quem delles instituo herdeiro universal. Ratifico as libertações que concedi a Ignacio,

pai da senhora já havia falecido e não tendo mais ascendentes ou descendentes para a sucessão obrigatória ela pode dispor integralmente de seu patrimônio de acordo com sua vontade.

Em 1876, a mesma carta de liberdade elaborada em 1848 a pedido da proprietária foi registrada nas notas, embora com uma retificação da senhora, que conferia liberdade imediata a Francisco, porém com a condição de acompanhá-la durante sua vida, e, provavelmente, isso incluía servi-la³⁰⁹. Nesta época, o futuro forro já estava com cerca de 28 anos.

Não obstante a concessão da manumissão imediata, a senhora cedia ao anseio de manter o liberto ainda sobre sua sujeição, atrelado às obrigações que lhe devia até que ela falecesse. Mesmo que o *status* jurídico de Francisco tivesse mudado, ainda estava numa posição de submissão em relação à sua ex-senhora, que dispunha de sua pessoa, obrigando-o a viver em sua companhia.

Deste modo, a ex-proprietária encontrou um caminho intermediário entre a escravidão e a liberdade para beneficiar Francisco. Ao mesmo tempo em que buscava premiá-lo, possivelmente, por ter desenvolvido afeto pelo mesmo que era filho de sua cativa, não agia sem renunciar à manutenção do controle e exploração do mesmo.

Assim, somente em 1879, com a morte de sua antiga senhora, Francisco, então com aproximadamente 31 anos, pode receber os legados e desfrutar de sua liberdade plena (neste caso entendida como liberdade de fato), ainda que sua liberdade jurídica já estivesse em vigor desde 1876³¹⁰.

Da mesma forma que Francisco Alves, Maria, ex-escrava de Anna Gertrudes de Gois, mesmo tendo uma carta de liberdade registrada pela sua proprietária, na qual a mesma lhe concedia manumissão imediata, sua alforria tinha restrições. Sua então proprietária havia redigido o documento expressando-se da seguinte forma:

Digo eu Dona Anna Gertrudes de Gois, que atendendo aos servissos, e a algum dinheiro que recebi de minha escrava Maria de Nação, por esta a deixo forra, liberta, e livre de todo, e qualquer captiveiro, continuando somente a me prestar os mesmos servissos que athe aqui tem feito, e por verdade mandei passar a prezente carta [...]³¹¹

Benedicta, e assim mais á Benedita, filha dos mesmos, João Pedro, Anna, Antonio, Balbina cujas cartas se achão registradas nas notas do primeiro e segundo tabellião sujeitos os mesmos libertos a me servirem enquanto viva for e á mandarem cada um com [ilegível] de seu trabalho digão seis missas em sufragio de minha alma”. Cf. Testamento de Joaquina Alves de Siqueira. Nº Proc. s/nº. 19/10/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 12, Doc. 566).

³⁰⁹ Logo depois do conteúdo da carta redigida em 1848 e registrada no cartório em 1854, constava o seguinte acréscimo: “Declaro em additamento a carta supra que meo crioulo Francisco fica desde já na plena posse de sua liberdade, sem a menor limitação e so obrigado a acompanhar-me ate a minha morte”. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 86, Carta de liberdade concedida por Joaquina Alves de Siqueira a Francisco, 23/11/1876, fl. 29v-30.

³¹⁰ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquina Alves de Siqueira, Nº Proc. 801, 1879.

³¹¹ Cf. 1º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 48, Carta de liberdade concedida por Anna Gertrudes de Gois a Maria, 02/02/1852, fl. 41v.

Na prática, a senhora mantinha a forra submissa ao seu domínio, explorando sua mão-de-obra, e, certamente, reproduzindo mecanismos da relação senhora-escrava, mesmo tendo manumitido Maria 'imediatamente'. Pesa o fator de que, neste caso, a ex-proprietária ainda poderia recorrer a um artifício legal no caso de mau comportamento ou ingratidão da ex-escrava, a revogação da libertação, o que poderia funcionar como um instrumento de coerção e controle sobre a liberta.

Logo, convém pontuar que a escravidão, cessada pela liberdade jurídica, comprovada por documentos notariais, judiciais ou eclesiásticos, poderia não deixar de existir de fato, ou seja, determinadas condições a que os forros estivessem submetidos poderiam assemelhar seu modo de vida de cativos. Imposições, por parte de ex-senhores a libertos, como acompanhar ou prestar serviços por longos períodos ou por tempo indeterminado e a submissão a novos 'senhores', por exemplo, poderiam configurar a realidade de uma escravidão de fato.

Já situações em que se era escravo legalmente, mas se conquistava um grau de autonomia e mobilidade espacial diferenciado poderia alçar a condição do cativo à semelhança da de trabalhadores informais livres.

Desta forma, dependendo de cada caso, ou seja, os elementos que compunham a relação senhor-escravo, como privilégios, proteção, presentes, proximidade entre cativo e proprietário, presença ou não de castigos físicos e transmissão de legados para aqueles que no futuro seriam forros, definiriam as características do regime escravista que, em maior ou menor medida, aproximavam ou afastavam os indivíduos dos tratamentos entendidos como pertinentes a serem dispensados a escravos.

Neste sentido, verifica-se também nos documentos notariais de São Paulo a tendência constatada por Monti (2001, p. 162-163) nas cartas de liberdade de Minas Gerais: o registro desses documentos não significou necessariamente a ruptura com o modelo de dominação vigente na situação de cativo, mas, frequentemente, contribuiu para legitimar, pelas restrições impostas aos candidatos à liberdade, o controle e atrelamento destes aos seus antigos senhores³¹².

³¹² Ao passo que em Minas Gerais os senhores exerceram controle sobre os candidatos à liberdade, principalmente, se valendo do longo período que o cativo esperava entre a promessa de alforria (redação da carta de liberdade) e o seu registro, nos casos de Francisco Alves e Maria, os senhores de São Paulo se utilizaram da estratégia do lançamento de alforrias imediatas nas notas do cartório, mas com cláusulas restritivas, para continuar usufruindo do serviço dos mesmos e mantendo-os sob sujeição.

Com relação às 14 cartas de liberdade registradas em cartório, possivelmente, somente uma, a de Rogerio, ex-cativo de Maria Fausta Azambuja, representasse a garantia de liberdade jurídica conquistada ou reconhecida no momento do falecimento do(a) proprietário(a) de escravos em função das promessas feita em testamento. Com relação às alforrias sujeitas à morte do(a) proprietário(a) concedidas nos 171 demais documentos de última vontade dos manumissores de São Paulo não foram encontradas outras escrituras nas notas que pudessem assegurá-las.

Além disso, nos livros de notas do 1º e 2º Cartório foram localizadas apenas 2 cartas de liberdade feitas em função de vontade expressa pelo proprietário em testamento. Tratam-se de dois documentos registrados no cartório pelo testamenteiro do senhor falecido, Luis Antonio Teixeira, para a garantia do novo *status* jurídico dos interessados Francisco e Benedicta.³¹³

Todavia, não se sabe se foi feito inventário *post-mortem* deste proprietário e, caso tenha sido feito, se as alforrias foram ratificadas no mesmo. Uma hipótese plausível é que não tenham sido feitos autos pela morte do senhor e então se dava a necessidade de registrar a manumissão para garanti-la³¹⁴.

Outra possibilidade é que o documento tenha sido registrado nas notas a pedido do juiz, embora nos casos dos inventários estudados nos quais constavam validações de libertações concedidas em testamento o mesmo procedimento não tenha sido realizado.

De modo diferente, os cativos com alforria condicionada à morte da proprietária Gertrudes Maria das Dores Barbosa, Florinda, Florencia, Gertrudes, Benedicta Maria e Estevão, que tiveram sua liberdade reconhecida no inventário *post-mortem* da senhora não tiveram cartas de liberdade

³¹³ O conteúdo das cartas de liberdade lançadas nas notas a pedido do juiz é o seguinte: “Digo eu abaixo assignado Joze d’Araujo Novaes, testamenteiro do finado Luis Antonio Teixeira que deixando este liberto o crioulo Francisco, de idade de cinco annos mais ou menos, filho de Annistarda; em cumprimento da mesma disposição testamentaria, mandei passar a prezente carta de liberdade ao dito crioulo Francisco concedendo-lhe plena izempção de todo e qualquer captiveiro, e no gozo desde já de sua liberdade, o que faço como testamenteiro, e rogo as Justiças Nacionais lhe dêem todo vigor [...]”. Cf. 2º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 46, Carta de liberdade concedida por Luis Antonio Teixeira (finado), representado por seu testamenteiro, a Francisco, 26/01/1851, fl. 94-94v. “Digo eu abaixo assignado Joze d’Araujo Novaes, testamenteiro do finado Luis Antonio Teixeira que deixando este liberto a sua escrava crioula de nome Benedicta, de idade de sete annos mais ou menos, filha de Annistarda; em cumprimento da mesma disposição testamentaria, mandei passar a prezente carta de liberdade a dita crioula Benedicta concedendo-lhe plena izempção de todo e qualquer captiveiro, e no gozo desde já de sua liberdade, o que assim faço como testamenteiro, e rogo as Justiças Nacionais lhe dêem todo vigor [...]”. Cf. 2º Cartório de Notas da Capital. Livro de Notas 46, Carta de liberdade concedida por Luis Antonio Teixeira (finado), representado por seu testamenteiro, a Benedicta, 26/01/1851, fl. 95v. Como se pode verificar a redação das duas cartas de liberdade não diferem em seu conteúdo, tendo o objetivo de garantir a manumissão dos forros em função da vontade do senhor exposta em testamento.

³¹⁴ Infelizmente, o testamento de Luis Antonio Teixeira não está entre os coletados no 3º Ofício da Família e das Sucessões do ATJSP, redigidos entre 1850 e 1877, portanto, não foi possível verificar o tempo decorrido entre a morte do senhor e a conquista da manumissão pelos ex-cativos.

registradas no cartório, mas também desde o início dos autos constaram como forros, diferentemente de outros documentos em que alforriados eram arrolados como escravos para depois serem descritos como libertos³¹⁵. Conforme a disposição expressa em testamento, constaram na partilha de bens como herdeiros da ex-senhora. Além destes alforriados, foram listados como herdeiros na transmissão do patrimônio da ex-senhora, Bernardina, Joaquina, Felicia, Maria do Rosário, Maria das Dores e Jezuina, libertas em pia batismal³¹⁶ e membros das duas famílias identificadas nos autos³¹⁷.

Igualmente não tiveram escrituras de liberdades constantes nas notas, os cativos que obtiveram sua liberdade por morte de seus(uas) senhores(as), entre eles: os forros e legatários de Francisco Xavier de Moraes, Pedro e José³¹⁸ e Eufrasia, a liberta beneficiada por Joze Maria Bithencourt com uma quantia em dinheiro³¹⁹.

Mas, ter a liberdade reconhecida no inventário *post-mortem* do ex-senhor e não vir a ter registro de carta de liberdade no cartório não foi uma situação que tocou somente aos forros que constavam como legatários e herdeiros dos antigos proprietários. Cativos que obtiveram sua libertação imediata por morte do(a) senhor(a) e não foram beneficiados na partilha também só tiveram sua alforria ratificada nos autos.

Este foi o caso de Francisca, ex- escrava de Manoela da Piedade Soares, que teve sua alforria reconhecida no inventário. Além dela, pode-se citar Elias, liberto pelo testamento de Anna Policena de Souza, que inicialmente constou na lista de cativos arrolados por morte de sua ex-proprietário, mas depois constou como forro nos autos³²⁰; Rita, Fidelis e Francisco, manumitidos

³¹⁵ Nos autos, na margem da folha em que foi translado o conteúdo do testamento consta a seguinte anotação referente aos ex-cativos que confirma a ratificação das manumissões: “Escravos que ficarão forros, e herdeiros, do remanescente. Decima de 10 por cento”. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Gertrudes Maria das Dores Barbosa, Nº Proc. 67, 1855-1860, fl. 12.

³¹⁶ Com referência a esses forros que já desfrutavam de sua liberdade desde o batismo consta a seguinte informação: “Confirmação de alforria a outros igualmente; herdeiros.” Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Gertrudes Maria das Dores Barbosa, Nº Proc. 67, 1855-1860, fl. 12.

³¹⁷ Nos autos do inventário, nas declarações do inventariante, constam no tópico 'herdeiros' a lista dos forros: “Herdeiros Estevão, Florinda, Florinda (sic), Florencia, Gertrudes, Benedicta, mulher de Estevão, e Jezuina, esta de idade de mais de vinte e hum annos para cima, Maria do Rosario, de idade de dose para trese annos. Maria das Dores de dose annos. Felicia de oito annos de idade. Joaquina de cinco para seis annos, e Bernardino de cinco annos de idade, e todos residem no sitio da Inventariada.” Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Gertrudes Maria das Dores Barbosa, Nº Proc. 67, 1855-1860, fl. 2v.

³¹⁸ Nos autos, na margem da folha em que foi translado o conteúdo do testamento consta a anotação “Libertos Pedro Jose”, ratificando as manumissões. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Francisco Xavier de Moraes, Nº Proc. 1027, 1862-1868, fl. 5. Os libertos não constaram na avaliação de bens do ex-proprietário.

³¹⁹ ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joze Maria Bithencourt, Nº Proc. 302, 1868, fl. 32.

³²⁰ ATJSP. 1º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Manoela da Piedade Soares, Nº Proc. 309, 1855-1856.

por Joaquim Manoel d' Oliveira e referidos como libertos no processo judicial³²¹ e Joaquina e Benedicta, libertas condicionadas à prestação de serviços às irmãs da testadora Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda, mas que ficaram forras imediatamente após a morte de sua ex-senhora devido à desistência do direito do usufruto por parte das beneficiárias, assim, também foram citadas como forras no inventário³²². Logo, é fato que estes e muitos outros cativos que conquistaram sua alforria no momento da morte do senhor e, ainda, os que a tiveram reconhecida, mas ainda esperavam o cumprimento de outras condições, não tiveram cartas de liberdade registradas nas notas por demanda do processo de inventário.

Muitos senhores, em suas últimas vontades, não solicitavam aos testamenteiros que fizessem documentos adicionais para a comprovação jurídica da manumissão que concediam aos seus cativos, pelo contrário, afirmavam que o testamento serviria como título para a liberdade³²³. Assim, provavelmente, as manumissões em questão não resultariam em registros no cartório.

Neste sentido, Felizarda da Cruz, que desejava deixar por sua morte “liberta de toda a escravidão” a parda Porfíria, com a condição de esta ficar com seu irmão Guilherme até “ter idade de reger sua pessoa”, não exigia ao responsável pelo cumprimento de seus desígnios que lançasse

³²¹ ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Manoel d'Oliveira, Nº Proc. 33, 1865-1868.

³²² ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda, Nº Proc. 71, 1860.

³²³ Entre os manumissores foi possível localizar pelo menos 13 que afirmavam que o testamento seria o título para a liberdade dos cativos que alforriavam. Para ilustrar pode-se citar a redação da proprietária Anna Joaquina da Cruz: “Declaro que o meu crioulinho Antonio ficará forro na minha terça com a condição de servir a minha filha Jacinta, e na falta della aos seus filhos João, e Francisco, por tempo de vinte annos contados do dia do meu falecimento, e findo este prazo gozará de sua liberdade servindo lhe esta verba de título.” Cf. Testamento de Anna Joaquina da Cruz. Nº Proc. 676. 18/05/1858. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 264). Por exemplo, o senhor Joaquim Elias da Silva, para garantir a manumissão de seus forros, caso estes conseguissem pagar seu valor, declarava que o testamento e um termo de entrega da quantia acordada seriam os títulos necessários para o gozo da liberdade. “Declaro que tenho os escravos Benedita, João aos quais participaram a minha herança: mas se a escrava Benedita appresentar no juizo competente a quantia de setecentos mil reis (700\$000), e o escravo João, tambem appresentar ao juizo competente a quantia de hum conto de reis (1:000\$000) no prazo de quatro mezes, a contar do dia do meu fallecimento, para ambos, pelo facto da exhibição da dita quantia, ficarão livres, pois que esta he minha vontade, servindo-lhes a titulos esta verba, e o termo de entregar da quantia: se, porem o não fizerem no prazo marcado, ficará de nenhum effeito esta declaração, como se não houvera”. Cf. Testamento de Joaquim Elias da Silva. Nº Proc. 648. 24/02/1850. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 08, Doc. 387). Na redação das últimas vontades de 8 testadores encontra-se o conteúdo recorrentemente expresso com palavras que alteram-se, às vezes, na ordem, mas não no teor que expressa 'servindo-lhe esta verba de seu título de liberdade'. Cf. Testamento de Policena Maria do Nascimento. Nº Proc. 642. 09/06/1858. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 05, Doc. 266); Testamento de Antonia Maria Candida. Nº Proc. 1184. 20/09/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 540); Testamento de Francisco Antonio de Oliveira Simoens. Nº Proc. 744. 06/10/1858. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 278); Testamento de Fortunata Maria das Dores. Nº Proc. 655. 05/06/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 291); Testamento de Joao Carlos da Fonseca. Nº Proc. 690. 28/01/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 305); Testamento de Anna Eufrazia da Natividade de Azevedo. Nº Proc. 675. 27/09/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 330); Testamento de Manoela Jardina da Silva. Nº Proc. 624. 20/12/1854. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 03, Doc. 163); Testamento de Escolastica Maria Ribeiro. Nº Proc. 784. 20/09/1862. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 11, Doc. 534).

escritura de liberdade em benefício da forra, antes, declarava que “esta verba (testamento) é o título de sua liberdade”³²⁴.

A proprietária Anna Francisca de Brito solicitava ao seu testamenteiro, no sentido de asseverar a alforria de sua cativa Perpetua após a sua morte, que passasse uma certidão de seu testamento e entregasse à então forra para que a mesma guardasse-a como prova de seu novo *status* jurídico³²⁵.

Maria Angélica Vieira de Camargo, se expressava em suas últimas vontades facultando a sua herdeira o registro da carta de liberdade de uma de suas cativas: “Caetana ficará liberta por minha morte, e minha herdeira lhe passará imediatamente carta de liberdade, ou bastará por título esta minha testamentaria”³²⁶. Provavelmente, pelo que reforça, especialmente, o teor dos dois últimos documento mencionados, o registro não era obrigatório para a garantia da manumissão, antes o próprio testamento ratificava a libertação.

Como indica Peter Eisenberg (1989, p. 248) não existia a obrigatoriedade legal do registro das alforrias nos livros de notas, fosse nas determinações das Ordenações Filipinas ou nas leis e decretos suplementares, embora representasse uma maneira de defender a nova condição legal do liberto. Portanto, como o autor comprovou, o número total de manumissões não se reflete nas alforrias constantes nos livros de notas nos cartórios³²⁷, uma vez que manumissões concedidas em testamentos e na ocasião do batismo, por exemplo, não resultavam em documentos notariais.

Neste sentido, Eisenberg cita o estudo de James Kiernan (KIEMAN, 1976, p. 197 Apud EISENBERG, 1989, p. 250) que analisou as alforrias de crianças concedidas na pia batismal e as registradas em cartório em Paraty entre 1789 e 1888 e constatou que não se tratavam dos mesmos infantes, o que indica que os libertos no ato de batismo não necessitavam de comprovação cartorial,

³²⁴ Cf. Testamento de Felizarda da Cruz. Nº Proc. 1053. 26/03/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 472).

³²⁵ A senhora assim se expressava em seus derradeiros desejos: “Declaro mais que por meo falescimento ficará forra e liberta minha escrava mulata de nome Perpetua sem onus, e nem pensão alguma pelos bons serviços que me tem prestado com amor, e fidelidade servindo-lhe de carta de liberdade esta verba que meo testamenteiro mandará tirar por certidão, e lhe entregará para com ella a dita minha escrava gozar de sua liberdade como se de ventre livre nascesse”. Cf. Testamento de Anna Francisca de Brito. Nº Proc. 648. 24/02/1850. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 02, Doc. 97).

³²⁶ Cf. Testamento de Maria Angélica Vieira de Camargo. Nº Proc. 862. 22/12/1859. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 302).

³²⁷ Como indica o autor, para chegarmos a um número mais próximo do total de alforrias concedidas seria necessária a combinação de diversas fontes documentais, pois, como comprovado em estudos muitas concessões só constavam em determinado tipo de documentação. Assim, poderiam ser contempladas para a análise das manumissões: testamentos e inventários, cartas de liberdade registradas nos Livros de Notas, assentos de batismo, relatórios ministeriais, processos-crimes, documentos das estações de coletoria de rendas (1871-1888), além de outros (EISENBERG, 1989, p. 250).

pois, a cópia do assento de batismo já era suficiente para asseverar a condição de forro (EISENBERG, 1989, p. 249).

Da mesma forma, Mattoso, Klein e Engerman (1988, p. 62) afirmam que não era obrigatório o registro nas notas para provar a validade da libertação, embora, argumentassem sua importância para assegurá-la³²⁸. Contudo, eles declararam que “esse registro parece então ter ocorrido em pelo menos 80 por cento das alforrias”.

Monti, ao analisar as alforrias presentes nos testamentos/inventários *post-mortem* e nas cartas de liberdade constatou que 15,3% (243) delas haviam sido concedidas por testamentos e nestes documentos constavam dois tipos de manumissão: as que já tinham sido concedidas anteriormente e eram ratificadas nas últimas vontades, e, em alguns casos, também tinham sido registradas em cartório e as que apresentavam condições a serem cumpridas pelos interessados para se efetivarem e resultarem em registro nas notas dos cartórios³²⁹.

E, diferentemente do que constata-se para São Paulo em que as alforrias concedidas em testamentos e ratificadas por inventários não foram registradas nos cartórios, em Mariana 15,1% das manumissões constantes nos livros de notas eram advindas de concessões feitas em testamentos. (MONTI, p. 120)

Assim, o estudo deste autor também ratifica a não obrigatoriedade do registro das liberdades conquistadas por testamentos e inventários *post-mortem* nos livros de Notas.

Com relação à cidade de São Paulo, embora muitos senhores tenham afirmado em seus testamentos terem passado cartas de liberdade beneficiando seus cativos, a maior parte das escrituras localizadas nos 1º e 2º Cartório de Notas da capital não se referiam aos indivíduos citados nas últimas vontades dos proprietários. Essa averiguação permite levantar uma hipótese: muitas cartas de liberdade redigidas não foram registradas pelos interessados, fosse porque as alforrias não se efetivaram ou porque os interessados cujas manumissões passaram a ter vigor não tenham sentido necessidade de lançá-las nas notas para asseverá-las³³⁰. Neste sentido, pode-se levar em

³²⁸ “Devemos também esclarecer que, embora o registro da carta não fosse uma obrigação legal, era essencial para garantir a liberdade e os direitos dos alforriados” (MATTOSO, KLEIN, ENGERMAN Apud REIS, 1988, p. 162)

³²⁹ “Devemos ter claro que uma parte das alforrias registradas em testamentos eram concedidas antes mesmo da redação do documento e somente depois eram lançadas nele. Algumas já tinham mesmo sido registradas em cartório antes da redação desse documento, ou seja, encontramos dois grupos de alforrias registradas em testamentos: um em que o escravo aguardava a efetivação da carta já redigida; outro em que não se tinha nem mesmo uma carta verbal ou de compromisso, que viria a ser redigida com a morte do senhor e com o cumprimento das cláusulas emancipativas” (MONTI, 2001, p.124).

³³⁰ Neste sentido, Monti (2001, p. 132-133) indicou a existência de um período intermediário ente a redação da carta de liberdade e o seu registro em cartório de notas, segundo ele, necessário para que a alforria se fizesse ‘boa e válida’ e

consideração a ponderação de Damásio de que registravam seus documentos de liberdade os forros que precisassem se deslocar para outra cidade e para conseguir uma cópia da carta, com o objetivo de viabilizar sua mobilidade espacial, evitando, por exemplo, serem confundidos com cativos fugidos, lançavam-nas nas notas³³¹.

Damásio, por meio da leitura de testamentos e inventários *post-mortem*, contabilizou que, entre 1829 e 1838, 93 cativos conquistaram sua manumissão. No entanto, segundo fichamentos das cartas de liberdade feitas por Eisenberg, destes só 7 a haviam registrado em cartório. Portanto, o autor (DAMÁSIO, 1995, p. 10) concluiu que “o número de alforrias registradas em testamento e não registradas em cartório no decênio 1829-1838 é de 86”, constatando que o número de alforriados em Campinas no período em referência foi 153,57% maior do que o apontado por Eisenberg para este recorte temporal. Essa constatação é mais um indício de que para assegurar uma liberdade reconhecida no processo judicial dos inventários *post-mortem* não era necessário o registro cartorial³³².

Em São Paulo, entre 1855 e 1888, independente de condições impostas e da efetivação da libertação, nas cartas de liberdade dos livros de notas e nos testamentos, constaram as manumissões de 1018 cativos³³³, sendo que estavam registradas em ambas fontes documentais somente as alforrias de 13 beneficiados. Destas, possivelmente, uma tenha sido feita em função da morte da senhora do liberto condicional. Contudo, dos 60 alforriados, cuja manumissão passou a vigorar após a morte do senhor ou foi reconhecida no inventário *post-mortem* do(a) ex-proprietário(a), em função dos desejos expressos em testamento, nenhum teve carta de liberdade lançada no cartório.

Assim, com exceção das alforrias dos ex-escravos de Luis Antonio Teixeira, e, talvez, da libertação de Rogerio, as manumissões concedidas pelos proprietários dos distritos de Paz de São

para que o forro tivesse seu novo status jurídico assegurado. Todavia esse intervalo teria durado em média 4 anos e postergado o domínio do senhor sobre o escravo.

³³¹ Como defende o autor “É possível que, ao necessitarem se locomover de uma cidade para outra os libertos necessitassem de um documento para comprovar sua liberdade. A forma de conseguirem este documento era o registro de suas alforrias no livro de notas do cartório, recebendo uma cópia do documento (DAMÁSIO, 1995 p.11).

³³² Damásio (1995, p.11) indica a importância como prova da manumissão a confirmação da mesma no inventário *post-mortem* do ex-senhor do alforriado, dispensando o registro de carta de liberdade, especialmente, para os que permaneceriam na cidade. Em suas palavras: “Para os libertos que não fossem viajar para fora da cidade onde conquistaram a liberdade, a posse de uma carta registrada poderia ser absolutamente dispensável, pois se surgisse algum questionamento sobre sua liberdade, o juízo de órfãos estaria conservando a ‘prova’ de sua liberdade, ou seja, o testamento e o inventário de seu ex-senhor”.

³³³ Considerando a amostra consultada de 466 testamentos redigidos entre 1850 e 1877 e registrados no 3º Ofício da Família e das Sucessões, nos quais constavam 480 alforriados e todos os documentos de liberdade lançados (475), entre

Paulo em testamento, quando tinham as condições satisfeitas para sua efetivação foram ratificadas no processo de inventário *post-mortem* dos mesmos, não sendo registradas nos Livro de Notas do 1º e 2º Cartório da Capital de São Paulo³³⁴.

Além disso, dos 7 cativos cujas libertações não estavam previstas no testamento, 3 tiveram carta de liberdade passada pelos proprietários depois destes terem registrado suas últimas vontades. Sendo assim, os documentos constantes em cartório não tinham nenhuma relação com os derradeiros desejos dos senhores, inclusive em duas das cartas eram impostas condições a serem cumpridas para a efetivação da libertação. Já os 4 demais escravos conquistaram sua liberdade durante o processo de inventário. O escravo Elesbão alforriado por um legatário não teve escritura de liberdade lançada em notas, da mesma forma que Theresa e Vicencia que compraram sua manumissão, sendo que esta última teve uma carta passada pelo escrivão do Juízo da Provedoria. Somente Luiza que antecipou sua liberdade já reconhecida em inventário mas condicionada à prestação de serviços teve carta publicada em cartório.

Isso corrobora para a constatação de que as libertações reconhecidas em âmbito judicial não precisaram constar nas notas para terem sua legalidade reconhecida e que em alguns casos o próprio escrivão da Provedoria emitiu o documento que asseverava a manumissão.

Ao analisar as promessas de liberdade foi possível perceber que uma das estratégias utilizadas pelos senhores foi manter os futuros libertos sujeitos ao padrão de relação senhor-escravo, exigindo-lhes, mesmo que de modo implícito, que mantivessem sua obediência e eficiência na prestação de serviços. Desta forma, os proprietários mantinham-nos atrelados, implicitamente exigindo-lhes a demonstração de serem merecedores do 'benefício' que lhes havia sido concedido, no entendimento senhorial, por 'benevolência'.

1850 e abril de 1888, nos livros do 1º e 2º Cartórios de Notas da Capital de São Paulo, nos quais foram discriminados 551 manumitidos. Lembrando que 13 beneficiados apareciam em ambas as fontes documentais.

³³⁴ Neste sentido, convém ressaltar que uma moradora da Freguesia de São Bernardo, a senhora Escolastica Maria Ribeiro de Barros, registrou duas cartas de liberdade, em 1875, em um livro de notas que não era do 1º ou 2º Cartórios de Notas da capital de São Paulo. Esses documentos foram lançados no 5º Livro de Notas nos dias 04 e 05 de janeiro na Freguesia de São Bernardo, e, embora não tenha sido possível ter acesso ao Livro de Notas em que foram originalmente publicados, sabe-se de sua existência, pois, foram translados para o inventário *post-mortem* da senhora. (Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879-1894, fl. [27-29v]). Por conseguinte, é possível que outros testadores, também moradores na Freguesia de São Bernardo, tenham optado por registrar escrituras de liberdade nos Livros de Notas desse cartório, possivelmente, localizado na própria freguesia ou em algum mais próximo à região de residência do que os da capital. De qualquer forma, as duas escrituras de liberdade constituíam promessas de manumissões visto que os contemplados nelas ainda teriam que cumprir muitos anos de serviços antes que conquistassem sua alforria num futuro incerto. Logo, essas cartas não eram ratificações de liberdade plena, mas ofereciam a expectativa da libertação.

Da mesma forma, a condição de acompanhar e prestar serviços aos legatários designados pelo senhor também reproduziram este padrão, adiando a conquista tanto da liberdade jurídica quanto o gozo de uma liberdade de fato³³⁵.

Portanto, não desprezando a existência de casos que evidenciaram que nem sempre o *status* jurídico de liberto viria acompanhado da 'liberdade plena', embora apurada em pequeno número de casos, tiveram destaque as situações em que teve lugar o retardamento da efetivação da liberdade dos cativos após o falecimento de seu proprietário pelas condições adicionais a serem cumpridas.

Neste sentido, dos 67 cativos que tiveram sua liberdade conquistada/reconhecida por ocasião da morte de seu senhor, apenas 9% (6) já desfrutavam da sua manumissão ainda durante a vida do(a) proprietário(a), 40% (27) tiveram sua alforria passando a ter vigor com o falecimento de seu senhor e a grande maioria, 51% (34) ainda ficaria cumprindo cláusulas para entrar no gozo de sua liberdade³³⁶.

Alguns alforriados, além de conquistarem sua liberdade, seriam inseridos no processo de partilha de bens por disposição constante no testamento de seus ex-proprietários. Eufrazia por exemplo, deveria receber por morte de seu antigo senhor a quantia de 200\$000 réis. Assim, a liberta havia sido incluída na lista dos que Joze Maria Bithencourt queria favorecer por sua morte, entre os

³³⁵ Sendo que a liberdade de fato como já havia sido tratado nem sempre resultava da ratificação da manumissão nos documentos judiciais ou cartoriais.

³³⁶ Considerando somente as alforrias concedidas pelos(as) senhores(as) em testamentos, tem-se o total de 106 libertos, dos quais 5,3% (6) já tinham a manumissão válida durante a vida do(a) proprietário(a), 23,3% (25) cuja liberdade passou a ter vigor com o falecimento do(a) proprietário(a) e 67% (75) que ainda tinham cláusulas a cumprir antes de desfrutar de sua liberdade de fato.

quais estavam uma agregada, que receberia móveis e 1:000\$000 réis, a irmandade de Nossa Senhora do Rosario, que deveria receber 50\$000 réis e as afilhadas, Maria e Julia, cada uma devendo receber 100\$000 réis, a afilhada Theodora que ficaria com uma morada de casas e 500\$000 réis e Mafalda, cuja relação com o senhor não foi explicitada, ficaria com outra morada de casas e 500\$000 réis³³⁷.

Tratava-se de um senhor solteiro, sem ascendentes ou descendentes que o sucedessem na partilha da herança e que não incluiu colaterais ou parentes mais distantes na transmissão dos bens. Antes priorizou a doação a uma de suas afilhadas.

Jose e Pedro, por ocasião da morte de seu senhor, Francisco Xavier de Moraes, também solteiro e sem herdeiros forçados, ficaram forros e juntamente com uma agregada e afilhados do proprietário passaram a desfrutar de parte dos imóveis que compunham o patrimônio do inventariado³³⁸. Além destes, segundo determinações no testamento, deveriam ser contemplados com legados em dinheiro outros afilhados, duas instituições religiosas, pobres e várias pessoas, cuja relação com o testador não foi informada, mas que, certamente, faziam parte de suas relações sociais³³⁹.

Apesar de ser perceptível que o afilhado Antonio que obteve a posse de 'toda a Capoava', orçada em 2:700\$000, foi privilegiado na distribuição de legados, fica patente que o testador não queria deixar nenhum dos demais desassistidos, portanto, conferindo a cada um pelo menos uma parte das terras do sítio, o que provavelmente, viabilizaria o cultivo de produtos para a subsistência e, talvez, excedentes para um pequeno comércio. É interessante observar que o único beneficiário com grau de parentesco declarado, o sobrinho Francisco, recebia somente uma novilha avaliada em 10\$000 réis, quantia tão pequena quanto as doações feitas às igrejas, aos pobres e aos beneficiários sem relação identificada. Neste sentido, ao que deixam entrever o testamento e o inventário *post-*

³³⁷ Gertrudes Maria Franco, segundo disposição em testamento, deveria receber 1:000\$000 réis, mas não consta esse montante no orçamento de partilha que relacionou os bens recebidos por cada um dos beneficiários. Todavia os demais contemplados receberam os legados nas quantias deixadas conforme redação do testamento. Conforme consta no documento redigido pelo testador: “Declaro que deixo á dita Gertrudes Maria Franco todos os moveis que existem na caza d’ella e que me pertencem reservando algum délles que ella declarar que são já seus, como seja uma maquina de costura, sua cama e marquesa e outros objetos de pouco valor e deixo-lhe mais a quantia de um conto de reis. Declaro que deixo á minha escrava Eufrazia que fica liberta tambem a quantia de duzentos mil reis”. Cf. Testamento de Joze Maria Bithencourt. Nº Proc. 903. 06/08/1867. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 10, Doc. 479). Com relação à transmissão de bens por morte do proprietário conferir ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joze Maria Bithencourt, Nº Proc. 302, 1868.

³³⁸ ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Francisco Xavier de Moraes, Nº Proc. 1027, 1862-1868.

³³⁹ Cf. Testamento de Francisco Xavier de Moraes. Nº Proc. 745. 18/12/1861. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 07, Doc. 369).

mortem, não houve preferência por parte do senhor em manter seus bens entre os membros do núcleo familiar, antes preponderaram os selecionados das relações sociais com o senhor.

Mas além destes dois senhores solteiros e sem herdeiros necessários e um outro senhor, com ascendente para sucedê-lo, também desejou incluir uma liberta entre seus legatários. João Carlos da Fonseca, solteiro e sem filhos, ainda tinha sua mãe viva, portanto, sua herdeira obrigatória. Diferentemente de alguns dos proprietários que utilizariam a parte de livre disposição para complementar a legítima dos herdeiros, ele nomeava como beneficiários seus empregados e do remanescente da terça, Maria Justina, filha da escrava que ficaria forra por sua morte, Ignez.³⁴⁰

Enquanto os proprietários Joze Maria Bithencourt e Francisco Xavier de Moraes, solteiros e sem herdeiros forçados transmitiam uma pequena parte de seus bens aos libertos, acrescentando-os numa lista de vários outros legatários, três testadoras instituíram forros como seus herdeiros.

Joaquina Alves de Siqueira nomeou seu liberto Francisco Alves como herdeiro universal, isto significava que ele receberia seu patrimônio na totalidade. Segundo ela, a nomeação do forro era um “prêmio do seu bom procedimento e pelo carinho e piedade filial com que me tem até aqui tratado”³⁴¹. No entanto, a ex-proprietária solicitava que ele continuasse a habitar com sua irmã e sua mãe. E a todos os alforriados recomendava que vivessem em harmonia e do fruto de seu trabalho.

O fato de a senhora não ter ascendentes ou descendentes viabilizou instituir Francisco Alves como seu único herdeiro, além disso, em seu testamento e, por conseguinte, no inventário *post-mortem* não constou nenhum parente mesmo que distante³⁴². Sendo assim, não se sabe se um de seus ex-escravos herdaria todos os seus bens porque não existiam colaterais e outros parentes de grau ou se por escolha espontânea da proprietária. Pesa para a evidência de que ela, de qualquer

³⁴⁰ O proprietário deixava legados “em agradecimento do bem que me tractaram” a cada um dos funcionários que trabalhavam no colégio particular que o mesmo mantinha. Já com relação à legatária liberta não justificava sua atitude, se expressando da seguinte forma: “Declaro que todo o restante que ficar da minha terça deixo a menor Maria Justina que assim se deve chamar visto não estar ainda baptizada, a qual é filha da escrava Ignez, a quem dou plena Liberdade sem condição alguma servindo-lhe esta verba de seu título”. Cf. Testamento de João Carlos da Fonseca. Nº Proc. 690. 28/01/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 305).

³⁴¹ Cf. Testamento de Joaquina Alves de Siqueira. Nº Proc. s/nº. 19/10/1874. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 12, Doc. 566). Tudo indica que a senhora, sem filhos, sobrinhos ou afilhados, ao longo do tempo tenha desenvolvido uma relação de afetividade com o liberto Francisco Alves, que adotou o mesmo nome de seu esposo falecido, Francisco Alves de Siqueira e conviveu com ela desde o nascimento. Além disso, a senhora redigiu a primeira carta de liberdade para beneficiá-lo quando ele ainda era um recém-nascido, registrando-a quando ele já tinha 6 anos, conforme anteriormente citado.

³⁴² Quando redigiu a carta de liberdade de Francisco a testadora afirmava que tinha um herdeiro necessário, pois, seu pai ainda estava vivo, Mas, em 1874, quando fez seu testamento, certamente, seu genitor já havia morrido, já que ela declarou que não tinha ascendentes e nem descendentes.

forma, preferiria privilegiar o forro visto que não havia nem mesmo beneficiários das relações sociais da mesma, afilhados, instituições religiosas ou amigos contemplados para as doações.

Da mesma forma, a proprietária Maria Antonia da Conceição de Andrade, não tinha herdeiros obrigatórios para suceder-lhe, portanto, instituía a filha de sua liberta Francisca para herdar todos os seus bens depois de cumpridas suas solicitações de última vontade³⁴³. Em seu testamento, a ex-proprietária só não legava a Maria as roupas que sobrassem por ocasião de seu enterro, estas deveriam pertencer a Theresa, Rita e Francisca, as duas primeiras, provavelmente, também alforriadas pela senhora.

Além das supracitadas, não foram citados familiares e não haveria mais nenhuma pessoa beneficiada pelos desejos contidos no documento. Sua herdeira nomeada, era também sua afilhada, o que mostra a importância da relação de proximidade e, certamente, afetividade, entre a proprietária e a filha de sua forra, em detrimento do benefício de consangüíneos, se é que a testadora tinha parentes.

Já a proprietária Gertrudes Maria das Dores Barbosa, sem ascendentes ou descendentes para sucedê-la, dispunha de seus bens livremente em seu testamento, como a mesma declarava “sou solteira e não tenho algum descendente, assim como não tenho ascendentes vivos e por isso sem herdeiros forçados, rasão porque disponho de todos os meos bens [...]”. A senhora lembrava de seus sobrinhos, filhos de seu irmão falecido, deixando-lhes a posse do sítio Maranhão, no qual havia vivido por um tempo antes de se mudar para o sítio em que residia com seus libertos e cativos.

Às suas comadres garantia o local de moradia, tal como habitavam na época que redigiu seus últimos desejos, legava-lhes o usufruto do mesmo, pois, esses imóveis, após a morte das beneficiárias, passaram aos herdeiros definitivos.

Como herdeiros do remanescente de seu patrimônio, após cumpridas as solicitações, nomeava membros de duas famílias cativas que moravam juntamente com ela na casa e sítio na Freguesia da Penha³⁴⁴. Enquanto os infantes das famílias haviam sido alforriados em pia baptismal, os demais seriam libertos após a morte da senhora.

³⁴³ “Não tenho filho algum nem qualquer outro herdeiro, e por isso é minha ultima vontade deixar o que possuo, por minha morte, a minha afilhada Maria, filha de Francisca crioula, que foi minha escrava, á qual dita Maria lego dos meos bens os que ficarem depois de cumpridas as minhas disposiçoens”.

³⁴⁴ “Deixo forros por minha morte a meos escravos Estevão, Florinda, Florencia, Gertrudes e Benedicta, e a elles instituo por meos universaes herdeiros, e lhes deixo o remanescente de meus bens, depois de cumprir as minha disposiçoens. Ja forrei na pia baptismal e a que confirma esta alforria que dei a meos escravos Jezuina, Maria das Dores, Maria do Rozario, Felicia, Joaquina e Bernardina, os quaes serão igualmente herdeiros de meos bens com os acima nomeados”. Cf. Testamento de Gertrudes das Dores Barboza. Nº Proc. 974. 02/08/1853. (Fotocópia no CEDHAL,

Assim, apesar de ter familiares, a senhora privilegiava os libertos na transmissão de seus imóveis, permitindo-lhes que continuassem na mesma residência em que já habitavam.

Por conseguinte, tanto senhores(as) com herdeiros obrigatórios quanto sem ascendentes ou descendentes para a sucessão contemplaram libertos em seus testamentos, mas, o que variou na decisão dos proprietários foi a frequência e as características das doações para esses beneficiados.

Dos 5 testadores com herdeiros necessários, somente um incluiu entre seus legatários uma liberta. Neste sentido, a prioridade dos outros 4 senhores foi privilegiar entre os legatários pessoas de seu âmbito familiar como filhos, netos, sobrinhos, bisnetos e nora (co-herdeira) que, caso fossem herdeiros necessários, estariam recebendo legados adicionais à legítima na partilha. Neste sentido, entre os membros da família, segundo últimas vontades, deveriam ser distribuídos imóveis, escravos e o remanescente dos bens³⁴⁵.

Por sua vez, os legatários desses testadores que eram afilhados, empregados, pobres e instituições religiosas receberiam doações em dinheiro. Logo, a liberta de João Carlos da Fonseca

Caixa 03, Doc. 132). A senhora nomeava como herdeiros os cativos das duas famílias, a do casal Estevão e Benedicta e a de Florinda, com exceção de Fermino e Jose que deveriam servir aos seus padrinhos, Joaquim Cypriano e Miguel Rodrigues, um dia na semana até que completassem 40 anos, idade em que ficariam plenamente livres. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Gertrudes Maria das Dores Barbosa, Nº Proc. 67, 1855-1860, fl. 23v-24.

que deveria ficar com o remanescente da terça constituiu um caso particular entre os senhores com herdeiros obrigatórios.

Já entre os 15 testadores sem herdeiros obrigatórios, com exceção dos casados, houve maior diversidade na distribuição da herança e na escolha de favorecidos, isto, certamente, pelo direito que tinham à livre disposição da totalidade de seus bens. Como pessoas sem herdeiros forçados poderiam instituir herdeiros dos dois terços de seu patrimônio líquido e também legatários do terço restante do espólio, ou mesmo distribuir os bens em testamento sem nomeá-los explicitamente.

Os testadores casados foram os que menos se interessaram em incluir legatários em sua transmissão de bens, dos 4 senhores, três instituíram o cônjuge como herdeiro de todo o patrimônio sem designar mais nenhum beneficiário, nem de pequenas somas, somente um senhor subtrairia do espólio deixado à esposa quantias em dinheiro deixadas para uma instituição religiosa, uma liberta³⁴⁵ e uma favorecida, cuja relação não foi possível identificar.

Entre os 11 testadores solteiros e viúvos não houve unanimidade na escolha dos herdeiros e dos legatários. Três senhoras instituíram como herdeiros libertos ou filhos destes, sendo que uma delas nomeou seu liberto como herdeiro universal, sendo este o único contemplado para receber a totalidade de sua herança.

³⁴⁵ Houve senhores que beneficiaram mais de um legatário em sua terça e com diferentes bens.

³⁴⁶ No testamento não fica claro se trata-se de uma alforriada pelo senhor ou por terceiro.

Já quatro proprietárias solteiras resolveram designar como herdeiros pessoas do âmbito familiar: duas selecionaram irmãos, uma o primo e uma sobrinhos. Dois testadores, um senhor solteiro e uma senhora viúva, elegeram herdeiros priorizando obras pias, respectivamente, designando instituições religiosas e a outra os pobres, porém sem esquecer de listar o testamenteiro responsável pelo cumprimento de suas solicitações entre os favorecidos³⁴⁷.

Por fim, dois senhores solteiros não indicaram herdeiros, distribuindo seus bens aos legatários escolhidos.

Logo, pode-se dizer que, entre os 15 testadores sem sucessores obrigatórios para a partilha houve divisão na escolha de beneficiários para herdar, 8 deles privilegiando familiares, inclusive cônjuges, 3 selecionando pessoas de suas relações sociais, mas não por consangüinidade, nestes casos os libertos, 2 favorecendo as obras de caridade e assistência e 2 não elegendo herdeiros³⁴⁸.

Em linhas gerais, constata-se que os testadores que designaram como herdeiros pessoas que não pertenciam ao âmbito familiar também privilegiaram legatários com os quais não tinham relações de parentesco.

³⁴⁷ A decisão de incluir o testamenteiro entre os pobres herdeiros, provavelmente, deveu-se ao fato do patrimônio ser de grande monta e exigir muito tempo e dedicação para a distribuição de legados. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Anna Roza de Araujo, Nº Proc. 88, 1872-1875.

Das três testadoras que nomearam libertos/filha de liberta como herdeiros, duas senhoras deixavam seus bens somente a libertos e uma tinha elegido também legatários, entre os quais estavam comadres, sobrinhos primos além dos próprios libertos.

Entre os dois senhores que preferiram fazer caridade com seus bens, um privilegiando pobres e testamenteiro e o outro uma instituição religiosa, respectivamente, incluíram como legatários aquela uma igreja como legatária e este além de pobres cegos, aleijados, enfermos, um afilhado e o testamenteiro. De qualquer forma, a prioridade foram as 'boas' obras' e não a transmissão de patrimônio secular, parecendo o testamento mais um momento de busca da salvação ou, quem sabe, uma indicação da insuficiência de relações sociais marcantes mantidas por esses proprietários.

Entre os dois senhores que não nomearam herdeiros, também não houve contemplados pertencentes ao âmbito familiar. Ambos designaram agregada, libertos e afilhados para as doações, tendo um deles, acrescido à lista uma instituição religiosa e uma pessoa cuja relação com o mesmo não foi explicitada. É relevante a presença de parentes como legatários nos testamentos dos que os instituíram herdeiros.

Portanto, constata-se que grande parte dos testadores com herdeiros forçados contemplaram, especialmente, pessoas com as quais tinham relações consangüíneas para serem inseridos no processo de transmissão de seu patrimônio. Mesmo os afilhados favorecidos, em sua totalidade, eram pertencentes ao âmbito familiar. Isso indica que optaram por manter seus bens entre as pessoas da família, mesmo podendo ter feitos pequenas doações a instituições de caridade, instituições de caridade, afilhados ou outras pessoas de suas relações sociais.

Por outro lado, entre os testadores sem herdeiros necessários houve uma grande variedade de pessoas e instituições nomeadas como legatárias para a sucessão, foram escolhidas tanto pessoas da família quanto sem aparente relação consangüínea.

3.2 Trajetórias de cativos em direção à conquista da liberdade

Ao proceder a leitura dos inventários *post-mortem* dos senhores que haviam registrado o desejo de alforriar pelo menos um de seus escravos em testamentos verifica-se que apresentavam perfis diversificados quanto a sua ocupação, atividades econômicas desenvolvidas, tamanho do

³⁴⁸ Houve senhores que beneficiaram mais de uma pessoa e com diferentes bens.

plantel e ofícios em que empregavam os cativos e a porcentagem que representavam os cativos selecionados para a manumissão em relação ao plantel.

Dos serviços prestados aos seus senhores, passando pela expectativa de liberdade pelas promessas registradas por seus proprietários nos testamentos e a chegada do momento da morte dos senhores e de tantas possíveis adversidades, são compostas as trajetórias de libertos condicionais em busca da efetivação de sua alforria.

Alguns conseguiram desfrutar de melhores condições de vida até a conquista de sua manumissão, já outros tiveram sua força de trabalho explorada excessivamente e morreram em cativeiro, sonhando com o dia da concretização de sua libertação.

São diversos os perfis dos senhores que optaram por deixar pelo menos um cativo liberto, tanto no tocante ao montante e composição do patrimônio possuído, nas relações sociais desenvolvidas, nas preocupações quanto aos aspectos espirituais e materiais, na forma de garantir a sobrevivência, quanto na forma de alforriar. Por isso, mesmo correndo o risco de se repetirem parte dos dados abordados ao longo da análise, convém resgatar alguns desses percursos e seus desfechos minuciosamente em sua riqueza de informações.

Em 06 de março de 1871, Escolastica Maria Ribeiro de Barros, por não saber ler e nem escrever, e preocupada com seu estado de saúde precário, pediu ao conselheiro Manoel Dias Xavier de Toledo que redigisse as suas últimas disposições num testamento. Pela redação do documento fica claro que a senhora tinham muitos herdeiros necessários, tinha cinco filhos vivos, Izabel, Escolastica, Francisco, Joaquim e Delfina Maria e mais sete netos, descendentes de seus filhos falecidos, Antonio e Maria.

A proprietária da longa lista dos que a sucederiam privilegiaria Francisco, que além de sua legítima, deveria receber metade da terça de sua mãe, em que estaria incluso a chácara do Rio dos Coiros e o escravo João. A outra metade da terça “em remuneração dos bons serviços que [me] tem prestado” seria legada a Francisca Emilia de Jesus, que era nora da senhora e estava casada com Joaquim.

Por sua alma solicitava 25 missas, além de registrar o desejo de distribuir 50\$000 réis entre os pobres mais necessitados do local onde residia e deixar a mesma quantia à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem. Possivelmente, essas doações tivessem motivações religiosa e espiritual, com o objetivo de conseguir a indulgência divina por meio da prática de caridade póstuma.

Além da instituição e dos miseráveis, a senhora não favoreceu afilhados ou outras pessoas fora de seu núcleo familiar, somente registrou uma promessa de liberdade em favor uma cativa. Segundo seu discurso “por minha morte ficará forra sem condição alguma a minha escrava velha de nome Catharina, e esta verba lhe servirá de título de sua liberdade”.

Segundo dados da matrícula de escravos de 1872³⁴⁹, feita cerca de um ano após o registro das últimas vontades da proprietária, na época do em que a proprietária fez o testamento, a cativa, natural da Costa, cozinheira, estava com 59 anos³⁵⁰. Logo, esta já estava com idade avançada, como sua senhora reconhecia, e, no entanto, deixava a cativa sujeita a esperar seu falecimento para ter sua manumissão efetivada e, certamente, até que isso ocorresse a libertanda deveria continuar prestando serviços. Ao deixá-la alforriada por sua morte, a proprietária atrelava a futura forra à sua companhia e dependência, seguramente, esperando continuar a receber os mesmos préstimos.

Embora a testadora tenha mencionado no documento apenas dois escravos, na listagem obrigatória constavam 13 escravos em sua posse, cujas idades variavam de 1 a 70 anos. Dentre eles estava a cativa Manoela, cozinheira, já com 70 anos, a mais velha de todos do plantel, seguida por Catharina, com 60 anos, 6 escravos na fase considerada de maior produtividade e 7 escravos com até 12 anos. Do total de escravos somente três haviam sido adquiridos por compra, os demais eram “cria da casa”. Antonio, de 11 anos, “paje”, era filho de Joanna, que não estava arrolada no plantel. Joaquina, de 30 anos, era cozinheira, Paulo, de 30 anos e João de 18 anos eram tropeiros e Felicia, de 12 anos era descrita como “paje”, sendo estes filhos de Catharina. Felicia de 7 anos, Joaquina, de 8 anos, Benedito, de 10 anos Augusto de 2 anos e Francisco de 1 ano eram filhos de Joaquina.

Assim, a maior parte da escravaria da proprietária havia sido concebida por duas de suas cativas, Joaquina e Catharina, que seria liberta “sem condição alguma”. Ademais, esta escrava possivelmente já estava servindo sua senhora há muito tempo e ainda continuaria seus préstimos até que esta morresse e além disso, havia gerado muitos escravos que trabalhavam para a senhora e três deles tinham ofícios e estavam na faixa de grande produtividade. Outrossim, os cativos mais jovens da família de Catharina, ainda sem ocupação evidenciada na lista, eram a garantia da reposição dos membros idosos da mão-de-obra e, ainda mais, depois da proibição do tráfico transatlântico eram de grande valia.

³⁴⁹ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Matrícula de escravos traslada para o Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, N° Proc. 855, 1879-1894, fl. [26].

Desta forma, certamente pode-se pensar que a cativa havia recompensado sua proprietária mais do que o suficiente para a conquista de sua liberdade. Neste sentido, a disposição de manumissão de sua senhora, possivelmente, tenha se dado em função da convivência entre elas, viabilizada pelo ofício de cozinheira da cativa, que permitia o acesso à residência senhorial, além, claro, ao que indica a expressão no testamento da “velhice” da cativa.

Apesar de ter muitos cativos para favorecer, a senhora se valeu de uma estratégia habitual, selecionar um número restrito para a promessa de liberdade, assim, escolheu uma escrava já idosa. Desta forma, investiria na libertação de uma cativa que já estava com preço depreciado em função da idade, o que significaria um investimento pequeno em alforria, se comparado à manumissão dos escravos mais jovens e produtivos que possuía.

Portanto, por seu testamento, a senhora beneficiaria pobres, uma instituição religiosa, sua nora e uma escrava que lhe prestavam serviços e seu filho Francisco, provavelmente, por ser o que mais lhe auxiliava. Logo, esse documento refletia o momento em que a senhora deixava registrada suas disposições para recompensar os que a haviam ajudado, não incluindo nos legados afilhados ou outras pessoas fora do núcleo familiar. Além disso, as determinações revelavam um comportamento recorrente entre os senhores com herdeiros necessários: raramente deixar bens de alto custo para os que não tinham relações de consangüinidade ou não eram ligados à família por laços matrimoniais.

Entre a redação das últimas vontades e o falecimento da proprietária transcorreram cerca de oito anos. Entretanto, em 1874, isto é, cinco anos antes da morte de Escolastica Barros, Catharina faleceu, conforme conteúdo do assento de óbito registrado no livro da Freguesia de São Bernardo:

Certifico, que em Livro de Obitos desta Matriz de São Bernardo, ja findo, nelle a fl. 97 se acha o assento do theor seguinte = Catharina = Aos dous de Julho de mil oito centos e setenta e quatro no cemiterio desta Matriz de São Bernardo foi sepultado o cadáver de Catharina, edade cincoenta e oito annos mais ou menos, solteira, sem sacramentos por se achar demente, escrava de Dona Escolastica Maria de Barros Ribeiro, envolta em Habito preto, e sua alma foi encommendada = O Vigário Thomaz Innocencio Lustosa Nada mais em dito assento, o que certifico em fé de Parocho. São Bernardo 18 de Janeiro de 1879. O Vigário Thomaz Innocencio Lustosa.

Desta forma, a cativa morreu, segundo assento de óbito em estado de demência, sem vivenciar a concretização da almejada liberdade³⁵¹.

³⁵⁰ Se tomar-se como referência sua certidão de óbito de Catharina de 1874, em 1871, quando sua senhora fez o testamento, a cativa estaria com 55 anos.

³⁵¹ Se Catharina faleceu sem conquistar sua liberdade, a cativa de mesmo nome de Anna Joaquina de Almeida, depois de decorridos três anos da redação das últimas vontades de sua senhora, em 1869, foi avaliada entre os escravos por 1:200\$000, mas teve sua manumissão reconhecida, tendo sido seu valor descontado do patrimônio da inventariada. Na época, segundo arrolamento de bens, a forra tinha 44 anos e sua alforria era o único legado feito pela testadora que

Além de Catharina também faleceria antes da proprietária, embora ainda fosse jovem, o escravo João que deveria ser legado a Francisco Ribeiro após a morte da testadora. O sepultamento aconteceu aproximadamente dois meses antes do óbito da senhora:

Certifico, que em Livro de Óbitos desta Matriz de São Bernardo, que ora serve, nelle a fl. 94 se acha o assento do teor seguinte: = João = Aos dose de Novembro de mil oito centos e setenta e oito no cemitério desta Matriz de São Bernardo foi sepultado o cadaver de João, idade de vinte tres annos incompletos, solteiro, escravo de Dona Escolastica Maria de Barros, sem sacramentos, por não ter eu podido compparecer ao chamado, envolto em Habito, e sua alma foi encommendada = O Vigário Thomas Innocencio Lustosa. Nada mais em dito assento, o que certifico em fê de Parocho. São Bernardo 18 de Janeiro de 1879. O Vigário Thomaz Innocencio Lustosa.

A liberdade de Catharina não se realizou e João permaneceria em cativeiro segundo as vontades póstumas de sua senhora, mas o inventário mostrou-se uma caixa de surpresa ao revelar que a proprietária registraria mais duas promessas de alforria contemplando Joaquina e Benedito por meio de cartas de liberdade registradas em 1875 no Livro de Notas do Cartório da Freguesia de São Bernardo.

Da mesma forma, as manumissões somente teriam validade após cumpridas as exigências, que eram esperar a morte da proprietária e depois ainda prestar serviços a legatários designados por ela. A proprietária sujeitava Joaquina a trabalhar para seu filho Francisco Ribeiro conforme expresso na escritura:

Eu Dona Escolastica Ribeiro de Barros dou a liberdade a minha escrava Joaquina cor preta crioula que hoje tem 30 annos de idade solteira com a comdição que me servirá como escrava athé minha morte e quando eu morrer passara a servir meo filho Francisco Ribeiro de Godoi athé este morrer; e depois destes fallecimentos passara nesse tempo a dita escrava Joaquina a gosar de sua inteira liberdade como se nacida fosse de ventre livre. Declaro mais; Francisco Ribeiro, sua mulher não terá Direito algum em Joaquina, só elle tem direito durante sua vida; sem mais condições algumas dou esta liberdade, que não poderá ser vendida em tempo algum esta escrava, nem alienada ou trocada só servirá sobre a condição assima, para claresa lhes mandei passar esta que deve ser inscripta no Livro publico por não saber ler e escrever pedi a João Corrêa Dias que esta por mim passasse e a meo rogo assignasse com duas testemunhas São Bernardo 4 de Janeiro de 1875. Ao rogo de Dona Escolastica Maria Ribeiro de Barros assigno João Correa Dias.

Já o filho de Joaquina, que era mais novo que ela, trabalharia para dois senhores, o filho da testadora Joaquim Ribeiro e sua esposa Francisca Emilia, até que o segundo deles falecesse e finalmente conquistasse sua liberdade sem restrições.

Digo eu Dona Escolastica Maria Ribeiro de Barros que dou plena liberdade ao meo escravo Benedito, crioulo preto de idade quatorze annos, filho de Joaquina; isto faço com as

contemplava uma pessoa fora do núcleo familiar. Cf. Testamento de Anna Joaquina de Almeida. Nº Proc. 915. 27/07/1866. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 09, Doc. 457) e Inventário de Anna Joaquina de Almeida, Nº Proc. 120, 1869-1876.

condições seguintes primeiro que o mesmo escravo Benedito me servira como escravo [?], mais sim: faço entrega a meo filho Joaquim Ribeiro de Godoi, para lhe servir durante sua vida. Segundo que quando o meo filho dito Joaquim Ribeiro morrer então passara este escravo Benedito a servir a minha nora Dona Francisca Emilia de Jesus, tão bem durante sua vida, e quando esta falecer ahi então o dicto escravo ficara gosando de sua liberdade como se nacido fosse de ventre livre. 3º isto faço pelo amor tenho no meo filho, nora e escravo que fica nesse tempo gosando de inteira liberdade sem mais condição alguma³⁵².

Logo, essas concessões eram promessas de liberdade cuja realização estava posta em um momento incerto do futuro. Quanto tempo viveria cada um dos novos ‘senhores’ ou mesmo quanto tempo sobreviveriam os próprios candidatos à liberdade?

Embora essas manumissões fossem gratuitas condicionais, na prática, apesar da senhora não exigir pagamento em dinheiro, dependendo do tempo que os cativos ficassem servindo e, considerando que estavam no auge de sua produtividade, teriam indenizado os herdeiros da proprietária em seu valor antes de desfrutarem de liberdade.

Em janeiro de 1879, quando Escolastica Barros faleceu, o monte-mor era de 14:713\$000 réis, descontadas as dívidas, o líquido chegava 14:321\$420 réis. Quase metade de patrimônio, 6:400\$000 réis, era constituída por escravos, 3:050\$000 réis correspondiam a bens de raiz, 3:000\$000 réis a dinheiro, 920\$760 réis a dotes que voltavam à colação, 578\$000 réis a dívidas ativas, 405\$240 réis a prata, 370\$000 réis a animais, 286\$000 a móveis, 24\$000 réis a ouro e 12\$000 réis a metais.

Os dois terços do patrimônio foram divididos em sete partes referentes aos filhos vivos da testadora e aos que haviam falecido, mas tinham deixado descendentes. Por conseguinte, a legítima que coube a cada filho foi de 1:363\$944 réis, cada um dos filhos de Izabel Maria Ribeiro, João, Amélia, Francisco e Felício recebeu 340\$986 réis. Os filhos de Maria Ribeiro, Izabel Pedroso, Antonio Francisco Pedroso, Francisco Pedroso Pacheco, João Ribeiro Pedroso e Francisca Pedroso receberam 272\$788 réis. Já os filhos de Escolastica Maria, Izabel Pedroso, João Laurindo Pedroso, Antonio Augusto Pedroso, Maria Pedroso, Theresa de Cassia Pedrosa e Francisco Antonio Pedroso receberam 227\$324 réis.

³⁵² ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Carta de liberdade de Benedito traslada para o Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879. [fls. 27-28]

Portanto, a senhora teve muitos filhos e quase todos tinha um número grande de descendentes, isso contribuiu para uma redução significativa do valor da legítima que coube a cada herdeiro-neto e mesmo aos filhos.

Somente Francisco e Joaquim (como esposo de Francisca Emilia) ficariam em melhor situação com relação aos bens recebidos devido à doação da terça, tendo um acréscimo de 2:311\$903 réis, equivalente a metade da terça, em suas legítimas.

Logo, na transmissão da riqueza desta testadora, como comumente ocorria entre os inventariados que tinham herdeiros necessários da amostra, a maior parte do espólio ficava entre os membros da família ou ligados a ela pelo matrimônio.

Se em 1872, Escolastica possuía 13 escravos quando espirou restavam 8. Enquanto 6 escravos foram avaliados integralmente, Benedito e Joaquina só tiveram o valor de seus serviços declarados, pois, devido às cartas de liberdade registradas, adquiriram um *status* intermediário entre a condição de escravo e de forro. Desta maneira, foram orçados em 1:000\$000 réis³⁵³, valor que correspondia a 7% do monte-menor da inventariada, enquanto os cativos constituíam 45% de seu patrimônio líquido. Logo, a porcentagem investida em alforrias que ainda não estavam em vigor era pouco expressiva em relação ao montante dos bens da proprietária. Outrossim essas libertações condicionais não inviabilizavam de forma alguma a continuidade das relações escravistas, visto que além de Joaquina e Benedito ficarem sob o domínio dos usufrutuários, ainda haveria escravos jovens para prestar serviços para os demais herdeiros. As vantagens que esses libertos podiam desfrutar era ter seu direito à alforria reconhecido em um documento judicial, podendo garanti-lo futuramente com base legal, não podendo tê-lo revogado sob nenhuma alegação e, além disso, não poderiam ser vendidos, doados, transmitidos por herança ou servir a outras pessoas que não os usufrutuários previamente definidos pela testadora.

De qualquer forma, a ambigüidade estava posta, não eram avaliados como os demais escravos, mas também não tinham autonomia para decidir seu próprio destino. Embora a mortalidade na época fosse grande, talvez, o fato de serem jovens, pudesse aumentar suas chances

³⁵³ Joaquina e Benedito foram orçados em 500\$000 réis cada, metade de seu preço de mercado, pois, foram avaliados somente seus serviços, já que havia sido reconhecido seu direito à liberdade depois de prestado o tempo de trabalho determinado. Todos os outros cativos foram orçados de forma integral, Paulo, de 38 anos em 1:000\$000 réis, Joaquim, de 16 anos em 1:200\$000 réis, Augusto, de 10 anos em 1:000\$000 réis, Felícia, de 13 anos em 1:000\$000 réis, Agostinho, de 48 anos em 600\$000 réis e Francisco, de 7 anos pelo mesmo valor. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Escolastica Maria Ribeiro de Barros, Nº Proc. 855, 1879. [fls. 42-43]

de conquistarem a manumissão, já que a morte de Escolastica Barros era somente a primeira etapa das cláusulas que deveriam cumprir.

Portanto, a esperança da libertação havia sido concedida, entretanto não se sabe se essa viria a se concretizar, ou se a filha e o neto da “escrava velha de nome Catharina” além de terem herdado o cativo por nascimento, reproduziriam também sua trajetória de vida.

* * *

Em 28 de janeiro de 1860, o senhor João Carlos da Fonseca, por se encontrar “enfermo de cama” e “temendo a morte que a todos é natural”, fazia seu testamento registrando os desejos a serem realizados depois de sua morte³⁵⁴. Diante da moléstia, a preocupação parecia ser direcionar seus bens terrenos, visto que não havia desígnios relativos à salvação da alma.

O proprietário era uma das poucas pessoas que faziam testamento e ainda tinham algum dos genitores vivos. Assim, Francisca das Chagas e Silva da Fonseca, como sua ascendente, na falta de filhos ou netos, era a única herdeira necessária, visto que o pai era “falecido de mais de trinta annos”.

Como sua herdeira obrigatória “na forma da Lei” a mãe receberia os seus bens por herança, então, seguramente, o que motivava o proprietário a elaborar o documento era destinar sua terça e seus escravos.

De sua parte de livre disposição, distribuía legados significativos aos empregados de seu colégio, Jozé Pedro de Andrade, Maria Siqueira dos Santos, Manoel Francisco da Silveira, José Maria Thomas, e Mathias José Nogueira, sendo 500\$000 réis a cada um 'em agradecimento do bem que o tinham tratado'. Outrossim, perdoava todas as dívidas de seus amigos, que não haviam lhe passado vales, afirmando que dava-se por satisfeito das quantias.

Ele também libertava o pardo Balthar, com o qual parecia ter cuidado especial, solicitando a sua mãe que ficasse responsável por o “mandar educar” até completar 18 anos.

Do remanescente de sua terça nomeava como herdeira a então recém-nascida Maria Justina “que assim se deve chamar visto não estar ainda baptizada, a qual é filha da escrava Ignez, a quem dou plena Liberdade sem condição alguma servindo lhe esta verba de seu titulo”. A expressão ‘sem condição nenhuma’, embora a cativa tivesse que servir ao senhor até que ele falecesse, fazia sentido para o proprietário visto que seria a ordem natural do regime escravista a escrava permanecer em

³⁵⁴ Cf. Testamento de João Carlos da Fonseca. Nº Proc. 690. 28/01/1860. (Fotocópia no CEDHAL, Caixa 06, Doc. 305).

cativeiro até que ela morresse, ou seja, a concessão da manumissão era vista como uma benesse oferecida pelo bom senhor.

Entre os testamenteiros escolhidos para assegurar a concretização de suas solicitações em primeiro lugar sua mãe, em segundo, seu irmão João Vicente da Fonseca, e, em terceiro, seu irmão, o tenente Pedro de Alcantara da Fonseca.

A distribuição de legados do senhor chama atenção, não pelo fato de beneficiar funcionários que, provavelmente, o auxiliaram por muito tempo e no balanço de sua vida que o testador fazia se mostravam merecedores da recompensa, mas pela ausência de doações a membros de sua família, principalmente, a irmãos, visto que ele tinha pelo menos dois vivos. Era recorrente os senhores com herdeiros forçados fazerem doações a irmãos, sobrinhos, afilhados e, muitas vezes, a instituições religiosas. Entretanto, o proprietário contemplaria a filha de uma liberta condicional com o restante de sua terça depois de satisfeitas suas doações, sem contudo, insinuar a motivação da libertação da cativa e nem o benefício à filha da mesma.

Em suas últimas vontades, o senhor não declarou o *status* jurídico de Maria Justina, contudo, é muito provável que o batismo da menor como forra já fosse uma questão indubitável, assim como, o fato de que ela estaria entre os beneficiados da herança como liberta. Corrobora para essa ideia, a cerimônia do sacramento ter ocorrido no mesmo dia em que foi registrado o testamento do proprietário. No assento da ingênuia, constante no Livro 15º de Assento de Baptismos de pessoas livres da Freguesia da Sé, lia-se:

Maria – Aos vinte e oito de Janeiro de mil oito centos e sessenta nesta Sé pus os Santos oleos, e baptisei a Maria de um mes de idade, filha de Ignez, escrava de João Carlos da Fonseca, o qual deo liberdade a esta innocente Maria. Foi padrinho Mathias José Nogueira, todos desta Cidade, e sob proteção de Nossa Senhora da Penha. O Cura Marcellino Ferreira Bueno³⁵⁵.

Assim, o testador no dia em que deixava escritas suas solicitações para depois de sua morte também concedia alforria à sua futura legatária. Interessante observar que havia sido padrinho no sacramento um dos empregados do Collegio ao qual o senhor era grato pela forma como o tratava, ou seja, um homem livre e não libertos ou escravos, pessoas de mesmas condições que a infante e sua mãe.

³⁵⁵ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Assento de batismo de Maria Justina (Livro 15º de Assento de Baptismos de pessoas livres da Freg. da Sé, 28/01/1860, f.10v.) traslada para o Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 46.

O inventariado espirou no dia 21 de fevereiro de 1860, menos de um mês da data em que havia mandado redigir suas disposições, e deixava como herdeiros a mãe e “Maria Justina idade de tres mezes incompletos, filha de Ignês, liberta”.³⁵⁶

No dia 22 de fevereiro após ter sido apresentado ao juiz da Provedoria o testamento solene do senhor por Pedro Cezario dos Santos, foi realizado o termo de abertura do documento e aceito pela herdeira e mãe do testador o encargo de inventariante dos bens deixados por ele.

Como de praxe, Francisca Fonseca prestou os juramentos aos Santos Evangelhos, comprometendo-se a agir sem dolo e nem malícia e cumprir os desígnios do testador de acordo com a legislação e os bens do mesmo. Ela alegou que seu filho havia falecido e instituído como herdeira a ela inventariante e de sua terça uma escrava que havia libertado³⁵⁷.

Como era procedimento designar tutores para menores e para ex-escravos, Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade aceitando o cargo de curador da órfã Maria Justina prestou o juramento aos Santos Evangelhos para representar os interesses da mesma no processo de inventário³⁵⁸.

João Carlos, conforme descrição dos dados do inventário era um senhor remediado, cujo monte-mor era de 22:044\$790 réis, descontadas os gastos com enterro e despesas cotidianas, chegava a 19:114\$810 réis, quantia que ainda era alta considerando a população de São Paulo. Seu patrimônio líquido era constituído, especialmente, por dinheiro, imóveis e escravos, nessa ordem.

Como divulgado no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1858* e conforme os autos, o proprietário era um empreendedor, dono do Collegio Brasileiro, localizado na travessa de Santa Thereza para a Sé³⁵⁹. Em imóveis, tinha 5:050\$000 réis, relativos a duas chácaras na Freguesia do Brás e um terreno de pouco valor na Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França e escravos. Em moeda possuía 8:323\$260 réis e em escravos 3:650\$000 réis. De acordo com os bens arrolados em seu inventário, o empreendimento escolar e o aluguel das chácaras eram suas principais fontes de renda.

³⁵⁶ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 3v.

³⁵⁷ Cf. Inventário de de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 2.

³⁵⁸ O curador indicado pelo juiz era Pedro Cezario dos Santos, mas este pediu revogação da nomeação, em 27/04/1860, visto que era muito ocupado em função de sua casa de comércio e de seu emprego público. Cf. Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 26.

³⁵⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1858*. Org. Marques e Irmão. São Paulo: Typographia Imparcial, de J.R.de Azevedo Marques, 1857, p. 115. O empreendimento já consta no Almanak do ano de 1857, mas apenas como Collegio. Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857*. Org. Marques e Irmão. São Paulo: Typographia Imparcial, de J.R.de Azevedo Marques, 1856, p. 131.

Entre seus cativos, estavam 3 que ficavam alocados no Collegio Brasileiro: Antonio, de Nação, solteiro, de 50 anos, avaliado por 350\$000 réis, Josepha, crioula, de 35 anos, solteira, orçada em 1:000\$000 réis e Nicolao, cozinheiro, de Nação, de 45 anos, solteiro, avaliado por 900\$000 réis, certamente, bem avaliado por ter ofício e ser produtivo, já que tinha idade avançada. Estes escravos permaneceriam em cativo e comporiam parte da herança que a mãe do proprietário receberia.

Já os demais escravos, provavelmente, prestavam serviços na residência do senhor ou na cidade, tratavam-se dos libertos condicionados à morte do senhor: Ignez, crioula, de 30 anos, cujo estado conjugal não foi declarado, avaliada por 1:000\$000 réis e Balthar, mulato, de 12 anos, orçado em 1:200\$000 réis, mas que pertencia somente em parte ao senhor.

Logo, enquanto muitos senhores escolheram escravos que os haviam servido por quase toda a sua vida, este proprietário privilegiaria com a sua morte seus cativos mais jovens e também de alto custo no mercado e que estavam entre os mais rentáveis do pequeno plantel.

Em seu testamento o senhor referia-se a Balthar “que por ella [sua mãe] me foi entregue em conta da minha legitima por falecimento de meu Pai”. Contudo, de acordo com a avaliação dos bens do proprietário, o cativo em questão tinha apenas 12 anos e seu genitor havia morrido há 33 anos. Logo, o candidato à libertação não era ainda nem nascido quando ocorreu a transmissão do patrimônio de seu pai.

Devido à declaração de João Carlos de que o escravo havia sido recebido por herança paterna, o juiz solicitou o traslado do inventário *post-mortem* de seu genitor, por meio do qual ficou claro os bens que passaram a ser sua propriedade, em 1827, pela sucessão: coube-lhe por legítima a quantia de 391\$131 réis, composta por 13\$015 réis da dívida de Francisco Alves F. Amaral, 44\$444 réis da fábrica de ferro, o escravo Benedito, crioulo, de 12 anos, estimado em 200\$000 réis, um relógio de algibeira de 100\$000 réis e 33\$672 réis referente à parte na morada de casas na Rua do Carmo, de 3 lanços, forrada e assoalhada.

Portanto, como se vê o escravo cuja posse passou a João Carlos chamava-se Benedito e naquela época tinha 12 anos, o que significa que, em 1860, deveria estar com cerca de 46 anos. Todavia no patrimônio do senhor não constava nenhum cativo com este nome. Assim, pode-se concluir que, obviamente, não se tratava do mesmo escravo e que as declarações que faziam referência ao legado recebido por morte de João Vicente da Fonseca (genitor do inventariado) constituíram uma manobra para valer os interesses do testador, mesmo que a veracidade das informações constantes em seu testamento fossem improváveis.

Além disso, não era nem mesmo viável atribuir a posse de Balthar a uma troca posterior de cativos recebidos pela herança, pois, a partir do momento em que se recebe um escravo e ele morre o beneficiário sofre prejuízo, visto que não era cogitada a restituição do bem³⁶⁰. Assim, se por um lado, os cativos poderiam ser lucrativos, por exemplo, sendo aplicado no ganho, alugados ou produzindo bens para serem comercializados, por outro, seus proprietários estavam sujeitos ao prejuízo em função de doenças ou morte dos mesmos.

Segundo o processo de inventário, o escravo Balthar avaliado integralmente por 1:200\$000 réis pertencia ao proprietário somente na fração de 300\$000 réis e o restante a Francisca das Chagas.

O cativo era mulato e em avaliação feita em Juízo, em 1856, havia sido anotada a seguinte observação: “por que Balthar, pela figura, é um menino branco, que este Juízo vendo-o admira-se de ser de ventre cativo”, frase que nos leva a pensar que ele poderia ser mais que somente um dos integrantes do plantel do senhor, talvez filho de um conhecido ou mesmo do próprio senhor. Francisca Fonseca declarou que o escravo Balthar

pertence a ella inventariante por titulo que pode apresentar; e como tendo tocado cerca de trezentos mil reis de legitima paterna a seos filhos, inclusive o inventariado, ella inventariante desse em parte deste escravo ao dito inventariado, ficou o mesmo pertencendo ao dito filho até o valor o valor da legitima, e a ella inventariante no excesso no valor da avaliação actual, com o qual concorda, e tudo em attenção a memoria de seo filho.

Neste sentido, a herdeira consentia na liberdade do cativo cedendo em seu direito de posse sobre o mesmo para que fosse efetivada a manumissão.

Considerando somente os 300\$000 réis referentes a Balthar, os escravos correspondiam a 19% do monte-menor do proprietário, enquanto os libertos representaram 7% do patrimônio líquido. A despeito dos libertos serem de grande custo, o índice de alforrias não foi tão expressivo. Isso se deve em função de Balthar, de grande valor pertencer somente em menor fração ao inventariado. Quanto à alforriada recém-nascida, não constava seu valor entre os bens, visto que não era habitual discriminar o valor de forros em pia batismal como indicam os inventários e as cartas de liberdade.

³⁶⁰ O que era habitual no processo de inventário era um legatário ou herdeiro fazer uma petição para ter a posse de outro cativo que não o que lhe tocava por determinação em testamento, o que poderia ser autorizado mediante acordo feito entre os interessados na transmissão de patrimônio. Contudo, como Balthar ainda não havia nascido na época da morte do pai de seu senhor, essa hipótese, seguramente, pode ser descartada. Por outro lado, talvez, o que possa explicar o fato de Balthar pertencer à legitima de João Carlos, embora não fosse vivo à época da partilha dos bens deixados pelo genitor do testador, seja que a mãe do senhor tenha ficado em posse de todos os bens herdados por ele e no momento de devolvê-los repôs a mão-de-obra que havia falecido.

Apesar de estar entre os poucos cativos que tiveram seu direito de liberdade conquistado logo no início de sua vida, Maria Justina não pode desfrutá-lo, pois, a mortalidade infantil muito recorrente na época³⁶¹ vitimou-a também, conforme se lê no assento no livro de registro de óbitos dos livros da Freguesia da Sé:

Maria Justina – Aos onze de maio de mil oito centos e sessenta faleceu de febre com dous meses e meio de idade Maria Justina, filha de pai incognito e, de Ignez, liberta, da casa de Dona Francisca das Chagas e Silva da Fonseca desta Parochia. Encomendada foi sepultada no Cemeterio publico. O Cura Marcellino Ferreira Bueno³⁶²

Provavelmente, como legatária de João Carlos e como cria de sua casa, sendo filha de uma de suas escravas, os arranjos para o enterro da alforriada tenham sido executados com mais cuidados do que o seriam funerais de outros libertos. Por exemplo, no inventário de Joaquim Oliveira, somente foi requerido o pagamento de 2\$460 réis referente aos emolumentos paroquiais para o liberto condicional José, em que estavam incluídas as despesas com o sacristão, a encomendação feita pelo pároco e uma missa de corpo presente e de 3\$200 réis com o funeral de Felisbino, também forro sob cumprimento de cláusulas³⁶³. Já com os preparativos e realização do funeral de Maria Justina foram despendidos 93\$380 réis, referentes a quatro velas, encomendação da alma pelo pároco e acompanhamento ao cemitério, carro para o pároco, uma coroa e palma, um

³⁶¹ Como se percebe no artigo de Pedro Mello (1983, p. 157), embora houvesse divergência nos índices, os pesquisadores eram unânimes em exaltar a grande incidência de mortalidade infantil. Conforme Mello “[Louis] Couty, em 1883, informou que a mortalidade infantil era alta e o número de crianças de um mês a 2 anos era grande, porém poucas sobreviviam até 6 a 10 anos. Ele calculou que de mil escravos nascidos, 120 sobreviveriam aos primeiro anos de vida. Stein também citou um observador inglês que comentou em 1872 que na classe escrava afirma-se ser um fato reconhecido que 50% das crianças recém-nascidas morrem antes de atingir a idade de 8 anos. Valette [pseud.], em 1871, apresentou estimativas diferentes. Segundo ele, 53,6% dos escravos recém-nascidos morreriam até atingirem 19 anos (de mil escravos nascidos vivos, ele calculou que 353 morreriam entre 0 e 5 anos, 77 entre 5 e 9 anos, 45 entre 10 e 14 anos, e 61 entre 15 e 19 anos).

³⁶² Cf. Livro 12º de Assento de Obitos de pessoas livres da Freg. da Sé 11/05/1860, f.145. Tão comum quanto o nome Maria era a mortalidade infantil, realidade que podia facilmente ser apreendida, não somente pelo relatos de memorialistas e pesquisadores, mas também por uma busca rápida nos livros de óbitos. Assim, na mesma folha do Livro de óbitos de escravos da Paróquia da Sé constavam dois registros de infantes, cujo teor eram os seguintes: “Maria – recém-nascida – Aos vinte nove de Outubro de mil oito centos e cincoenta e quatro nesta Freguezia faleceo, logo depois de nascer, sendo ahi baptisada, Maria, filha de Joaquina, creoula, escrava de Fortunata Candida do Amaral, desta Parochia. Encomendada foi sepultada na Igreja da Boa Morte. o Cura Marcellino Ferreira Bueno”. Cf. ACMSP, Cota 3-1-23. Livro 19, Óbito de Escravos 1853-1875- Parochia da Sé, Maria, 29/10/1854, fl. 11 e “Maria – menor – Aos sinco de mil oito centos e sincoenta e quatro, nesta Freguezia faleceo de febre com quatro mezes de idade Maria, filha de Thereza de Jesus, creoula liberta, solteira, desta Parochia. Encomendada foi sepultada na Igreja do Remedio. o Cura Marcellino Ferreira Bueno”. Cf. ACMSP, Cota 3-1-23. Livro 19, Óbito de Escravos 1853-1875 – Parochia da Sé, Maria, 05/11/1854, fl. 11.

³⁶³ Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de Joaquim Jose da Silva e Oliveira, Nº Proc. 357, 1856-1866, fl. 146 e 144.

caixão de 8\$000 réis, vestimenta e feitio, repiques da Boa Morte, Sé e Santa Thereza, sepultura, carro para conduzir ao cemitério e tecidos para o caixão.

A despeito do 'zelo' e do custo significativo com os preparativos e enterro da liberta, o momento da morte também era um instante em que as marcas da distinção social ficavam evidentes. Com o funeral do ex-senhor foram gastos 360\$000 réis, pois, além dos elementos que estiveram presentes na cerimônia de Maria Justina, sobressaíam o caixão de madeira forrado por fora com veludinho preto com seis argolas douradas de 220\$000 réis, além de, não somente um carro para conduzir o cadáver e outro para o pároco, mas um coche de 1ª classe, 52 tochas alugadas para a missa, a catacumba de 60\$000 réis, a armação da casa (70\$000 réis) e a sepultura perpétua no cemitério da Consolação (50\$000 réis).

Portanto, não era exclusivamente a posse de escravos e jóias, mas também outros elementos como os ritos fúnebres evidenciavam o *status* social das pessoas na sociedade, neste caso a pomposidade do enterro e o número elevado de missas.

Embora a legatária liberta falecesse sem receber o remanescente da terça doado-lhe em testamento, de acordo com as Ordenações Filipinas, sua mãe Ignez, cujo novo *status* jurídico já era reconhecido em seu assento de óbito, como sua herdeira necessária poderia requerer os bens que lhe haviam sido deixados. Desta forma, os registros de nascimento e óbito de Maria Justina foram trasladados para os autos para embasar a petição relativa aos direitos na transmissão de sua genitora³⁶⁴.

A execução do inventário mostrou-se muito demorada, de acordo com a alegação de Francisca Fonseca porque José Ricardo Pinheiro Ulhôa Cintra havia embargado os livros do Collegio sem os quais não era possível determinar o activo e o passivo e dar continuidade ao processo. Por conseguinte, devido a esta morosidade, a legatária Ignez, em 20 de agosto de 1860, uma vez que já havia entregue os documentos necessários, foi requerer sua habilitação na herança³⁶⁵.

³⁶⁴ “Illmo Sr. Dr. Juis de órfãos Dis Ignez, liberta por morte de seo senhor João Carlos da Fonceca que o referido finado em seo Testamento deixou a sua filha menor Maria Justina todo o restante de sua Terça, e porque seja a mesma falecida, como consta do documento incluso § 1º, seçando por isso a intervenção do Tutor dada a sua mencionada filha, bem como do curador geral de órfãos vem ella requerer a Va. Sa. , se digne admitil-a a ser ouvida em todos os termos do inventario visto ser herdeira da supracitada sua filha, como faz certo, pleo mmo documento § 2º. Assim pois”. Cf. Inventário de João Carlos da Silva, N° Proc. 1279, 1860, 26/07/1860, fl. 45.

³⁶⁵ “Diz Ignez, liberta, por falecimento do Snr João Carlos da Fonseca, que ella já apresentou certidão de obito de sua filha Maria Justina, legatária da Terça da herança do referido Snr João Carlos da Fonseca; certidão esta que serve para mostrar a supple. habilitada para succede-la na herança, e, por isso com direito á Terça que lhe tocou, por morte daquelle Snr. Va. Sa. mandou juntar esse documento aos respectivos Autos de Inventario, habilitando assim a Suppe. A

Além da apresentação dos registros eclesiásticos, para ser inserida na sucessão, de forma avulsa, mas complementar ao processo de inventário, foram realizados autos cíveis de identidade de pessoa para comprovar que tratava-se mesmo da mãe da falecida herdeira.

Assim, em 24 de agosto de 1860, Ignez remetia sua solicitação ao Juiz de Orphãos, representada por seu procurador João Vicente da Fonseca:

Illmo Sr. Dr. Juiz dos Orphãos
Diz Ignez, herdeira de sua filha Maria Justina falecida e legataria da terça do finado Sr. João Carlos da Fonseca que Va. Sa. ordenou que a suplicante justificasse sua identidade de pessoa, condição para ser declarada habilitada para fallar no Inventario respectivo por isso vem requerer a VS se sirva marcar dia e hora para serem inquiridas as testemunhas que agora dá a margem para que VS lavre sua sentença de habilitação e a considere interessada assim³⁶⁶.

Para provar a relação consanguínea, foram chamadas duas testemunhas para que fossem ouvidos seus depoimentos. Como se percebe, os termos de registro das declarações feitas pelos depoentes era padrão, bem como, as questões que lhe eram feitas:

Testemunha 1ª

José Leonardo Esprenger, natural de Portugal e residente com negocios de molhados nesta cidade, de que vive, viuvo, de idade de sessenta e hum anos que disse ter. Testemunha jurada na forma da Lei, sob cargo do que lhe foi encarregado de que dissesse a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse. Aos costumes – Disse nada. E sendo perguntado se conhecesse quem seja a Justificante Ignez? Respondeo que conhece. Perguntado mais como a conhece e se sabe que he ella Justificante a may da legataria Maria Justina? Respondeo que conhece à muito tempo por morar em sua vizinhança e que sabe por pleno conhecimento que tem da mesma, que he may da dita legataria. Maria Justina. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. E lido o depoimento a testemunha por achar conforme assigna com o Juiz e Manoel Ignacio da Fonseca a rogo da dita testemunha por não saber escrever. Eu Januario Moreira Escrivão que o escrevi.

Tamandaré
Joze Leonardo Sprenger
Manoel Ignacio da Fonseca.

Testemunha 2ª

Bento Fernandes de Souza, natural de Portugal, idade de cincoenta e tres anos, cazado, vive de seos negocios. Testemunha jurada na forma da Lei, sob cargo do que lhe foi encarregado de que dissesse a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse. Aos costumes – Disse nada. E sendo perguntado se conhecia a Justificante Ignez e sabia que he ella Justificante a may da legataria Maria Justina, e desde quando a conhece. Respondeo que tem pleno conhecimento da Justificante, tendo-a conhecido ainda escrava falecida João Carlos da

requerer n'elle como interessada na Terça. Por isso; P.ª Va. Sa. Se sirva ordenar que se junte a inclusa procuração aos Autos, para seo Procurador ser admittido á fallar nos termos do Inventario, e requerer o que for de seo direito. E.R.Ma.” Cf. Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 53. Portanto, depois de habilitada pelo juiz, a legatária constitui por seu procurador Pedro Cezario dos Santos para representar seus interesses na herança. Cf. Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 58-59.

³⁶⁶ ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Autos cíveis de justificação de identidade de pessoas em que são justificante Ignez liberta e justificados D. Francisca das Chagas da Fonseca e outros, herdeiros do mesmo finado para habilitação no Inventário de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860.

Fonseca, e sabe que may, por tel-a visto prenhe e depois alistando a mesma filha. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. E lido o depoimento a testemunha por achar conforme assigna com o Juiz, e a rogo da Justificante por não saber escrever, Manoel Ignacio da Fonseca a rogo da dita testemunha por não saber escrever. Eu Januario Moreira Escrivão que o escrevi.

Tamandaré

Bento Fernandes de Souza

Manoel Ignacio da Fonseca.

Além do pronunciamento das duas testemunhas deveria ser registrada a resposta da interessa, a herdeira de João, Francisca Chagas, que em seu depoimento afirmava não ter nada em contrário à inserção de Ignez no processo de transmissão da herança de seu filho, como se vê no termo redigido pelo escrivão:

Aos quatro dias do mez de Septembro de mil oito centos e sessenta, nesta Imperial Cidade de Sam Paulo, e cazas de morada de D. Francisca das Chagas e Silva da Fonseca, herdeira do finado seo filho, João Carlos da Fonseca, onde a seo chamado fui vindo eu Escrivão ao diante nomeado, e sendo ahi presente a mesma herdeira, por Ella perante as testemunhas abaixo assignadas me foi dito – que não tinha opposição alguma a fazer à pretensão da Justificante, convindo por isso que fosse julgada procedente esta justificação – E de como assim o disse e declarou lavrei este termo, que lido e por achar conforme, assigna seo filho Manoel Ignacio da Fonseca a seo rogo por não poder escrever, com as testemunhas presentes. Eu Januario Moreira Escrivão que o escrevi.

Manoel Ignacio da Fonseca

Pedro da Silva Gomes e Castro Junior

Em 17 de setembro o Juiz de Órfãos julgou a justificação procedente e deu o seu cumpra-se para que a partilha fosse executada incluindo a interessada Ignez.

Por fim, executando-se a partilha da herança do senhor, do seu monte-mor, no valor de 22:044\$790 réis, descontadas as quantias referentes aos salários atrasados dos funcionários do colégio, às despesas do cotidiano feitas a crédito, aos móveis encomendadas para o colégio, ao tratamento e visitas médicas, ao enterro do inventariado e aos custos do processo, o monte-menor resultou em 19:114\$810 réis. A legítima (2/3 do patrimônio) que coube à herdeira necessária, sua mãe Francisca Fonseca foi de 12:743\$206 réis, que era constituído pelos imóveis, escravos, móveis, ferramentas, animais, prata e ouro que havia deixado o testador.

Da terça que remontava a 6:371\$603 réis foram subtraídos os legados de 500\$000 réis devidos a cada um dos funcionários do colégio, Jose Pedro de Andrade, Messias Egydio dos Santos, Manoel Francisco, Jose Maria Thomaz e Mathias Jose Nogueira, conforme disposição em testamento. A quantia recebida pelos favorecidos era equivalente a cerca de um ano de trabalho de

acordo com a remuneração paga pelos ofícios que exerciam no colégio³⁶⁷. Além destas doações saíram da terça 1:000\$000 réis referentes à manumissão de Ignez e 1:2000\$000 réis da alforria de Balthar. Deste modo, a herdeira Francisca Fonseca havia consentido com a manumissão de Balthar que lhe pertencia na quantia de 900\$000 réis, todavia, ao invés deste montante sair de sua legítima visto que era dela a posse do dito cativo, o valor foi subtraído da terça, logo, sendo arcado pela herdeira do remanescente que teve sua herança reduzida, ao que tudo indica, pela praxe dos processos estudados, indevidamente.

Portanto como herdeira de Maria Justina, para a liberta Ignez coube 1:651\$603 réis, sendo 1:558\$223 em dinheiro e 93\$380 réis, valor despendido com o enterro e funeral de sua filha. Esse donativo seria um recurso muito significativo para a forra que iniciaria uma nova vida com capital, certamente, com mais autonomia e até possibilidades de investir em uma moradia ou, talvez, em um negócio próprio.

Era usual entre os testadores distribuir legados a afilhados, igrejas e parentes, já o proprietário em questão deixou quantias em dinheiro aos funcionários que trabalhavam em seu colégio, justificando essas doações como forma de ‘agradecimento ao bem que lhe trataram’. Desta forma, considerando esta escolha, o comportamento do senhor não foge ao padrão recorrente em que a redação do testamento era um momento de balanço e de deixar registrada a vontade de recompensar a quem bem serviu ou o tratou com afeto.

Por outro lado, suas disposições relativas à sucessão dos bens destoaram da atitude mais frequente entre os testadores com herdeiros necessários, que era transmitir os bens mais significativos, como imóveis, escravos, terça ou remanescente dos bens entre membros da família ou a pessoas ligadas a ela por relações matrimoniais.

Diferentemente, João Carlos nomeou como herdeira do remanescente de sua terça a filha de uma libertanda. Como a cativa era recém-nascida quando foi instituída como herdeira não poderia ser o ‘amor de criação’ que teria motivado o senhor a tomar essa decisão, quem sabe a razão da doação seria a convivência próxima com sua mãe Ignez e o desejo de assegurar as duas uma condição melhor fora do cativeiro ou porventura a infante ser filha de algum homem livre que o testador prezava ou até descendente do próprio senhor.

³⁶⁷ De acordo com as dívidas passivas constantes no inventário *post-mortem* de João Carlos da Fonseca, entre as quais eram devidos cerca de três meses e meio a cada um dos funcionários do colégio calcula-se que recebiam aproximadamente 43\$000 réis mensais. Cf. ATJSP. 3º Ofício da Família e das Sucessões. Inventário de de João Carlos da Silva, Nº Proc. 1279, 1860, fl. 38.

De qualquer forma, com exceção de Maria Justina, todos os libertos que receberiam porções significativas da terça (e não apenas pequenas doações) haviam sido instituídos por proprietários sem ascendentes ou descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alforrias constantes nos testamentos, em sua maioria, apresentavam cláusulas para sua efetivação, logo, constituíram promessas de liberdade que somente se concretizaram quando os interessados conseguiram cumprir as exigências estabelecidas pelos proprietários.

Entre as cláusulas impostas aos interessados nas libertações concedidas por testamento estavam, especialmente, a espera da morte do proprietário e a prestação de serviço a terceiro após o falecimento senhorial. Assim, esses documentos se mostraram, majoritariamente, um instrumento de concessão de alforrias gratuitas incondicionais, embora em reduzido número, e condicionais, em detrimento de manumissões pagas. Não somente as últimas vontades dos senhores, mas também as cartas de liberdade, eram portadoras de alforrias condicionadas, no entanto, foram muito mais expressivas nas escrituras as alforrias que exigiam pagamento.

As libertações conferidas pelos proprietários e registradas em suas últimas vontades não tiveram motivação econômica direta, pelo menos não no sentido de recuperação de dinheiro. Porém, no caso de alguns cativos que tiveram que prestar muitos anos de serviços antes de desfrutar da manumissão acabaram, na prática, por indenizar o seu valor aos senhores. Outrossim, deixar um cativo para trabalhar para um legatário por um certo tempo ou até a morte deste beneficiário para depois poder desfrutar de seu direito à ‘liberdade plena’ era uma forma do senhor favorecer o usufrutuário e, ao mesmo tempo, recompensar o cativo no futuro, principalmente, se este fosse jovem e conquistasse sua manumissão ainda em idade produtiva.

Tanto nas concessões nos testamentos quanto nos índices de manumissões que se efetivaram juridicamente as mulheres foram privilegiadas. Provavelmente, isso se deva à relação mais próxima que cativas conseguiram desenvolver com senhores e senhoras em função da realização de serviços domésticos e da circulação na residência dos proprietários.

As alforrias concedidas por testamento foram uma forma de manter o liberto/futuro forro atrelado ao senhor, pois, mesmo nos casos em que o proprietário concedia liberdade ao cativo para vigorar antes de seu falecimento, obrigava-o a permanecer em sua companhia.

Além disso, havia situações em que os testadores conferiam manumissão aos filhos de cativos, porém mantendo os pais em cativeiro aguardando a efetivação de suas próprias alforrias, assim, impedindo que eles se deslocassem e, dessa forma, indiretamente também os infantes libertos, conseguindo, portanto, que a família ficasse sob o seu controle. Neste sentido,

especialmente as libertações condicionais reafirmaram o domínio que o senhor detinha sobre os candidatos à alforria, ainda mais, porque até 1871, as manumissões, mesmo já em vigor, poderiam ser invalidadas.

As promessas de liberdade dos testamentos, em grande parte, prolongaram a permanência do candidato à liberdade em cativeiro, visto que muitos proprietários morreram depois de muito tempo que haviam registrado suas últimas vontades e, fração significativa dos libertandos, ainda continuaria prestando serviços antes de desfrutar de sua liberdade sem restrições.

As alforrias sujeitas à prestações de serviços a terceiros quando concedidas a escravos sadios e em idade produtiva tinham mais chances de se efetivarem, visto que, os cativos com idade declarada que haviam falecido sem conquistar sua manumissão tinham idade avançada.

As manumissões nos testamentos não se mostraram um elemento que colaborou para a desestabilização do sistema escravista, pelo contrário, características das alforrias como: seleção criteriosa de cativos para a expectativa de liberdade, reduzido número de alforrias gratuitas com validade imediata e condições para a efetivação da libertação que reforçavam a dependência e a sujeição do candidato à alforria ao seu proprietário deixaram claro que as manumissões condicionadas em grande medida reforçaram as relações escravistas. Isso, ainda mais, porque as cláusulas restritivas das manumissões auxiliavam a conservar o futuro forro atrelado ao senhor, mostrando-se obediente e prestativo, não permitindo assim uma ruptura brusca com a situação de cativeiro.

Com relação à garantia jurídica das alforrias conquistadas/reconhecidas nos 20 inventários *post-mortem*, constatou-se que nenhuma das conferidas por testamentos foi lançada nos livros de Notas do 1º e 2º cartórios de Notas da Capital. Isso leva a concluir que as libertações reconhecidas em âmbito judicial não precisaram constar nas notas para serem garantidas legalmente e, em alguns casos, o próprio escrivão da Provedoria emitiu o documento que asseverava a manumissão.

Os testamentos e as cartas de liberdade revelaram que os senhores adotavam atitudes diferentes com relação aos seus escravos. Por exemplo, selecionando somente alguns para serem libertados e, muitas vezes, impondo-lhes distintas cláusulas para a efetivação da alforria. Assim, houve proprietários que selecionaram alguns cativos para ficarem livres por sua morte, mediante a prestação de serviços, a companhia de terceiros ou ao pagamento.

Desta forma, diferentes modalidades de alforria e imposição de cláusulas para sua efetivação indicam que os senhores favoreciam seus escravos de acordo com fatores como, a proximidade e a

relação desenvolvida com os cativos (afeto, gratidão, amizade, mas, sem deixar de considerar os interesses próprios), o desejo de ter capital em moeda-corrente com o pagamento da liberdade pelo cativo e a preocupação com a salvação da alma. Contudo, como foram predominantes as alforrias gratuitas condicionais isso parece demonstrar que era desnecessária a recuperação de dinheiro pelos senhores na cobrança do valor dos cativos e que as manumissões concedidas pelos testamentos em São Paulo refletem um momento particular em que se encontravam os senhores, fazendo um balanço de sua vida e das relações cultivadas, de forma que era primordial recompensar todos os que haviam lhe auxiliado não apenas cativos, mas filhos, agregados, cônjuges, irmãos, entre outros.

Apesar do maior número de proprietários que registraram alforrias estar entre os que não tinham herdeiros necessários, mesmo senhores com muitos descendentes manumitiram porcentagem significativa dos cativos mencionados. Todavia, pela leitura dos inventários *post-mortem* constatou-se que, em geral, muitos senhores omitiram membros do plantel no testamento.

A análise do tamanho das escravarias e a efetivação da liberdade indica uma tendência entre os proprietários com mais de 10 escravos de favorecer com a liberdade uma quantidade diminuta de cativos. Isso significa que os grandes e médios proprietários, em linhas gerais, foram mais seletivos para conceder manumissões. Apesar de possuírem um numeroso plantel e, por isso, deterem um patrimônio que lhes permitiria transmitir seus bens de forma a garantir segurança econômica a seus herdeiros, mesmo se subtraíssem grande montante relativo às alforrias, contemplaram poucos cativos com a promessa de liberdade. Logo, a porcentagem de candidatos à libertação em relação à sua escravaria não foi muito expressiva. Assim, o número pouco representativo de alforrias entre os proprietários com muitos herdeiros necessários indica o privilégio na transmissão de bens aos familiares ao invés do investimento em manumissões.

Diferentemente, entre os senhores com escravarias menos numerosas, as alforrias foram mais significativas, comprometendo uma parcela expressiva do monte-menor, se comparadas aos índices relativos aos grandes proprietários escravistas.

Mas não foi exclusivamente o tamanho das escravarias que influenciou nos aspectos da relação dos proprietários com seus cativos. A existência ou não de herdeiros necessários também diferenciaria os senhores no tocante à escolha de beneficiados e nos bens distribuídos.

Enfim, proprietários com herdeiros forçados, especialmente, selecionaram pessoas do núcleo familiar ou ligadas a ele por relações matrimoniais para favorecerem com legados de maior custo como imóveis, escravos e partes da terça ou remanescentes do patrimônio. Mesmo doações de

quantias em dinheiro e objetos beneficiando escravos e futuros forros foram em reduzido número. Por conseguinte, o legado mais significativo que seria deixado pelos senhores com herdeiros necessários aos escravos era a concessão de alforria.

Já entre os contemplados pelos testadores sem ascendentes ou descendentes com os mesmos tipos de bens estavam um grande número de pessoas sem consanguinidade ou parentesco com o proprietário. Entre os que receberam doações de imóveis destacaram-se os libertos que foram lembrados pelos senhores, principalmente aqueles que não tinham contato com parentes ou que mantinham relações mais distantes com familiares e privilegiaram cativos que estiveram ao seu lado em diversas situações de sua vida. Por isso, devotando gratidão e desejando assegurar um futuro com menos incertezas deixavam-lhes casas, terrenos de modo coletivo para que convivessem de modo fraterno e tivessem meios de subsistir ou, pelo menos, ter a garantia de moradia. Portanto, essas doações, com certeza, foram contribuições valiosas para os libertos que além de ingressarem na sociedade com um novo *status* jurídico e com recursos que facilitariam a conquista de melhores condições de vida e também significaram a obtenção de uma nova condição social como proprietários, ainda, que fosse de pequenas posses.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

- 1º Cartório de Notas da Capital de São Paulo. Cartas e Escrituras de Liberdade dos Livros de Notas nº 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 e 98.
- AESP. 2º Cartório de Notas da Capital de São Paulo, Cartas e Escrituras de Liberdade dos Livros de Notas nº 45, 46, 47, 49, 50, 51, 58, 60, 62, 63 e 69.
- ATJSP. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões. 1850-1877³⁶⁸.
- ATJSP. Inventários de 1º, 2 e 3º Ofício da Família e das Sucessões. 1850-1888³⁶⁹.
- ACMSP, Cota 3-1-23. Livro 19, Óbito de Escravos 1853-1875 – Parochia da Sé.
- ACMSP, Cota 02-02-12. Baptismo de Escravos – Freguezia da Penha.

FONTES IMPRESSAS

- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857.* Org. Marques e Irmão. São Paulo: Typographia Imparcial, de J.R.de Azevedo Marques, 1856.
- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1858.* Org. Marques e Irmão. São Paulo: Typographia Imparcial, de J.R.de Azevedo Marques, 1857.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. v. 1, 2 e 3. (Coleção Documentos Brasileiros, 80).
- Collecção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1869
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Edição facsimile de 1866. São Paulo: Edições Cultura, 1944.
- Ordenações Filipinas Livro IV. (Edição fac-simile da edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 1985.

³⁶⁸ Ver Lista de Testamentos em anexo.

³⁶⁹ Ver lista de inventários em anexo.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de S. Paulo e resumos das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguay*. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins, USP, 1972.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, André Luiz Pedro. As ordenações e o direito privado brasileiro. *Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 3, n. 3, out. 2007. (Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18254>, consultado em 11/10/2010)
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2003
- BERTIN, Enidelce. *Alforrias em São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*, São Paulo: Humanitas, 2004.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil*. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Manuela Carneiro. “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. *Antropologia no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Edusp, 1986, pp. 123-144.
- DAMASIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Campinas, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EISENBERG, Peter. *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17 (2), p. 175-216, maio/ago, 1987.
- _____. *Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil, Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento, fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2009.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- GENOVESE, E. D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. (trad). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GRINBERG, Keila. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, 2001.
- GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo, séculos XVII a XIX*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo, FFLCH, 1986.
- HARTMAN, Saidiya. “Seduction and the Ruses of Power” In: C. Kaplan, N. Alárcon and Moallem, edits. *Between Women and Nation. Nationalism, Transnational Feminism and the State*. Durham: Duke University, 1999, pp. 111-141.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KIERNAN, James. *The manumission of slaves in Colonial Brazil: Paraty, 1789-1822*. Doutorado em História: New York University, 1976.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci Del N. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13 (1), p. 211-21, jan./abr. 1983.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Defending Remnant Peoples’Rights to Land: Quilombos e Quilombolas (edição bilingüe). *Defending Remanat Peoples’Roghts to Land: Brazilian Indigenous and Afro-Descendents Groups*. Cambridge, David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2004.

- _____. *Crime e escravidão. Trabalho, Luta e Resistência Escravas nas Lavouras Paulistas. 1830-1888.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.
- _____. “Em torno da Autonomia Escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 8, n.16, mar/ago. 1988, pp.143-160.
- _____. História e historiografia da Escravidão e da abolição em São Paulo. In: FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tania Regina de, IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo.* São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MARQUESE, R. B. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos CEBRAP.* São Paulo: v. 74, p. 107-123, 2006.
- MATTOSO, Katia M de Queirós; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.* CNPq e Ed. Brasiliense, 1988, pp.60-72.
- MATTOSO, Kátia M. Queirós. Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX. Uma fonte para o estudo das mentalidades. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979.
- _____. *Ser escravo no Brasil.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida.* Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. “A propósito de cartas de alforria; Bahia, 1779-1850”. *Anais de História*, 4 (1972): 23-52.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*, São Paulo 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX. *Estudos Econômicos* 13(1) jan/abr 1983. 151-179.
- MONTI, Carlo Guimarães. *O processo da Alforria: Mariana (1750-1779).* Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2001.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OLIVEIRA, M. I. C. *O liberto: seu mundo e os outros, 1790-1890.* Bahia, Corrupio, 1988

- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Séc. XVIII: Estratégias de Resistência através dos Testamentos*. São Paulo: Annablume/Faculdades Integradas Newton Paiva, 1995.
- PEDRO, Alessandra. *Liberdade sob condição: alforrias e política de domínio senhorial em Campinas, 1855-1871*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2009.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP: CECULT, 2001.
- REIS, João José (org). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudo sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROCHA, Cristiany Miranda. “A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, dez 2006, pp.175-192.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SILVA, Patrícia Garcia Ernando da; BEYELER, Nadia; MATRANGOLO, Breno; SILVA, André Felix Marques da. Senhoras e escravos na São Paulo do café (1849-1870). *Anos 90 (UFRGS)*, v. 14, 2007, p. 37-64.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura da São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 168 p.
- SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil Colonial – Bahia, 1684-1745. *Anais de História*. Assis: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, Departamento de História. Ano VI, 1974, p. 71-114.
- SEVERAL, Rejane da Silveira. *Família e fortuna em Porto Alegre (1772 – 1822)*. São Paulo, Doutorado, USP, 2002.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil – Sudeste, século 19*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SLENES, Robert W. e MELLO, Pedro Carvalho de. Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brazil, 1850-1888. Ninth World Congress of Sociology, Uppcala, Sweden. August, 1978. (Artigo não publicado).

- SILVA, Patrícia Garcia Ernando da. Silva. *Transmissão do patrimônio e circulação de riquezas: os cativos nos testamentos do século XIX*. Iniciação Científica, USP/CNPq, 2007, (mimeo).
- SOARES, Geraldo Antonio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. *Rev. Bras. História*, São Paulo: ANPUH, 2006, vol.26, n.52, pp. 115-140.
- TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo, 1850-1880*. São Paulo: HUCITEC, História Social, USP, 1998.

ANEXOS

Relação de testadores do 3º Ofício da Família e das Sucessões do ATJSP

Nome do testador	Nº do Processo	Data do testamento	Localização no Acervo CEDHAL	Doc Nº
Gertrudes Angelica de Toledo	687	03/02/1850	Caixa 02	96
Anna Francisca de Brito	648	24/02/1850	Caixa 02	97
Florentino Pires de Oliveira	582	17/03/1850	Caixa 02	99
Gertrudes Maria do Espirito Santo	1014	02/04/1850	Caixa 02	100
Maria Antonia Soares	700	13/04/1850	Caixa 02	101
Francisca Rosa de Jesus Peixoto	583	02/06/1850	Caixa 02	102
Joaquim Jose da Silva e Oliveira	595	02/06/1850	Caixa 02	103
Carlos Abrao Bresser	580	13/07/1850	Caixa 05	222
Ana Maria de Jesus	1005	16/07/1850	Caixa 02	104
Florinda Rosa Claudina	973	10/09/1850	Caixa 02	105
Ana Teresa de Jesus	966	29/11/1850	Caixa 02	106
Maria Antonia Guilhermina de Matos	986	01/12/1850	Caixa 02	107
Policema Thereza de Jesus Bueno	954	27/12/1850	Caixa 02	108
Ritta da Conceição Bittencourt	995	05/04/1851	Caixa 03	109
Jose Joaquim da Rocha Penteado	978	28/05/1851	Caixa 03	111
Francisco Antonio Dinis e Silva	978	27/09/1851	Caixa 03	113
Antonio Jose Goncalves Soares	932	06/10/1851	Caixa 03	114
Maria de Nazareth do Espirito Santo	985	02/02/1852	Caixa 03	115
Francisca de Oliveira Pinto	778	09/02/1852	Caixa 03	116
Salvador Pedroso de Barros	712	09/02/1852	Caixa 03	117
Innocencio Regimaga	1016	05/05/1852	Caixa 03	118
Anna Maria da Luz	575	21/05/1852	Caixa 03	119
João Sartorio	s/n	25/05/1852	Caixa 03	120
Gertrudes Maria da'Assumpcao	748	07/06/1852	Caixa 03	121
Maria Joaquina Cadaval	600	12/06/1852	Caixa 03	122
Manoel Barboza Bueno	705	06/07/1852	Caixa 03	123
Anna das Dores de Oliveira	1003	07/07/1852	Caixa 03	124
Maria Antonia da Conceicao de Andrade	599	27/09/1852	Caixa 03	125
Joao Antonio da Cunha Lima	1021	08/10/1852	Caixa 03	126
Maria Jozefa Dalaniz	787	27/03/1853	Caixa 03	127
Manoela do Nascimento	814	07/04/1853	Caixa 08	397
Policena Maria de Jesus	994	18/04/1853	Caixa 03	128
Maria Clara Pedrosa	703	27/05/1853	Caixa 03	129
Manuel Francisco da Silva	639	21/07/1853	Caixa 03	130
Anna Joaquina Duarte Novaes	962	25/07/1853	Caixa 03	131
Anna Francisca da Annunciacao Alvarenga	773	30/07/1853	Caixa 08	403

Maria Luiza Chart	[rasurado]	02/08/1853	Caixa 03	133
Gertrudes Maria das Dores Barbosa	974	02/08/1853	Caixa 03	132
Sebastina Joaquina de Almeida Furtado	1041	03/09/1853	Caixa 03	134
Bento Pedrozo Camargo	1008	03/11/1853	Caixa 03	135
Jose de Oliveira Prado	976	05/01/1854	Caixa 03	136
Joze Joaquim da Proenca	917	10/01/1854	Caixa 03	137
Manoel Jose da Silva de Moraes	990	12/01/1854	Caixa 03	138
Charles Duval	968	06/04/1854	Caixa 03	140
Francisco Joze Rodrigues	s/n	10/04/1854	Caixa 03	141
Francisca de Paula Crus	800	12/05/1854	Caixa 03	142
Joaquina Nobrega de Jesus	983	05/06/1854	Caixa 03	143
Joana Francisca do Carmo	984	22/06/1854	Caixa 03	144
Antonio Dias Vieyra	960	13/07/1854	Caixa 03	145
Maria de Jesus Duarte Novais	733	25/08/1854	Caixa 03	146
Gertrudes Abranges	631	02/09/1854	Caixa 03	147
Maria Clara de Sousa	698	12/09/1854	Caixa 03	148
Firmina Antonia Baruel	972	13/09/1854	Caixa 03	149
Joaquim Antonio Fernandes	981	22/09/1854	Caixa 03	150
Luis Pedroso de Moraes	637	24/09/1854	Caixa 03	151
Theodora Joaquina de Moraes Soares	996	27/09/1854	Caixa 03	152
Antonio Barbosa	961	01/10/1854	Caixa 03	153
Maria da Conceicao Moraes	704	02/10/1854	Caixa 03	154
Joaquina Antunes de Abreu	785	29/10/1854	Caixa 03	155
Joze Manoel de Souza	975	02/11/1854	Caixa 03	156
Antonio Benedito Chio	958	07/11/1854	Caixa 03	157
Maria Bernarda Leite Penteado	988	10/11/1854	Caixa 03	158
Delfina Clara	969	13/11/1854	Caixa 03	159
Maria Joaquina de Camargo	806	05/12/1854	Caixa 09	430
Anna Pedroza	963	11/12/1854	Caixa 03	161
Thereza Delphina Alvim de Azevedo Marques	1263	13/12/1854	Caixa 03	162
Manoela Jardina da Silva	624	20/12/1854	Caixa 03	163
Joaquim da Silva Cruz	982	07/01/1855	Caixa 04	164
Vicente Chavier de Miranda	998	09/01/1855	Caixa 04	165
Joao Vicente Pereira Rangel	592	22/01/1855	Caixa 04	166
Manuel Safino de Arruda	991	22/01/1855	Caixa 04	167
Maria dos Anjos do Monte Carmello	666	14/03/1855	Caixa 04	169
Manoela da Piedade Soares	992	29/03/1855	Caixa 04	170
Quiteria Maria de Barros	840	07/04/1855	Caixa 04	171
Anna Joaquina	964	19/04/1855	Caixa 04	172
Francisco Feliz Dias Vieira	970	30/04/1855	Caixa 04	173
Antonio Manoel de Toledo	605	08/05/1855	Caixa 04	174

Francisco Joze de Moraes	611	24/05/1855	Caixa 04	175
Joaquim Paes da Silva	617	30/05/1855	Caixa 04	176
Mariano Alves de Oliveira	993	02/06/1855	Caixa 04	177
Jose Joaquim da Silva Lisboa	833	08/06/1855	Caixa 4	178
Ursula Maria de Moraes	997	30/06/1855	Caixa 04	179
Joao Joaquim Carvalho Pinto	594	18/07/1855	Caixa 04	180
Maria Joaquina	987	29/07/1855	Caixa 04	181
Joaquim Rodrigues da Silva	980	13/08/1855	Caixa 04	183
Fructuoso de Barboza Bueno	584	28/08/1855	Caixa 04	184
Vicente Joaquim Jose Fontoura	626	31/08/1855	Caixa 04	185
Florinda Anna Bonifacia	610	10/10/1855	Caixa 04	186
Antonio Manoel Telles	646	15/10/1855	Caixa 04	187
Rafael Tobias de Aguiar	625	24/10/1855	Caixa 03	188
Anna Candida de Jesus	770	03/11/1855	Caixa 04	189
Frederico Fontaine	971	03/11/1855	Caixa 04	190
Maria Rosa da Conceicao	1175	16/11/1855	Caixa 04	191
Jose Cardoso Espindola	588	27/11/1855	Caixa 05	230
Maria Angelica da Anunciacao Pinto da Silva	702	04/12/1855	Caixa 04	192
Gertrudes Nobrega de Jesus	585	06/12/1855	Caixa 04	193
Pedro Dias da Silva	670	09/12/1855	Caixa 04	194
Maria Joseffa D'Altamira	699	09/12/1855	Caixa 04	168
Maria Rodrigues do Prado	989	10/12/1855	Caixa 04	195
Maria da Gloria	622	20/12/1855	Caixa 04	196
Francisca da Silva Moraes	613	01/01/1856	Caixa 04	197
Antonio de Moraes e Cunha	574	01/01/1856	Caixa 04	199
Gertrudes Theresa Lopes de Oliveira	586	04/01/1856	Caixa 04	198
Domingos Rodrigues de Siqueira	581	23/01/1856	Caixa 04	200
Joaquim Jose Collaco	596	03/02/1856	Caixa 04	201
Gertrudes Maria da Conceicao	747	28/02/1856	Caixa 04	202
Jose Pereira da Silva Leal	591	10/03/1856	Caixa 04	203
Joaquina Maria de Jesus	597	24/03/1856	Caixa 04	205
Anna Gertrudes de Gois	576	25/03/1856	Caixa 04	206
Izabel de Moraes Pedroza	615	28/03/1856	Caixa 04	208
Maria Francisca de Andrade	602	01/04/1856	Caixa 04	209
Andre Joaquim da Silva Macare	s/n	24/04/1856	Caixa 04	210
Anna Joaquina Galvao de Moura Lacerda	ilegivel	16/05/1856	Caixa 05	213
Joao Garcia de Barros	593	19/05/1856	Caixa 5	214
Antonio Pereira da Gama Lobo	607	03/06/1856	Caixa 05	216
Suzana Teisen	671	04/06/1856	Caixa 05	217
Manoel Teixeira de Almeida	604	05/06/1856	Caixa 05	211
Manoel Ribeiro da Siva Porto	603	13/06/1856	Caixa 2	212

Gustavo Gravenhorst	688	22/06/1856	Caixa 05	218
Margarida da Graca Martins	816	28/06/1856	Caixa 05	215
Joze Ignacio de Mattos	590	08/07/1856	Caixa 05	219
Maria Izabel da Silva Bueno	541	10/07/1856	Caixa 05	221
Jacques Gil Las Tour	857	15/07/1856	Caixa 05	224
Francisca de Paula Xavier	777	15/07/1856	Caixa 05	223
Bonifacio Antonio Pereira	577	16/07/1856	Caixa 05	220
Antonia de Souza Sobral	572	02/08/1856	Caixa 05	225
Ignacio Joze Ferreira	615	02/09/1856	Caixa 05	226
Jacob Heiderich	730	06/09/1856	Caixa 05	227
Francisca Leite Penteadó	630	21/09/1856	Caixa 05	229
Angelica Maria de Jezus	674	05/01/1857	Caixa 05	231
Joaquim Joze Carlos de Carvalho	618	08/01/1857	Caixa 05	232
Jose Pinto da Silva	797	08/01/1857	Caixa 05	233
Gertrudes Mendes do Amaral	614	10/01/1857	Caixa 05	234
Maria do Rozario	923	24/01/1857	Caixa 05	257
Manoel Joaquim Gonsalves	623	18/02/1857	Caixa 05	235
Jose Marques da Crus	633	07/03/1857	Caixa 05	237
Jacintho Jose dos Santos	619	14/03/1857	Caixa 05	236
Manoel Rodrigues da Silva	688	01/04/1857	Caixa 05	238
Bento Ribeiro da Silva	s/n	01/04/1857	Caixa 05	244
Anna Thereza	717	07/05/1857	Caixa 05	239
Bento Francisco de Moraes	796	10/06/1857	Caixa 05	240
Maria da Anunciacao e Silva	621	01/07/1857	Caixa 05	241
Gertrudes Maria de Oliveira	632	04/07/1857	Caixa 05	242
Maria das Dores Soares	664	18/07/1857	Caixa 05	243
Vital Antonio Correa Caldas	644	03/08/1857	Caixa 02	98
Matheus Ignacio Leite Penteadó	708	15/08/1857	Caixa 05	245
Caetano da Costa de Araujo e Mello	578	15/08/1857	Caixa 03	112
Bento Joaquim de Souza e Castro	608	26/08/1857	Caixa 05	246
Jesuina Maria de Sao Pedro	731	29/08/1857	Caixa 05	248
Antonio Rodrigues Villares	606	29/09/1857	Caixa 05	247
Jaime da Silva Telles	s/n	29/09/1857	Caixa 05	255
Bento Lucas	797	16/10/1857	Caixa 05	249
Vicente Antonio de Camargo	672	19/10/1857	Caixa 05	250
Emilia Carolina do Livramento Bueno	609	31/10/1857	Caixa 02	83
Anna Policena de Souza	678	06/11/1857	Caixa 05	252
Jose Manoel de Oliveira	856	13/12/1857	Caixa 05	254
Antonio Freire de Meneses	645	18/12/1857	Caixa 05	253
Antonio Joaquim da Silva	627	22/01/1858	Caixa 05	256
Ursula Maria da Conceicao Domingues	768	24/01/1858	Caixa 05	258

Anna Joaquina de Santana	771	18/02/1858	Caixa 05	259
Margarida Policena Moreira	638	18/02/1858	Caixa 05	260
Maria Ignacia da Conceicao	640	15/03/1858	Caixa 05	261
Antonio Simplicio da Silva	738	20/04/1858	Caixa 05	262
Martinho Antonio de Barros	569	22/04/1858	Caixa 05	263
Anna Joaquina da Crus	676	18/05/1858	Caixa 05	264
Andre da Cunha	644	20/05/1858	Caixa 05	265
Barbara Beinrimbak	681	28/05/1858	Caixa 04	207
Policena Maria do Nascimento	642	09/06/1858	Caixa 05	266
Francisco Xavier de Oliveira	746	22/06/1858	Caixa 6	272
Margarida Maria da Conceicao	763	23/06/1858	Caixa 05	267
Jacintho Jose d'Oliveira	663	29/06/1858	Caixa 05	268
Maria Eufrozina da Cruz	s/n	05/07/1858	Caixa 05	269
Thereza Maria da Conceicao	1525	12/07/1858	Caixa 06	270
Maria Fausta Miquelina de Araujo Azambuja	667	21/07/1858	Caixa 06	271
Anna Rita de Oliveira	628	23/08/1858	Caixa 06	273
Fidelis Alvares Sigmaringo de Moraes	1197	31/08/1858	Caixa 06	275
Maria Joanna da Conceicao	734	10/09/1858	Caixa 06	276
Candido Barbino da Silva	651	20/09/1858	Caixa 06	277
Francisco Antonio de Oliveira Simoens	744	06/10/1858	Caixa 6	278
Gertrudes Maria de Oliveira	657	15/11/1858	Caixa 06	279
Bento Thomas Goncalves	ilegivel	18/11/1858	Caixa 06	280
Anna Francisca Vianna	629	01/12/1858	Caixa 06	281
Anna Angelica de Carvalho	647	15/01/1859	Caixa 06	283
Escolastica Maria dos Santos	653	24/02/1859	Caixa 06	284
Antonio Pereira Cardozo	715	03/04/1859	Caixa 06	285
Severino Pinto da Silva	765	11/05/1859	Caixa 06	286
Candido Mariano de Brito	682	17/05/1859	Caixa 6	287
Gertrudes Maria da Conceicao	658	19/05/1859	Caixa 06	289
Anna Margarida Rodrigues de Toledo Arouche	677	03/06/1859	Caixa 06	290
Fortunata Maria das Dores	655	05/06/1859	Caixa 06	291
Gertrudes Humbelina	659	19/06/1859	Caixa 06	288
Joao Cardozo de Siqueira	662	20/06/1859	Caixa 06	292
Pedro Imbert	711	16/07/1859	Caixa 06	293
Escolastica Umbelina Barboza	654	03/08/1859	Caixa 06	282
Maria Roza das Dores	665	29/08/1859	Caixa 06	294
Hygino Francisco Teixeira	660	07/10/1859	Caixa 06	296
Maria Joaquina de Abreu e Alvares	788	10/10/1859	Caixa 06	297
Anna Joaquina de Meira Jorge	849	21/10/1859	Caixa 06	298
Joaquim Fernando da Fonseca	693	12/12/1859	Caixa 06	299
Catharina Justo	652	18/12/1859	Caixa 06	300

Maria Angelica Vieira de Camargo	862	22/12/1859	Caixa 06	302
Francisco Antonio de Araujo	684	22/12/1859	Caixa 06	301
Alda Constanca da Silveira	673	02/01/1860	Caixa 06	303
Joaquim Mathias Bicudo	755	19/01/1860	Caixa 06	304
Maria Justina Elvaim Ferreira Portilho	809	28/01/1860	Caixa 06	306
Joao Carlos da Fonseca	690	28/01/1860	Caixa 06	305
Jose Floriano de Godoy	829	07/03/1860	Caixa 06	308
Maria Francisca de Moraes	696	12/03/1860	Caixa 06	309
Angela Maria do Pilar	869	23/03/1860	Caixa 06	310
Theodora Joaquina de Aguiar	792	03/04/1860	Caixa 06	314
Manoela Maria de Jesus	706	09/04/1860	Caixa 06	312
Anna Maria Furquim	680	10/04/1860	Caixa 06	313
Emiliana Maria Soares	683	22/04/1860	Caixa 07	334
Pedro da Rocha Pimentel	710	25/04/1860	Caixa 06	315
Celestino Barroul	1157	28/04/1860	Caixa 07	316
Joaquim Araujo Leite Rocha	695	25/06/1860	Caixa 07	317
Pedro da Silva	818	28/06/1860	Caixa 07	318
Anna Roza de Araujo	751	24/07/1860	Caixa 07	319
Manoel Joze de Franca	839	26/07/1860	Caixa 07	320
Ignacia Maria da Conceicao	751	28/07/1860	Caixa 07	321
Anna Angelica da Silva Horta	850	20/08/1860	Caixa 07	322
Brigida Joaquina de Oliveira	719	21/08/1860	Caixa 07	323
joze Rodrigues Fao	691	31/08/1860	Caixa 07	324
Jose da Costa Carvalho	707	15/09/1860	Caixa 07	325
Joaquim Lopes Guimares	692	20/09/1860	Caixa 07	327
Antonio Joaquim d'Andrada	821	24/09/1860	Caixa 07	328
Bras d'Almeida Lara	823	24/09/1860	Caixa 07	329
Anna Eufrazia da Natividade de Azevedo	675	27/09/1860	Caixa 07	330
Joaquim Antonio Baruel	694	30/09/1860	Caixa 07	331
Maria Joaquina de Moraes	0	09/10/1860	Caixa 07	332
Joaquim Francisco de Paula	729	23/10/1860	Caixa 07	335
Izabel Maria Pagaa Fragozo	1433	10/11/1860	Caixa 07	336
Antonio Joaqui de Melo	716	17/11/1860	Caixa 06	311
Angelica Maria da Penha	795	18/11/1860	Caixa 07	337
Francisco Antonio de Moraes	1051	29/11/1860	Caixa 07	338
Clemente Falcao de Souza	893	07/12/1860	Caixa 07	339
Francisco Antonio das Chagas	875	10/12/1860	Caixa 07	340
Antonio de Padua Lisboa	737	16/12/1860	Caixa 07	341
Gabriela Candida de Carvalho	686	18/12/1860	Caixa 07	342
Raimundo Rodrigues de Freitas	764	21/12/1860	Caixa 07	343
Americo Porfirio de Lima	718	09/02/1861	Caixa 07	344

Maria Benedita Cardoso de Meneses	835	27/02/1861	Caixa 07	345
Gertrudes Maria da Silva Brito	697	28/02/1861	Caixa 07	346
Jose Rodrigues de Moraes Arouche	725	14/03/1861	Caixa 07	347
Jose da Silva Guimaraes	727	27/03/1861	Caixa 07	348
Escolastica Manoela de Santa Anna	799	18/04/1861	Caixa 07	349
Maria Joaquina de Jezus	735	22/05/1861	Caixa 07	350
Luiz Antonio Vaz	732	04/06/1861	Caixa 07	352
Escolastica Maria Joaquina do Espirito Santo	776	09/06/1861	Caixa 07	355
Carolina Maria da Silva	720	19/06/1861	Caixa 07	351
Gertrudes Maria de Jezus	724	28/07/1861	Caixa 07	354
Escolastica Joaquina Ortiz	775	07/08/1861	Caixa 07	358
Manoel Alves Alvim	1178	09/08/1861	Caixa 07	357
Jose Antonio Rodrigues	780	06/09/1861	Caixa 07	359
Antonio Carvalho de Souza Bastos	713	09/09/1861	Caixa 07	356
Domingos Francisco de Andrade	774	16/09/1861	Caixa 07	361
Guilherme Hopkins	779	19/09/1861	Caixa 07	362
Gertrudes Maria de Siqueira	1167	14/10/1861	Caixa 07	363
Joao Carvalho dos Santos	728	22/10/1861	Caixa 07	364
Fortunata Candida do Amaral	722	25/10/1861	Caixa 07	365
Maria Candida de Oliveira	837	25/10/1861	Caixa 07	366
Maria Joaquina d'Oliveira	908	15/11/1861	Caixa 07	368
Anna Joaquina de Jesus	348	09/12/1861	Caixa 07	360
Francisco Xavier de Moraes	745	18/12/1861	Caixa 07	369
Joao Joze de Moraes	882	23/01/1862	Caixa 08	370
Maria das Dores de Jesus	757	30/01/1862	Caixa 08	371
Maria Thereza do Monte Carmello	1256	15/03/1862	Caixa 11	538
Barbara Maria da Conceicao	740	15/03/1862	Caixa 08	372
Maria Felizarda de Jezus	864	03/04/1862	Caixa 08	374
Maria Gertrudes de Castro	758	10/04/1862	Caixa 08	375
Luiz Antonio da Silva	786	16/04/1862	Caixa 08	376
Maria das Dores do Espirito Santo	754	25/04/1862	Caixa 08	378
Leocadia Maria de Jesus	756	25/04/1862	Caixa 08	377
Escolastica Jacinta Branca	917	16/05/1862	Caixa 08	379
Custodia Tavares	743	22/05/1862	Caixa 08	380
Theresa de Jesus do Prado	766	27/05/1862	Caixa 08	373
Manoel Joaquim dos Santos Boiadeiro	762	21/06/1862	Caixa 08	391
Brandina Emigdia Leite Penteado	741	25/07/1862	Caixa 08	381
Maria Fausta de Castro Muller	925	12/08/1862	Caixa 08	382
Anna Florisbella Machado Pinheiro	739	25/08/1862	Caixa 08	383
Maria Elena da Silva e Castro	760	06/09/1862	Caixa 08	384
Joaquim Elias da Silva	784	20/09/1862	Caixa 08	387

Emilio Joze da Costa Lima	894	20/09/1862	Caixa 08	386
Joaquim Manoel d'Oliveira	831	25/09/1862	Caixa 8	388
Anna Gertrudes do Prado	891	08/11/1862	Caixa 08	390
Joze Carvalho de Souza Bastos	754	25/11/1862	Caixa 08	392
Gertrudes Maria d'Oliveira	750	03/12/1862	Caixa 08	393
Maria Antonia da Conceicao	789	17/01/1863	Caixa 08	394
Roza da Silva Leme	[ilegivel]	12/02/1863	Caixa 08	395
Joze Francisco de Toledo	782	02/03/1863	Caixa 08	396
Caetano Pinto Homem	798	29/04/1863	Caixa 08	398
Francisco Joao de Castro	896	06/05/1863	Caixa 08	399
Roza Maria da Annunciacao	791	01/06/1863	Caixa 08	401
Francisca das Chagas Silva da Fonseca	1161	22/06/1863	Caixa 08	402
Antonio Jose Mauricio Pereira	769	17/10/1863	Caixa 08	404
Dina Maria do Espirito Santo	772	04/11/1863	Caixa 08	405
Joao Freyre	878	15/11/1863	Caixa 08	406
Joao Jose da Silva Pontes	830	12/12/1863	Caixa 08	408
Jose Joaquim Leite Penteado	781	17/12/1863	Caixa 08	409
Felisberto Vieira de Oliveira	801	23/12/1863	Caixa 08	410
Manoel Jacintho de Oliveira	812	29/02/1864	Caixa 09	412
Antonia Maria de Andrade e Silva	847	18/03/1864	Caixa 09	413
Nicolau Tolentino da Silva	817	19/04/1864	Caixa 09	424
Joaquim Jose Rodrigues	832	22/04/1864	Caixa 09	415
Ignacio Rodrigues dos Santos	873	30/04/1864	Caixa 10	474
Manuel Lorencio Ferreira	811	17/05/1864	Caixa 10	417
Anna Thereza da Luz	867	18/05/1864	Caixa 09	419
Francisco Branco de Miranda	827	03/06/1864	Caixa 09	420
Joze Manoel Pais	804	17/06/1864	Caixa 09	421
Ricardo Martins d'Oliveira	819	01/07/1864	Caixa 09	422
Marciano Pires de Oliveira	815	11/07/1864	Caixa 09	418
Maria do Carmo Paes de Toledo	808	12/09/1864	Caixa 09	425
Antonio Joaquim Ribeiro Crispim	794	24/10/1864	Caixa 09	427
Maria Custodia Alves de Toledo	807	05/11/1864	Caixa 09	428
Antonia Maria de Jesus	913	18/11/1864	caixa 09	426
Joaquina Maria de Castro	805	24/11/1864	caixa 09	429
Jose de Freitas Silva	1169	25/12/1864	Caixa 09	431
Sebastiana Maria Pires	842	26/12/1864	Caixa 09	432
Jean Victor Marmollant	906	24/01/1865	Caixa 09	433
Francisca Fortunata Lopes do Amaral Fontoura	828	02/02/1865	Caixa 09	434
Jacintho Mina	860	03/02/1865	Caixa 09	435
Domingos Jose Oliveira Guimarains	825	08/03/1865	Caixa 02	86
Barbara Eufrozina da Soledade Bernardes	870	10/03/1865	Caixa 09	436

Luis Nobrega de Lima	834	31/03/1865	Caixa 09	437
Thomas de Molina	888	08/04/1865	Caixa 09	438
Maria Clara da Anunciacao	838	17/04/1865	Caixa 09	439
Filippe Luis de Oliveira	906	20/04/1865	Caixa 09	440
Gertrudes Maria Branca	854	02/05/1865	Caixa 09	441
Anna Dinizia Eufrosina	822	08/05/1865	Caixa 09	442
Felisberto Vieira de Camargo	853	16/05/1865	Caixa 08	400
Demetrio da Costa Nascimento	824	07/06/1865	Caixa 09	443
Vicente Antonio Barbosa	843	28/07/1865	Caixa 09	444
Quiteria Maria Pedroza	1470	12/08/1865	Caixa 09	446
Maria Benedita de Toledo Arouche	836	16/08/1865	Caixa 09	445
Maria Thereza de Oliveira	861	10/10/1865	Caixa 09	447
Antonio de Paula e Cunha	820	26/10/1865	Caixa 09	449
Reginaldo Antonio da Cunha	841	27/11/1865	Caixa 09	450
Antonio Joaquim da Silva	844	01/01/1866	Caixa 09	451
Rafael Antonio Beraldes	928	07/02/1866	Caixa 09	452
Joao Evangelista Teixeira	858	24/02/1866	Caixa 09	453
Josepha Maria da Conseicao	1173	12/03/1866	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	568
Antonio Paes Cardoso	846	26/03/1866	Caixa 09	454
Antonio Jose Coutinho	1044	28/03/1866	Caixa 09	455
Antonio Correia de Albuquerque	849	23/04/1866	Caixa 09	456
Joze Joaquim Cardoso	855	22/07/1866	Caixa 09	459
Anna Joaquina de Almeida	915	27/07/1866	Caixa 09	457
Maria do Carmo d'Anunciacao	863	09/09/1866	Caixa 09	460
Maria Ephigenia das Candeas	885	12/09/1866	Caixa 09	464
Maximiano Jose de Brito Alambert	911	24/09/1866	Caixa 09	463
Manoel de Almeida Castro Pereira	865	10/11/1866	Caixa 9	465
Antonia Da Costa do Nascimento	890	15/11/1866	Caixa 09	462
Joao Lefebre	857	11/12/1866	Caixa 09	466
Maria do Carmo Ellis	884	18/12/1866	Caixa 09	467
Joze Joaquim Machado de Oliveira	877	02/01/1867	Caixa 10	468
Domingos Manoel Barboza	871	16/01/1867	Caixa 10	470
Francisco Garcia Ferreira	897	17/01/1867	Caixa 10	469
Joao Jose de Brito	880	31/01/1867	Caixa 10	471
Felizarda da Cruz	1053	16/03/1867	Caixa 10	472
Manoel Jose de Moraes	886	02/04/1867	Caixa 10	473
Joaquim Manoel Franco	883	13/06/1867	Caixa 10	476
Maria do Carmo Jesus Ramalho	1231	20/06/1867	Caixa 10	477
Theresa Maria de Jesus	889	13/07/1867	Caixa 10	478
Joze Maria Bithencourt	903	06/08/1867	Caixa 10	479
Joao Alves Pinheiro	879	13/08/1867	Caixa 10	482

Ignacia Joaquina de Oliveira	921	19/08/1867	Caixa 10	480
Tristao da Cunha Cavalheiro	1262	23/08/1867	Caixa 10	483
Leonor do Carmo	1206	08/09/1867	Caixa 10	481
Anna Benedicta de Jesus	868	12/10/1867	Caixa 10	484
Maria Joaquina de Moraes	924	11/11/1867	Caixa 10	485
Rafael de Castro Oliva	929	05/12/1867	Caixa 10	504
Miquelina Francisca da Silva	1313	13/12/1867	Caixa 10	486
Maria Innocencia de Souza Queiroz	909	22/01/1868	Caixa 10	487
Gertrudes Florencia	899	01/03/1868	Caixa 10	488
Guilhermina Maria de Jesus	901	20/03/1868	Caixa 10	489
Francisca Fermina da Silva	1364	21/03/1868	Caixa 10	490
Catharina Maria da Cunha Pinto	1160	17/04/1868	Caixa 10	491
Maria Ignacia de Souza Goncalves	1284	20/04/1868	Caixa 10	492
Anna Rosa de Alvarenga	914	04/05/1868	Caixa 10	493
Anna Francisca de Moraes	892	28/05/1868	Caixa 10	494
Faustino Rodrigues de Siqueira	920	28/07/1868	Caixa 10	495
Salvador Barboza de Albuquerque	1261	28/07/1868	Caixa 10	496
Manoella Maria de Jesus	926 e 706	15/08/1868	Caixa 09	461
Francisca Maria de Avila	898	02/09/1868	Caixa 10	497
Escolastica Candida da Luz	1193	09/09/1868	Caixa 10	499
Jose Xavier	902	17/09/1868	Caixa 10	498
Ephigenia Pereira	895	07/10/1868	Caixa 10	500
Umbelina Joaquina do Amor Divino	1181	09/11/1868	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	580
Fidelis Jose de Moraes	919	16/12/1868	Caixa 10	501
Francisco de Assis de Araujo Macedo	918	18/12/1868	Caixa 10	502
Leonardo Laskiel	922	11/02/1869	Caixa 10	503
Augusto Ferreira de Mesquita	916	10/04/1869	Caixa 10	505
Fortunata Joaquina de Jesus Moreira	1365	16/04/1869	Caixa 10	506
Isabel Benta de Jesus	875	04/06/1869	Caixa 10	475
Francisco Rodrigues do Prado	1050	04/06/1869	Caixa 10	507
Antonia Maria Mendes	1266	01/08/1869	Caixa 10	509
Gertrudes Maria d' Annunciacao	1054	02/08/1869	Caixa 10	516
Catharina Maria Ortiz	1049	05/08/1869	Caixa 10	510
Antonio Joaquim da Silva Teixeira	912	17/08/1869	Caixa 10	511
Joze Maria dos Anjos	1199	07/10/1869	Caixa 10	512
Pedro Francisco de Toledo	927	24/10/1869	Caixa 10	513
Aleixo Decosseau	1046	03/12/1869	Caixa 11	519
Jose Forettes	1486	22/12/1869	Caixa 10	514
Ignacio Antonio Mariano	1055	28/12/1869	Caixa 10	515
Jose Leandro de Toledo	1198	22/01/1870	Caixa 11	517
Martinho Jose Pereira da Silva	1520	29/01/1870	Caixa 11	518

Amaro Felis dos Santos	1323	14/02/1870	Caixa 11	521
Anna Angelica Bueno	1188	17/02/1870	Caixa 11	522
Antonio Louzada Antunes	1045	25/02/1870	Caixa 11	523
Manoel Ignacio de Souza	s/n	01/04/1870	Caixa 12	584
Albino Barbosa de Vasconcellos Lima	1047	04/04/1870	Caixa 11	525
Jose Francisco Cardozo	1057	20/04/1870	Caixa 11	526
Anna Eufrozina Sertorio	1048	11/05/1870	Caixa 11	527
Joze Francisco de Azevedo	1059	31/05/1870	Caixa 11	528
Gertrudes Maria Pimenta	1399	14/07/1870	Caixa 11	529
Joze Alves da Costa	1430	27/07/1870	Caixa 11	530
Jose Antonio de Barros	1056	27/07/1870	Caixa 11	531
Maria Benedicta Coutinho	1354	15/08/1870	Caixa 11	532
Jose Marques	1058	19/08/1870	Caixa 11	533
Josefa Maria da Luz	1310	31/01/1871	Caixa 11	520
Escolastica Maria Ribeiro	1299	06/03/1871	Caixa 11	534
Benedicta Antonia da Conceição	[ilegível]	30/03/1871	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	551
Barbara Joaquina de Carvalho	1392	11/04/1871	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	550
Antonia Angelica Coutinho	1185	23/04/1871	Caixa 11	535
Carolina de Assunção David Pacheco	1158	19/07/1871	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	553
Bento Pires Domingos Albuquerque	1189	23/07/1871	Caixa 12	585
Martiniano Rubin Cesar	1260	15/10/1871	Caixa 11	537
Francisca de Paula Cantinho	1220	05/12/1871	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	558
Joaquim Justo da Silva	1278	12/03/1872	Caixa 12	587
Benedita Maria da Conceição	1269	28/04/1872	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	552
Manoel de Paiva Oliveira	1356	01/06/1872	Caixa 12	591
Jose Gomes de Faria	1248	13/06/1872	Caixa 12	589
Amaro Rodrigues da Silva	1538	21/08/1872	Caixa 12	592
Flavia Maria De Jesus	1164	06/09/1872	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	556
Joao Jose dos Santos	1201	09/09/1872	Caixa 12	593
João Manoel da Roza	1484	24/09/1872	Caixa 11	539
Manoel Rodrigues Jordão	1287	12/12/1872	Caixa 12	594
Adolpho Alves Pinheiro de Paiva	1322	13/12/1872	Caixa 12	595
Gertrudes Esmeria da Conceição	1223	26/12/1872	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	560
Escolastica do Nascimento de Jesus Antunes	1270	15/01/1873	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	555
Anna Maria de Oliveira	1340	30/04/1873	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	549
Maria Joanna da Luz	1282	17/05/1873	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	574
Maria Catharina Ferard	1176	02/01/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	571
Maria do Carmo Jesus	1177	05/01/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	572
Anna Benedicta da Silva	1425	05/01/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	545
Anna Joaquina Villas- Boas de Oliveira	1186	16/01/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	548
Hillaria Maria da Conceicao	168	23/03/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	565

Gertrudes Maria da Conceicao	1165	07/07/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	562
Gertrudes Maria de Almeida	1400	07/09/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	563
Gertrudes Maria da Annunciacao	1166	10/09/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	561
Francisca Carolina de Siqueira Machado	1162	13/09/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	557
Antonia Maria Candida	1184	20/09/1874	Caixa 11	540
Joaquina Alves de Siqueira	1309	19/10/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	566
Policena Roza de Jesus	1180	22/10/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	576
Maria Rosa de Barros	1162	02/11/1874	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	575
Margarida Narciza de Lacerda Passos	1312	26/01/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	569
Rosa da Conceição	1209	03/02/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	577
Elisa Maria	1192	15/02/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	554
Maria Bueno d'Abreu	1208	26/02/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	570
Theresa Benedicta da Costa	1210	05/03/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	578
Joaquina Maria do Coracao de Jesus	1252	09/04/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	567
Henriqueta Adelaide da Silva Galvao	1224	25/06/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	564
Maria do Rozario	1230	28/06/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	573
Francisca Maria de Jesus	1196	10/07/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	559
Anna Francisca Baptista Leitao	1361	19/08/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	546
Anna Joaquina de Castro Vaz	1187	24/08/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	547
Thereza Maria de Jesus	264	27/09/1875	Caixa 12/ Rolo 03 - microfilme	579
Maria Branca de Oliveira	s/n	09/03/1877	Caixa 11	542

ATJSP. Inventários do 1º, 2º e 3º Ofício da Família e das Sucessões. 1850-1888.

Relação de testadores inventariados					
Ofício	Inventariado	Inventariante	Nº do Processo	Início do Processo	Término do Processo
3 O.F.	João Carlos da Fonseca	Francisca das Chagas e Silva da Fonseca	1279	22/02/1860	20/12/1860
1 O.F.	Manoela da Piedade Soares	Jesuino de Cerqueira Cesar	309	17/08/1855	25/08/1856
2 O.F.	Maria Rosa da Conceição	Joaquim Francisco das Chagas	420	17/05/1874	13/07/1874
3 O.F.	Anna Joaquina Galvão de Moura Lacerda	Joana Baptista Galvão de Moura Lacerda	71	06/07/1860	15/11/1860
3 O.F.	Anna Roza de Araujo	Francisco Antonio de Souza Queiros	88	10/06/1872	30/07/1875
3 O.F.	Anna Policena de Souza	Manoel Eufrazio Correa	68	13/09/1860	14/09/1861
3 O.F.	Escolastica Joaquina Ortiz	João Jose Barbosa Ortiz	524	05/04/1862	01/07/1862
3 O.F.	Anna Eufrozina Sertorio	Maria do Carmo Sertorio de Lima	101	11/05/1870	24/10/1870
3 O.F.	Escolastica Maria Ribeiro	Francisco Ribeiro de Godoy	855	21/01/1879	12/06/1894
3 O.F.	Anna Joaquina de Almeida	Joaquim Soares de Borba	120	05/08/1869	22/09/1876
1 O.F.	Maria Antonia da Conceição de Andrade	Dr. Joaquim Ignacio Ramalho	1370	20/07/1860	26/03/1872
3 O.F.	Joaquina Alves de Siqueira	Francisco Alves de Oliveira	801	11/02/1879	01/10/1879
3 O.F.	Anna Maria Furquim	Joao Jose Barboza Ortiz	67	24/08/1860	23/10/1860

3 O.F.	Gertrudes Maria das Dores Barbosa	Miguel Rodrigues de Jesus	67	05/02/1855	27/08/1860
3 O.F.	Joze Maria Bithencourt	Joaquim Jose Teixeira Sandim	302	09/07/1868	12/10/1868
3 O.F.	Tristão da Cunha Cavalheiro	Francisca Camila dos Santos Cavalheiro	748	21/04/1877	05/11/1879
3 O.F.	Joaquim Jose da Silva e Oliveira	Manoel Antonio Bithencourt	357	21/04/1856	22/03/1866
3 O.F.	Joaquim Manoel d'Oliveira	Theresa Maria de Jesus	33	22/04/1865	18/01/1868
3 O.F.	Antonio Freire de Meneses	Maria Felizarda de Jesus Freire	43	21/08/1859	10/10/1859
3 O.F.	Francisco Xavier de Moraes	Joze Antonio da Guerra	1027	14/01/1862	04/03/1868